

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM METODOLOGIA DE ENSINO**

ENSINO E APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA REDUÇÃO DE DANOS

PAULO CESAR DUARTE PAES

SÃO CARLOS

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM METODOLOGIA DE ENSINO**

ENSINO E APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA REDUÇÃO DE DANOS

PAULO CESAR DUARTE PAES

Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Orientação: Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira.

São Carlos

2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P126ea

Paes, Paulo Cesar Duarte.

Ensino aprendizagem na prática da redução de danos /
Paulo Cesar Duarte Paes. -- São Carlos : UFSCar, 2006.
324 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2006.

1. Educação comunitária. 2. Redução de danos. 3.
Alienação (Psicologia social). 4. Ensino aprendizagem. I.
Título.

CDD: 370.194 (20^a)

Prof. Dr. Tarcísio Matos de Andrade

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci

Profa. Dra. Itacy Salgado Basso

Profa. Dra. Cláudia Raimundo Reyes

Orientadora: Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira

A presente tese é um trabalho desenvolvido no Grupo de Pesquisa cadastrado pela CAPES e denominado: “**Educação e Práticas Sociais**”.

Dedico essa tese à redutora de danos Marcela Aguiar, covardemente assassinada pelo preconceito e a homofobia ainda tão presentes na nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que compõem a banca examinadora, principalmente à professora Maria Waldenez de Oliveira, que lapidaram esse trabalho com seus conhecimentos e sua paciência.

Aos colegas que trabalham comigo há tantos anos e que muito antes de tornarem-se objeto desta pesquisa já eram meus amigos.

Aos meus amigos de São Carlos, principalmente a Maria Denise Guedes, pela influência decisiva na escolha e aprofundamento do referencial teórico.

À Márcia pela revisão e a Cláudia e a Stella pelas traduções.

À minha companheira Vera Penzo pela leitura, comentários, correção dos textos e pelo carinho e a ternura imprescindíveis.

RESUMO

Os problemas decorrentes do uso de drogas têm sido objeto de diferentes políticas públicas de saúde, dentre as quais destaca-se a redução de danos, que visa evitar doenças e danos físicos e sociais e desenvolver junto aos usuários o controle sobre o uso de drogas. A redução de danos aceita que os usuários continuem fazendo uso de drogas, ao contrário do modelo tradicional que exige a abstinência. Os Programas de Redução de Danos – PRDs - atuam capacitando usuários de drogas, profissionais de saúde e outras pessoas da comunidade para abordarem os grupos de usuários nos seus locais de uso e de convivência cotidiana, através de atividades educativas. O objetivo desta tese é investigar o processo de ensino e aprendizagem que se estabelece entre os redutores de danos e os usuários de drogas de dois PRDs que atuam na região de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, que atendem usuários que compõem o exército industrial de reserva. Foram realizados grupos focais, entrevistas individuais com sete redutores e nove usuários e um levantamento de informações documentais prévias. A fundamentação sócio-histórica nos levou à escolha das categorias: atividade; sentido; significado; conceitos científicos e espontâneos; alienação e práxis. Uma primeira análise demonstrou a relevância e a eficácia da prática educativa da redução de danos proporcionando junto aos usuários: o controle sobre o uso de drogas, a interação com a família e a comunidade e mais cuidados com a saúde. Quando fundamentamos a análise nas categorias teóricas evidenciou-se que a prática educativa de redução de danos centrou-se nos aspectos espontâneos e cotidianos, restritos ao meio imediato, não objetivando a apreensão da totalidade das relações sociais, reproduzindo os próprios danos sociais que combate.

Palavras-chave: redução de danos, ensino e aprendizagem, controle e alienação.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| I - CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM | 11 |
| 1.1 Fundamentação no materialismo histórico e dialético | 13 |
| 1.1.1 A historicidade em Vigotski | 17 |
| 1.1.2 Unidade entre totalidade e particularidade (Gênero humano e individualidade) | 23 |
| 1.1.3 Materialismo e idealismo | 26 |
| 1.1.4 Interesses e equívocos das interpretações ecléticas e liberais da obra de Vigotski | 32 |
| 1.1.5 Funções psicológicas superiores e o enraizamento da cultura na individualidade | 38 |
| 1.1.6 Ensino e aprendizagem na abordagem sócio-histórica | 47 |
| 1.2 Algumas categorias do pensamento sócio-histórico | 57 |
| 1.2.1 Trabalho e atividade humana | 59 |
| 1.2.2 Pensamento e linguagem | 62 |
| 1.2.3 A palavra e o conceito no processo de desenvolvimento do pensamento | 70 |
| 1.2.4 Alienação e práxis no processo de ensino e aprendizagem | 75 |
| II - REDUTORES DE DANOS E USUÁRIOS DE DROGAS: HISTORICIDADE E EPISTEMOLOGIA DE SUJEITOS PARTICULARES NUMA TOTALIDADE CONCRETA .. | 102 |
| 2.1 Historicidade do uso de drogas e RD | 106 |
| 2.2 Produção histórica da Política Pública de RD | 116 |
| 2.3 O usuário de drogas como objeto da produção científica | 124 |
| 2.3.1 A apropriação do pensamento de José Helias Murad pela política de guerra às drogas | 126 |
| 2.3.2 O pensamento de Olievenstein e a psicanálise | 129 |
| 2.3.3 Pragmatismo epidemiológico: prevenindo as DTS/Aids e repensando o uso de drogas | 138 |
| III - O MÉTODO DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES | 146 |
| 3.1 O método | 148 |
| 3.2 Procedimentos da investigação empírica | 153 |
| 3.2.1 Informações preliminares | 155 |
| 3.2.2 Grupos focais | 156 |
| 3.2.3 Entrevistas individuais | 158 |
| 3.2.4 Elaboração dos roteiros | 159 |
| 3.3 Análise das informações qualitativas | 160 |

| | |
|--|-----|
| IV ENSINO E APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA REDUÇÃO DE DANOS | 165 |
| 4.1 Informações preliminares | 166 |
| 4.1.1. O uso de drogas na região | 166 |
| 4.1.2 Os programas de redução de danos pesquisados | 160 |
| 4.1.3 A formação e o trabalho dos redutores | 170 |
| 4.1.4 Os usuários de drogas envolvidos nos PRD | 182 |
| 4.2 Grupos focais e entrevistas individuais | 185 |
| 4.2.1 Sistematização preliminar das informações colhidas nos grupos focais | 188 |
| 4.2.2 Sistematização preliminar das informações colhidas nas entrevistas individuais | 208 |
| 4.3. Análise mediada pelas categorias teóricas | 223 |
| 4.3.1 atividade humana | 225 |
| 4.3.2 Conceitos cotidianos e conceitos científicos | 230 |
| 4.3.3 Sentido e significado | 236 |
| 4.3.4 Alienação e práxis | 239 |
| 4.4 Ensino a aprendizagem na prática da redução de danos | 246 |
| | |
| V CONSIDERAÇÕES FINAIS | 253 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 260 |
| | |
| ANEXOS | |
| 1 – Grupo focal com redutores de danos | 269 |
| 2 – Grupo Focal com usuários de drogas | 285 |
| 3 – Entrevistas com redutores de danos | 290 |
| 4 – Entrevistas com usuários de drogas | 307 |
| 5 – Roteiros dos grupos focais, entrevistas e observação | 314 |

INTRODUÇÃO

Desde 1983, desenvolvemos trabalhos de educação popular junto a diferentes segmentos sociais, que fazem parte do exército industrial de reserva e vivem de forma mais intensa as injustiças da sociedade capitalista. Essas atividades educacionais foram realizadas através de instituições não governamentais e públicas, em Campo Grande e em outras cidades da região de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. Os principais grupos trabalhados foram: populações de favelas, gangues de periferia, profissionais do sexo, meninos e meninas de rua, adolescentes infratores, encarcerados, grupos indígenas desaldeados, comunidade negra, travestis, pessoas vivendo com HIV/aids e usuários de drogas. Essa experiência com práticas educativas informais nos levou a cursar a área de metodologia de ensino e, atualmente, esta pesquisa desenvolve-se no âmbito dos estudos realizados pelo grupo de pesquisa: “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

Em praticamente todos os grupos citados, o uso compulsivo de drogas (lícitas e ilícitas) é um problema a mais, acirrando a já problemática situação econômica, cultural e sanitária desses segmentos. Entre 1991 e 1993 desenvolvemos um trabalho de Arte-Educação em uma instituição de atendimento a jovens usuários de drogas e passamos então a desenvolver ações especificamente voltadas para a questão do uso de drogas junto aos grupos sociais trabalhados. Dessa época em diante, passamos a estudar a temática e a buscar um atendimento voltado especificamente para aqueles que fazem o uso problemático de drogas. Em 1999, iniciamos as primeiras atividades de redução de danos (RD) e também fomos responsáveis pela implantação de 4 dos 6 Programas de Redução de Danos do Estado, do ano de 2000 ao ano de 2003. O Programa de Redução de Danos do Estado foi implantado em 16 municípios e foram criadas 1 Lei Estadual de Redução de Danos e mais 5 Leis Municipais, o que tornou o Estado de Mato Grosso do Sul uma referência na implantação de programas de redução de danos.

Os problemas sociais e de saúde decorrentes do uso de drogas vêm aumentando significativamente desde a segunda metade do século XX (CEBRID, 2003; VERGARA, 2003; CARLINI, 2002; BARATA, 1994; BUCHER, 1991 e 1992; MURAD, 1985 e 1994; KALINA, 1998; e OLIEVEINTEIN, 1985 e 1977). O problema passou a ser objeto de muitos estudos e determinante na criação de inúmeras e variadas políticas de atendimento à questão do uso de drogas. A Organização das Nações Unidas (ONU), preconiza quatro políticas de

atendimento: a prevenção; o tratamento e a assistência; redução de danos; e repressão ao tráfico.

A redução de danos é uma estratégia de atendimento aos usuários de drogas que não exige do usuário a abstinência e visa mudar a cultura dos grupos de usuários em relação à sua saúde e condições de vida. A primeira iniciativa de redução de danos aconteceu na Inglaterra, em 1926, amparada por uma Lei que possibilitava aos médicos ministrarem remédios a base de ópio, em doses reduzidas, para dependentes de heroína. Foi na Holanda, nos anos de 1980, que a redução de danos efetivou-se como política pública de saúde para controle de hepatite junto aos usuários de drogas injetáveis. Com a epidemia da aids essa política de saúde se amplia para todo o mundo e se efetiva no Brasil, a partir de 1995, no início apenas para atendimento de usuários de drogas injetáveis e atualmente como política de atendimento a qualquer usuário de drogas lícitas ou ilícitas. O objetivo dos Programas de Redução de Danos (PRDs) é abordar usuários de drogas (UD) e educá-los para o uso seguro de droga, visando o controle epidemiológico da aids, da hepatite e de outras doenças (BASTOS, 2003 e 1999; MARTINS, 2003; MESQUITA, 2000; e WOODAK, 1994 e 1999). Essas e outras pesquisas e publicações, nacionais e internacionais, demonstram a eficácia da prática de RD, redução de danos, no controle de doenças infecto-contagiosas e na socialização dos usuários, gerando novos investimentos nessa política pública de saúde. No Brasil, em 2004, estavam em atividade mais de 160 PRDs, Programas de Redução de Danos, em todos os Estados da Federação.

A quase totalidade dos pesquisadores, que têm como objeto de estudo a redução de danos, é oriunda da área médica. As pesquisas publicadas no Brasil, sobre o tema, visam identificar os resultados do controle epidemiológico, também com um enfoque médico ou, no máximo, com uma abordagem antropológica como fazem MacRae (1994) e Velho (1998). Nas principais publicações estudadas sobre redução de danos no Brasil, apenas duas referem-se, ainda que superficialmente, ao aspecto educacional da atividade dos redutores, como Andrade (1995) e Woodak & Des Jarlais (1994). Todas as demais publicações não abordam o aspecto educativo da prática da RD: Andrade (2000), Mesquita (2000a e 2000b), Caiaffa (2001 e 2002), Bastos (2000 e 2003), Karan (2003), Martins (2003) e Telles (1994). Mesquita e Bastos, nas publicações que organizaram, “Drogas e AIDS” (1994) e “Trocas de seringas: ciência e debate em saúde pública” (1999), publicaram textos de cientistas que pesquisam a prática de redução de danos em seus países: Vester na Holanda, Woodak na Austrália, Lurie nos Estados Unidos, Stimson no Reino Unido, além de outros autores de obras clássicas na área como: Des Jarlais, Friedman, Scheerer, Drucker, O’Hare e outros.

Apenas um (WOODAK, 1994), entre os 12 textos estudados, aborda o aspecto educacional como procedimento inerente à redução de danos.

A cultura da prevenção e do uso seguro de drogas não é vista pelos pesquisadores sobre RD como um produto do processo pedagógico, mas como uma mudança de comportamento que se dá “inexplicavelmente” a partir do contato do usuário com os programas de saúde. Há uma lacuna no entendimento dos objetivos e procedimentos educativos da redução de danos, no que se refere à mudança de comportamento dos UD.

Na área da educação são escassos os estudos publicados sobre a questão do uso de drogas e, mais ainda, sobre redução de danos. No Portal CAPES aparecem apenas 3 pesquisas do ano de 1999, 3 do ano 2000 e 3 do ano 2001, que versam sobre a questão do uso de drogas. Entre essas, apenas duas pesquisas, uma de doutorado (LUZ, 2000) e uma de mestrado (RIBEIRO, 2001), são da área da Educação. Também, apenas duas tratam do tema da redução de danos, uma da área da Psicologia (DOMÂNICO, 2001) e outra das Ciências Criminais (REGUELIN, 2001). Duas outras pesquisas, uma da área das Ciências Sociais e outra das Ciências da Saúde abordam o processo educacional, porém, sobre a prevenção ao uso de drogas e não sobre a redução de danos.

Também na revista Educação e Sociedade do CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade – do número 21, publicado no ano 2000, até o número 86, publicado no ano de 2004, somente encontramos um artigo que trata do tema uso de drogas. Trata-se do artigo: Educação Prevenção e Drogas: resultado e desdobramento de um jogo educativo, também publicado em Bastos e Mesquita (1994). A redução de danos não aparece nesse artigo que trata da análise de um método lúdico de educação para prevenção ao vírus HIV, onde a questão do uso de drogas aparece muito brevemente.

Em uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), denominada Drogas e Pós-Modernidade: faces de um tema proscrito (BAPTISTA, 2003), encontra-se um artigo de Marcelo Cruz intitula-se: Práticas de Ensino, Práticas Psiquiátricas e o Uso Abusivo de Drogas”. Esse artigo trata da formação de profissionais, com ênfase na área de saúde, que atendem usuários abusivos de drogas, mas não trata sobre a prática da redução de danos.

A ausência de estudos publicados sobre o processo pedagógico inerente à prática da RD, torna relevante um estudo específico sobre a relação de ensino e aprendizagem que se estabelece entre os redutores de danos e os usuários de drogas. O enfoque educacional de RD poderia aprimorar e qualificar a intervenção dos redutores de danos, de forma generalizada, nos muitos PRDs existentes.

A não inter-relação entre os referenciais epistemológicos e metodológicos dos pesquisadores da área da Saúde e da Educação que atuam na área, pode resultar numa forma de empobrecimento metodológico das ações dos PRDs. O prejuízo mais claramente perceptível é a ausência de uma metodologia educacional mais atualizada e eficaz nos PRDs. Outro problema, mais difícil de ser percebido, é que a área da pesquisa em Educação tem se apropriado de forma intensa dos referenciais filosóficos do pensamento clássico das ciências humanas, enquanto os autores que mais publicam sobre RD fundamentam mais seus trabalhos nas ciências médicas e em métodos de pesquisa pragmáticos que buscam respostas imediatas. A inter-relação destes dois modelos teóricos e filosóficos de apreensão da realidade poderia contribuir significativamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados e na produção de conhecimentos que subsidiem a prática da RD.

O aspecto educacional da prática de redução de danos, ainda pouco abordado nas publicações que orientam essa política pública no Brasil, precisa ser identificado e compreendido em seus fundamentos, métodos e práticas. Tal estudo deve compreender se o ensino praticado pelos redutores de danos, junto aos usuários de drogas, proporciona uma aprendizagem significativa no sentido de contribuir para melhorar a qualidade de vida dos próprios usuários e da sociedade em geral e quais os limites e avanços do método utilizado em relação a esse fim.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o processo de ensino e aprendizagem que se estabelece entre redutores de danos e usuários de drogas e compreender os avanços e os limites proporcionados por essa prática nas relações dos usuários de drogas com a sociedade.

Uma infinidade de enfoques diferentes tem sido produzida nos meios científicos que tratam sobre os problemas decorrentes do uso de drogas e as políticas públicas que atendem a essa demanda. Tanto as produções teóricas que fundamentam essas práticas, quanto a metodologia de trabalho adotada, concebem a questão como um fato isolado. Fundamentados no materialismo histórico e dialético e na psicologia sócio-histórica, propomos uma reflexão sobre a questão do uso de drogas que a considere como uma particularidade produzida em relação dialética com a totalidade das relações sociais e históricas. Ancorados nesta perspectiva, compreendemos os problemas decorrentes do uso de drogas como determinados mais pelo modo de produção material e histórico da sociedade do que pela individualidade dos usuários. Isto nos levou a buscar a mesma fundamentação para apreensão do processo de ensino e aprendizagem decorrente da prática da RD junto aos usuários de drogas.

Para identificar e compreender as referências teóricas, os métodos e as práticas do processo de ensino e aprendizagem desencadeados pelos PRDs, fundamentamos no **primeiro capítulo** o que entendemos por “ensino” e por “aprendizagem”. Entre várias correntes de pensamento que tratam do assunto, um grupo de psicólogos e pesquisadores marxistas, da antiga União Soviética, desenvolveu um amplo estudo sobre a historicidade do desenvolvimento psicológico humano, que serve como base para o entendimento sobre os processos de ensino e de aprendizagem. Tendo como referência a teoria formulada por Marx e Engels denominada materialismo histórico e dialético, esses pesquisadores soviéticos inverteram a compreensão que se tinha da consciência como manifestação da individualidade, para uma consciência determinada pelo desenvolvimento histórico e cultural do gênero humano (VIGOTSKI, 2001b e 2001c; VYGOTSKI, 1991, 1993, 1995a e 1996b; LEONTIEV, 1978 e 1983; e LURIA, 1996 e 1994). Associamos ao pensamento sócio-histórico as reflexões proporcionadas por autores brasileiros, também marxistas, que se articulam teoricamente em torno da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2003, 2001, 1991 e 1983; DUARTE, 2005, 2004, 2003, 2001, 2000, 1999a e 1999b; FACCI, 2004; BASSO, 1998; FRIGOTTO, 1994; SCALCON, 2002; COSTA, 2005; ROSSLER, 2005 e 2004; TULESKI, 2002 ;e MARTINS, 2004), como fundamento teórico e metodológico dos procedimentos de análise do objeto estudado.

Nesta perspectiva, o ensino e a aprendizagem somente podem ser compreendidos levando-se em conta a totalidade da história humana como determinante da relação particular. Sendo a consciência humana fruto da apropriação pelo indivíduo da cultura historicamente acumulada o ensino passa a ter um papel mais relevante do que nas teorias liberais da educação, mais comuns na atualidade, denominadas de “aprender a aprender” (SAVIANI, 1995; DUARTE, 2001 e FACCI 2004). Por entender a gênese do desenvolvimento na individualidade, as teorias do “aprender a aprender” como a Escola Nova, o Humanismo, o Construtivismo, a Pedagogia das Competências, Professor Reflexivo e outras, preconizam uma aprendizagem a partir do próprio indivíduo e atribuem ao ato objetivo de ensinar uma prática autoritária. A abordagem sócio-histórica busca relacionar a aprendizagem individual ao ensino objetivado pelos interesses históricos e materiais da sociedade, na perspectiva de revolucionar as formas sociais que produzem os problemas enfrentados na esfera da individualidade. O ensino passa a ter o objetivo de ensinar algo para mudar, ao mesmo tempo, a vida do indivíduo e a sociedade como um todo.

No ensino e aprendizagem, proporcionado pelos redutores de danos junto aos usuários de drogas, não basta analisar o processo que se dá entre esses dois sujeitos, mas,

compreender esse processo como determinado pelas condições materiais e históricas dadas, e se esse processo de ensino e aprendizagem apenas reproduz alienadamente os interesses do modo econômico dominante, ou se produz uma crítica a esse sistema. A reflexão teórica foi organizada de forma a identificar as principais categorias do pensamento sócio-histórico, que servirão de instrumento metodológico na análise das informações empíricas, como por exemplo: atividade, pensamento, linguagem, conceitos científicos e conceitos cotidianos. Outras categorias foram levantadas da obra marxiana, de autores da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-Histórica, e deverão também servir de instrumento de análise como: alienação, práxis, individualidade para-si e em-si, sentido e significado. Este estudo, desenvolvido de forma mais radical¹ no primeiro capítulo, vai nortear todos os demais enfoques teóricos e empíricos desenvolvidos nos demais capítulos da tese.

Uma vez explicitado o significado dos conceitos de ensino e aprendizagem, o **segundo capítulo** contextualiza histórica e epistemologicamente os sujeitos imediatamente envolvidos na prática educativa da redução de danos, que são os redutores de danos e os usuários de drogas. Demonstramos a produção histórica do uso de drogas e os possíveis danos que essa prática causa para a sociedade e para o indivíduo, quando não existe um controle social, comunitário e pessoal sobre o uso, fato que foi bastante ampliado com o mercantilismo, as relações capitalistas e a comercialização das drogas. Demonstramos como os interesses econômicos e de dominação geopolítica influenciam as políticas públicas e os hábitos sociais inerente ao uso de drogas. Interesses econômicos levaram o uso de drogas a tornar-se um problema social, o que exigiu novas respostas das políticas públicas de saúde. Os programas de redução de danos surgiram, nos anos de 1980, dessa necessidade produzida historicamente e atualmente estão presentes em todos os continentes. Esse investimento material na redução de danos gerou, por sua vez, a necessidade de novas teorias sobre o uso de drogas. Ainda neste capítulo identificamos algumas das principais correntes teóricas sobre o assunto buscando fazer uma breve inter-relação entre elas e o pensamento sócio-histórico.

O **terceiro capítulo** explicita o método de estudo adotado na pesquisa, que tem como eixo teórico a necessidade de compreender anteriormente e de forma mais aprofundada o objeto na sua fase mais desenvolvida, para depois compreender a sua gênese histórica e retornar ao aspecto mais evoluído do objeto, enriquecendo a apreensão da realidade pelo pensamento. Essa é uma perspectiva metodológica definida por Marx em O Método da Economia Política, em que ele afirma que “a anatomia do homem é a chave para a anatomia

¹ Entendemos o conceito de “radical” conforme Marx (1974), refere-se a não permanecer na superficialidade e ir às raízes do conhecimento.

do macaco” (MARX, 1974. p. 126), referindo-se ao fato de que as formas culturais superiores e mais complexas são a chave do entendimento sobre as mais simples e inferiores. Outros autores aprofundaram o estudo sobre esse método marxiano, mas voltados para a educação (VIGOTSKI, 1991; SAVIANI, 2003; DUARTE, 2000; e GASPARIN, 2002) e aprimoraram o instrumento teórico que aqui adotamos.

Na relação entre as múltiplas formas de produção social, algumas são superiores, influenciando e determinando as demais. O objeto deve ser compreendido na lógica da sua relação com essas formas humanas mais desenvolvidas, e isso nós procuramos fazer nos dois capítulos anteriores. O primeiro capítulo estudou as categorias de ensino e aprendizagem na sua fase mais evoluída. O segundo tratou também do aspecto mais desenvolvido dos sujeitos da pesquisa empírica, redutores de danos e usuários de drogas.

No início do **quarto capítulo**, voltamos o foco da pesquisa para o objeto histórico, para a sua gênese. A pesquisa empírica significa esse momento de apreensão do objeto em suas relações imediatas e historicamente constituintes. Foram utilizados três procedimentos consecutivos de levantamento de informações empíricas: levantamento de informações preliminares, grupos focais e entrevistas abertas. No levantamento de informações preliminares utilizamos documentos e registros encontrados nas relações imediatas dos redutores de danos e usuários de drogas, principalmente junto aos PRDs. A sistematização desses documentos possibilitou a compreensão do funcionamento dos PRDs e do contexto regional onde atuam os redutores.

Os redutores e usuários de drogas pesquisados são ligados a dois PRDs que atuam na região de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai. Existe nessa região, além das drogas ilícitas encontradas no restante do Brasil, uma droga chamada pasta-base. Ela causa muito mais malefícios à saúde do que a cocaína inalada, a maconha ou o álcool, causa mais dependência e é muito barata e fácil de ser encontrada nas regiões próximas aos países plantadores de coca. No Brasil ela é muito comum desde a fronteira com o norte do Paraguai até a fronteira com o Peru, passando por toda região de fronteira com a Bolívia, envolvendo os estados de: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A abrangência geográfica da presente pesquisa fica restrita ao Estado de Mato Grosso do Sul, por ser o maior corredor de drogas ilícitas do país e por ser um dos maiores centros consumidores da pasta-base. A pesquisa empírica ficou restrita a redutores de danos e usuários de drogas que atuam ou vivem nessa região do Estado, incluindo as cidades de Corumbá, Ponta Porã e, principalmente, Campo Grande, onde essa droga é muito comum.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui 750 quilômetros de fronteira com o Paraguai, grande produtor e exportador de maconha, e 400 quilômetros com a Bolívia, grande produtora e exportadora de folha de coca e onde se fabrica a pasta base e a cocaína. Segundo pesquisa publicada pelo jornal O Projétil (2000), publicado pelo Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em agosto de 2000, passaram pelo Estado 65% da cocaína e 85% da maconha consumida no País. Isso faz da região um dos maiores corredores de tráfico do Brasil, o que também favorece o consumo de drogas pelo fácil acesso e pelo baixo custo. Algumas cidades da fronteira mantêm índices de contaminação de HIV por uso de drogas injetáveis bastante elevados em relação à média nacional de 20%, como Ponta Porá, com 36% e Corumbá, com 41%, já que nessa região existe muita cocaína pura, adequada para uso injetável.

Depois, realizamos grupos focais e as entrevistas individuais com os redutores e os usuários, objetivando apreender o processo de ensino e aprendizagem diretamente das falas dos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

A segunda parte do terceiro capítulo apreende o objeto na sua fase mais desenvolvida, agora enriquecida pelo estudo de sua gênese histórica. Isso significa apreender o objeto na sua unidade entre as formas mais complexas da sua existência humana e sua historicidade. Esse é o momento da análise final, com etapas de identificação entre as categorias empíricas e as categorias teóricas.

As categorias empíricas, que surgiram do contato direto com a realidade foram: controle; afeto; relações sociais; conteúdos ensinados e aprendidos; e mobilização e organização. Muitos dos temas já estavam presentes no roteiro, somente as duas primeiras surgiram dos entrevistados. A sistematização das categorias empíricas proporcionou uma organização racional do pensamento sobre a realidade material e histórica dos usuários e redutores, fundamentado nos processos de ensino e aprendizagem desencadeados. Posteriormente, foram submetidas à lógica das categorias teóricas anteriormente estudadas, proporcionando uma primeira compreensão sistematizada sobre método de ensino e aprendizagem real, desenvolvido pelos PRDs investigados. O desenvolvimento e os resultados do método educativo empregado na prática da RD passaram então pela crítica fundamentada nestes estudos teóricos, organizando os depoimentos dos sujeitos entrevistados na ótica do materialismo histórico e dialético.

Mediante a análise, objetivamos primeiramente identificar o método de ensino e aprendizagem desenvolvido pelos PRDs e os resultados efetivos para o controle epidemiológico nos grupos de usuários acessados. Num segundo momento identificamos

como o ensino e a aprendizagem desenvolvidos reproduziram processos de alienação e como, em algumas circunstâncias, também foi feita à crítica a alienação, aprofundando as contradições do sistema capitalista dominante.

“A guerra, que parece uma calamidade, era uma operação conveniente, como se disséssemos o estalar dos dedos de humanitas; a fome (e ele chupava filosoficamente a asa do frango), a fome é a prova de que humanitas submete a própria víscera. Mas eu não quero outro documento da sublimidade do meu sistema, senão este mesmo frango. Nutriu-se de milho, que foi plantado por um africano, suponhamos, importado de Angola. Nasceu esse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe, um navio construído de madeira cortada no mato por dez ou doze homens, levado por velas, que oito ou dez homens teceram, sem contar a cordoalha e outras partes do aparelho náutico. Assim, esse frango, que eu almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executadas com o único fim de dar mate ao meu apetite.”

Machado de Assis. Memórias póstumas de Brás Cubas (1978, p. 178).

I CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Para apreender o processo de ensino e aprendizagem, que se estabelece entre os redutores de danos e os usuários de drogas, é necessário, primeiramente, fundamentar o que se entende por ensino e por aprendizagem. Entre as várias vertentes teóricas que abordam a questão, escolhemos como instrumento metodológico de análise a psicologia sócio-histórica, pois acreditamos que essa vertente das ciências humanas apreende o objeto estudado com profundidade e rigor científico e mantém um compromisso efetivo com a transformação histórica da realidade social, que explora e oprime os sujeitos aqui pesquisados.

A concepção sócio-histórica foi desenvolvida por um grupo de psicólogos e pesquisadores marxistas, da antiga União Soviética, nas décadas de 1920 e 1930. Tal grupo de pesquisadores produziu um amplo estudo sobre o desenvolvimento psicológico humano que fundamenta o entendimento sobre os processos de ensino e de aprendizagem. Os representantes dessa vertente da psicologia soviética permanecem atuais até os dias de hoje e alicerçam sua perspectiva teórica na crítica: aos inatistas, que concebem o desenvolvimento como determinado biologicamente; aos idealistas, que acreditam na autodeterminação e independência da mente humana; e aos que concebem o desenvolvimento individual como algo inteiramente dado pelo meio social.

Entre os pesquisadores desse grupo destacam-se: A. N. Leontiev, A. R. Luria, Davidov, M. M. Rubinstein, Gal'Perin, El'Konin e S. L. Vigotski, entre outros. Lev Semenovich Vigotski liderou as pesquisas e as reflexões teóricas realizadas pelo grupo, desde sua conhecida intervenção no II Congresso de Psiconeurologia de Leningrado, em 1924, quando foi convidado para participar do Instituto de Psicologia de Moscou. A denominada "Psicologia Soviética" buscou a criação de uma ciência da psicologia ancorada nos pressupostos marxistas e teve uma grande divulgação e aceitação no mundo socialista da época. Vigotski iniciou a produção de sua obra publicando seus primeiros livros e ensaios sobre arte e estética, de 1916 a 1924². Sua ampla obra sobre psicologia e pedagogia foi produzida entre os anos de 1924 a 1934. Acometido pela tuberculose, seus últimos textos³ tiveram que ser redigidos rapidamente, pois ele sabia que não teria muito tempo de vida. O

² Em português podem ser encontradas as obras *A Tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca* (1995) e *Psicologia da arte* (2001a).

³ Dentre as quais podemos citar uma parte do texto *História do Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, e Pensamento e Linguagem*, que foram terminados em 1934, quando o autor já estava em fase terminal de sua doença, tendo inclusive, que ditar algumas partes por estar impossibilitado de escrever.

caráter inovador da psicologia proposta por Vigotski foi alvo de perseguições da censura stalinista, após a sua morte, limitando as publicações e a divulgação de suas propostas (SHUARE, 1990). A obra vigotskiana foi redescoberta nos Estados Unidos graças ao trabalho de seu antigo colaborador Alexandre R. Lúria, que traduziu e divulgou o trabalho do mestre nas Universidades desse país e da Inglaterra. Como a maioria dos pesquisadores e educadores norte-americanos e ingleses não conheciam em profundidade a teoria do conhecimento desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels e adotada por Vigotski, produziu-se um grande número de interpretações contraditórias sobre a sua obra, muitas vezes censurando e distorcendo as idéias do autor (DUARTE, 2001, p. 173 a 189; DANIELS, 1993, p. 21; DAVIDOV, 1993, p. 53; e NEWMAN e HOLZMAN, 2000, p. 21).

Mais de 50 obras constam no índice cronológico dos escritos de Vigotski incluídos nos seis tomos das *Obras Escogidas*, editados pelo *Centro de Publicaciones del M.E.C. / Visor Distribuciones, Madri*, (1991, 1993, 1995, 1996 e 1997). M. Shuare (1990, p. 58) e Newman e Holzman (2001) citam a existência de 180 textos escritos por Vigotski. Em publicação organizada sobre o autor pelos pesquisadores estadunidenses Vera John-Steiner e Michael Cole, foram enumeradas 175 obras, entre artigos e livros, de autoria de Vigotski. Algumas obras já foram publicadas em português como: *A Formação social da mente*⁴ (1984); *Pensamento e Linguagem*⁵ (1993); *A Tragédia de Hamlet* (1995b); *Estudos Sobre a História do Comportamento: o macaco, o primitivo e a criança* (1996a); *Teoria e Método em Psicologia* (1996); *O Desenvolvimento Psicológico na Infância* (1998); *Psicologia da Arte* (2001a); *Psicologia Pedagógica*⁶ (2001b e 2003) e *A Construção do Pensamento e da Linguagem* (2001c), além de alguns artigos em publicações organizadas por outros autores.

No presente trabalho, o nome de “Vigotski” será escrito com dois “is” e não com “y”, porque assim foi escrito na tradução do autor do russo para o espanhol, feita diretamente por seus colaboradores da Escola de Psicologia de Moscou. Ao contrário de algumas traduções correntes no Brasil em que se utilizou duas vezes o “y” (Vygotsky) porque se basearam em traduções feitas por autores dos Estados Unidos e do Reino Unido para o inglês, que foram posteriormente traduzidas do inglês para o português. Tais traduções

⁴ O livro *A formação Social da Mente* foi traduzido do inglês e é uma coletânea organizada por autores dos Estados Unidos que separam a psicologia sócio-histórica de seus fundamentos marxistas.

⁵ Versão traduzida, reduzida e adaptada do inglês para o português.

⁶ As publicações da Martins Fontes posteriores a 1993 (VIGOTSKI, 1996, 1998, 2001a, 2001b e 2001c), foram traduzidas diretamente do russo para o português e não foram resumidas e mutiladas como as anteriores, sendo que na obra *Psicologia Pedagógica* aparecem textos de épocas distintas misturados ao texto original. A ART MED (2003) publicou uma edição, comentada por Guilherme Blanc, de *Psicologia Pedagógica* tal qual a edição original.

distorceram e censuraram os textos de Vigotski retirando-lhes as referências ao pensamento de Marx e Engels e a filiação teórica de Vigotski ao materialismo histórico e dialético (FACCI, 2004; NEWTON, 2001; DAVIDOV, 1993; BURGUESS, 1993; e NEWMAN e HOLZMAN, 2000). Nas Obras Escogidas, da Editora Barcelona, o nome do autor vem escrito com um “y” e um “i” (Vigotsky) conforme a tradução feita do Russo por estudiosos espanhóis. Portanto o leitor encontrará o nome de Vigotski com dois “is” no decorrer do texto e nas citações conforme foi publicado em cada obra.

Inicialmente essa primeira parte da reflexão sobre o ensino e a aprendizagem apreende a obra de Vigotski em sua coerência com a teoria do conhecimento denominada materialismo histórico e dialético. Demonstraremos ainda, ao longo deste capítulo, as principais categorias da psicologia sócio-histórica e outras categorias da obra marxiana que posteriormente servirão de instrumento teórico de análise das informações, levantadas empiricamente na prática da redução de danos.

Para um melhor entendimento da concepção de Vigotski sobre o ensino e a aprendizagem buscaremos, a seguir, identificar seus fundamentos e referenciais teóricos e posteriormente relacionar sua teoria psicológica e pedagógica com o objeto central da pesquisa, no caso, o ensino e a aprendizagem.

1.1 Fundamentação no materialismo histórico e dialético

A fundamentação materialista de Vigotski nasce durante sua intensa vida acadêmica vivida durante o processo revolucionário que transformaria radicalmente as relações sociais nos países que formariam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, em outubro de 1917. Oriundo de uma família judia, ele nasceu e morou até sua juventude num gueto para judeus na cidade de Gomel, onde eram proibidos de estudar nas melhores escolas e de freqüentar locais determinados. Por este motivo, sua família contratou professores particulares que foram responsáveis pela sua formação escolar no início de sua vida. Em 1914 ele iniciou seus estudos universitários⁷ que “incluíam direito, e um amplo e profundo conhecimento das ciências humanas e, em particular, de filosofia e lingüística” (SHUARE, 1990, p. 62).

⁷ Newman & Holzman (2002) e Oliveira (1995) afirmam que Vigotski teria posteriormente também se formado em Medicina.

Mesmo antes da revolução comunista, Vigotski já convivia diretamente com o processo revolucionário, inclusive estudando numa “Universidade do Povo”, formada por professores que se demitiram da Universidade oficial de Moscou por não aceitarem a expulsão dos alunos que participaram de uma revolta anticzarista. Vigotski formou-se em ambas as Universidades e voltou para Gomel, onde lecionou literatura, língua russa, história da arte, estética e teatro (NEWMAN e HOLZMAN, 2000, p. 17 e 176). Durante muitos anos Vigotski participou ativamente da vida cultural do seu país encenando clássicos teatrais e escrevendo críticas e ensaios sobre arte. Foi amigo e colaborador de importantes intelectuais do seu tempo como Eisenstein (cineasta revolucionário), Maiakovsky (poeta revolucionário) e Stanislavski (teatrólogo revolucionário) (idem, 2000). É impossível compreender Vigotski sem compreender a riqueza cultural do mundo revolucionário em que ele viveu, que foi determinante na sua identidade intelectual, levando-o a formulação de uma teoria psicológica radicalmente fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico e dialético que orientaram a revolução soviética e que ficam evidentes na unidade da sua obra.

O tempo histórico em que ele viveu e a sua criação revolucionária na psicologia, coincidiu totalmente (por seu momento e por seu sentido) com o auge revolucionário em todas as esferas da vida (as relações sociais, a economia, a política, a literatura, a poesia, o teatro, as ciências, etc.) na URSS (SHUARE, 1990, p. 58).

Não podemos compreender a obra de Vigotski fetichizando a sua criação na individualidade. O indivíduo Vigotski não desenvolveu sua teoria partindo de si mesmo, mas essa teoria foi determinada pela realidade histórica na qual ele viveu. O desenvolvimento do seu pensamento aconteceu porque já existia, desde o início do processo revolucionário, uma produção científica que tinha como objetivo produzir uma psicologia com bases materialistas. Importantes autores como P. Blonski (1884-1941), N. Kornilov (1879-1957), M. Bójterev (1857-1927), I. P. Pavlov⁸ (1849-1927), entre outros, já haviam produzido uma sólida teoria sobre a psicologia, da qual Vigotski vai se apropriar criticamente para superá-las e criar uma perspectiva de psicologia geral autenticamente materialista, histórica e dialética. Esses cientistas vão ter suas posições muito fortalecidas depois da revolução, que passa a financiar efetivamente seus experimentos. Data dessa época a criação de vários institutos e instituições voltadas para a pesquisa em psicologia (SHUARE, 1990, p. 24-56). É nesse rico ambiente cultural e científico que Vigotski será levado a produzir sua teoria. Cerena serena

⁸ Ganhador do Prêmio Nobel em 1904.

Pode-se dizer que a análise de Vigotski em relação à crise da “velha” psicologia expressa a luta concreta pós-revolucionária pela superação das relações capitalistas de produção. A revolução socialista possibilitava a construção de uma “nova psicologia”, capaz de superar o antagonismo clássico entre materialismo e idealismo, da mesma forma que o capitalismo seria superado pelo comunismo (TULESKI, 2002, p. 61).

A realidade social do momento revolucionário exigia a criação de uma ciência psicológica que desse conta das necessidades geradas pelo novo modelo social comunista. Assim, realizando a crítica à velha psicologia, Vigotski produziu, por uma necessidade histórica, em conjunto com muitos outros pesquisadores, a teoria que iria revolucionar os fundamentos da psicologia.

É importante salientar que as primeiras obras escritas por Vigotski ainda não haviam amadurecido sua fundamentação no materialismo histórico e dialético. A sua tese de doutoramento sobre *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca* (1999), datada de 1916, não apresenta idéias fundamentadas na teoria de Marx e Engels e embasa sua análise no que ele chama de “crítica do leitor”, negando todas as análises anteriores e a contextualização histórica da obra de Shakespeare. Já na obra *Psicologia da arte*, escrita em 1924, iniciando sua fundamentação no materialismo histórico e dialético, Vigotski (2001a, p. 81 – 99) tece uma crítica aos pressupostos da psicanálise, fundamentado na obra marxiana:

De fato, ao apontarem o papel excessivamente importante do inconsciente, os psicanalistas reduzem a absolutamente nada toda consciência que, segundo Marx, constitui a única diferença entre o homem e o animal. [...] Reduzindo o papel da consciência a zero e reconhecendo para ela apenas a capacidade de servir de instrumento cego nas mãos do inconsciente (VIGOTSKI, 2001a, p. 93).

Esta reflexão não significa que o autor soviético tenha amadurecido sua fundamentação no materialismo histórico e dialético nessa obra, pois, ele ainda utiliza, em alguns momentos, os mesmos fundamentos do seu estudo sobre *A Tragédia de Hamlet*, denotando ainda um certo ecletismo, que ele viria combater nas suas obras da maturidade. No texto *Psicologia Pedagógica* escrito entre 1924 e 1926⁹, portanto imediatamente anterior ao *Significado Histórico da Crise na Psicologia*, o autor expressa ainda algumas concepções ecléticas, ora influenciado pela reflexologia pavloviana, ora pelas tendências pedagógicas correntes no mundo ocidental como o escolanovismo. A influência escolanovista tem origem na prática pedagógica adotada na URSS no início do período pós-revolucionário que, naquela época, se pretendia enquanto escola ativa, enfatizando a relação da escola com a vida, comum

⁹ Há controvérsias sobre as datas em que os textos de Vigotski foram escritos e publicados. Shuare (1990, p. 58) afirma que uma análise detalhada da obras de Vigotski “está por ser feita”.

a autores como John Dewey, Froebel e Montessori¹⁰. Essa influência não significa que Vigotski negava os fundamentos do materialismo histórico e dialético nessa época, mas, somente que ele ainda não havia amadurecido suficientemente sua fundamentação teórica, para conseguir identificar as epistemologias idealistas e biologicistas que ainda reproduzia parcialmente, mas já com um sentido crítico.

A compreensão do caráter monista da teoria do conhecimento de Marx somente irá se consolidar na sua obra: *O Significado Histórico da Crise na Psicologia: uma investigação metodológica* (1991), publicado em 1927. Em todas as obras posteriores de Vigotski, o materialismo histórico e dialético aparece como a referência teórica que fundamenta suas reflexões nos campos da psicologia e da pedagogia. Ele utiliza algumas vezes os conceitos centrais desta teoria associados à palavra psicologia, para identificar o referencial epistemológico dos seus estudos, tais como: psicologia dialética (*La psique, la consciência, el inconsciente*, 1991, p. 99, 101, 102 e outras obras), materialismo psicológico (*El significado histórico de la crisis de la psicología*, 1991, p. 389, 392), psicologia marxista (Idem, p. 402) e psicologia histórica ou histórico-social (*El método instrumental em psicología*, 1991, p. 69; *História do Comportamento*, 1996, p. 96). A associação destas categorias da teoria do conhecimento, criada por Marx, à palavra Psicologia é feita com fins didáticos apenas para reforçar suas convicções metodológicas em alguns momentos, já que Vigotski não identifica a teoria que criou como um campo a mais da psicologia como a psicologia social, a psicologia pedagógica ou a psicologia infantil. Ele afirma a necessidade da existência de uma única Psicologia como ciência que denomina “Psicologia geral” ou apenas “Psicologia” (1991, p. 388 e 405) e que abarca todas as outras especificidades da Psicologia, como a Gestalt, a Psicanálise ou a Reflexologia. É elucidativa da posição de Vigotski a respeito desta questão, a seguinte reflexão:

Um marxista historiador nunca dirá “história marxista da Rússia” considerando que isso se depreende do próprio fato. Marxista para ele é sinônimo de “verdade”, de “científica”, pois não reconhece outra história que não a marxista. E para nós a questão deve ser formulada da seguinte maneira: nossa ciência se converterá em marxista na medida em que se converta em verdadeira, científica, e é precisamente à sua transformação em verdadeira, e não à sua subordinação à teoria de Marx, que nós vamos nos dedicar. Tanto para preservar o legítimo significado da palavra quanto para

¹⁰ As influências da Escola Nova e da Reflexologia na obra *Psicologia Pedagógica* de Vigotski é explicada no livro: *Formação de Professores: valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?* (FACCI, 2004) e em outra publicação da editora Artes Médicas, 2003, com comentários, notas de rodapé e prefácio, onde Guilherme Blanc explica essas questões. É importante salientar que a edição da Martins Fontes (2001b), também incluiu textos de Vigotski escritos posteriormente, prejudicando a compreensão histórica da obra no conjunto da produção vigotskiana.

responder a essência do problema não podemos afirmar: “psicologia marxista” no sentido que se diz: psicologia associativa, experimental, eidética. A psicologia marxista não é uma escola entre outras, mas a única psicologia verdadeira como ciência. Outra psicologia, além dela, não pode existir (VYGOTSKI, 1991, p. 404).

O mesmo rigor teórico e metodológico, de fundamentação marxista, que consagrou Vigotski entre os pesquisadores e psicólogos soviéticos viria, mais tarde, ser motivo de questionamento e perseguição pelas forças stalinistas. O recrudescimento do regime comunista sob o comando de Stálin criou uma série de instituições e instrumentos de controle social coercitivos, contrários aos desdobramentos práticos da psicologia defendida por Vigotski. Isso gerou problemas de ordem política entre os pesquisadores da Psicologia Sócio-Histórica e as forças stalinistas.

Neste sentido podem ser entendidas as duras críticas sofridas pela Teoria Histórico-Cultural nos últimos anos de vida de Vygotski, especificamente após 1930, que culminou com a proibição da veiculação de seus escritos na sociedade soviética após sua morte. Este período foi marcado pelo endurecimento do partido, pela utilização indiscriminada da coerção externa e início dos expurgos, como forma de conter a contra-revolução pelo governo stalinista (TULESKI, 2002, p. 262).

A Psicologia Sócio-Histórica, formulada por Vigotski e outros importantes autores, foi determinada pela realidade social e histórica de uma época revolucionária das relações de produção econômicas e culturais da humanidade. A essência metodológica do seu entendimento das relações humanas também é um processo mediado pelo mundo real, tendo as forças da produção material da sociedade uma centralidade nas determinações de todas as outras relações. Por isso achamos de grande relevância apreender como a Psicologia Sócio-Histórica se fundamenta no materialismo em antagonismo à “velha” psicologia idealista.

1.1.1 Historicidade em Vigotski

O que efetivamente diferencia a psicologia geral proposta por Vigotski e as escolas de psicologia existentes até então, é o seu caráter histórico, fundamentado na teoria do conhecimento formulada na obra marxiana. O radicalismo de Marx ao fundamentar a determinação histórica da realidade humana é um marco referencial revolucionário na filosofia e na ciência e pode ser compreendido em uma citação de rodapé feita em: A Ideologia Alemã, onde ele afirma que somente existe uma ciência, a ciência da história

(MARX e ENGELS, 1989, p. 9). Antes de Marx as ciências sociais e a filosofia fundamentavam-se no pressuposto da naturalização do conhecimento, ou seja, tomavam os fenômenos das relações sociais como naturais e não históricos. A grande ruptura causada pelo pensamento de Marx em toda a estrutura do pensamento da modernidade transcorre de sua compreensão sobre a determinação histórica da totalidade das relações sociais e da consciência do indivíduo.

Utilizamos aqui o conceito de “modernidade” como uma forma econômica e cultural que se produziu na história, através da negação ou superação do pensamento e do modo de produção feudal, que se iniciou durante o Renascimento e prossegue até os dias atuais como um reflexo da organização capitalista da sociedade. A modernidade, então, passa a produzir teorias que têm sua gênese no modo de produção capitalista burguês e na negação das formas feudais de produção e pensamento que se justificavam metafisicamente na existência de Deus, explicando assim as buscas da mente humana para compreender a realidade. Ao invés de Deus, o pensamento moderno naturaliza a existência da mercadoria, da produção, do consumo e do acúmulo de capital, como sendo práticas inerentes e eternas da humanidade. A naturalização do pensamento burguês dominante coloca o próprio homem como uma determinação da propriedade privada assim como Lutero o coloca sob a determinação da religião (MARX, 1974, p. 9). A naturalização do desenvolvimento humano e a negação de seus determinantes históricos é uma distorção metafísica que fundamenta o pensamento moderno e serve como estratégia de justificação e perpetuação do modo de produção capitalista.

Quando Galileu, Bruno, Descartes e outros filósofos modernos publicaram seus pensamentos, foram rechaçados pelo poder feudais representados pelo clero e pela nobreza ainda fortalecida. O pensamento desses filósofos, calcado na lógica e na experiência empírica da realidade, não cabia no modo metafísico religioso predominante, fundamentado em Tomas de Aquino e Santo Agostinho. Mas, o próprio pensamento desses filósofos, revolucionário para a época, foi também fruto de uma nova ordem econômica que eclodia na Europa, produzindo riquezas nos burgos (cidades), através de um intenso comércio e da manufatura em grande escala. Sem essa base material produzida naquele momento histórico nossos filósofos nunca teriam conseguido criar teorias tão profundas e revolucionárias. Não foram os filósofos que produziram a derrocada do feudalismo, mas as forças materiais historicamente reais (concretas) que possibilitaram a tais indivíduos sintetizar tão rico conhecimento.

Na velha questão sobre o que veio antes - a realidade concreta ou o pensamento - a resposta do materialismo histórico é que o pensamento é parte da realidade concreta e é

também uma herança deixada pelas gerações passadas. Assim como as edificações, as máquinas e as ferramentas, a linguagem é também um instrumento da mediação humana produzida historicamente e não pode ser compreendida como “natural” da humanidade. Tudo o que identifica qualquer traço de humanidade é fruto da produção histórica. Outras formas de entendimento e explicação da realidade são reproduções falsas, fundamentadas em premissas que naturalizam as relações humanas, objetivando fortalecer os interesses da elite detentora do capital e repercutindo seus interesses e sua lógica de exploração e alienação ao restante da sociedade.

A crítica marxiana à naturalização do consumo, defendida pelos economistas clássicos, Adam Smith e Ricardo¹¹, pode exemplificar como as relações humanas passam a ser compreendidas através das mercadorias produzidas e consumidas como se esse consumo fosse da natureza e da essência humana, negando a determinação histórica tanto da produção quanto do consumo. A exacerbação do caráter naturalmente consumista do indivíduo o leva ao entendimento que as relações sociais são relações entre coisas: o banco financia, a indústria produz, o mercado distribui e os indivíduos consomem, porque essas coisas e relações são naturais e não poderiam ser diferentes. A desistoricização da compreensão da realidade isola o pensamento no presente como se o mundo contemporâneo surgisse magicamente como um fato em si. Para Marx (1989), somente é possível compreender a origem das relações sociais pela compreensão da evolução histórica da humanidade ao mesmo tempo em que o indivíduo humano somente o é, de fato, se for dotado de capacidade de desenvolver atividades sociais de transformação dessa própria realidade histórica dada:

A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes. Assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente (MARX e ENGELS, 1989, p. 46).

Esta percepção histórica da obra marxiana vai fundamentar a crítica de Vigotski à Psicologia Idealista e à Psicologia Comportamental, que compreendem a identidade humana separada de sua gênese histórica e, portanto, “fantasmagórica” e fruto de uma imaginação alienada que reproduz inconscientemente interesses materiais da elite detentora do capital.

¹¹ Adam Smith e Ricardo foram conhecidos como “economistas clássicos” e produziram uma complexa obra esclarecendo e fundamentando as relações da economia capitalista. Marx fundamenta sua crítica da economia política na crítica aos aspectos naturalizantes e alienados desses autores.

Segundo Marx (1989, p. 72), a reificação das mercadorias impõe um falso valor às mesmas, com base nos interesses de mercado e não no valor equivalente ao trabalho despendido para sua confecção. As mercadorias passam então a ser compreendidas como um valor em si e não como resultado da atividade humana. Essa lógica é produto do pensamento e dos interesses do capital que aliena a forma histórica de produção da mercadoria da sua gênese concreta, que é o trabalho, para uma abstração de valor constituindo a essência dos valores monetários instituídos no mundo capitalista:

A reflexão sobre as formas de vida humana e, portanto também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa “post festum” e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo. Assim somente a análise dos preços das mercadorias levou a determinação da grandeza de valor, somente a expressão monetária comum das mercadorias levou a fixação de seu caráter de valor. É exatamente essa forma acabada - a forma dinheiro - do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre produtores privados (MARX, 1989, p. 73).

A percepção materialista da história compreende a gênese dos interesses e formas materiais como motor principal do processo histórico. Os interesses de mercado, a exacerbação do consumo pelos interesses de lucro da produção, a alienação da mercadoria em relação ao trabalho despendido na sua confecção, são o principal motor do desenvolvimento histórico da humanidade, na perspectiva materialista. Essa realidade material, com seus interesses de classe, induz seus valores éticos, estéticos e lógicos ao restante das relações sociais, que passa a ser embebido desses mesmos valores, explicando assim porque filósofos e psicólogos reproduzem um pensamento idealista, biologicista, fenomenológico, para explicarem a consciência humana. Assim também as tendências da psicologia tradicional fundamentam-se em pressupostos teóricos produzidos sob a influência direta dos interesses de mercado e que reproduzem a lógica do pensamento liberal.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim com aquelas com que se defrontaram diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2003, p. 15).

Segundo Vigotski, a própria história humana parte do princípio da superação de uma forma natural pelas formas culturais eminentemente humanas. Os aspectos biológicos do homem não desaparecem, mas, são incorporados à história humana, mudando radicalmente sua existência. A filogênese da humanidade é a produção de sua nova forma de existência histórica e cultural. O ser humano somente é humano porque supera sua especificidade biológica através do trabalho, que produz uma nova realidade material, dominando a natureza externa e a sua própria natureza. Ao assim proceder muda também sua própria consciência. Transforma a natureza ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo. Assim a ontogênese do indivíduo humano nasce da filogênese. O indivíduo particular somente se humaniza ao se apropriar da cultura produzida na história do gênero humano e compreender esse entendimento complexo e determinante das relações humanas.

Estudar algo historicamente significa estudá-lo em movimento. Essa é a exigência fundamental do método dialético. Quando uma investigação envolve o desenvolvimento de algum fenômeno em todas as suas fases e modificações, desde que surge até o seu desaparecimento, isso implica expor manifestamente sua natureza, conhecer sua essência já que somente em movimento demonstra o corpo que existe. Assim pois, a investigação histórica da conduta não é algo que complementa ou ajuda o estudo teórico, senão que constitui seu fundamento (VIGOTSKI, 1995, p. 67 – 68).

Para além da compreensão sobre os determinantes históricos da cultura humana, Vigotski (2001b) aponta também para o processo criativo do “fazer história”, com o mesmo sentido dado por Marx ao termo. Se por um lado a humanidade deve ser educada para apropriar-se da realidade histórica, de forma a tomar consciência desse processo, por outro lado, é necessária a superação da sociedade de classes alicerçada no modo de produção capitalista, para a produção de uma nova ordem de relações mundiais. Não tem sentido a compreensão histórica da realidade humana sem que se tenha em mente a transformação dessa realidade. Assim, Vigotski objetiva a criação de uma escola que forme as crianças não para a passividade, mas, para a transformação revolucionária da realidade:

Por um lado é necessária a ousadia revolucionária, uma concepção não pequeno-burguesa das coisas para perceber o que ocorre, o seu verdadeiro sentido e saber abrir mão de preconceitos que até pouco tempo eram considerados inabaláveis. Tudo o que restou como herança podre da velha ordem, da moral burguesa, deve ser totalmente banido da escola(...). É necessário ter em vista que as épocas revolucionárias de desmoronamento e ruptura da velha ordem representam freqüentemente uma ruptura tão extraordinária das mais diversas culturas morais que freqüentemente a criança tem dificuldade de nortear-se nessa mistura (VIGOTSKI, 2001b, p. 299).

Os pesquisadores da Psicologia Sócio-Histórica, Newman e Holzman (2002), afirmam que somente é possível uma psicologia ou pedagogia fundamentada em Vigotski se ela for determinantemente revolucionária, no sentido de mudar o modo de produção da totalidade das forças materiais e culturais do capitalismo, extinguindo a sociedade de classes. Esta compreensão do sentido histórico da obra de Vigotski fica explícita na seguinte afirmação:

Para a mente ingênua, revolução e história parecem incompatíveis. Ela acredita que o desenvolvimento histórico continua na medida em que segue uma linha reta. Quando sobrevém uma mudança, um corte no tecido histórico, um salto, essa mente ingênua só vê catástrofe, uma queda, uma ruptura; para a mente ingênua, a história pára enquanto não voltar a ficar reta e estrita de novo. A mente científica, ao contrário, vê a revolução como a locomotiva da história avançando a todo vapor; considera a época revolucionária uma encarnação tangível, viva, da história. Uma revolução cumpre apenas aquelas tarefas que foram levantadas pela história: essa afirmação é igualmente válida tanto para a revolução geral como para aspectos da vida social e cultural¹² (VYGOTSKY, *apud* NEWMAN e HOLZMAN, 2002, p. 20).

Prevalece, na Psicologia Sócio-Histórica, o processo de mudança permanente da consciência particular e da realidade enquanto uma totalidade. Ambas, segundo Vigotski, têm momentos de desenvolvimento súbito, aos saltos, que acontecem de forma dialética, numa inter-relação entre a particularidade e a totalidade histórica que produz o gênero humano.

¹² Esta citação de Vigotski foi extraída da obra: Lev Vygotsky: cientista revolucionário de Newman e Holzman (2002), em cujo desenvolvimento os autores procuram identificar o determinante revolucionário da obra de Vigotski. Newman e Holzman citam uma obra que desconhecemos de Vigotski. Encontramos um texto quase igual a uma parte do texto *História de las Funciones Psicológicas Superiores* (VYGOTSKI, 1995), na qual Vygotski enfatiza o aspecto revolucionário do desenvolvimento infantil, mas sem a ênfase na revolução histórica tal qual no texto acima citado. Pode ser que sejam textos distintos pois Vigotski costumava refazer textos com pequenas características diferentes, ou pode ser que seja uma falha no entendimento do tradutor, já que um foi traduzido para o inglês e outro para o espanhol.

1.1.2 Unidade entre totalidade e particularidade (gênero humano¹³ e individualidade)

Vigotski parte do pressuposto marxiano de que a sociedade, tendo em vista o seu caráter histórico, é uma totalidade em permanente inter-relação com infinitas particularidades. Para ele o processo de ensino e aprendizagem deve ser percebido na relação dialética entre a totalidade concreta das forças materiais no seu movimento histórico e o seu produto que é o mundo das idéias contido no registro da linguagem. O isolamento da compreensão dessa realidade é também reflexo de uma ideologia produzida historicamente que deve ser desvelada para ser efetivamente entendida como parte da totalidade histórica em que se encontra. A categoria de totalidade histórica aqui adotada pode ser compreendida no seguinte trecho do texto dos Grundrisse de Marx:

Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma econômica burguesa e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece em todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem os seus pressupostos, e o seu desenvolvimento no sentido da sociedade ou no criar para si os órgãos que ainda lhe faltam. Transforma-se em totalidade histórica. O desenvolvimento rumo a essa totalidade é um momento do seu processo, de seu desenvolvimento (MARX, Apud KOSIK, 1995, p. 59).

Totalidade é a realidade concreta, um todo estruturado em permanente estado de desenvolvimento histórico e de auto-criação. A categoria de totalidade, empregada do ponto de vista do pensamento materialista-histórico, pressupõe a existência de uma forma superior de organicidade humana nas relações materiais que a tudo induz e se deixa induzir. O capitalismo enquanto tal foi produzido historicamente a partir da existência do dinheiro, do salário, do lucro, ainda dentro de um modelo fragmentado de relações econômicas no mundo feudal e antigo. Quando o capital passa a ser a forma central de desenvolvimento da humanidade como um todo, produz uma totalidade concreta identificada com o modo de produção capitalista. Quanto mais a sociedade se tecnologiza, se comunica e se mundializa, mais essa totalidade se fortalece enquanto determinante dos fenômenos particulares.

Um fenômeno social, analisado apenas em sua particularidade, tem características essencialmente diversas quando se analisa este mesmo fenômeno em relação dialética com a totalidade. A parte e o todo, o todo e a parte, vão sendo produzidos numa relação de reciprocidade onde um não pode ser entendido sem o outro e vice e versa. Não

¹³ Marx utilizou o conceito de “homem” como ser genérico designando toda a humanidade. Pelo motivo de que atualmente novos paradigmas relacionados a questões de gênero foram criados, utilizaremos no lugar de “homem” outros conceitos como: “gênero humano”, “humanidade”, “ser humano” e “indivíduo humano”. Quando o texto reproduzir o pensamento diretamente do texto de Marx, utilizaremos “homem” entre aspas.

existe um todo pronto e acabado, independente do movimento das particularidades, assim como não existe um fenômeno social separado da totalidade. A totalidade também não é uma somatória exaustiva das particularidades, mas um todo orgânico em relação ao qual um fato qualquer, na sua particularidade, deve ser racionalmente compreendido:

A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda conhecer todos os aspectos da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedades; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade. A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta (KOSIK, 1995, p. 44).

A teoria da totalidade concreta é o entendimento da realidade tal qual ela é, e não apenas na sua aparência abstrata, pois essa aparência é justamente a particularidade, concebida separadamente da totalidade que a determina. A totalidade concreta exige da mente humana uma compreensão da essência do gênero humano como um todo orgânico para ser compreendida e não apenas uma visão de uma particularidade, como é comum no pensamento liberal, a exemplo dos teóricos da economia política do capitalismo.

A produção do pensamento científico e do senso comum sobre o ensino e a aprendizagem, em cada época ou sociedade diversa, mantém uma relação dialética com a totalidade concreta do mundo material e histórico. Essa totalidade repercute no universo da produção das idéias, as contemporâneas e as constituídas anteriormente que também, direta ou indiretamente, repercute os interesses materiais dominantes. Um complicado e fragmentado universo de produção de conhecimento sobre a questão, num primeiro contato, parece contraditório e incompreensível. À luz de uma racionalidade que elucide a organicidade dessas formas de conhecimento com a totalidade das forças produtivas, o ensino e a aprendizagem adquire novo sentido e torna-se compreensível.

Na perspectiva vigotskiana não se pode compreender uma particularidade dissociada dessa totalidade, assim como também a totalidade deve ser compreendida em permanente movimento e transformação, tendo em vista que as particularidades também atuam no todo. Assim a totalidade das relações sociais tem uma característica orgânica entre formas superiores mais concretas e formas inferiores mais particulares, formando uma unidade indivisível. Com o termo “unidade” o autor refere-se a um produto de análise que, “ao contrário dos elementos, conserva todas as propriedades básicas do todo, não podendo ser dividido sem que se as perca” (VIGOTSKI, 1996). É essa perspectiva de totalidade que leva Vigotski a afirmar a necessidade de um ensino escolar relacionado às questões mais amplas

da sociedade através da participação em movimentos sociais voltados para interesses coletivos; para ele a educação deve ter em mente as grandes dimensões mundiais, como uma prática que amplie a compreensão do meio social, inserindo-se na totalidade:

Devemos derrubar as barreiras domésticas em prol da turma, as barreiras da turma em prol da escola, as barreiras da escola em prol da unificação de todas as escolas da cidade, etc., até dos movimentos infantis que abrangem todo o país ou até dos movimentos mundiais como o movimento dos pioneiros ou da juventude comunista. Nesses movimentos, e só neles, a criança pode aprender a reagir aos mais distantes estímulos, a estabelecer vínculos entre a sua reação e um acontecimento que se deu a milhares de léguas de distância, de coordenar e relacionar o seu comportamento ao comportamento de gigantescas massas humanas, digamos, ao movimento operário internacional (VIGOTSKII, 2001b, p. 123).

Existe uma identidade filosófica intencional de Vigotski ao expressar a perspectiva da totalidade na sua proposta de psicologia pedagógica e a perspectiva de totalidade dos escritos de Marx ao criticar a economia política burguesa. Vigotski (2001a, p. 259) insiste em que o ensino proporcione relações ativas e criadoras, não bastando o ensino de habilidades, como lidar com máquinas, mas fazendo com que a criança penetre no sentido de toda a produção para que descubra o significado de determinados procedimentos técnicos como partes indispensáveis de uma totalidade. O mesmo pode ser compreendido de um texto de Marx nos Grundrisse com o tema da economia política ao invés da psicologia e da pedagogia estudada por Vigotski, vejamos:

Finalmente a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção. [...] Temos que distinguir entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção (MARX, 1974, p. 111).

É impossível apreender a produção material e histórica da humanidade compreendendo apenas uma particularidade. O isolamento da particularidade como explicação em si mesma é uma concepção fenomenológica amplamente denunciada por Marx (1974, p. 44) pelo seu caráter irreal, metafísico e fundamentado no domínio do espírito sobre a realidade. Vigotski aprofundou essa tese em sua proposta de psicologia pedagógica justificando que a produção atinge socialmente um caráter extremamente amplo, de totalidade, que abrange o mundo inteiro e que as crianças se deparam com essas formas complexas de organização do comportamento social antes mesmo de entrarem em contato com a natureza. Em síntese, a totalidade histórica das forças produtivas da humanidade está constituída em todas as particularidades e individualidades, numa relação dialética onde o

todo determina a parte e a parte determina o todo, num dinâmico e interminável processo de mútua produção. Sem a compreensão da totalidade, enquanto categoria de compreensão da realidade humana que obedece a princípios históricos e dialéticos, a obra de Vigotski não pode ser compreendida.

1.1.3 Materialismo e idealismo

Vigotski denuncia a tendência idealista da psicologia tradicional que separa o aspecto material do espiritual e que explica metafisicamente os fenômenos psíquicos, como se esses não tivessem relação com o mundo material. Ele critica os aspectos metafísicos que ainda fundamentavam a psicologia, que considera os fenômenos psíquicos separados dos demais fenômenos do mundo, pois acreditam que esses são imateriais e inacessíveis à experiência objetiva (2001b, p. 4 e 5). Fazendo a crítica do que chama de “psicologismo”, Vigotski nomeia várias vertentes da Psicologia como a Psicanálise e a Gestalt como psicologias idealistas, que estudam a psicologia como se a psique fosse o “reino independente do espírito”, sem relação com a base material e histórica da existência humana (1991, p. 116). Quando faz a crítica histórica à crise na Psicologia, Vigotski identifica duas vertentes dessa ciência, uma biologicista e materialista e outra idealista e espiritualista. O cerne da crítica por ele proposta é conseguir compreender tanto o aspecto material como espiritual como partes inseparáveis, dialeticamente relacionadas e determinadas historicamente. Essa mesma crítica ao idealismo volta a ser expressa em vários outros textos publicados, como o exemplo abaixo citado, retirado da Psicologia pedagógica:

Admitindo assim, a existência de fenômenos imateriais, desprovidos de espaço, essa psicologia mantinha na íntegra a visão dualista da natureza humana própria do pensamento primitivo e religioso. Não é por acaso que essa psicologia estava estritamente ligada a filosofia idealista, que ensinava que o espírito é um princípio específico e diferente da matéria, enquanto a consciência tem uma realidade especial, autônoma, independente do ser. Por isso a psicologia, fechada numa consciência isolada da realidade, foi condenada a esterilidade, ao desligamento da realidade e à impotência diante

das questões mais candentes do comportamento humano (VIGOTSKI, 2001b, p. 4).

A negação da concepção idealista é uma questão central em toda a sua obra, norteada pela busca de uma psicologia que não seja nem idealista, nem biologicista e nem comportamentalista, mas, histórica. Vigotski identifica as bases idealistas da Psicanálise e da Gestalt como originárias em Hegel e Husserl, ao qual chama de “idealista extremo” (1991b, p. 304, 341 e 342). Contrapondo-se ao idealismo, que vê na consciência humana a própria realidade, ele utiliza a concepção marxiana que afirma ser a matéria uma realidade objetiva que existe independentemente da consciência humana:

E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica, e todo o resto da ideologia, bem como as formas de consciência a ela correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento, e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1989, p. 21).

A obra vigotskiana guarda uma profunda identidade com os princípios das poucas páginas de *A ideologia alemã*¹⁴ onde Marx e Engels dedicam-se a explicar a produção material da consciência humana. Essa identidade pode ser explicada também pelo fato de que Vigotski, por ser um grande estudioso, apropriou-se da essência da obra disponível de Marx e Engels na época, que guarda uma radical coerência interna, possibilitando uma unidade de leitura dos aspectos variados da obra.

Vigotski (2001b, p.8) afirma ainda que o primeiro traço da nova psicologia é o seu materialismo, uma vez que todo comportamento do homem como constituído de uma série de movimentos e reações é dotado de todas as propriedades da existência material. Para Vigotski os fenômenos psíquicos não podem partir de explicações idealistas que justificam as emoções, os sentimentos, a subjetividade e o subconsciente como algo em si mesmo. Para ele

¹⁴ A citação acima, retirada de *A Ideologia alemã*, possivelmente não tenha sido lida por Vigotski, tendo em vista que segundo Jacob Gorender, (1998), essa obra clássica de Marx foi publicada pela primeira vez em 1993, na URSS. Essa afirmação é contraditória porque na obra *Psicologia da Arte* (2001a), que foi escrita em 1924, existe uma citação de *A Ideologia Alemã*, que pode ter sido adulterada, já que os manuscritos dessa obra vigotskiana ficaram durante décadas sem publicação.

essas manifestações possuem causas materiais e históricas e cita Plejanov¹⁵ ao fazer a seguinte afirmação:

A natureza dotou o homem de uma necessidade estética que possibilita que este tenha idéias, estéticas, gostos e sensações. Porém, estabelecer com exatidão que gostos, idéias e sensações terá o homem social em questão, em uma determinada época histórica, não é diretamente dedutível da natureza do homem. Essa resposta só nos pode ser dada por uma interpretação materialista da história (VYGOTSKI, 1991, p. 273).

Diferindo dos animais, os seres humanos acumulam experiências e cultura durante o passar das gerações. Essa riqueza transmitida pelas gerações passadas traz não somente o modo de produção das riquezas materiais, instrumentos de trabalho, conhecimentos e traços estéticos, mas, também formas específicas de conhecimentos, sentimentos, emoções e comportamentos, que não podem ser cientificamente compreendidas como meros reflexos físicos ou sentimentos nascidos na individualidade. Concordando com Blonski¹⁶, Vigotski (2001, p. 287) afirma que devemos ser profundamente históricos e colocar o comportamento do homem em relação a sua situação de classe. A ausência desta reflexão leva psicólogos e cientistas a uma compreensão idealizada da realidade, que reproduz inconscientemente interesses de classe, desviando o entendimento sobre o caráter psicológico do homem da sua verdadeira gênese social e histórica para a individualidade, a sexualidade e o inconsciente. Neste sentido, a psicologia e a educação perdem seu caráter de ciência que estuda e intervém na realidade, passando a ser apenas ideologia:

O meio nem sempre influencia o homem direta e imediatamente, mas de forma indireta, através da sua ideologia. Chamamos de ideologia todos os estímulos sociais que se estabeleceram no processo de desenvolvimento histórico que se consolidaram sob a forma de normas jurídicas, regras morais, gostos estéticos, etc. (...) As inteligências mais ousadas se atrevem a falar da total impregnação social do organismo e de que nossas funções mais íntimas são, no fim das contas, veículos de expressão de natureza social. (...) Ao analisarmos a psicologia do homem moderno, encontramos nela tamanha multiplicidade de opiniões alheias, palavras alheias e idéias alheias que decididamente não podemos dizer onde termina sua própria personalidade e onde começa sua personalidade social. Por isso cada indivíduo na sociedade moderna, queira ele ou não, é forçosamente a expressão desta ou daquela classe (VIGOTSKI, 2001b, p. 286).

Essa mesma perspectiva dialética, utilizada como uma abstração metodológica para o entendimento da realidade, Vigotski vai utilizar para resolver outras questões de

¹⁵ Autor materialista e psicólogo soviético.

¹⁶ Autor marxista citado por Vigotski em diversas obras.

relação entre vertentes da Psicologia como a Psicanálise, a Gestalt, a Reflexologia e o Behaviorismo, através da crítica às dicotomias por elas propostas entre: consciência e inconsciente, subjetividade e objetividade, espiritualismo (ou idealismo) e materialismo (1993, p. 346). Para o autor, a Psicologia tem um traço distintivo que é o método dialético, que reconhece que os processos psíquicos se desenvolvem em indissolúvel ligação com todos os outros processos do organismo (VIGOTSKI, 2001b, p. 8).

Tendo em vista o pressuposto materialista de Vigotski, o “inconsciente” nunca chegou a ser objeto central de suas obras¹⁷, tornando-se apenas objeto de crítica ao idealismo na psicologia. Muitos foram os textos em que o autor retomou essa temática, mas como em outros assuntos, essa questão deliberadamente não serviu de fundamento para sua proposta na psicologia e na pedagogia. A ausência de uma busca mais aprofundada sobre formas de compreensão do inconsciente não o impediu de iniciar algumas reflexões relevantes sobre a questão. Vigotski sempre reconheceu a existência do inconsciente junto aos psicólogos marxistas mecanicistas, que negavam tal existência. A sua reflexão mais significativa sobre o assunto, revelou-se como uma crítica aos autores da Reflexologia, que negavam a existência do inconsciente pela ausência de suas características materiais e que também, de uma forma inversa, fundamentavam-se na dicotomia entre consciente e inconsciente:

De igual modo o inconsciente torna-se objeto de estudo do psicólogo não por si mesmo, mas por via indireta, através da análise daqueles vestígios que ele (o subconsciente) deixa no nosso psiquismo. Porque o inconsciente não está separado do consciente por alguma muralha intransponível. Os processos que nele se iniciam têm, freqüentemente, continuidade na consciência e, ao contrário, recalcamos muito do consciente no campo do inconsciente. Existe uma relação dinâmica, viva e permanente, que nunca cessa, entre ambas as esferas da nossa consciência. O inconsciente influencia os nossos atos, manifesta-se no nosso comportamento, e por esses vestígios e manifestações aprendemos a identificar o inconsciente e as leis que o regem (VIGOTSKI, 2001b, p. 82).

Vigotski critica o excesso de importância dada ao inconsciente, “reduzindo a nada toda a consciência que, segundo a expressão de Marx, constitui a única diferença entre o homem e o animal” (VIGOTSKI, 2001b, p. 93). Para o autor, Freud¹⁸ associou sem a devida fundamentação o inconsciente ao desejo sexual, como uma relação edipiana na fase infantil, e

¹⁷ Entre as obras em que o autor trata do inconsciente podemos destacar: Psicologia da Arte; Psicologia Pedagógica; O Significado Histórico da Crise na Psicologia; A Psique, a Consciência e o Inconsciente; entre outras.

¹⁸ A crítica à psicanálise ficou mais evidente depois de 1927 com o texto O Significado Histórico da Crise na Psicologia, mas, já era evidente desde as obras anteriores como Psicologia da arte e Psicologia Pedagógica e continua presente em quase todas as obras de Vigotski, inclusive na sua última grande obra “Pensamento e linguagem” onde o autor critica os fundamentos psicanalíticos de Piaget.

negligenciou todo um complexo encadeamento de outros determinantes históricos, materiais e emocionais. “A psicanálise reduz todas as manifestações do psiquismo humano a mera atração sexual, adotando um pansexualismo infundado” (VIGOTSKI, 2001a, p. 92).

Outra crítica feita por Vigotski (1991, 2001a e 2001b) a Freud, diz respeito à vinculação mecânica e metafísica do inconsciente com o prazer e o sexo no âmbito individual, sendo o inconsciente a expressão do desejo sexual reprimido, que pode voltar a aflorar a qualquer momento no consciente de forma patológica. O autor percebe aí um duplo equívoco: o excesso de valor da sexualidade e o isolamento do entendimento do inconsciente do indivíduo dos determinantes sociais e históricos.

Entre os comportamentalistas que desconsideram o inconsciente e os psicanalistas que o superdimensionam e sexualizam, Vigotski procurou identificar aspectos relevantes que pudessem ser compreendidos na sua proposta de psicologia, a partir de seus fundamentos teóricos e metodológicos. O primeiro ponto levantado é que o inconsciente guarda especificidades que não podem ser entendidas de forma imediata, como frustrações ocorridas no passado e que podem ou devem ser objeto de atitudes por parte dos educadores preocupados com o desenvolvimento de seus educandos. Essa preocupação deve ter o sentido de levar a sublimação pela atividade, ou seja, o desenvolvimento de certas atividades que possam ajudar o indivíduo a sublimar a antiga falta numa forma de ação organizada socialmente:

Dá-se o nome de sublimação à transformação dos tipos inferiores de energia em superiores através do deslocamento para o subconsciente. Assim, do ponto de vista psicológico existe um dilema para a educação dos instintos: ou a neurose ou a sublimação, isto é, ou o eterno conflito das tendências não satisfeitas com nosso comportamento ou a transformação de tendências inconciliáveis em formas de atividades superiores e complexas (VIGOTSKI, 2001a, p. 96).

O seu entendimento sobre o inconsciente aparece ainda nessa obra de forma complacente, onde, mesmo sendo feita a crítica à Psicanálise, seu pensamento ainda apóia-se parcialmente nesses pressupostos. Numa fase posterior, quando o autor aprofundou seus estudos sobre pensamento e linguagem, um novo entendimento é demonstrado sobre o assunto. Apoiado nas críticas que Watson estabelece acerca do subconsciente psicanalítico, Vigotski afirma que existe uma distinção entre comportamento verbalizado e não verbalizado e que este último é o que chamamos de inconsciente.

A estreita conexão entre a verbalização e a consciência desse processo tem sido afirmada também por alguns críticos de Freud, que se inclinam a

equiparar o inconsciente com o não social e o não social com o não verbal. Watson vê também na verbalização a principal diferença do consciente. Afirma categoricamente que tudo que Freud denomina inconsciente é, em essência, não verbal(...) Não podemos recordar os acontecimentos mais antigos da infância precisamente porque se produziram quando nosso comportamento não estava ainda verbalizado e, por isso, a parte mais antiga da nossa vida será sempre inconsciente para nós (VYGOTSKI, 1991, p. 110).

Para Vigotski tomar o inconsciente como objeto central da Psicologia é fruto de uma concepção idealista que considera a psique uma esfera totalmente separada e sobre a qual não atuam as leis do mundo material, constituindo-se o verdadeiro “reino do espírito” (VYGOTSKI, 1991a, p. 98). Fundamentado nessa perspectiva monista (não dualista), que rege toda teoria do conhecimento formulada por Marx, Vigotski (2001a) propõe uma compreensão do inconsciente que leve a uma ação concreta através da educação: do indivíduo inserido na realidade social e coletiva. Para Vigotski, a energia deslocada para o inconsciente e ali recalcada torna a libertar-se em nome da realidade, mas agora em um sentido criador e socialmente útil. Na sua obra *Psicologia pedagógica*, ele cita um homem que, explorado no trabalho e ofendido pelo chefe, não pode explicitar sua raiva no trabalho. Ao chegar em casa descarrega um impulso grosseiro agressivo com enorme força contra a mulher e os filhos:

Mas paralelamente pela cidade, uma proclamação clandestina conclama a luta contra os “chefes” em geral, apontam os métodos dessa luta, luta longa, persistente e organizada. O reflexo agressivo se liberta só que agora em forma organizada e não mais tempestuosa desdobrando-se em amplitude, transformando-se em um trabalho revolucionário persistente e clandestino (VIGOTSKI, 2001b, p. 283 – 284).

Assim, Vigotski justifica a necessidade de transformar um reflexo agressivo de ordem inferior em uma ação concreta de ordem superior, criativa e socialmente conectada a interesses da classe revolucionária. Para ele tudo no homem pode ser educado, desde que existam condições reais para essa educação e o inconsciente individual seja compreendido como parte inseparável da realidade histórica e material da humanidade, como um reflexo do todo orgânico social e não como um fragmento abandonado a si mesmo como fazem os teóricos da psicologia idealista.

1.1.4 Interesses e equívocos das interpretações ecléticas e liberais da obra de Vigotski

Mesmo com a objetividade dos escritos de Vigotski, fundamentando a sua concepção de psicologia como ciência materialista, histórica e dialética, muitos são os autores que procuram equivocadamente difundir uma forma falsa do seu pensamento, associando-o a teorias fragmentadas de outros referenciais filosóficos, negando a essência da sua teoria. Seja por falta de conhecimento aprofundado sobre seu trabalho e seus pressupostos teóricos ou por motivos de mercado. Tendo em vista que Vigotski “virou moda”, autores que conhecem superficialmente sua obra lançam mão de publicações superficiais, fragmentadas, e até mesmo falsas sobre os seus estudos. O que se confirma é uma produção voltada somente para a conquista do mercado editorial, que tem aumentado significativamente a vendagem dos livros de Vigotski.

Muitas das utilizações do pensamento de Vigotski, associados a autores com referências teóricas opostas as suas, devem-se também ao método de exposição dos seus textos. Como ele era um grande estudioso, buscava exaustivamente a raiz do conhecimento sobre cada assunto abordado, através de uma análise minuciosa das obras dos pesquisadores das áreas afins. Vigotski buscava compreender em profundidade o autor, mesmo sendo de outras vertentes teóricas, para somente depois realizar a crítica aos fundamentos e procedimentos utilizados, sempre com base no materialismo histórico e dialético, como instrumento de análise e crítica aos procedimentos adotados. Por isso, autores que não conhecem em profundidade o pensamento de Vigotski pinçaram algumas partes de seus textos e associaram ao pensamento de autores antagônicos, como Piaget, ao qual foi amplamente identificado, nos últimos 30 anos, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, mesmo com vários textos escritos e publicados por Vigotski (2001a; 2001c; e 1991) criticando os aspectos biologizantes e idealistas deste autor¹⁹. Vigotski reafirmou alguns aspectos empíricos das pesquisas experimentais feitas por Piaget, mas negou a sua fundamentação teórica e a coerência dos seus pressupostos metodológicos.

Fiel à sua fundamentação marxista, Vigotski foi um crítico veemente das posições ecléticas que afirmam ser possível a junção de princípios metodológicos inconciliáveis:

Não existe uma única metodologia fundamental de uma época. O que existe, na realidade, são conjuntos de princípios metodológicos em litígio,

¹⁹ Retomaremos a questão com mais profundidade no item sobre pensamento e linguagem, neste mesmo capítulo.

profundamente hostis, que excluem uns aos outros e cada teoria – a de Pavlov, Einstein, etc. – têm seus valores metodológicos. Utilizar do parênteses da metodologia geral de uma época e diluir nela o marxismo significa transformar não só a aparência, mas também a essência do marxismo (VYGOTSKI, 1991, p. 298).

Vigotski (1991, p. 296-297) critica Zalkind²⁰ pela tentativa de associar a Psicanálise de Freud ao marxismo. Sua crítica parte da impossibilidade de comunhão entre os pressupostos teóricos de Freud, que fundamenta a psicologia na sexualidade e no inconsciente, com o materialismo de Marx que tem como pressuposto central a produção material da história pelo trabalho como determinante da consciência individual e coletiva. “E o que fazem os ecléticos: respondem a pergunta feita pela psicologia marxista como o que lhes sugere a metapsicologia freudiana” (VIGOTSKI, 2001, p. 294). Em conformidade com o pensamento marxista, Vigotski é também contrário a qualquer forma de “ecletismo” metodológico. Para ele o materialismo dialético exclui a possibilidade de somar mecanicamente os grandes feitos científicos. Vigotski (1991, p. 274), critica o ecletismo, que opera através da valorização de coincidências e não de fundamentos. Ainda criticando autores que tentam identificar a psicanálise com o materialismo histórico, ele afirma que a Psicanálise limita a psicologia, transformando a sexualidade em princípio metafísico de uma série de idéias metafísicas e a Psicologia em ideologia e em metapsicologia:

A anexação, a transposição mecânica de fragmentos de um sistema alheio a si próprio, parece produzir-se, neste caso como em todos os casos sempre, de maneira milagrosa e como evidência da verdade. Semelhante coincidência teórica e prática “quase milagrosa” de duas doutrinas, que operam com um material manifestamente distinto e que utilizam métodos totalmente diferentes, constitui uma prova convincente do caminho acertado que segue atual reflexologia (VYGOTSKI, 1991, p. 296).

Essa crítica Vigotski escreveu com referência à proposta de Zalkind de unir a Reflexologia com a Psicanálise, enaltecendo o fato de que os autores da Reflexologia não aceitavam a possibilidade de uma identidade com a Psicanálise. Escreve também que a Doutrina dos Complexos de Jung não corresponde com os dados da Reflexologia, sendo que “uma baseia-se na análise subjetiva e outra na observação comportamental concreta”. Para Vigotski a valorização de “coincidências” como meio de se chegar a uma verdade científica através da junção de métodos completamente distintos apenas comprova a carência metodológica de princípios e o ecletismo de um sistema falho.

²⁰ A. B. Zalkind foi um estudioso da psicologia que publicou *Ensaio sobre a Cultura dos Tempos Revolucionários* e tentava unir a psicanálise ao materialismo histórico e dialético e por isso foi criticado por Vigotski.

Os intentos ecléticos de conjugar elementos heterogêneos, de distinta natureza e de distintas origens científicas, carecem de um caráter sistemático, dessa sensação de estilo, dessa conexão entre nexos que proporciona o submetimento das teses particulares a uma só idéia que ocupa um lugar central no sistema do qual é parte (VYGOTSKY, 1991, p. 293).

Vigotski se utiliza da mesma prática de estudos que Marx utilizou nos seus estudos, dentro das diferentes proporções referentes aos seus objetos de estudos (a psicologia e a pedagogia em Vigotski e a economia, a filosofia e a história em Marx). Dentre muitos autores estudados, Marx escolheu os que lhe convinha para aprofundar seus estudos como Aristóteles, Hegel, Feuerbach, Ricardo, Adam Smith, Prudon, e outros. Esses autores não foram copiados em nenhum momento na obra marxiana, ao contrário, foram estudados à exaustão e devidamente criticados a partir do ponto de vista do materialismo histórico e dialético. Em momento algum Marx utilizou de forma passiva o conhecimento produzido por esses autores, mas sempre negou objetivamente a fundamentação e a cientificidade das obras desses autores. O mesmo procedimento adotou Vigotski com relação à psicologia. Estudou exaustivamente autores de sua área de conhecimento na época como: Pavlov, Blonsk, Bühler, Koffka, Kornilov, Münsterberg, Thorndike, Freud, Piaget, Zalkind e outros²¹. Em momento algum Vigotski utilizou, de forma passiva, os conhecimentos produzidos por esses autores, muito pelo contrário, sempre se esmerou em fazer a devida crítica aos seus referenciais teóricos e metodológicos. Sua crítica aos autores estudados sempre se manteve coerente com os seus pressupostos teóricos.

No Ocidente, particularmente nos Estados Unidos e Reino Unido, a obra de Vigotski veio à tona ainda nos anos de 1950, por pesquisadores ligados à sua área de conhecimento, que pouco conheciam sobre a teoria do conhecimento formulada por Marx (BURGUESS, 1993). Esse fato impossibilitou a compreensão da sua obra dentro da estrutura teórica na qual ela foi formulada. Os autores passaram então a recortar alguns entendimentos úteis que reproduzem não a proposta real de Vigotski, mas fragmentos que, em essência, mais negam do que efetivamente afirmam o conteúdo por ele expresso:

A perspectiva Vygotskyana, com um empurrãozinho, também pode ser relacionada a posições pós-modernas. A ambigüidade que pode ser lida na posição ideológica de Vygotsky (e de Bakhtin) permite recontextualizações de acordo com uma variedade de relevâncias contemporâneas. Assim, é possível ver que Vygotsky atrai grupos diferentes por razões diferentes (BURGUESS, 1993, p. 21).

²¹ Além dos pesquisadores que tratavam da Psicologia, Vigotski estudou profundamente os clássicos da Filosofia como: Rousseau, Espinosa, Kant, Hegel, Hume, Bacon, Descartes e muitos outros, além de Marx, Engels e Lenin.

Alguns estudiosos de Vigotski, ingleses, estadunidenses e russos, demonstram claramente como muitos textos foram adaptados ou “recontextualizados” para a realidade capitalista. Numa realidade histórica em que o mundo estava dividido entre comunistas e capitalistas, as ciências em geral e principalmente as ciências humanas, passavam por um processo de censura, muitas vezes sutil e realizado de modo inconsciente ou ideológico pelos próprios pesquisadores. Fica difícil entender Vigotski fora do universo cultural e material da sociedade em que viveu. O psicólogo e autor soviético Davidov, da segunda metade do século XX, expressa a dificuldade que os ocidentais tiveram em compreender a totalidade do pensamento de Vigotski:

Sua visão de mundo desenvolveu-se nos anos da revolução e refletiu as mais avançadas e fundamentais influências sócio-ideológicas relacionadas à compreensão das essências do homem e das leis de seu desenvolvimento histórico e de sua formação plena, nas condições da nova sociedade socialista. Esse pensamento manifestou-se plenamente na filosofia materialista dialética, que Vigotski conhecia a fundo e na qual baseou seu próprio ponto de vista sobre a palavra (DAVIDOV, 1993, p. 153).

Davidov evidencia que as interpretações contraditórias da obra de Vigotski no Ocidente devem-se à diferença fundamental da prática sócio-histórica da educação de massa entre as sociedades burguesas e socialistas (DAVIDOV, 1993, p. 161). Outros autores, mesmo ingleses e estadunidenses não marxistas, também evidenciaram em suas obras o processo de retirada do pensamento marxista da obra de Vigotski, no Ocidente. Essa prática fica evidente nas traduções orientadas pelo psicólogo estadunidense J. S. Bruner, denunciadas pelo pesquisador estudioso de Vigotski e professor de literatura inglesa, na Inglaterra, Tony Burgess (1993, p. 47):

No entanto, sua leitura de Vigotski adota a versão de ciência transcendente como um caminho para lidar com as divisões da Guerra Fria e retira os conceitos de sua estrutura marxista para colocá-lo no pragmatismo norte-americano, como uma forma de resolver as dificuldades com o marxismo

A ausência de domínio do referencial teórico e metodológico marxista pelos pesquisadores da Psicologia que introduziram o pensamento de Vigotski no Ocidente, impede a compreensão da essência do seu trabalho que é justamente o que Vigotski mais buscou expressar nas suas obras. A censura ao pensamento marxista, durante a Guerra Fria, resultou também na produção de uma censura ideológica, que impregnou as ciências humanas na época.

O pensamento vygotkiano teve que conquistar o seu lugar. Defensores e intérpretes tiveram que defender sua causa em um ambiente de conceitos psicológicos e culturais que, na maior parte das vezes, não tinha consciência de sua existência e duvidava do projeto de uma psicologia marxista. Onde o marxismo era visto principalmente como religião estatal, ele foi interpretado, na maioria das vezes, como retórica política e não como uma especialidade de origem intelectual ou um projeto intelectual com potencial explicativo (BURGESS, 1993, p. 44).

Burgess demonstra como a leitura ocidental da psicologia soviética acontece de duas formas, nos anos 1950 e 1960 na Inglaterra. A primeira “herda a ênfase no sujeito humano, na liberdade ética, e na origem humana das idéias sobre a realidade, características do pensamento humano”, numa nítida contradição com os pressupostos de Vigotski . Segundo o Burgess, esse grupo de estudiosos de Vigotski dá mais relevância a uma concepção de psicologia que compreende o desenvolvimento da criança a partir do indivíduo.

Os seguidores dessa linha estão interessados em aprendizagem, em desenvolvimento e no papel da linguagem no pensamento. Tendem ao estudo dos símbolos e da simbolização, porque isso se adapta bem à ênfase na criatividade e na contribuição ativa da criança em sua própria aprendizagem. Não negligenciam o social, ao contrário do que, as vezes, dizem seus oponentes. No entanto, tendem a tratar questões sociais em termos genéricos e complacentes. Dão mais ênfase à interação do que à sociedade (BURGESS, 1993, p. 35).

Entre outras características desse grupo que recontextualizou Vigotski, o autor cita a utilização da cultura e da história apenas como “pano de fundo” e sem menção a poder ou conflito. Para Burgess, um fato que fortaleceu essa percepção kantiana de Vigotski, foi a influência generalizada da Psicologia do Desenvolvimento de Piaget, na Europa do Pós-Guerra. Essa também foi a tendência predominante entre os pesquisadores que reproduziram a obra de Vigotski no Brasil, nas últimas décadas²².

A outra corrente citada por Burgess tem sua referência teórica em Gramsci. Para ele, o marxismo gramsciano não é o marxismo de Vigotski, do que decorre uma série de interpretações focadas mais na cultura e no social e menos na criança, negligenciando um aspecto da psicologia de Vigotski. O autor acredita que as duas tendências, a kantiana e a gramsciana, são leituras válidas do pensamento “vygotkyano”. Assim, Burgess assume também uma postura que Vigotski denunciaria como sendo “ecclética” e não-científica.

Não quero descobrir o que é a mente de maneira leviana, pinçando algumas citações. Quero aprender pelo método formal de Marx, como uma ciência é

²² Entre importantes autores que reproduziram o pensamento de Vigotski fora das categorias do materialismo histórico e dialético, no Brasil, podemos citar: Oliveira (1995), Rego (1995), Smolka (1989) e Freitas (2001, 1999 e 1994).

construída e como abordar o estudo da mente (VYGOTSKI, *apud* DAVIDOV, 1993, p. 157).

Partindo de uma concepção materialista e histórica da Psicologia, Vigotski estudou em profundidade os aspectos que se mostravam antagônicos entre os pesquisadores da Psicologia de sua época. 1- Estudou a Reflexologia e o Behaviorismo, para compreender o papel do organismo dos indivíduos nas funções psicológicas; 2- estudou tendências idealistas da Psicologia como a Psicanálise e a Gestalt, para entender os aspectos subjetivos e o inconsciente; 3- estudou pesquisadores que adotavam o método experimental como Piaget, para entender o processo de desenvolvimento infantil; 4- estudou autores que acreditam na gênese social da formação da consciência, para entender como se dá a internalização das funções psicológicas; 5- estudou a mediação dos signos e da linguagem, para compreender como a cultura serve de instrumento de entendimento e ação sobre a realidade e como se dá a apropriação da cultura histórica; 6- e estudou tudo que seus próprios colegas da Psicologia Sócio-Histórica ou da Atividade produziram sob sua orientação.

Reduzir o pensamento de Vigotski a qualquer um desses entendimentos, isolado dos demais, mutila completamente o seu pensamento e isso tem acontecido em grande parte das obras publicadas sobre o autor. Em uma obra intitulada “Vygotsky, quem diria?! Em minha sala de aula”, Celso Antunes (2002), em uma apresentação de apenas poucas linhas, que em tese deveria conter uma síntese sobre o pensamento do autor, escreve o seguinte:

Talvez a mais extraordinária revolução trazida pelo século XX para a educação tenha sido proporcionada por Vygotsky e seus discípulos russos ao pesquisarem a mente humana mostrando que não mais se busca compreendê-la através de comportamentos, mas pela ação dos neurônios e suas sinapses, posto que os comportamentos são tímidas manifestações destas (ANTUNES, 2002, p. 7)

Antunes tenta reproduzir nessa apresentação um aspecto isolado do estudo de Vigotski, no caso, sobre a Reflexologia, que sempre foi criticada por Vigotski pela sua não-historicidade. No decorrer da publicação o autor demonstra a identidade entre o pensamento de Vigotski e de Piaget e desenvolve apenas uma das particularidades da obra de Vigotski que, bem ao gosto pós-moderno, é a Zona de Desenvolvimento Proximal, ZDP, isolada do restante da teoria do psicólogo soviético. Uma mistura desarticulada de apenas alguns aspectos da teoria de Vigotski, cuja ausência de rigor metodológico de estudo e de exposição, conduz a uma compreensão equivocada da Psicologia Sócio-Histórica. A identificação da teoria de Vigotski aos pressupostos do pensamento liberal em educação leva um grande

número de autores liberais a identificar Vigotski com tendências antagônicas às suas como: a Escola Nova, o Construtivismo, o Sócio-Interacionismo e outras²³.

1.1.5 Funções psicológicas superiores e o enraizamento da cultura na individualidade

Mesmo partindo do fato de que a cultura supera o biológico, sendo por isso superior, Vigotski não deixou de buscar compreender o funcionamento dos aspectos biológicos em sua relação de unidade com o cultural. Desenvolveu sua teoria a partir de uma compreensão de unidade do entendimento psicológico, em que o meio sócio-cultural, dado historicamente, é determinante, mas necessita de um corpo físico individual para desenvolver as funções psíquicas. Quando Vigotski critica a psicologia idealista, que percebe as funções psicológicas como formas próprias e desconectadas da vida material, está se referindo ao aspecto que pode ser relacionado às forças materiais produzidas historicamente pela humanidade e, também, aos aspectos físicos biológicos do organismo humano, sobre os quais efetivam-se as funções psíquicas. É significativa sobre esta interpretação da Psicologia a seguinte citação feita por Vigotski, como crítica ao idealismo na Psicologia, a respeito dos estudos que realizou sobre Blonski:

É verdade que ela (a psicologia idealista) se justifica quando utiliza as palavras “fenômenos psíquicos” simplesmente para designar um grupo de fenômenos “sui generis” que diferem dos fenômenos ou objetos materiais porque eles, i.e., os fenômenos psíquicos, não existem no espaço sem ocuparem lugar, não são percebidos por olhos, ouvidos e demais órgãos dos sentidos e só são conhecidos imediatamente por quem os vivencia. Entretanto, acaso minhas idéias podem existir sem aquele lugar no espaço que se chama cérebro? Acaso não podeis ver ainda que parcialmente a minha alegria e ouvir os meus desejos? (VIGOTSKI, 2001b, p.05).

Vigotski estudou em profundidade como funcionam e atuam os instintos, os reflexos e o processo de reação do organismo humano e como esse processo, ao se inter-relacionar com a realidade social, interfere no psiquismo humano. Para ele, o instinto e os reflexos são parte do primeiro estágio do desenvolvimento do comportamento em todos os

²³ Não é objeto desta tese o aprofundamento sobre as interpretações equivocadas das obras de Vigotski. Para quem deseja estudar mais sobre esse processo sugerimos a leitura de Vigotski e o Aprender a Aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria de Vigotski” (DUARTE, 2001); Formação de Professores: valorização ou esvaziamento do trabalho do professor (FACCI, 2004); Vygotski: a construção de uma psicologia marxista (TULESKI, 2002); A pedagogia das competências (MARTINS, 2004).

animais, sendo que nos seres humanos, esse traço passa por modificações mais profundas no decorrer da ontogênese dos indivíduos. O instinto alimentar e o reflexo de sucção do seio materno já nascem com a criança, o instinto sexual demora alguns anos para atingir a sua plenitude física e sofre modificações conforme fatores sociais. Vigotski argumenta que, se por um lado existem mudanças fisiológicas que alteram os instintos e o funcionamento dos reflexos, por outro lado, essa alteração é inexpressiva se comparada às alterações proporcionadas pelas diferentes formas históricas de meios sociais que os indivíduos encontram prontas quando nascem. Segundo Vigotski (2001b, p. 15 a 24), as características inatas e instintivas nos seres humanos estarão sempre presentes durante toda a vida dos indivíduos.

Vigotski (2001b, p. 19 e 20)²⁴ afirma que os reflexos incondicionados são hereditários e inconscientes como a tosse de uma criança quando engasga, o choro quando sente dor, o movimento peristáltico que possibilita a digestão dos alimentos, o fechar de nossas pálpebras quanto um objeto se aproxima e outros. São movimentos úteis e imprescindíveis para a sobrevivência e são formas adaptativas da vida orgânica e biológica do indivíduo e uniformes para toda a espécie. Tossem e revelam medo quase da mesma forma os habitantes de diferentes continentes do planeta e de diferentes tempos históricos. Nessas formas hereditárias de comportamento há muito em comum entre os seres humanos e os animais. Já os reflexos condicionados são adquiridos pelo organismo durante sua relação com o meio e diferem de indivíduo para indivíduo dependendo de suas experiências pessoais. A separação entre reflexos incondicionados e reflexos condicionados é central para o entendimento da sua teoria do desenvolvimento, mesmo alegando que existe uma inter-relação permanente entre esses diferentes fatores. O pensamento de Vigotski não separa mecanicamente o que é hereditário e o que é adquirido, admitindo uma unidade dialética destes fatores na produção histórica do comportamento humano.

Para chegar a estas conclusões, Vigotski estudou profundamente vertentes da Psicologia que tratavam sobre o assunto até sua época. Uma das correntes em que baseou seus estudos foi a Reflexologia, vertente de estudos do comportamento que se auto-intitulava marxista, através dos autores Pavlov, Békterev e outros, que viam no comportamento humano apenas um processo de resposta do organismo ao meio, sendo totalmente moldado por este meio. Autores como Bühler e Köhler, que estudavam o comportamento de animais, serviram

²⁴ Sobre a influência da Reflexologia na obra inicial de Vigotski (com ênfase na obra Psicologia Pedagógica), que depois seria superada pelo rigor de sua perspectiva marxista, ver FACCI (2004, p.170-172) e Vygotski (2001d).

de base para o estudo de Vigotski sobre a relação entre o comportamento dos animais e os reflexos e instintos humanos. Esse trabalho de pesquisa e produção científica sobre os aspectos biológicos do comportamento foi desenvolvido por Vigotski de forma mais intensa de 1924 até 1929. Nos cinco últimos anos de sua vida dedicou-se de forma menos intensa à produção de textos sobre este tema, mas continuou utilizando esse conhecimento no seu trabalho posterior²⁵. Porém, deduzir que Vigotski entende o comportamento como determinado pelos reflexos, instintos e outras características fisiológicas é um equívoco, pois ele nunca se afastou de sua base teórica materialista, histórica e dialética:

Quando a Reflexologia exclui os fenômenos psíquicos do círculo de suas investigações como algo que não é competência sua, atua igual à psicologia idealista que estuda a psique prescindindo de tudo o mais, como um mundo encerrado em si mesmo. [...] Estudar o comportamento da pessoa sem a psique, como que a Reflexologia, é tão impossível como estudar a psique sem o comportamento (VYGOTSKI, 1991, p. 18).

Vigotski (2001b, p. 30), afirma que a perspectiva da psicologia do comportamento que se auto-intitulava marxista, no caso a Reflexologia, é incapaz de perceber a relação dialética entre os vários aspectos que se inter-relacionam resultando na unidade do psiquismo, e considerando apenas o processo adaptativo ao meio, se considerar o meio como determinado historicamente. O que ele apreende desta teoria é que o meio é um fator sem o qual seria impossível o desenvolvimento da experiência individual e do gênero humano.

Contudo o comportamento do homem se processa nos complexos limites do meio social. O homem não entra em convívio com a natureza senão através do meio, e em função disso o meio se torna o fator mais importante, que determina e estabelece o comportamento do homem. A psicologia estuda o comportamento do homem social e as leis desse comportamento (VIGOTSKI, 2001b, p. 6).

Pavlov, Skinner, Bühler e Köhler, fundamentaram suas teorias do comportamento humano através de pesquisas experimentais realizadas com cachorros, ratos e macacos. O resultado desses trabalhos deu margem a uma concepção de que o psiquismo humano é determinado pelo meio, a exemplo dos animais. Mas o meio a que se refere

²⁵ Podemos citar vários textos do autor, com as datas que foram escritas, que tratam do assunto tais como: Métodos de Investigação Reflexológicos e Psicológicos (1924); Psicologia Pedagógica (1927); O Significado Histórico da Crise na Psicologia (1926); Behaviorismo (1928); A Base Biológica do Afeto (1930) e A História do Comportamento: o macaco o primitivo e a criança (1930). Muitos outros textos de Vigotski também tratam sobre o assunto, mas não de forma central como *História de las Funciones Psicológicas Superiores* - (1931/1933). Numa de suas últimas e mais importantes obras, Pensamento e Linguagem (1934), Vigotski (2001c, p. 15 a 33), no segundo capítulo denominado: O conceito de comportamento e reação, continua abordando os aspectos biológicos do comportamento humano.

Vigotski não é o meio estático da Fenomenologia²⁶ que percebe apenas as relações que acontecem dentro de um pequeno espaço social determinado pelas relações sensoriais do indivíduo. Os determinantes das relações desse pequeno grupo são muito maiores, mais concretos, em permanente estado de mudança e acumulados na totalidade histórica da experiência da humanidade, impedindo que o indivíduo humano seja considerado um recipiente passivo de determinantes externos. O indivíduo humano se apropria ativamente da cultura humana porque é um ser histórico, particularidade em permanente estado de transformação:

O homem usa a experiência das gerações passadas não só naquelas proporções que tal experiência está consolidada e é transmitida por herança física. Todos nós usamos na ciência, na cultura e na vida uma enorme quantidade de experiência que foi acumulada pelas gerações anteriores e não foi transmitida por herança física. Em outros termos, à diferença do animal o homem tem história, e essa experiência histórica, isso é, essa herança não física mas social difere-o do animal (VIGOTSKI, 2001b, p. 41 e 42).

Para Vigotski, a “velha psicologia” erra irremediavelmente porque entende unilateralmente os processos psíquicos como “naturais” e porque nega a relevância do desenvolvimento histórico no desenvolvimento psíquico dos indivíduos, confundindo o natural com o cultural, e o biológico com o histórico e social. Tanto a tendência biologicista quanto a espiritualista da psicologia são criticadas por Vigotski (1995, p. 21), por sua característica dualista, que ora contempla as “leis eternas da natureza”, ora as “leis eternas do espírito” e não as “leis históricas”. Em muitos de seus textos o autor critica o fato de que autores que pesquisam o desenvolvimento psicológico misturarem numa só proposição teórica posições idealistas e biologicistas.

Importa saber qual a relação que estabelecem, de fato, as funções ditas inferiores de cunho biológico e as ditas superiores de cunho cultural, as inatas e as adquiridas, sem perder de vista a unidade que as condicionam no desenvolvimento humano.

Não existe dúvida que tanto um quanto outro têm sua importância, não só porque o desenvolvimento biológico da conduta, que se manifesta com particular intensidade após o nascimento, constitui por si mesmo um objeto de estudo psicológico, mas, também porque é impossível estudar a história do desenvolvimento das funções psicológicas superiores sem ter estudado a pré-história de tais funções, suas raízes biológicas e inclinações orgânicas (VYGOTSKI, 1995, p. 18).

²⁶ O conceito de Fenomenologia aqui utilizado tem o mesmo sentido dado por Vygotski (1991) quando o autor faz a crítica desse pressuposto teórico e metodológico, pelo aspecto fragmentado, idealista e não-histórico.

O autor afirma que as funções inferiores são de natureza biológica e, mesmo estando intrinsecamente relacionadas com as funções superiores, que são de natureza cultural, são geneticamente diferentes e necessitam ser compreendidas na sua forma específica, sem perder de vista que ambas se condicionam mutuamente, sendo impossível a compreensão de uma dessas funções sem a consideração da outra. O cultural sem o biológico não existiria e o biológico sem o cultural não é humano.

Para aprofundar a compreensão sobre as características biológicas e naturais humanas e como estas influem no desenvolvimento psíquico, Vigotski realizou, juntamente com seus colaboradores, ampla pesquisa sobre as condições físicas e o comportamento dos humanos primitivos. As pesquisas comprovaram suas hipóteses de que não existe diferença significativa no aspecto biológico entre os humanos primitivos e os mais cultos do mundo contemporâneo. Isso significa que não se pode atribuir à base biológica a imensa diferença que existe entre o comportamento dos seres humanos primitivos e os culturais:

Todas as investigações confirmam essa tese e demonstram a não existência de diferenças essenciais no tipo biológico do homem primitivo que possam condicionar as diferenças entre a conduta do homem primitivo e do homem culto. Todas as funções psíquicas e fisiológicas elementares – percepções, reações, movimentos, etc. – não mostram nenhuma diferença se a compararmos com as mesmas funções do homem culto (VYGOTSKI, 1995, p. 32).

Além das pesquisas realizadas sob sua coordenação sobre o comportamento de seres humanos primitivos, Vigotski²⁷ estudou vários autores que tratam sobre o assunto, buscando compreender como se davam as funções psíquicas dos primitivos. Citando estudiosos das funções fisiológicas e do comportamento dos “homens primitivos”, Vygotsky e Luria (1996) descrevem alguns aspectos do desenvolvimento fisiológico global do “homem primitivo” destacando algumas diferenças em relação ao “homem cultural” como: a cura rápida de ferimentos, relativa imunidade à infecção, menor suscetibilidade à malária e algumas diferenças na massa e nas suturas cranianas. Pela análise destes dados o autor conclui que não existe a mais leve razão para admitir a existência de um tipo orgânico diferente entre os seres humanos primitivos e os culturais. Vigotski refuta como falsas todas as proposições que demonstram que as diferenças de comportamento entre os seres humanos primitivos e os culturais são calcadas em diferenças orgânicas. Para ele as causas dessas diferenças são eminentemente culturais e históricas.

²⁷ Referimo-nos à pesquisa realizada em regiões remotas da URSS por Alexander Lúria e outros pesquisadores, em 1931 e 1932, sobre a transição de um modo de pensamento primitivo para um modo mais teórico e abstratos induzidos pelas políticas públicas soviéticas (LURIA, 1990 e VYGOTSKY e LURIA, 1996).

Vygotsky e Lúria (1996, p. 104) afirmam que a aguçada acuidade dos sentidos do “homem primitivo”, citada em ampla literatura sobre o assunto, como a visão, a audição e o olfato extremamente desenvolvidos, não tem sua causa na formação fisiológica, mas, na forma de vida dessas comunidades que necessitavam mais ou menos de determinados sentidos para sua sobrevivência e, em função disso, desenvolveram mais ou menos esses sentidos. Por exemplo: um cardume de peixes pode ser percebido por certo estremecer de águas calmas; uma nuvem de poeira pode informar ao caçador sobre a passagem de certo número de animais de determinado porte. Na realidade não se trata da acuidade deste ou daquele órgão de sentido, mas de uma capacidade que deriva da experiência de interpretar sinais, que poderiam ser imperceptíveis para um indivíduo da cidade.

A memória dos seres primitivos é outra função bastante estudada por Vigotski, que contesta o fato de que eles não tinham uma memória bastante desenvolvida tendo em vista que sua forma de vida menos complexa do ponto de vista cultural não exigia essa função psíquica. O autor afirma a falsidade desta hipótese demonstrando que a vida nas comunidades primitivas exigia uma memória muito mais extensa, em termos quantitativos, do que um cidadão cultural do mundo contemporâneo pode supor. Nas comunidades primitivas a linguagem não atinge o mesmo desenvolvimento que na sociedade cultural, pois não existem conceitos generalizantes. Por exemplo: árvore designa todas as árvores, mas nas comunidades primitivas existe uma palavra diferente para designar cada árvore específica. Cada objeto ou criatura tinham que ser designados por seus próprios nomes, tornando necessário um número muito maior de palavras para que se conseguisse determinar verbalmente o sentido da comunicação (idem, p. 121). A inexistência de termos genéricos para determinar, por exemplo: árvore, peixe ou pássaro tornava necessário que cada tipo de peixe tivesse um nome diferente, exigindo uma memória muito extensa. Assim Vigotski exemplifica a utilização de palavras diferentes entre uma determinada tribo indígena do Norte da URSS:

É quase impossível contar o número de substantivos em sua língua. Um dos povos primitivos do Norte, por exemplo, possui um sem número de termos para designar diferentes espécies de veado. Há termos especiais para designar um veado com um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete anos de idade; há vinte palavras para gelo, onze palavras para frio, quarenta e uma palavras para neve em suas diferentes formas, vinte e seis verbos para designar congelamento ou degelo, e assim por diante (idem, p. 122).

Por isso Vigotski afirma que para o “homem primitivo” passar de sua língua para um idioma europeu significaria para ele despojar-se imediatamente de seu meio mais poderoso de orientação de vida (idem, p. 123). Na complexa linguagem da sociedade

contemporânea a utilização de formas de classificação e generalização proporcionam uma drástica redução do número de palavras necessárias para que se exerça a comunicação. Produzida no processo de desenvolvimento histórico a linguagem humana deixa, com o decorrer dos séculos, a sua forma primitiva, de titulação de cada coisa ou movimento, e constitui-se em uma forma mais abstrata de generalizações, com um sistema de elementos muito sutilmente diferenciados, um sistema de combinações dos resultados da experiência passada. A comunicação moderna pressupõe a apropriação e a execução de uma atividade lingüística pelo sujeito, utilizando as palavras, não como simples reações concretas, mas, como partículas de um complexo mecanismo conectado e combinado com outros elementos (VYGOTSKI, 1995, p. 275).

A definição de “homem cultural” está associada ao estágio mais desenvolvido da filogênese, com uma cultura mais complexa e avançada não apenas no aspecto quantitativo, mas principalmente, no aspecto qualitativo. Vigotski afirma que todo o cultural é por natureza histórico (1995, p. 21) e quanto mais a humanidade evolui no processo civilizatório mais a cultura torna-se complexa e qualitativamente superior. A cultura humana, nela incluída a linguagem, é mais que um meio externo de relações entre os indivíduos, é um instrumento imprescindível para a realização das atividades humanas no mundo contemporâneo, através do acúmulo de conhecimentos, signos, formas materiais herdadas e tudo que foi produzido historicamente pela humanidade. Toda essa cultura já se encontra pronta quando nasce qualquer criança na atualidade.

As funções psicológicas superiores emanam da realidade concreta, onde a cultura é determinante, mas atua sobre uma base biológica, cujo desenvolvimento acontece das formas superiores humanizadoras sobre as formas inferiores e biológicas. É esclarecedora dessa posição uma argumentação de Vigotski sobre o desenvolvimento de crianças, com ou sem alguma forma de deficiência física, e que, por esse ou outro motivo, têm maiores ou menores condições para desenvolver as funções psicológicas superiores e assim dominar os “procedimentos e modos culturais” da conduta:

Tanto uns, quanto outros, mais que qualquer outra faceta ou forma de vida cultural, precisam para o seu desenvolvimento da integralidade do aparato psicofísico da criança, pois uns e outros, por si mesmo são formas especiais de comportamento originadas ao largo do processo de desenvolvimento histórico da humanidade. Formas especiais, criadas pela cultura, que vem a ser como a continuação das funções psicofisiológicas naturais à semelhança de como as ferramentas são a continuação dos órgãos (VYGOTSKI, 1995, p. 42).

A apropriação dos procedimentos e dos modos culturais da conduta somente é possível com o desenvolvimento integral do aparato psicofísico da criança. A idéia de ferramenta exposta por Vigotski está na compreensão da gênese do desenvolvimento cultural da humanidade conforme diz Engels em *A Dialética da Natureza*: foi somente o emprego de ferramentas que possibilitou a ascensão humana para um grau de superioridade em relação aos outros animais. O fato que proporcionou o início da produção da cultura foi exatamente o uso e a confecção de ferramentas de forma sistemática. Enquanto os animais sobrevivem do que a natureza lhes oferece, os seres humanos passaram a transformá-la através do uso de ferramentas. A atividade externa de transformação da natureza proporcionou, também, a transformação interna e, assim, através de milhares de gerações, a cultura foi sendo produzida no desenrolar da história da humanidade tal qual a conhecemos hoje.

A relação entre o cultural e o natural, entre as funções psicológicas superiores e as inferiores, acontecem de forma distinta na filogênese e na ontogênese. Na filogênese, o desenvolvimento biológico se desenvolve em ritmo infinitamente mais lento do que o aspecto cultural. Basta lembrar o que já foi dito sobre o “homem primitivo”, que pouca diferença tem em relação ao “homem cultural” do ponto de vista biológico, enquanto do ponto de vista da evolução cultural essa diferença é incomensurável. O desenvolvimento biológico da espécie humana é infinitamente mais lento do que o desenvolvimento cultural, ou seja: essas duas linhas do desenvolvimento não são simultâneas. Já no desenvolvimento ontogenético o desenvolvimento cultural está correlacionado ao desenvolvimento biológico. As duas linhas do desenvolvimento se relacionam dialeticamente na vida do indivíduo:

Na filogênese ambos os sistemas existem separadamente e se desenvolvem independentemente um do outro, vemos que na ontogênese se unificam ambos os planos do desenvolvimento do comportamento: o animal e o humano (VYGOTSKI, 1995, p. 38).

Essa correlação entre o desenvolvimento cultural e biológico na história da humanidade (filogênese) e na história do indivíduo (ontogênese) evidencia uma diferença radical entre a Psicologia Sócio-Histórica e o que Vigotski chama de velha psicologia. A velha psicologia parte do pressuposto de que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e as funções inferiores desenvolvem-se paralelamente na filogênese, o que dá margem a uma série de posições equivocadas. Embasada na perspectiva desse paralelismo a velha psicologia defende a tese de que as funções superiores têm sua gênese na individualidade e não no histórico e no social.

As formas superiores, definidas por Vigotski, são formas culturais mais complexas e evoluídas do desenvolvimento histórico que foram produzidas inicialmente como elementos simbólicos utilizados para orientar procedimentos e modos culturais de conduta com objetivo de orientar a execução de determinadas ações. Uma quantidade de nós, dados numa corda por um primitivo, servia para lembrar algo. Um desenho, um gesto, uma forma qualquer elaborada a partir de algum material, que sirva como um signo abstrato, sem referência com o que tal objeto é de fato, é o início de novas formas culturais, mais complexas e abstratas, que produzem na história a complexa linguagem que identifica o “ser humano cultural”.

Neste fato específico de introduzir meios artificiais e auxiliares na memorização, na criação ativa e o emprego de estímulos na qualidade de instrumentos da memória podemos ver, uma vez mais, o início de um comportamento novo e especificamente humano. O limite que separa a forma inferior da existência humana da superior é a aparição da linguagem escrita. O fato de fazer um nó como meio de recordação foi uma das formas mais primárias da linguagem escrita (VYGOTSKI, 1995, p. 77).

Vigotski afirma em várias de suas obras e por diferentes formas que as estruturas das formas superiores de conduta possuem sua própria história interna que incluem a história da conduta humana no seu conjunto. O processo único, de apropriação das formas superiores pela mente humana, está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da cultura na história humana. As formas culturais de conduta desenvolvidas na individualidade são as formas culturais históricas, tendo em vista que o pensamento somente atinge graus superiores quando incorpora a cultura historicamente produzida. Essa cultura, reproduzida pelo pensamento que tem na linguagem o centro de sua existência é um fundamento para que se compreenda o sentido e as possibilidades da prática de ensino e aprendizagem.

1.1.6 Ensino e aprendizagem²⁸ na abordagem sócio-histórica

Vigotski escreveu uma extensa crítica ao posicionamento de alguns estudiosos que concebiam a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem de forma equivocada. Descreve um primeiro grupo de autores que concebem a aprendizagem e o desenvolvimento como dois processos independentes e cita o exemplo de Piaget (idem, p. 287-299), para o qual “o pensamento da criança passa necessariamente por determinadas fases e estágios independentemente de estar essa criança em processo de aprendizagem”. Um segundo grupo torna idêntico os processos de desenvolvimento e de aprendizagem, como se os dois conceitos fossem sinônimos e cita Thordike e a reflexologia (idem, p. 300). E cita Koffka (idem, p. 301-302) como exemplo do terceiro grupo que mistura essas duas posições anteriores de forma fragmentada sem fazer uma síntese que ultrapasse os fundamentos dos primeiros. Ao tecer a crítica teórica e metodológica a esses autores, Vigotski produz e fundamenta o seu próprio entendimento sobre a questão.

“Os processos de aprendizagem não são independentes e nem são o mesmo processo e existem entre eles relações complexas” (idem, p. 310). Vigotski conclui também que o processo de aprendizagem está sempre adiante do desenvolvimento e que certos hábitos e habilidades aprendidas em uma área específica acontecem sem que se saiba como aplicá-los de forma consciente e arbitrária. O desenvolvimento realiza-se por ritmos diferentes que os da aprendizagem, mas ambos estão inteiramente inter-relacionados.

Vimos que a aprendizagem e o desenvolvimento não coincidem imediatamente mas são dois processos que estão em complexas inter-relações. A aprendizagem só é boa quando está à frente do desenvolvimento. Neste caso, ela motiva e desencadeia para a vida toda uma série de funções que se encontravam em fase de amadurecimento.[...] O ensino seria totalmente desnecessário se pudesse utilizar apenas o que já está maduro no desenvolvimento, se ele mesmo não fosse fonte de desenvolvimento e surgimento do novo (VIGOTSKI, 2001c, p. 334).

Essa conclusão, embasada pelas pesquisas vigotskianas e pelo fundamento teórico-metodológico que compreende as particularidades como parte indecomponível da unidade, muda radicalmente o entendimento que se tem de ensino e de aprendizagem. A

²⁸ Sobre o significado designado por Vigotski para a palavra russa “*obutchênie*”, que significa ensino e aprendizagem, o tradutor do russo para o português, Paulo Bezerra, faz o seguinte comentário no prólogo do livro *A Construção do Pensamento e da Linguagem*: “Partindo da elasticidade semântica dessa palavra e o fato de que Vigotski (que empregava a mesma palavra *obutchênie* para ensino e aprendizagem) (...) Traduzimos *obutchênie* quase sempre por aprendizagem e só raramente por ensino”. Oliveira (1995), utiliza o conceito de “aprendizado”: “o termo que ele utiliza em russo (*obuchenie*) significa algo como “processo de ensino e aprendizagem”, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas”.

aprendizagem somente é possível quando o educando já possui um determinado grau de desenvolvimento social e educacional (e não fisiológico como nos estágios de Piaget) que o torne capaz de internalizar o novo conteúdo. Isso não acontece de uma só vez e nem de forma individual pelo educando, mas com a ajuda de outra pessoa, o educador, que depende também de situações externas como a realidade social e histórica do educando. A relação entre o estado atual de desenvolvimento e aprendizagem possível determinada por esse estado, entre o que ele ainda não sabe fazer sozinho, mas já é capaz de fazer com ajuda, Vigotski denominou de zona de desenvolvimento próximo.

Vigotski identifica um limite inferior e um limite superior delimitando as possibilidades de aprendizagem e de ensino. O limite inferior é o desenvolvimento já consolidado do educando, a base sobre a qual o ensino pode produzir a aprendizagem, e abaixo desse limite o ensino não tem relevância, pois, não se ensina algo que já foi aprendido. O limite superior é o grau máximo de possibilidade de aprendizagem que pode acontecer naquele momento, sob a mediação do educador. É dentro desses limites, superior e inferior, que acontece o ensino propriamente dito.

Cabe definir sempre o limiar inferior da aprendizagem. Mas a questão não termina aí, e devemos ter a capacidade para definir também o limiar superior da aprendizagem. Só nas fronteiras entre esses dois limiares a aprendizagem pode ser fecunda. Só entre elas se situa o período de excelência do *ensino* de uma determinada matéria. A pedagogia deve orientar-se não no ontem mas no amanhã do desenvolvimento da criança. Só então ela conseguirá desencadear no curso da aprendizagem aqueles processos de desenvolvimento que atualmente se encontram na zona de desenvolvimento imediato (VIGOTSKI, 2001c, p. 333. Grifo nosso).

A relação ensino aprendizagem passa pelo conhecimento sobre os conteúdos que devem ser ensinados pela parte do educador e pelas possibilidades de apropriação desses determinados conhecimentos pela parte do educando. O ensino deve incidir nas funções ainda não amadurecidas, contrariando o “velho equívoco segundo o qual o desenvolvimento deve necessariamente percorrer os seus ciclos, preparar inteiramente o solo em que a aprendizagem irá construir o seu edifício” (idem, p. 332). Sua crítica incide contra os pressupostos pedagógicos que não percebem que o ensino deve fazer avançar intencionalmente o desenvolvimento e que orientam-se pela lei do menor esforço, pela fraqueza e não pela força da criança.

Para o entendimento sobre a zona de desenvolvimento próximo o autor pesquisou o que chamou de “zona de desenvolvimento atual”, que é o estágio onde se encontra o desenvolvimento do pensamento em um determinado momento. Esse estado é

caracterizado pela “parte madura”, evidenciada pela capacidade já desenvolvida de resolver problemas e que serve para evidenciar o limite inferior da zona de desenvolvimento próximo. Porém, segundo Vigotski o desenvolvimento nunca poderá ser determinado somente pela parte madura, mas fundamentalmente pelo processo de maturação, definido pelas condições de aprendizagem que podem ser efetivadas fazendo avançar o desenvolvimento. Essa reflexão teve como origem os estudos e a pesquisa experimental onde se concluiu que o ensino objetivo, mediado por alguém que tem mais conhecimento, tem uma relevância muito maior do que supõem as proposições pedagógicas criticadas por Vigotski²⁹.

Afirmamos que em colaboração a criança sempre pode fazer mais do que sozinha. No entanto, cabe acrescentar: não infinitamente mais, porém só em determinados limites, rigorosamente determinados pelo estado do seu desenvolvimento e pelas suas potencialidades intelectuais. Em colaboração, a criança se revela mais forte e mais inteligente que trabalhando sozinha, projeta-se ao nível das dificuldades intelectuais que ela resolve, mas sempre existe uma distância rigorosamente determinada por lei, que condiciona a divergência entre a sua inteligência ocupada no trabalho que ela realiza sozinha e a sua inteligência ocupada no trabalho colaboração (VIGOTSKI, 2001c, p. 329).

Vigotski observou ironicamente que na perspectiva de Piaget a educação “é a cauda que fica atrás do desenvolvimento” guiada não pelo futuro, mas pelo passado (DAVYDOV, 1993, p. 160). A perspectiva de uma atuação dirigida, objetiva e planejada na zona de desenvolvimento próximo do educando é uma antítese ao pressuposto piagetiano, é a efetivação de um processo intencional de ensino. O fundamento desse processo de desenvolvimento preconizado por Vigotski tem como pressuposto que, qualquer signo da linguagem já existe fora e antes do indivíduo, por ser essencialmente um órgão social, um meio de comunicação entre pessoas, generalizado na cultura (DAVYDOV, 1993p. 63). Se o pensamento somente se torna superior quando se realiza na linguagem, e a linguagem é um “instrumento social e psicológico” do gênero humano, o processo de ensino e aprendizagem está então diretamente relacionado às relações sociais e históricas entre os indivíduos. Partindo desta reflexão, Vigotski compreende que existe um importante processo que age decisivamente na zona de desenvolvimento próximo, e que foi muito negligenciado pelos autores liberais da educação, que é a imitação. A imitação é uma atividade que proporciona soluções para uma situação, possibilitando a passagem “do que eu sei fazer para o que eu não

²⁹ Todas as propostas pedagógicas criticadas e denunciadas por Vigotski têm em comum o fato de estarem fundamentadas no idealismo, no inatismo, no biologicismo e outras vertentes do pensamento liberal burguês. Essas mesmas vertentes do pensamento liberal burguês estão presentes com ainda mais força na atualidade e foram também criticadas e denunciadas por Saviani (1994, 2000 e 2003) e por Duarte (1996, 2001 e 2003).

sei fazer” (Vigotski, 2001c, p. 328) mesmo que de forma não conscientizada. Criticando autores da psicologia liberal que não estabelecem diferenças entre a imitação nos seres humanos e nos animais, Vigotski demonstra o contrário:

Na criança, ao contrário, o desenvolvimento decorrente via imitação, que é a fonte do surgimento de todas as propriedades especificamente humanas da consciência, o desenvolvimento decorrente da aprendizagem é o fato fundamental. Assim, o momento central para toda a psicologia da aprendizagem é a possibilidade de que a colaboração se eleve a um grau superior de possibilidades intelectuais, a possibilidade de passar daquilo que a criança consegue fazer para aquilo que ela não consegue por meio da imitação. Nisto se baseia toda a importância da aprendizagem para o desenvolvimento, e é isto o que constitui o conteúdo do conceito de zona de desenvolvimento imediato. A imitação, se concebida em sentido amplo, é a forma principal em que se realiza a influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. A aprendizagem da fala, a aprendizagem na escola se organiza amplamente com base na imitação (VIGOTSKI, 2001c, p. 331).

Vigotski entende a imitação como uma atividade intelectual com importante repercussão no ensino e na aprendizagem, não como cópia, mas como uma forma de reelaboração interna da linguagem externa, de suas formas de expressão e seus significados. A imitação tem uma importância significativa como recurso de apreensão do conhecimento pelo pensamento, agindo para além do nível de desenvolvimento atual, esta atividade humana proporciona a apreensão, mesmo que de forma caótica, de infinitas manifestações da cultura. É uma atividade psicológica humana inerente ao processo de aprendizagem. Pesquisas experimentais utilizando testes com conceitos ajudaram Vigotski a demonstrar mais detidamente o papel da colaboração e da imitação na aprendizagem:

Ao trabalhar o tema com o aluno, o professor explicou, comunicou conhecimentos, fez perguntas, corrigiu, levou a própria criança a explicar. Todo esse trabalho com conceitos, todo o processo da sua formação foi elaborado pela criança em **colaboração** com o adulto, no processo de aprendizagem. E quando a criança resolve agora a questão, o que o teste exige dela? Habilidades para **imitar**, para resolver esta questão com ajuda do professor, mesmo que no momento da solução não tenhamos a situação atual de **colaboração**. Porque quando afirmamos que a criança age por **imitação** isto não quer dizer que ela olhe outra pessoa nos olhos e imite. Se eu vi alguma coisa hoje, e faço a mesma coisa amanhã, eu faço por **imitação**. Quando em casa uma criança resolve problemas depois de ter visto a amostra em sala de aula, ela continua a agir em **colaboração**, embora nesse momento o professor não esteja (idem, p. 342. Grifo nosso).

A colaboração e a imitação são instrumentos das relações sociais com significados que não podem ser compreendidos na individualidade. Assim como os conceitos (espontâneos e científicos), necessitam ser compreendidos em sua relação genérica, como

particularidades do gênero humano. A complexidade do pensamento, das atividades intelectuais, da linguagem, da generalização, dos conceitos e as conexões com a realidade relatadas por Vigotski, devem ser compreendidas rigorosamente dentro dos seus fundamentos teóricos, para que toda a potencialidade da obra não se perca.

A educação é uma prática social intencional de um (ou muitos) sujeito(s) sobre outro (s) com objetivo de que o (s) segundo (outros) se aproprie (m) de um aspecto da cultura humana já produzida social e historicamente de modo a se tornarem sujeitos ativos e transformadores dessa mesma realidade. Se o que caracteriza o humano não é o aspecto biológico em si, mas o cultural, educar significa apropriar-se da humanidade existente humanizando-se. Temos, então, dois sujeitos imediata e diretamente envolvidos no processo educativo: um que ensina (educador) e outro que aprende (educando), mas essa relação não é mecânica já que acontece de sujeito para sujeito, não pode haver passividade no sujeito que aprende.

Para Vigotski o “ensino”, enquanto prática objetiva de ensinar algo a alguém, é fundamental. Esse ensino é o resultado de uma intenção objetiva de ensinar, ou uma objetivação do outro, que implica na escolha dos conteúdos a serem ensinados e dos processos a serem utilizados. Nas pedagogias do “aprender a aprender” são adotados processos educativos que consideram que o aluno aprende por si mesmo apenas apoiado pelo educador, enquanto na psicologia sócio-histórica, mediante a colaboração e a imitação do aluno, o educador tem um papel mais efetivo, pautando todo o seu trabalho no ensino propriamente dito. A esse respeito Vigotski demonstra alguns resultados de suas pesquisas experimentais:

[...] O ensino consciente de novos conceitos e formas de palavra ao aluno não só é possível como pode ser fonte de um desenvolvimento superior dos conceitos propriamente ditos e já constituídos na criança, que é possível o trabalho direto com conceito no processo de ensino escolar (VIGOTSKI, 2001c, p. 250).

Existem atividades humanas espontâneas, que os indivíduos exercem no seu cotidiano e existem atividades humanas orientadas por um processo educativo dirigido para o fim específico de apropriação de um determinado saber, que podemos chamar de ensino. Nem sempre o que se aprende é ensinado de forma objetiva e nem sempre o que se ensina é aprendido e essa relação de ensino aprendizagem passa pelo objetivo do educador, de ensinar determinado saber, e pela maneira como o educando se apropria deste saber, mediante uma atividade pedagógica que é o exercício de uma atividade intelectual objetivamente desenvolvida segundo interesses sociais externos.

Os conhecimentos adquiridos sem a orientação explícita e objetiva de outra pessoa ficarão no patamar dos conhecimentos espontâneos originados na vivência direta dos órgãos dos sentidos, o que pode significar um empobrecimento educativo do ponto de vista do educando. Quanto mais a realidade social se escolariza, no desenvolvimento histórico, mais os conceitos científicos e o pensamento intelectual com elevado grau de abstração tornam-se relevantes para a vida social. O ensino, como ato objetivo de educar, é a única forma de elevar o educando à compreensão de certos saberes³⁰ que exigem a faculdade da abstração, como os conceitos científicos e os pensamentos mais complexos de tipo superior. “Nesse processo manifesta-se em primeiro lugar o papel decisivo do ensino” (VIGOTSKI, p. 290). Sem a intencionalidade da atividade de ensinar alguma coisa para alguém, sem o ensino, muitos saberes, ditos superiores, não poderão ser aprendidos. A aprendizagem depende da mediação exercida intencionalmente por interesses externos, sociais, de outra pessoa, do educador. A aprendizagem é a apropriação do saber, não apenas do seu aspecto aparente, do que já é visível, mas, de sua essência que se desvela na explicação lógica das suas relações determinantes. “No processo de ensino do sistema de conhecimentos, ensina-se à criança o que ela não tem diante dos olhos, o que vai além dos limites de sua experiência atual e da eventual experiência imediata” (idem, p. 268).

A referida relevância do ensino em relação à aprendizagem e, por decorrência, do desenvolvimento, não afastaram Vigotski do cuidado em estabelecer os parâmetros, inferiores e superiores, em que esse ensino é importante e viável. O processo de colaboração entre educando e educador coloca o ensino numa posição privilegiada na prática educativa, que não espera o desenvolvimento, mas, o empurra para frente possibilitando o desenvolvimento de formas superiores de pensamento. O mais importante nesse processo é que o educador deve ter consciência de que o aluno se apropria de determinados conhecimentos na medida em que exerce uma atividade relacionada a esse conhecimento. Ou seja, não aprende passivamente, mas somente como um sujeito ativo que deve ser despertado e guiado no processo de ensino.

Com o seu extenso estudo sobre o pensamento e a linguagem, Vigotski comprova, com todo o rigor da ciência, sua tese inicial, emprestada da obra marxiana, de que o pensamento é uma forma de apropriação interna da realidade externa. Esse rigoroso estudo científico da atividade da consciência humana foi realizado estritamente dentro do campo da

³⁰ Empregamos o conceito de saber conforme Saviani (2003, p. 12): “(...) Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte)” e “trabalho não material”.

Psicologia, ou seja, como uma ciência que estuda a subjetividade humana e a constituição intelectual e emocional dos indivíduos singulares. O grande feito de Vigotski foi ter conseguido permanecer no campo da Psicologia sem cair no psicologismo, que isola o entendimento sobre os mecanismos da subjetividade da realidade social e histórica e, mais do que isso, conseguir comprovar que o desenvolvimento do pensamento se realiza através da linguagem e esta obedece ao sentido do externo para o interno, contrariando todas os pressupostos das tendências idealistas da Psicologia moderna. O que acontece atualmente é que, correntes dessa mesma psicologia criticada e denunciada por Vigotski que adotam fundamentos idealistas e ecléticos buscam em fragmentos do pensamento vigotskiano, métodos e técnicas de trabalho pedagógico que, contrariando a essência da teoria sócio-histórica, são utilizadas como um meio de alienação e dominação. Esse é o problema crucial com que se deparam todos aqueles que estudam a psicologia sócio-histórica e tentam utilizar as suas descobertas para embasar o desenvolvimento de atividades pedagógicas na atual sociedade capitalista.

Os conceitos, a linguagem e toda a cultura são então o instrumento genérico que faz a mediação entre o indivíduo e a natureza e sem o qual não há humanização. No cerne do entendimento pedagógico de Vigotski encontra-se também outro mediador, que são os indivíduos que já se encontram numa fase mais avançada da apropriação da cultura e têm como objetivo proporcionar a apropriação desses saberes para outros. O que sabe mais tem o objetivo de mediar uma relação educativa entre o que sabe menos e o próprio saber. Desenvolve uma atividade consciente e objetiva de mediar a apropriação do conhecimento, de ensinar promovendo a aprendizagem.

Assim como as palavras são no início compreendidas externamente e depois internalizadas como algo pertencente ao sujeito, todos os aspectos da cultura são o veículo do desenvolvimento humano e são também primeiramente vividos através da atividade humana e depois internalizados. A cultura é então uma mediadora da humanização do indivíduo e necessita de um outro mediador que é quem sabe mais sobre determinado saber e, por isso, desenvolve uma prática intencional de transmitir esse saber, o ensino.

Ao se apropriar da cultura o indivíduo passa a ser também determinado por essa cultura, pelas formas culturais que apropriou. Os códigos culturais, como a linguagem, funcionam como meio de controle, do indivíduo sobre o gênero humano e ao mesmo tempo do gênero sobre o indivíduo. Através da linguagem o indivíduo passa a dominar os códigos culturais mediadores das relações humanas, desenvolvendo sua possibilidade de controle sobre o meio social e cultural e sobre si mesmo. O domínio da conduta não acontece no

indivíduo por si mesmo, mas, mediado pela cultura e por outros indivíduos (VIGOTSKY, 1995p. 292). O autodomínio somente pode ser proporcionado através da apropriação da cultura.

A compreensão alcançada através do pensamento verbal permite o autocontrole (inibição das atitudes impulsivas), das ações apenas por reflexo. O comportamento da criança, sua vontade, que a princípio são regulados pelo meio externo, pelos comandos verbais e ações dos indivíduos com os quais convive, passam, lentamente, a ser controlados pelo próprio pensamento (TULESKI, 2002, p. 122).

A mediação do educador deve provocar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, mediando a relação entre as culturas mais desenvolvidas da humanidade histórica e os indivíduos que educa. A apropriação de uma cultura mais desenvolvida e dos códigos eruditos de compreensão da realidade permite um maior poder de influência do indivíduo sobre a realidade histórica e essa apropriação somente é possível mediante a atividade. A máxima humanização do indivíduo, mediante o máximo de apropriação e ação do indivíduo sobre o gênero, é o objetivo da educação sócio-histórica. Se existe a possibilidade de exercer uma atividade pedagógica que permita o máximo de desenvolvimento pelo educando, na atual realidade capitalista, esta é uma questão central no nosso estudo tendo em vista que temos como objetivo pesquisar uma relação efetiva de ensino e aprendizagem.

Vigotski escreveu sua obra ainda no início da revolução soviética, durante o processo de libertação dos trabalhadores das amarras de classe que restringiram seu desenvolvimento intelectual durante séculos e, por isso, trabalhou incansavelmente no sentido de compreender e desenvolver ao máximo as potencialidades de todos os indivíduos do gênero humano (DAVYDOV, 1993, p. 253). Essa é uma realidade absolutamente distinta da que vivemos atualmente, na qual se entende por educação de qualidade aquela que está voltada apenas para reprodução dos interesses e dos privilégios da elite capitalista em detrimento da miséria das maiorias. Este fato nos obriga a fazer uma reflexão mais profunda no sentido de não utilizarmos a psicologia sócio-histórica contra os seus próprios fundamentos e pressupostos.

Outros autores trataram da impossibilidade de encontrar na psicologia sócio-histórica soluções práticas ou instrumentos metodológicos de aplicação direta prática educacional da sociedade capitalista (SCALCON, p. 113). Sobre essa mesma questão, Duarte (2001, p. 284), em seu livro sobre Vigotski e o Aprende a Aprender, faz uma crítica às apropriações indevidas da teoria vigotskiana e afirma que uma Pedagogia Histórico-Crítica

deve buscar uma sociedade que supere a alienação imposta pelo capitalismo. Não é possível atingir pela educação uma total desalienação num indivíduo particularmente, esse processo somente é possível se esse indivíduo viver em uma sociedade que tenha superado as formas de dominação e exploração capitalista.

Nessa perspectiva devemos ser sinceros com o leitor e afirmar que esse livro³¹ certamente não trará nenhum apoio àqueles que pretendem buscar em Vigotski algo que alimente a ilusão de uma educação verdadeiramente democrática numa sociedade capitalista, pelo simples fato de que entendemos ser isso impossível (DUARTE, 2001, p. 285).

Por outro lado, é fundamental que os educadores que trabalham numa perspectiva crítica com relação às pedagogias liberais produzam fundamentos filosóficos históricos da educação que possibilite o embasamento de uma prática educativa histórico-crítica, em todos os âmbitos da educação. Acreditamos que uma investigação conseqüente, sobre um processo empírico de ensino e aprendizagem, deva fundamentar-se nas mesmas categorias desenvolvidas pela psicologia sócio-histórica e que esse procedimento pode muito contribuir para a elaboração de um corpo teórico que fundamente o processo de ensino e aprendizagem enquanto práxis histórica de transformação social.

Utilizaremos os conhecimentos proporcionados pela pedagogia histórico-crítica³², como meio de possibilitar a apreensão da Psicologia Sócio-Histórica no mundo contemporâneo. Essa identidade das duas tendências citadas deve-se ao fato de que ambas fundamentam-se radicalmente no materialismo histórico e dialético. Vários autores já escreveram sobre a junção dos dois modelos teóricos e metodológicos como: Duarte (2001), Scalcon (2002), Facci, (2004) e o próprio Saviani (2004) citam essa identidade entre a Pedagogia Sócio-Histórica e a Psicologia Sócio-Histórica³³.

Mesmo cientes da relevância da utilização dos fundamentos sócio-históricos, na apreensão e análise dos processos de ensino e aprendizagem, temos que primeiramente tomar algumas decisões. Podemos concluir que existem três posições distintas sobre a possibilidade de utilizar a psicologia sócio-histórica na educação contemporânea. A primeira seria engrossar a já numerosa fileira daqueles que utilizam, de forma eclética e contraditória, alguns fragmentos desta vertente da psicologia como forma de manutenção das pedagogias

³¹ Vigotski e o Aprender a Aprender: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotkiana (DUARTE, 2000).

³² Pedagogia de fundamentação marxista desenvolvida por autores brasileiros como: Saviani, Duarte, Oliveira, Scalcon, Gasparin e outros.

³³ Não demonstraremos a identidade teórica e metodológica entre a Psicologia Sócio-Histórica e a Pedagogia Histórico-Crítica, optamos por fundamentar toda parte que teoriza a educação nos autores das duas vertentes.

liberais e do próprio sistema capitalista. A segunda seria apenas desenvolver uma reflexão teórica sobre os fundamentos da psicologia sócio-histórica e evitar apreender a sua inter-relação com a práxis histórica. E a terceira, a qual tentaremos trilhar neste trabalho, é utilizar a Psicologia Sócio-Histórica como instrumento teórico que possibilite a explicitação de categorias de análise para a pesquisa empírica sobre o ensino e aprendizagem, no caso o objeto desta tese.

Antes, porém, da exposição sobre o processo de escolha das categorias, buscaremos apreender uma maneira de evitar as contradições descritas acima. Foi ainda na seqüência do mesmo texto de Duarte (2001) que encontramos uma possível resposta para o problema metodológico ora enfrentado:

Estudar Vigotski e demais integrantes da psicologia soviética só tem sentido atualmente, para aqueles que não pretendem fortalecer o universo neoliberal e pós-moderno, se esse estudo fizer com que nós, educadores, professores de todos os níveis da educação escolar, nos tornemos mais críticos em relação às formas de *alienação* às quais estamos submetidos como indivíduos que vivem e trabalham no interior de relações sociais capitalistas e às quais também estão submetidos nossos alunos. Essa crítica a alienação só poderá avançar se articulada a movimentos coletivos organizados voltados para a implementação de mudanças radicais na estrutura política e econômica de nossa sociedade (idem, p. 285. Grifo nosso).

Esta reflexão nos levou a hierarquizar genericamente as categorias estudadas, tal qual os conceitos demonstrados por Vigotski. Estabelecemos, de início, as categorias que julgamos mais representativas sobre o processo de ensino e aprendizagem diretamente relacionado aos pressupostos estabelecidos na psicologia sócio-histórica. Utilizamos então uma categoria como central e fundante das demais, no caso, a categoria de alienação. Como utilizaremos a categoria de alienação de forma “hierarquicamente generalizada”, modificando a análise de todas as demais categorias é uma questão desvendada no III Capítulo, quando trataremos especificamente da escolha das categorias e do método de análise. Cabe ainda, neste capítulo sobre a fundamentação teórica, aprofundar o entendimento sobre a categoria de alienação, que não foi desenvolvida de forma objetivamente específica e aprofunda na obra de Vigotski, embora permeie todo o seu trabalho. A alienação não é algo estanque e intransponível e pode ser paulatinamente superada por uma atividade sistemática voltada para esse fim. A essa atividade chamaremos de “práxis”

1.2 Algumas categorias do pensamento sócio-histórico

Vigotski acreditava que a Psicologia deveria servir à máxima marxista segundo a qual: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, era hora de transformá-lo”. Esta é a XI Tese Sobre Feurbach (MARX, 1989, p. 97) e foi utilizada como argumento em pelo menos duas importantes obras publicadas por Vigotski: *El Significado Histórico de la Crisis de la Psicología: una investigación metodológica* (1991, p. 337) e *Psicología Pedagógica* (2001b, p. 13).

Mas enquanto os filósofos interpretavam a alma e os fenômenos psíquicos, não podiam refletir sobre a maneira de transformá-los porque estavam fora da esfera da experiência. Agora, porém, quando a psicologia passa a estudar o comportamento, ela se pergunta naturalmente como modificá-lo. A psicologia pedagógica é essa ciência que trata das leis da mudança do comportamento humano e dos meios de dominar essas leis (VIGOTSKI, 2001b, p. 13).

O autor afirma que todo processo educacional é também um processo psicológico e que os conhecimentos e fundamentos da psicologia devem significar uma grande ajuda científica ao desenvolvimento da educação. Todas as formas de educação modificam os comportamentos hereditários e inoculam nos indivíduos novas formas de reação. Sua preocupação era a de que a psicologia pedagógica não se transformasse em uma psicotécnica, que viesse a ocupar um papel de mero elemento de reflexões superficiais como ocorre em outros ramos da psicologia aplicada que perdem seu caráter científico.

Escolhemos algumas categorias centrais do pensamento sócio-histórico para serem utilizadas como instrumentos teóricos da análise do processo de ensino e aprendizagem na prática da redução de danos. São elas: atividade humana, pensamento, linguagem, conceitos científicos e conceitos cotidianos. Nosso objetivo é que a concepção de ensino e aprendizagem na perspectiva sócio-histórica fundamente, de forma objetiva, a análise das informações colhidas empiricamente, conforme explicita o terceiro capítulo desta tese, que versa sobre o método de análise das informações empíricas.

A passagem da fundamentação psicológica para a prática educativa, é uma questão central na obra vigotskiana, na qual o autor buscava atender a necessidade de uma teoria que guiasse metodologicamente a educação. Participava diretamente de cursos, encontros e era um hábil palestrante. Sua teoria buscava orientar, em litígio com outras teorias, o sistema educacional da URSS. A práxis educativa no interior de uma sociedade revolucionada como a da URSS, no tempo de Vigotski, era muito distinta da educação no

Brasil capitalista de hoje. Por isso achamos metodologicamente importante utilizar teoricamente a Pedagogia Histórico Crítica, como meio de complementação aos estudos sobre a psicologia sócio-histórica. Ambas buscaram respostas teóricas para demandas concretas da educação na sua diversa realidade histórica. Alguns autores da Psicologia Sócio-Histórica têm afirmado que ainda falta o desenvolvimento de uma prática pedagógica que dê sentido e suporte para as reflexões teóricas.

Nesse contexto é que considero urgente e fundamental que os educadores brasileiros, que vêm trabalhando no interior da corrente histórico-crítica, dirijam uma atenção maior à construção de um corpo teórico mediador entre os âmbitos dos fundamentos filosóficos, históricos e sociológicos e o âmbito dos estudos sobre o que-fazer da prática educativa (DUARTE, 1999, p. 11)

Por isso, incluiremos algumas categorias e discussões centrais da Pedagogia Histórico-Crítica, na fundamentação teórica sobre o ensino e a aprendizagem numa perspectiva sócio-histórica. Categorias que não foram objetivamente utilizadas por Vigotski, mas que têm uma grande importância para apreender uma realidade educativa na atual sociedade capitalista. Por isso conceitos de “alienação” e “práxis”, que não foram aprofundados na obra de Vigotski, também serão estudados ao final do capítulo, porque acreditamos que uma prática educativa fundamentada nos pressupostos histórico-críticos³⁴ deve ser uma forma de “práxis” crítica às formas de alienação importadas pela sociedade capitalista. “Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram sua solução racional na práxis humana e no compreender dessa prática” (MARX, 1974, p. 58).

O próximo passo para a apreensão do ensino e a aprendizagem na abordagem sócio-histórica é o estudo de algumas categorias que fundamentam a concepção sócio-histórica e a Pedagogia Histórico-Crítica, que são diretamente relacionadas ao processo de ensino aprendizagem.

³⁴ “Os conceitos de alienação” e de “práxis” são objeto de estudo em várias obras de autores ligados à Pedagogia Histórico-Crítica (DUARTE, 1999a e 1999b), (ROSSLER, 2000), (SAVIANI, 2003), (SCALCO, 2002), (MARTINS (2004, p. 195-217). Acreditamos que esses conceitos, aplicados como categorias de análise das informações qualitativas, serão relevantes para contextualizar a teoria sócio-histórica, na realidade atual da educação. Estudaremos mais profundamente essa questão adiante no item 1.2.4 Alienação e práxis no processo de ensino e aprendizagem.

1.2.1 Atividade humana e trabalho

Faziam parte da Escola de Psicologia Soviética muitos outros pesquisadores importantes, além de Vigotski, e que deram uma grande contribuição no sentido da produção de uma psicologia geral com fundamentação marxista. Entre os grandes pesquisadores dessa escola destaca-se Alexis Leontiev, que continuou pesquisando e publicando, inclusive no Ocidente, até a década de 1960 e foi um dos principais responsáveis pela identificação da Psicologia Soviética como “Psicologia da Atividade”.

Para Leontiev (1978 e 1983), é somente através da atividade que os indivíduos e as novas gerações se apropriam dos elementos culturais herdados, que caracterizam a humanidade. A apropriação de um conhecimento específico está diretamente relacionada ao grau de atividade que o sujeito que aprende desenvolveu ou desenvolverá em relação ao conhecimento ensinado. Através da atividade a ação interior de apropriação de determinado saber, constitui-se primeiro sob a forma de uma ação exterior:

Assim, a aquisição das ações mentais, que estão na base da apropriação pelo indivíduo da herança dos conhecimentos e conceitos elaborados pelo homem, supõe necessariamente que o sujeito passe das ações realizadas no exterior às ações situadas no plano verbal, depois a uma interiorização progressiva destas últimas (LEONTIEV, 1978, p. 188).

Ao exercer uma atividade, o indivíduo toma contato com a realidade material e abstrata, enquanto sujeito de uma ação: material, porque entra em contato diretamente com substâncias materiais da natureza, ou produzidas pela humanidade, que precisam ser transformadas para o seu conforto e abstrata, porque encontra condições culturais prontas, elaboradas social e historicamente, que indicam os objetivos e os procedimentos da atividade. Uma atividade humana, por mais simples que seja, está inter-relacionada à totalidade histórica das relações sociais. A atividade objetiva sobre a cultura, os materiais da natureza, as ferramentas, as máquinas e sobre seus pares, produz, com seu gesto na realidade, ao mesmo tempo o mundo social e a si mesmo.

É através da atividade que se dá a translação dos conhecimentos sobre o mundo material e das abstrações culturais produzidas pela humanidade para a consciência, a subjetividade e o ideal do individual. Ao mesmo tempo é através da atividade que se dá a transição do mundo ideal para o real, onde os resultados objetivos e materiais são alcançados. Olhando neste ângulo a atividade é um processo de trânsito entre pólos opostos, sujeito e objeto (LEONTIEV, 1983).

É a atividade externa que descortina o círculo dos processos mentais internos, abrindo-os para o mundo objetivo. A atividade humana não é um ato isolado, é uma ação contextualizada no amplo espaço das relações sociais e historicamente construídas. A apropriação das faculdades humanas somente é possível ao indivíduo mediante sua ação em forma de atividade humana na relação com outros seres humanos e com a rica complexidade da cultura produzida coletivamente no decorrer da história.

Leontiev (1983) justifica a sua teoria da Psicologia da Atividade estudando os motivos, emoções e necessidades humanas. Nega os pressupostos idealistas da psicologia que naturalizam o sentido das emoções e por isso concebem “de ponta cabeça” a relação entre as necessidades humanas e as atividades humanas. As concepções naturalizadoras da psicologia afirmam que as necessidades sempre se dão em primeiro lugar e geram as atividades. Leontiev aceita parcialmente que o indivíduo nasce com necessidades, mas afirma que essas necessidades vão se transformando na medida em que o sujeito realiza atividades.

A necessidade primeiramente se manifesta somente como uma condição, como uma premissa para a atividade, porém, tão logo o sujeito comece a atuar, imediatamente nela se opera uma transformação e a necessidade deixa de ser o que era virtualmente “em si”. Quanto mais avança o desenvolvimento da atividade, mais sua premissa se transforma em seu resultado (LEONTIEV, 1983, p. 156)

A determinação sócio-histórica das necessidades humanas leva a compreensão de que as atividades é que são determinantes das necessidades. As atividades humanas geram sempre novas necessidades a partir do seu desenvolvimento, tanto do ponto de vista da compreensão psicológica do indivíduo quanto do desenvolvimento histórico da sociedade. A produção material da história vai paulatinamente criando novas formas materiais e respectivas necessidades humanas conforme seus modelos de produção. Em síntese, as atividades humanas de transformação das condições naturais e sociais, produzem novas necessidades, motivações e emoções que serão vivenciadas pelas novas gerações. A identificação do que é determinante no processo dialético que se estabelece entre as necessidades e as atividades é questão central no entendimento de Leontiev na sua crítica a psicologia idealista

Temos entre nós dois esquemas fundamentais que expressam a relação entre a necessidade e a atividade. O primeiro retoma a idéia de que o ponto de partida é a necessidade e, portanto, o processo geral expressa o ciclo: necessidade – atividade – necessidade. Nesse caso, como assinala L. Seve, se realiza “o materialismo das necessidades”, o qual corresponde a concepção pré-marxista da esfera do consumo como o principal. O outro esquema, contrário ao primeiro, representa-se mediante o ciclo: atividade – necessidade – atividade. Este esquema, que responde a interpretação

marxista das necessidades, é também fundamental para a psicologia, na qual nenhuma concepção que se baseie na idéia de um motor precedente a mesma atividade, pode desempenhar o papel de ponto de partida, capaz de servir de fundamento suficiente para a teoria científica da personalidade humana (LEONTIEV, 1983, p. 158).

O sentido histórico-materialista pressupõe que as necessidades humanas se produzem como conseqüência das relações produtivas da sociedade. Para Marx (1974), no início dos *Grundrisse*, não é a necessidade física que determina o consumo, mas a própria produção que, ao mediar o consumo, passa a determiná-lo em suas características mais específicas.

Leontiev (1983, p. 159) exemplifica que um homem numa situação de fome extrema tem a necessidade de alimento antecipada a qualquer forma de cultura alimentar produzida historicamente, porém, neste caso, o indivíduo desumaniza-se. Como exemplifica Marx nos *Grundrisse* (1974) o homem tem fome, mas não de comer carne crua dilaceradas diretamente das vísceras de um animal. Sua fome obedece a padrões sociais e civilizados de alimentação, que foram produzidas pelo conjunto do gênero humano desde os primórdios da civilização, pela atividade humana.

A ausência de atividades que possibilitem a apropriação e a reprodução das formas materiais e culturais produzidas historicamente é a negação da humanização do indivíduo o que significa o mesmo que dizer sua animalização. O uso de instrumentos e da linguagem é o que diferencia o ser humano dos demais animais. Quando o ser humano não tem contato com o modo de confecção e utilização de ferramentas e com a complexa linguagem que determina sua confecção e modos de utilização, não se humaniza. Todas essas complexas formas culturais, materiais e intelectuais, foram produzidas pelas milhares de gerações anteriores através do trabalho, sendo então o trabalho o que efetivamente humanizou historicamente a humanidade. “O trabalho criou o próprio homem”. Em resumo o animal se utiliza da natureza e nela produz transformações só por sua presença; o homem submete-a a serviço de seus fins, com as modificações que lhe imprime: dominando-a. Reside nisso a diferença essencial e decisiva entre o homem e os outros animais; é o trabalho por sua vez o que determina tal diferença (ENGELS *Apud* VIGOTSKI, 1996, p. 88 e 89).

O animal está totalmente preso à própria natureza enquanto os seres humanos dominam a natureza, conformando-a para seus fins, graças ao desenvolvimento de sua primordial atividade humana, denominada trabalho. Desde os primórdios a atividade do trabalho exigiu que os humanos desenvolvessem certo grau de controle sobre seu próprio comportamento, na medida em que desenvolvessem também o controle sobre a natureza.

Mediante uma percepção naturalizante do trabalho, todas as formas de trabalho são antecedidas por uma complexa atividade mental que o planeja detalhadamente, o que

justificaria a afirmativa de que o plano das idéias precede a atividade. Mas, essa percepção é fruto de uma concepção a-histórica, pois essa complexa forma de atividade mental não foi criada na cabeça do indivíduo, são produtos históricos do trabalho. Passo a passo, a atividade humana foi proporcionando a internalização de situações, problemas e formas de soluções. Essa cultura ainda precária foi sendo socializada para outros seres humanos e deixadas às gerações posteriores através da concomitante criação de símbolos e linguagens, deixadas como marcas na matéria concreta como nos livros, pinturas, na cultura em geral e através das relações pessoais. Em resumo: o trabalho gerou, paulatinamente, novas formas materiais e culturais de relação com a natureza e com a sociedade e estas determinaram novas necessidades, idéias e sentimentos. O desenvolvimento do cérebro e das mãos entregues a si mesmos, não teria proporcionado um desenvolvimento histórico tão acelerado.

O desenvolvimento do comportamento do homem é sempre desenvolvimento condicionado primordialmente não pelas leis da evolução biológica, mas pelas leis do desenvolvimento histórico da sociedade. Aperfeiçoar os meios de trabalho e os meios de comportamento sob a forma de linguagem e de outros sistemas de signos, ou seja, de instrumentos auxiliares no processo de dominar o comportamento, ocupa o primeiro lugar, superando o desenvolvimento da mão e do intelecto entregues a si mesmos (VIGOTSKI e LURIA, 1986b, p. 91).

A categoria genérica da humanidade designada trabalho e a atividade humana exercida pelos indivíduos são os principais determinantes da produção do comportamento e da psique humana para os autores da psicologia sócio-histórica. Sem esta compreensão é impossível apreender, em sua essência, o processo de ensino e aprendizagem.

1.2.2 – Pensamento e linguagem

Nos últimos anos de sua vida, já parcialmente debilitado pela tuberculose, Vigotski terminou sua obra mais conhecida *Pensamento e linguagem*, publicada nos anos de

1950 no Reino Unido e novamente na União soviética, depois de ser censurada durante o stalinismo. Pesquisadores e estudiosos que tratam sobre o assunto, em diferentes partes do mundo, aclamaram a obra como uma das mais importantes do século XX sobre a psicologia do desenvolvimento infantil (BURGUESS, 1993). Nessa obra Vigotski aprofundou e sintetizou várias concepções teóricas e metodológicas que vinha desenvolvendo desde o início de sua produção científica sobre a Psicologia, utilizando os mesmos princípios metodológicos que o consagraram na Psicologia Soviética.

A busca pela compreensão da relação entre o pensamento e a linguagem levou Vigotski a criticar os pesquisadores da psicologia que propunham uma metodologia onde as particularidades estudadas, no caso o pensamento, a linguagem e a palavra, eram estudadas isoladamente, levando a uma análise em que os produtos perdiam as propriedades do todo. Também teceu críticas àqueles que realizavam suas análises considerando apenas o todo, e negligenciando a especificidade das partes. A primeira parte do livro *Pensamento e linguagem*, foi dedicada a explicar esta opção metodológica de análise:

Esta pode ser qualificada como análise que decompõe em unidades a totalidade complexa. Subentendemos por unidade um produto da análise que, diferente dos elementos, possui todas as propriedades que são inerentes ao todo e, concomitantemente, são partes vivas e indecomponíveis dessa unidade. (...) Achamos que essa unidade pode ser encontrada no aspecto interno da palavra: no seu significado. (...) É justamente no significado que está o nó daquilo que chamamos de pensamento verbalizado (VIGOTSKI, 2001c, p. 8-9).

Dando continuidade à sua proposta metodológica, o autor parte de um amplo estudo teórico e crítico sobre os autores que já haviam escrito sobre o tema para posteriormente sustentar sua teoria. O primeiro estudado é Jean Piaget, que havia publicado recentemente os quatro volumes da obra *A Linguagem e o Pensamento da Criança* (1986)³⁵. Vigotski procura situar Piaget dentro da crise dos fundamentos teóricos da psicologia³⁶ que, por não ter um sistema científico uno capaz de abranger e unificar todo o conhecimento atual da Psicologia, faz com que cada pesquisador da área crie sua própria psicologia, com seus próprios fundamentos, como a Gestalt, a Psicanálise, a Reflexologia e outras, numa disputa constante entre materialistas e idealistas. Vigotski entende que Piaget não queria assumir uma posição nessa disputa optando conscientemente por fugir da tomada de posições filosóficas.

³⁵ Segundo o tradutor de *Pensamento e Linguagem* do russo para o português, Paulo Bezerra, Vigotski usa os quatro volumes da edição russa de *A Linguagem e o Pensamento da Criança* de Piaget (1986). Em português só existe o primeiro volume traduzido por Manuel Campos e também editado pela Martins Fontes.

³⁶ Em 1927, Vigotski havia publicado *O Significado Histórico da Crise na Psicologia* (VIGOTSKI, 1991), na qual aprofunda e propaga sua ideia sobre a ausência de fundamentos metodológicos da Psicologia moderna.

Piaget procurou evitar essa ambigüidade fatal por um meio muito simples: fechando-se em um círculo restrito de fatos. Foge conscientemente a generalizações, e evita mais ainda sair dos próprios limites dos problemas psicológicos para os campos contíguos da lógica, da teoria do conhecimento, da história e da filosofia. Acha mais seguro o terreno do empírico puro (VIGOTSKI, 2001c, p. 23)³⁷.

Vigotski esclarece ainda sobre a impossibilidade da realização de um feito científico com tal profundidade sobre o estudo do pensamento infantil, negando a existência de uma base filosófica para nortear o próprio estudo. A relevância dos novos fatos levantados, o método proposto e a subsequente análise, pertinentes à pesquisa em curso, não conseguiram afastar Piaget de uma tomada de posição frente a essa ambigüidade determinante da crise na psicologia.

Ele procurava proteger-se da crise atrás da muralha alta dos fatos. Mas os fatos o traíram. Acarretaram problemas, e os problemas resultaram em uma teoria que, mesmo sendo pouco desenvolvida, ainda assim é uma teoria autêntica, que Piaget tanto procurou evitar. De fato em seus livros há uma teoria (VIGOTSKI, 2001c, p. 24).

Vigotski atribui ao pesquisador suíço a utilização do egocentrismo como elo central do pensamento infantil, diretamente relacionado ao pensamento autístico que, numa perspectiva freudiana, é determinado pelo inconsciente, o sonho e o prazer. Vigotski identifica a adoção desses pressupostos psicanalíticos na formulação do significado do pensamento autístico e, por decorrência, do egocentrismo na obra de Piaget e vê nisso uma filiação filosófica determinada em sua proposta, no caso, ao idealismo.

Nem mesmo do ponto de vista da evolução biológica e da análise biológica do comportamento do recém-nascido o pensamento autístico justifica a tese básica lançada por Freud e adotada por Piaget segundo a qual o autismo é o degrau primário e fundante sobre a qual se estruturam todas as fases sucessivas no desenvolvimento do pensamento. O pensamento que surge lá nos primórdios é, segundo as palavras de Piaget, uma espécie de fabulação, o princípio do prazer, que orienta o pensamento autístico, antecede o princípio de realidade que governa a lógica do pensamento racional (VIGOTSKI, 2001c, p. 37).

Os pressupostos teóricos de Vigotski o levaram a conceber os princípios da realidade material e histórica como primários no desenvolvimento do pensamento infantil. Isso fundamenta sua crítica aos pressupostos freudianos onde os mecanismos do prazer é que

³⁷ É necessário compreender que Vigotski teve acesso apenas às obras iniciais. Com a publicação posterior de O Estruturalismo, Piaget (1969), o autor suíço assumiria explicitamente o estruturalismo como o paradigma filosófico que fundamenta seu trabalho, citando Lévi-Strauss, Foucault e Chomsky, demonstrando o forte acento de sua raiz epistemológica no apriorismo kantiano.

são primários no processo de desenvolvimento. Aí reside o fundamento da crítica de Vigotski que vê nos fundamentos não assumidos de Piaget um equívoco metodológico que se traduz no primado do prazer, do sonho e do devaneio, inúteis e entregues a si mesmos, sobre o pensamento efetivo e prático, voltado para a realidade e em permanente processo de produção dialética entre a individualidade e o meio exterior. Vigotski exemplifica detalhadamente os equívocos gerados pela metodologia adotada por Piaget sobre o inconsciente do pensamento autístico, onde o desenvolvimento infantil é considerado como algo que acontece por si mesmo, como se não fosse determinante a relação com formas culturais e naturais exteriores ao indivíduo.

Admitir que a lógica dos sonhos são primárias do ponto de vista da função biológica, que o pensamento surgiu na série biológica e desenvolveu-se na transição das formas animais inferiores para as superiores e destas para o homem como função de auto-satisfação como processo subordinado do princípio do prazer, é um *non-sense*, precisamente do ponto de vista biológico. Admitir que o princípio do prazer é primário no desenvolvimento do pensamento implica tornar, desde o início, biologicamente inexplicável o processo de surgimento da nova função psicológica que chamamos de intelecto ou pensamento (VIGOTSKI, 2001c, p. 40).

Duas questões foram tiradas por Vigotski sobre essas reflexões. Uma questiona a própria ligação do pensamento autístico ao egocentrismo infantil ou a fala egocêntrica e a outra questiona a inutilidade e isolamento desse tipo de atividade mental. Partindo desta reflexão, Vigotski tece uma crítica à maneira como Piaget compreende a fala egocêntrica, atividade infantil central para a compreensão do pensamento infantil tanto na obra de Piaget quanto de Vigotski, mas, com entendimentos fundamentalmente opostos, onde um é idealista e o outro é materialista e histórico.

A relação entre o autismo e o pensamento egocêntrico fundamenta a obra de Piaget no sentido de compreender também a fala egocêntrica como um devaneio, produto da sua psique. Isso o leva a definir a fala egocêntrica como uma fala não socializada, que não tenta se colocar do ponto de vista do interlocutor, como uma fala de si para si, que se extingue na idade escolar e que não tem uma função objetiva no desenvolvimento da criança. Não interessa para a criança se estão escutando já que não existem objetivos para a atividade infantil da fala egocêntrica, nem do ponto de vista da criança nem do ponto de vista de sua importância para o desenvolvimento infantil do pensamento e da linguagem (idem, p. 50 e 51).

Vigotski, com base em estudos teóricos e pesquisas experimentais vai discordar frontalmente dessa concepção piagetiana da fala egocêntrica, compreendendo que

esta tem uma importância significativa no desenvolvimento infantil. Para ele a fala egocêntrica tem uma função primordial que é a apropriação da linguagem falada como forma de desenvolvimento do pensamento infantil. Em suas pesquisas experimentais o autor identificou o aumento significativo da fala egocêntrica quando as crianças eram colocadas diante de tarefas mais difíceis de serem realizadas. Nesses casos as crianças utilizavam essa fala como meio de ajuda ao pensamento, como no exemplo onde uma criança é desafiada a pegar um objeto, encima de um móvel muito alto, tendo ao seu lado uma vara. Ao perceber a vara ela diz para si mesma, em tom baixo e quase incompreensível, que vai pegar a vara, evidenciando a utilidade da fala egocêntrica. Através de muitas outras pesquisas experimentais como essa, e de estudos teóricos, Vigotski buscou compreender a gênese do desenvolvimento infantil como um todo, através do estudo de suas particularidades como o pensamento, a linguagem, a fala e, mais especificamente aqui, a fala egocêntrica. Foi negando os fundamentos metodológicos de Piaget que Vigotski conseguiu se apropriar criticamente da sua obra, não como uma negação absoluta, mas como uma forma de superação das falhas teórico-metodológicas do pesquisador suíço.

Mas as nossas experiências mostram que entre a linguagem egocêntrica e o caráter egocêntrico do pensamento pode não haver nenhuma relação. [...] A linguagem egocêntrica da criança não só pode não ser expressão do pensamento egocêntrico como ainda exercer uma função diametralmente oposta ao pensamento egocêntrico – a função de pensamento realista –, e assim aproximar-se não da lógica do sonho e do devaneio mas da lógica da ação e do pensamento racionais e sensatos (VIGOTSKI, 2001c, p. 60).

Segundo Vigotski, Piaget define o pensamento egocêntrico e a linguagem egocêntrica como uma fase de transição entre o autismo e uma forma lógica de pensamento, interpretando-os não em sua relação de produção comum com o pensamento socializado. Esta afirmação foi tomada de empréstimo da psicanálise que entende o pensamento autístico como uma fase primária na história do desenvolvimento do pensamento. O próprio conceito de linguagem socializada, utilizado por Piaget, reforça a sua posição teórica, pois se entende por socializado aquele que antes não era social e que se tornaria social no processo de mudança de desenvolvimento. Para Vigotski, ao contrário, a fala egocêntrica “é uma forma transitória da linguagem exterior para a interior, da linguagem social para a individual, inclusive para o pensamento autístico verbalizado” (idem, p. 65). “O movimento real do processo de desenvolvimento do pensamento infantil não se realiza do individual para o socializado mas do social para o individual” (idem, p. 67).

A fala egocêntrica cumpre um papel vital no desenvolvimento da linguagem e do pensamento, ao resignificar as particularidades perceptíveis a sua volta com palavras e sustentar seu próprio pensamento que ainda não se apropriou da linguagem como um meio interno do pensamento. A linguagem egocêntrica é sim uma linguagem intermediária, mas ela não se dissolve, ou se acaba, porém, interioriza-se transformando-se na base das formas superiores do pensamento. Com a apropriação da linguagem pelo pensamento esse processo perde sua necessidade aparente, pois se internaliza e passa a acontecer no próprio pensamento de forma não-sonora. Sintetizando, Vigotski vê na fala egocêntrica uma fase no desenvolvimento do pensamento, quando a linguagem socialmente produzida é internalizada passando a ser parte do pensamento. Isso o levou a identificar no fundamento idealista de Piaget as razões que o levaram a compreender o meio social como algo externo que obriga o indivíduo a conter suas atrações. “A coação e a pressão são suas palavras que não saem das páginas desse livro” quando Piaget fala das influências do meio social (idem, p. 79).

A criança não é considerada como uma parte do todo social, como um sujeito das relações sociais que, desde os seus primeiros dias de vida participa da vida social daquele todo a que ela pertence. O social é visto como algo situado fora da criança, que a pressiona e reprime seus próprios modos de pensamento (VIGOTSKI, 2001c, p. 80).

Outra crítica feita por Vigotski aos postulados piagetianos é a não consideração da atividade prática da criança no desenvolvimento do seu pensamento. É como se o desenvolvimento se desse pela criança entregue a si mesma, sem considerar sua ação na realidade social, que é vista como um elemento estranho e repressor ao indivíduo.

Acontece, porém, que ele (Piaget) vê o pensamento como uma atividade totalmente dissociada da realidade. Mas uma vez que a função fundamental do pensamento é o conhecimento e o reflexo da realidade, é natural que esse pensamento considerado fora da realidade, torne-se um movimento de fantasmas, uma parada de figuras mortas delirantes, um brinquito de rodas de sombras mas não um pensamento infantil real e rico de conteúdo. [...] Ele mostra como o pensamento lógico reprime as peculiaridades do pensamento infantil, como se introduz de fora na substância psicológica da criança e é por esta deformado (VIGOTSKI, 2001c, p. 91).

Na obra *Pensamento e linguagem*, Vigotski dedicou mais de 80 páginas somente para esclarecer sua crítica aos pressupostos teóricos e metodológicos que levaram

Piaget³⁸ a uma falsa interpretação sobre o desenvolvimento do pensamento e da linguagem e ainda voltou a tratar da questão inúmeras vezes no livro para fundamentar a sua própria teoria.

Através do estudo crítico de autores como Stern, Koffka, Köhler, Bühler e o próprio Piaget, Vigotski (idem, p. 97 e 143), aprofunda sua ciência psicológica sobre a relação do pensamento e a linguagem, demonstrando que o pensamento existe na criança inicialmente sem a necessidade da linguagem e que a linguagem também existe inicialmente na criança sem o pensamento. Esta segunda afirmação está fundamentada na perspectiva de que a atividade humana precede o processo de tomada de consciência. A criança³⁹ utiliza inicialmente as palavras ainda como imitação, como uma atividade ainda não conscientizada, e a continuidade dessa atividade vai paulatinamente produzindo na criança a consciência de que tal palavra está relacionada a tal objeto. No início existem somente balbucios incompreensíveis que vão sendo ativamente internalizados pela criança na medida em que ela imita e repete os gestos dos adultos. Nesse processo a criança desenvolve gradualmente a capacidade motora de articular determinada palavra corretamente. Como somente através do significado a linguagem pode ser internalizada pela criança, esse significado vai sendo apropriado pela criança na realidade externa, no social (idem, p. 119).

Tais constatações levaram Vigotski (idem, p. 133 - 149) a afirmar que existe um estágio pré-verbal no desenvolvimento da fala da criança e um estágio pré-intelectual no desenvolvimento do seu pensamento e que essas modalidades de desenvolvimento somente se cruzam num momento posterior tornando o pensamento verbal e a fala intelectual. O autor define como “linguagem interior” a utilização da linguagem como um instrumento capaz de tornar o pensamento mais complexo ou superior. O desenvolvimento da “linguagem interior” acontece quando a criança domina as estruturas da linguagem que passam a constituir as estruturas básicas do seu próprio pensamento. Já a “linguagem exterior” é a linguagem utilizada diretamente com o objetivo dialógico, de entrar em contato com o outro, para a comunicação externa. Este fato, constatado no estudo bibliográfico e nas pesquisas experimentais desenvolvidas por Vigotski, inverte o sentido do desenvolvimento, indo do social externo para o pensamento interno, ao contrário do que pressupõem Piaget, Freud,

³⁸ Não é nosso interesse aprofundar essa questão nesta tese, mas existem outros trabalhos publicados que tratam sobre a impossibilidade de identificação teórica ou metodológica entre Vigotski e Piaget e especificamente: Duarte (2005, 2001, e 2000b); Facci (2004); e Klein (1996).

³⁹ Vigotski estudou a gênese do pensamento centrando suas pesquisas experimentais na criança. Mesmo sendo os sujeitos pesquisados nesta tese adultos, mantivemos sua explicação centrada no pensamento da criança, pois acreditamos que essa reflexão é imprescindível para a compreensão do pensamento humano em geral.

Stern, a Gestalt e todas as demais tendências idealistas da Psicologia e que, por esse motivo, são chamadas de não-científicas e metafísicas por Vigotski

Esta relevante conclusão vigotskiana define o desenvolvimento do pensamento como dependente de instrumentos externos, no caso a linguagem, que por sua vez depende da experiência sociocultural da criança. A constatação de que o desenvolvimento do pensamento verbal é uma forma histórico-social de desenvolvimento e não natural ou inata, leva o autor à constatação de que também existem leis e propriedades que não podem ser descobertas através de uma concepção naturalizante do pensamento e da linguagem.

Ao reconhecermos o caráter histórico do pensamento verbal, devemos estender a essa forma de comportamento todas as teses metodológicas que o materialismo histórico estabelece para todos os fenômenos históricos na sociedade humana. Devemos esperar de antemão que, em linhas gerais, o próprio tipo de desenvolvimento histórico do comportamento venha a estar na dependência direta das leis gerais do desenvolvimento histórico da sociedade humana. Com isso o próprio problema do pensamento e da linguagem ultrapassa os limites metodológicos das ciências naturais e se transforma em questão central na psicologia histórica do homem, ou seja, da psicologia social (VIGOTSKI, 2001c, p. 149 e 150).

Esta reflexão é imprescindível para que se compreenda porque Vigotski vai centrar o seu estudo sobre o desenvolvimento do pensamento e da linguagem na palavra, que é um bem cultural historicamente produzido. A palavra no entendimento do autor soviético é entendida como uma representação de um significado anteriormente dado em relação à sua característica sonora ou simbólica. Esse significado não é imutável, pelo contrário, varia internamente, modifica-se ao se relacionar com outros significados. Acontece uma generalização em que o significado de uma palavra evolui quando se amplia o repertório de outras palavras com outros significados (idem, p. 360 - 361).

Para Vigotski as associações entre os símbolos verbais (palavras), mesmo sendo sólidas e numerosas, ainda não podem ser consideradas um conceito. O conceito surge mediante a existência de um problema que só possa ser solucionado com a formação de novos conceitos. A existência de um problema cria uma necessidade particular de pensamento, articulado com a atividade de solucioná-lo, então novos conceitos são desenvolvidos para sustentar essa forma de pensamento particular.

Ao contrário do amadurecimento dos instintos e das atrações inatas, a força motivadora que determina o desencadeamento do processo, aciona qualquer mecanismo de amadurecimento do comportamento e o impulsiona para frente pela via do ulterior desenvolvimento não está radicada dentro mas fora do adolescente e, neste sentido, os problemas que o meio social coloca diante do adolescente em processo de amadurecimento e estão vinculados à

projeção desse adolescente na vida cultural, profissional e social dos adultos são, efetivamente, momentos funcionais sumamente importantes que tornam a reiterar o intercondicionamento, a conexão orgânica e a unidade interna entre os momentos do conteúdo e da forma no desenvolvimento do pensamento. [...] Onde o meio não cria os problemas correspondentes, não apresenta novas exigências, não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento do adolescente não desenvolve todas as potencialidades que efetivamente contém, não atinge as formas superiores ou chega a elas com um extremo atraso (VIGOTSKI, 2001c, p. 171).

Ao buscar as raízes genéticas e causais do pensamento e da linguagem, Vigotski considera a qualidade histórica da palavra em permanente estado de transformação, isso o levou ao estudo da “formação de conceitos”, com o intuito de aprofundar o entendimento de como se desenvolve a relação entre o pensamento interno e a linguagem através da palavra.

1.2.3 A palavra e o conceito no processo de desenvolvimento do pensamento

Existe um processo de desenvolvimento da palavra de uma função primária e indicativa de algo concreto, para uma função significativa, mais complexa e com um certo potencial de abstração. Há uma substituição das funções indicativas pelas funções significativas que determinam o aprimoramento da utilização da linguagem como estrutura do pensamento. Vigotski demonstra através da crítica a outros autores e da pesquisa experimental como muitas crianças e adolescentes imitam a forma de utilização de determinados conceitos sem que elas efetivamente tenham domínio sobre esses conceitos (VYGOTSKI, 1995, p. 231c). Essa utilização da palavra como conceito é denominada de fase de transição do pensamento por complexo ao pensamento por conceito propriamente dito, contrariando outros autores de sua época que tratam sobre o tema e que vêem um conceito nesta manifestação de palavras indicativas de algo copiado do mundo adulto:

Os nossos experimentos nos levam a uma conclusão essencialmente distinta. Mostram como das imagens e vínculos sincréticos, do pensamento por complexos, dos conceitos potenciais e com base no uso da palavra como meio de formação de conceito surge a estrutura significativa original que podemos denominar de conceito na verdadeira acepção desta palavra (VIGOTSKI, 2001c, p. 239).

O autor identificou uma série de “estágios” no desenvolvimento das palavras até transformarem-se em conceitos propriamente ditos. Um primeiro estágio é quando a palavra é utilizada para significar um objeto concreto, de forma não relacionada a outros significados, como parte de um amontoado de objetos indiscriminados que está externamente vinculado nas impressões da criança mas internamente disperso. O autor define ainda o segundo e o terceiro estágio, o pensamento por complexos, os subconceitos e os conceitos potenciais como importantes momentos do desenvolvimento no processo de formação do conceito. Não nos deteremos a esses estágios tendo em vista que o nosso objeto principal é o ensino e a aprendizagem e, nesse sentido, achamos mais importante buscar apreender como se desenvolvem os conceitos espontâneos e os conceitos científicos e a sua recíproca relação, na obra vigotskiana⁴⁰.

Como elemento central de entendimento desse processo de desenvolvimento do pensamento através da palavra, Vigotski observou como se dá a passagem dos conceitos não conscientizados e espontâneos para os conscientes e que podem ser usados arbitrariamente. Passou então a utilizar o conceito como elemento essencial no processo de compreensão da apropriação do conhecimento pelo pensamento. Percebeu o movimento dos conceitos no processo de aprendizagem que se dá da atividade externa para a apropriação interna e tem sua gênese nos significados mais elementares das palavras, evoluindo no sentido do desenvolvimento de formas superiores de pensamento.

O caminho entre o primeiro momento em que a criança trava conhecimento com o novo conceito e o momento em que a palavra e o conceito se tornam propriedade da criança é um complexo processo psicológico interior, que envolve a compreensão da nova palavra que se desenvolve gradualmente a partir de uma noção vaga, a sua aplicação propriamente dita pela criança e sua efetiva assimilação apenas como elo conclusivo. Em essência, procuramos exprimir anteriormente a mesma idéia quando dissemos que, no momento em que a criança toma conhecimento pela primeira vez do significado de uma nova palavra, o processo de desenvolvimento dos conceitos não termina mas está apenas começando (VIGOTSKI, 2001c, p. 250).

A crítica teórica e a pesquisa experimental, anteriormente referidas, aprofundaram a compreensão sobre a existência de dois tipos fundamentais de conceitos: os “conceitos espontâneos” e os “conceitos científicos”. Os primeiros seriam aqueles desenvolvidos sem a necessidade de abstração, de forma espontânea e que acontecem na vivência cotidiana da criança sem a existência de um processo dirigido de ensino, onde o

⁴⁰ Mais estudos e informações sobre esses estágios de desenvolvimento dos conceitos podem ser encontrados em Vigotski (2001c, p. 151 a 239) e também em Gasparin (2002).

sujeito não tem consciência de que detém a compreensão do conceito. Nesse caso, a atenção é direcionada diretamente para o objeto e não para a consciência que se tem do objeto em si e do conceito que o significa. O conceito espontâneo tem origem nas relações cotidianas, não mediadas por um processo explicativo de causalidade e relação, onde as palavras significam apenas um objeto ou uma ação percebida diretamente pela experiência vital da criança e por isso são chamados de inferiores. A utilização automática das palavras relacionadas ao seu significado direto e aparente, sem uma tomada de consciência sobre esse processo, é o que Vigotski chama de pensamento espontâneo.

Já o que ele considera como conceito científico pressupõe uma compreensão intelectual de uma determinada questão. O conceito científico é a tomada de consciência sobre um objeto referido levando-se em conta suas causas e sua relação constituinte com outros objetos e por isso é chamado de superior. Vigotski (idem, p. 293) busca em uma frase de Marx um subsídio para explicar o conceito científico: “se a forma da manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente, toda ciência seria desnecessária”, em outras palavras a aparência não é a essência, esta última necessita de uma explicação racional como forma de existência.

Vigotski (idem, p. 286) afirma que a tomada de consciência, a assimilação e as funções superiores, não são as únicas formas de desenvolvimento, estas surgem posteriormente. A tomada de consciência somente acontece num segundo momento, depois que passa existir algo para ser conscientizado, sendo esse algo fruto da vivência espontânea e apropriado por um sujeito que não tem consciência daquilo que apropriou. Os conceitos científicos devem ser antecidos pelos estágios não conscientizados e espontâneos do pensamento, que constituirão a base necessária para uma posterior forma de tomada de consciência da relação entre o conceito empregado e a realidade. Para que se tome consciência é necessário que haja, anteriormente, o que deve ser conscientizado.

O autor demonstra que não existe um muro intransponível entre essas duas categorias de conceitos e que os conceitos científicos não se desenvolvem como os cotidianos, não repetem as suas vias de desenvolvimento. Justamente essa diferença é determinante de uma reciprocidade dialética na determinação de ambos. Os conceitos científicos necessitam de uma série de conhecimentos prévios para que possam ser formulados pela criança, demandando a existência anterior de um tecido conceitual já desenvolvido por meio da atividade espontânea do pensamento. (idem, p. 269). Se o conceito científico pressupõe a existência das palavras já desenvolvidas no âmbito da cotidianidade, os conceitos

espontâneos também são modificados no decorrer do desenvolvimento dos conceitos científicos.

O desenvolvimento dos conceitos espontâneos e científicos – cabe pressupor – são processos intimamente interligados, que exercem influências um sobre o outro. Por um lado – assim devemos desenvolver as nossas hipóteses –, o desenvolvimento dos conceitos científicos deve apoiar-se forçosamente em um determinado nível de maturação dos conceitos espontâneos, que não podem ser indiferentes à formação de conceitos científicos simplesmente porque a experiência só se torna possível depois que os conceitos espontâneos da criança atingiram um nível próprio do início da idade escolar. Por outro lado, cabe supor que o surgimento de conceitos de tipo superior, como o são os conceitos científicos, não pode deixar de influenciar o nível dos conceitos espontâneos anteriormente constituídos (VIGOTSKI, 2001c, p. 261).

Ou seja, a generalização de determinadas qualidades de conceitos vai gerar um novo padrão de conceitos superiores em complexidade, sendo esse processo imprescindível para que se compreenda como o educando aprende e como, quando e onde o educador deve ensinar.

Em essência o problema dos conceitos não espontâneos, e em particular dos científicos, é um problema de aprendizagem e desenvolvimento, já que os conceitos espontâneos propiciam a aparição dos conceitos não espontâneos através da aprendizagem, que é uma fonte do desenvolvimento. Por isso, a investigação sobre os conceitos espontâneos e não espontâneos é um caso particular da investigação mais geral acerca do ensino e do desenvolvimento (VYGOTSKI, 1993, p 218).

A compreensão sobre a relação entre os conceitos cotidianos ou espontâneos e os conceitos científicos pode ser um elemento fundamental para que se compreenda o processo de ensino aprendizagem em questão.

A partir da existência de um sistema de conceitos espontâneos surge um novo tipo de conceito de tipo superior, que apreende racional e ordenadamente os anteriores, resultado de uma generalização, que é fruto de um grau mais avançado no desenvolvimento histórico. Isso se dá a partir da possibilidade de generalização de determinado tipo de conceito, obedecendo a uma espécie de hierarquia no processo de aprendizagem e desenvolvimento, onde o novo conceito, arbitrário, consciente e lógico, fundamenta-se na existência dos conceitos espontâneos que já existiam. A mudança causada pelo desenvolvimento de conceitos de tipo superior nos conceitos espontâneos é justificada por Vigotski através da sua tese da unidade psíquica, que demonstra que todas as particularidades estão em processo de interação constante. O que existe é um processo único de formação dos diferentes conceitos que acontece por diferentes relações internas e externas, mas que não se

constitui de um antagonismo estanque entre duas formas de pensamento. O que se processa na realidade é a formação de um sistema de conceitos “baseado em determinadas relações recíprocas e generalizadas” (VIGOTSKI, 2001c, p. 295).

Todo conceito é uma generalização sendo que nas crianças menores, de aproximadamente dois anos, por exemplo, o pensamento evolui dos conceitos particulares, mais concretos, para os mais genéricos, enquanto no adolescente acontece o contrário, o pensamento evolui do conceito mais complexo e superior para o mais concreto e inferior. Nos dois casos há uma interdependência entre o desenvolvimento das duas formas de conceito (VIGOTSKI, 2001c, p. 295). A capacidade intelectual de abstração é condição e parte da formação do conceito superior, mas, essa abstração somente se torna possível com a existência anterior de um arcabouço formado por conceitos espontâneos. Por sua vez os conceitos espontâneos e todas as formas de pensamentos inferiores, relacionados a fragmentos da realidade concreta, também mudam seu significado na medida em que passam a fazer parte de uma nova organização generalizante do pensamento. Toda vez que o pensamento atinge uma generalização sobre um grupo de particularidades, acontece uma evolução que atua diretamente no significado de todos os conceitos particulares que foram generalizados. Uma criança pequena, ao tomar contato pelas primeiras vezes com uma rosa, vai entendê-la sempre, e desde o início como rosa, já uma criança maior, que já conhece muitos tipos de flores, vai tomar contato com a rosa como sendo primeiramente uma flor, a rosa faz parte do gênero flor (idem, p. 359 – 361). Neste sentido, uma rosa pode não ser, mesmo sendo, a mesma rosa sempre, acontece uma mudança generalizada nos significados dos conceitos na medida em que se organizam em generalizações.

A cada estrutura de generalização (sincretismo, complexo, pré-conceito, conceito) correspondem o seu sistema específico de generalidade e relações de generalidade entre os conceitos gerais e os particulares, a sua medida de unidade, abstrata e concreta, que determina a forma concreta de dado movimento dos conceitos, de determinada operação de pensamento nesse ou naquele estágio de desenvolvimento dos significados das palavras (VIGOTSKI, 2001c, p. 362).

Vigotski cita um experimento em que uma criança aprende sem dificuldade o significado das palavras mesa, cadeira, escrivaninha, sofá e estante, mas não consegue aprender a palavra mobília, que tem um significado generalizante para todas as outras. Para essa criança mobília significa mais do que a aquisição de uma nova palavra, mas, a assimilação de uma relação de generalidade, que incluía todos os outros conceitos particulares, subordinando-os. Nesse caso, a aprendizagem aconteceu horizontal e

verticalmente, no sentido direto entre cada conceito e numa generalização que reorganiza hierarquicamente todos os demais lhes dando significados qualitativamente diversos e com outro nível de complexidade.

Estamos diante de uma lei geral. Nela está a chave para o estudo das relações genéticas e psicológicas entre o geral e o particular nos conceitos infantis. Existe um sistema de relações e de generalização; segundo a estrutura desse sistema, dispõem-se em ordem genética os conceitos gerais e particulares, de forma que o movimento do geral para o particular e do particular para o geral no desenvolvimento dos conceitos vem a ser diferente em cada fase do desenvolvimento dos significados, em função da estrutura de generalização dominante nessa fase. Na passagem de uma fase a outra modificam-se o sistema de generalidade e toda a ordem genética do desenvolvimento dos conceitos superiores e inferiores (VIGOTSKI, 2001c, p. 263 e 264).

Vigotski explicou o desenvolvimento do pensamento através dos significados dos conceitos e a sua organização em sistemas de generalizações, desde sua gênese até o seu produto, afirmando que a linguagem é a própria realização do pensamento. Os conceitos científicos e espontâneos, e seus sistemas de generalização, formam-se na relação dialética que obedece determinada lei de desenvolvimento, fundamentando a sua concepção sobre a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem. A consciência do funcionamento do desenvolvimento do pensamento e da linguagem na psicologia vai fundamentar uma compreensão também sobre a aprendizagem e, por decorrência, do ensino.

1.2.4 Alienação e práxis no processo de ensino e aprendizagem

Buscaremos aqui apreender a categoria de alienação, desde a sua gênese histórica e material até a sua inter-relação com outras categorias importantes, para o entendimento do processo de ensino e aprendizagem. Não temos a pretensão de produzir uma teoria sobre alienação e práxis, mas apenas evidenciar alguns aspectos essenciais dessas categorias, que possam contribuir como instrumento teórico, para a sistematização e análise dos dados empíricos coletados nesta pesquisa.

O entendimento sócio-histórico da consciência pressupõe a generalização da individualidade concebendo-a como parte indivisível de um todo social e histórico em permanente processo de transformação. Já o fundamento das psicologias criticadas por Vigotski, ao contrário, isola a consciência na individualidade, como faz a Psicanálise, ou nos

círculos de vivência sensorial mais próximos do indivíduo, como faz a Fenomenologia. Essas concepções naturalizantes e idealistas da consciência, que separam a subjetividade individual da objetividade social e material, são também determinadas pelo modo de produção material de cada época, ao mesmo tempo refletindo e reproduzindo os interesses dominantes. Esses interesses dominantes manifestam-se na totalidade das relações sociais, inclusive na educação, reproduzindo um universo de idéias e relações materiais que, na maioria das vezes, não são percebidos de forma conscientizada, impedindo que os indivíduos exerçam a crítica ao modelo de exploração da sociedade de classes.

Para Marx (1974 e 1989), o meio mais importante de produção da realidade material e, conseqüentemente, da subjetividade humana, é o trabalho que é dominado por interesses outros que não os do próprio trabalhador, mas daqueles que o exploram. Passa então o trabalho a voltar-se contra o próprio trabalhador, que produz aquilo de que não vai dispor e que não compreende objetivamente, processo ao qual Marx (1974 e 1989) chamou de “alienação”.

O conceito de alienação, embora tenha sido usado por muitos outros filósofos⁴¹, passa a ter um significado especificamente histórico e materialista na obra marxiana, principalmente nas obras escritas por Marx ainda na sua juventude como: Manuscritos Econômicos-Filosóficos, escrito em 1844, e A Ideologia Alemã, escrita em 1846. Essas obras não foram utilizadas por Vigotski, tendo em vista que a primeira somente foi publicada em 1932 e a segunda em 1933, (GORENDER, 1985)⁴², na União Soviética, quando Vigotski já estava debilitado pela doença e escrevendo seus últimos textos. Mesmo que a categoria alienação, não tenha sido objeto da obra vigotskiana, buscaremos aqui demonstrar como ela pode enriquecer a compreensão do processo de ensino e aprendizagem na abordagem sócio-histórica, no interior da atual sociedade capitalista.

As obras de Marx, citadas acima, foram objeto de rejeição por ele próprio que, posteriormente, escreveu que elas serviram apenas para “o esclarecimento de suas próprias idéias”, ou ainda que os manuscritos de A Ideologia Alemã seriam entregues “à crítica roedora dos ratos”, aludindo à sua não publicação (MARX, 1974, p. 137). São nestas obras que o conceito de “alienação” em antagonismo ao de “humanização” aparece de forma mais

⁴¹ Principalmente de Hegel e Feurbach.

⁴² Jacob Gorender (1985) na introdução de O Capital afirma que as obras Manuscritos Econômico-Filosóficos e A Ideologia Alemã, tiveram sua primeira publicação nos anos de 1933 e 1932 respectivamente. Não conseguimos esclarecer esta questão pois encontramos uma citação de A Ideologia Alemã na obra Psicologia da Arte, que Vigotski escreveu antes de 1926. É possível que a referida citação tenha sido colocada pelos organizadores da republicação dessa obra vigotskiana.

evidente, pois em *O Capital*, escrito na sua maturidade, Marx evita propositalmente a utilização de categorias especificamente filosóficas⁴³. Mesmo assim, a afirmação de que capital é “trabalho alienado” ainda é utilizado no I e no III tomo de *O Capital*. Entretanto, é justamente nas obras da juventude de Marx e Engels que aparecem as categorias de alienação e humanização dos sentidos, que têm grande relevância para o estudo de algumas áreas das ciências humanas como a Psicologia ou a Pedagogia. Esta afirmação, além de constatada empiricamente na busca de fundamentos para uma pedagogia sócio-histórica, é esclarecida por Gyorgy Marcus, um estudioso da obra marxiana da chamada Escola de Budapeste⁴⁴:

O conhecimento da teoria marxista da alienação é indispensável à perfeita compreensão dos escritos fundamentais de economia política e, particularmente, de *O Capital*(...) A explicitação mais detalhada e mais complexa de tais questões fundamentais da filosofia marxista encontram-se justamente nas obras da juventude de Marx. Elas contém o desenvolvimento de problemas filosóficos indispensáveis à compreensão do conjunto da teoria social do marxismo, que figuram apenas implicitamente sob a forma de referências ou de premissas nos escritos ulteriores (MARKUS, 1974, p. 78 e 80).

É nestas obras de sua juventude, que Marx vai melhor definir a consciência (objetiva e subjetiva) como determinada pela realidade concreta, que por sua vez, é produto da atividade do trabalho no desenvolvimento histórico do gênero humano, mas onde o trabalhador não reconhece a si mesmo nos produtos, na própria atividade que desenvolve e na sociedade que produz. Objetivamente, o trabalho alienado ao produzir as mercadorias produz ao mesmo tempo o próprio trabalhador como mercadoria. Para Marx, essa complexa relação entre os produtos do mercado e entre eles a força de trabalho representada pelo trabalhador, esconde as verdadeiras relações entre pessoas sociais e impõe, de forma dominante na sociedade, a relação entre os produtos do trabalho. Isso resulta na hegemonia de relações capitalistas em detrimento das relações essencialmente humanas, assumindo a “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985, p. 71), impregnando não só as formas de pensamento mas também os sentidos humanos:

Temos perante nós, sob a forma de objetos sensíveis, estranhos e úteis, sob a forma da alienação, as forças essenciais objetivadas do homem. Uma

43 Tendo em vista que este trabalho tem o objetivo mais prático de estudar o ensino e a aprendizagem na prática da redução de danos, não nos deteremos de forma mais aprofundada nestas questões filosóficas e históricas. Mais informações sobre esta questão podem ser encontradas na obra de Gyorgy Marcus (1974) *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*”, ou na introdução feita por Jacob Gorender ao Volume I de *O Capital*, Nova Cultural (1985).

44 Entre outros autores que tornaram conhecida a Escola de Budapeste, como grupo de investigação sobre o chamado Humanismo Marxista, em oposição aos teóricos stalinistas, podemos citar: G. Lukács, A. Heller e F. Fehér.

psicologia para a qual permanece fechado este livro, isto é, justamente a parte mais sensorialmente atual e acessível da história, não pode tornar-se uma ciência efetiva, provida de conteúdo real (MARX, 1974, p. 19).

A alienação, entranhada em todas as relações sociais, desumaniza o indivíduo de forma generalizada: tanto aqueles que formam o exército industrial de reserva e foram afastados dos benefícios do sistema produtivo, como também os trabalhadores em geral e os que estão do outro lado da divisão social do trabalho, como: especialistas, filósofos, cientistas entre outros que reproduzem inconscientemente, ou por interesses materiais, as relações alienadas, a serviço da minoria dominante. A alienação não é uma prerrogativa da individualidade particular, mas está presente no gênero humano como uma totalidade, na medida em que a essência humana está diretamente relacionada ao trabalho, que modifica a natureza para seu fim criando a si mesmo como realidade social (MARX, 1974). Em síntese, a alienação é determinada historicamente pelas relações de produção.

Quando o gênero humano ainda vivia na sociedade primitiva, dedicando-se à atividade da caça, da pesca e da agricultura familiar, o trabalhador somente necessitava produzir o necessário para sua sobrevivência, por isso o indivíduo e a sua sociedade eram idênticos entre si e a harmonia entre as necessidades e as capacidades ainda não havia sido quebrada. É com a instituição da propriedade privada, somente possível pela divisão do trabalho, que a força da alienação institui-se como meio necessário ao sistema produtivo. Assim Marx e Engels definem essa força:

O poder social , isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece aos indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária, mas sim natural; ela lhes aparece, ao contrário, como força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde ela vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estádios de desenvolvimento, tão independente da vontade e da marca da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade. Esta “alienação”[...] (MARX e ENGELS, 1989, p. 31).

A mudança do modo de produção material da sociedade feudal, calcado no valor da propriedade da terra para o modo burguês, calcado no comércio e na indústria, determina também uma mudança no entendimento filosófico que fundamenta teoricamente a realidade. Ainda sob o modelo econômico feudal, os filósofos atribuíam a deus, à fé e à religião a essência do mundo exterior. Com a hegemonia do capitalismo o próprio “homem” é posto como essência, mas sob determinação da propriedade privada (MARX, 1974, p. 09).

Para Marx, o fim da alienação somente poderá acontecer, não como uma possibilidade individual, mas como uma conquista do desenvolvimento do gênero humano, no caso, com o fim da “dominação do homem pelo homem” e a instituição do comunismo. A alienação do indivíduo particular é necessariamente a alienação da totalidade das relações humanas. A aparência das relações hegemônicas de mercado esconde a essência das verdadeiras relações sociais, em que o indivíduo não determina sua vida através de atividades arbitrárias, mesmo que, às vezes, conscientemente. Ao estar indissolúvelmente relacionada ao modo de produção capitalista, que domina as relações sociais, a alienação passa a ter um caráter necessário a manutenção dessa mesma dominação. A dominação representada pela propriedade privada é a expressão da vida humana alienada.

Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, etc., são apenas modos particulares da produção e estão submetidos à sua lei geral. A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana, é por isso a superação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc., ao seu modo de existência humano, isto é, social. A alienação religiosa, como tal, transcorre só no terreno da consciência da interioridade do homem, mas a alienação econômica é a vida efetiva – sua superação abarca por isso ambos os lados (MARX, 1974, p. 15).

É sob esse estado de alienação proporcionado pelo modo de produção capitalista que o indivíduo vai entrar em contato com a cultura humana historicamente produzida e, por isso mesmo, não conseguirá compreender a historicidade da produção do gênero humano, percebendo apenas o momento em que vive, naturalizando essa realidade como algo pronto e acabado, que não pode ser transformado. Esse entendimento e percepção da realidade leva o indivíduo a adaptar-se a uma sociedade já pronta onde a origem de tudo e a essência humana é falsamente compreendida conforme as relações dominantes no presente. Assim, o pensamento, a razão e todos os sentidos humanos são impregnados, na medida em que são determinados pela generalidade humana enquanto totalidade, pela acumulação do capital, pelo lucro e outras formas egoístas⁴⁵ de relação da individualidade particular com o meio social. Não é possível viver na sociedade atual sem estar direta e indiretamente envolvido por esses valores. Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais, apareceu assim a simples alienação, “o sentido do ter”(MARX, 1974, p. 17).

Todo processo de ensino e aprendizagem está inserido nesse complexo universo social, com interesses reproduzidos à maneira das mercadorias, de forma não

⁴⁵ O conceito de “egoísta” é utilizado em várias obras de Marx: Manuscritos Econômico-Filosóficos (1974) e A Ideologia Alemã(1989).

conscientizada, onde o sujeito que ensina, o faz também de forma alienada⁴⁶. Para que a reflexão sobre a alienação se torne relevante, como categoria de análise sobre o ensino e a aprendizagem, é importante apreender o que seria o processo contrário, de desalienação, no caso a humanização (MARX, 1974). A auto-alienação acontece quando o trabalhador desenvolve uma atividade que lhe é estranha pelo seu conteúdo e forma, pois a lógica deste trabalho está sob domínio de outro homem que exerce uma coação, aparentemente voluntária, que leva o trabalhador a fazer do resultado do seu próprio trabalho um instrumento de dominação de si por outro. O trabalho alienado, não livre, antecede o produto que é a riqueza produzida. Markus (1974) assim expressa o esforço de Marx nos Manuscritos, sobre essa inversão entre trabalho privado e propriedade privada:

Esse esforço alcança sua mais clara expressão naquela concepção dos Manuscritos, bastante comentada e discutida, segundo a qual a propriedade privada é a consequência do trabalho alienado, ao passo que a relação entre capitalista e trabalhador é determinada pela relação do trabalhador com sua atividade. O fundamento teórico dessa concepção não é difícil de descobrir. A sociedade nada mais é que a soma das relações dos indivíduos singulares; por um lado – e aqui está a substancialmente nova tese dos Manuscritos – essas relações são colocadas em existência e condicionadas pela produção material do indivíduo (MARKUS, 1974, p. 33).

Essa reflexão parte do fundamento materialista de que o conhecimento e a consciência humanas são determinados pela atividade prática de submissão da natureza aos interesses humanos⁴⁷. É somente pela atividade que “o homem” se objetiva quer seja diretamente na natureza ou mediatizado por outras relações sociais. O início da humanização do que antes era ainda uma espécie animal, deu-se mediante um longo processo de objetivação dos seres humanos na natureza produzindo instrumentos que facilitassem a vida de seu grupo. Mesmo na sociedade capitalista mais avançada o gênero humano continua seu processo de desenvolvimento histórico através da objetivação, mesmo que de uma forma muito mais complexa.

⁴⁶ Exemplo dessa relação, entre interesses materiais dominantes e propostas educacionais, pode ser conhecido nas obras de: Perrenoud (1995), Perez (1992) e Tardif (2000), que utilizam o conceito de “competência” como sendo o objetivo central da educação contemporânea. Este conceito foi retirado do modo de organização fabril dominante denominado “toyotismo”, identificado com o que nas fábricas se chama de “qualidade total”. No caso, essas “competências” são dissociadas de qualquer forma de conhecimento clássico, em que somente interessam os conteúdos fragmentados necessários a um determinado núcleo de produção. Para mais esclarecimentos sobre o tema sugerimos a leitura de A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação (RAMOS, 2001) e Da Formação Humana em Marx à Crítica da Pedagogia das Competências, de Lígia Martins (in DUARTE, 2003).

⁴⁷ Conforme já estudamos no item 1.2.1 - Atividade e trabalho, Leontiev buscou nesta teoria de Marx seus fundamentos para a teoria da atividade na Psicologia.

Sobre essa questão muito podemos avançar nos apropriando da reflexão proporcionada pela obra de Duarte (1999a), *A individualidade para-si*, que apreende as categorias de apropriação e objetivação com objetivo de fundamentar uma compreensão sobre o processo de ensino e aprendizagem:

O ser humano cria uma nova função para aquele objeto (obviamente que tal criação se realiza inicialmente de forma não necessariamente intencional sendo, muitas vezes, até totalmente acidental) e busca, pela sua atividade, obrigar, até onde lhe seja possível, o objeto a assumir as feições e características desejadas. Ou seja, existe aí um processo no qual o objeto, ao ser transformado em instrumento, passa a ser uma objetivação (enquanto produto do processo de objetivação), pois o homem objetivou-se nele, transformou-o em objeto humanizado, portador de atividade humana. Isso não quer dizer apenas que o objeto sofreu uma ação humana, pois isso em nada distinguiria o processo daquilo que disse acima isto é, que o objeto em seu estado natural resulta da ação das forças físico-químicas e biológicas. A questão fundamental é que, ao sofrer a ação humana, o objeto passa a ter novas funções, isto é, passa a ser portador de funções sociais (DUARTE, 1999a, p. 34 e 35).

É importante sublinhar que Marx, mesmo quando se refere à atividade humana objetivada na natureza, compreende que esse indivíduo não desenvolve sua atividade por si mesmo. Para que possa desenvolver qualquer forma de atividade humana, ele necessita anteriormente de se apropriar da humanidade produzida historicamente, das objetivações do gênero humano, das objetivações dos antepassados que deixaram o legado da cultura humana desenvolvida até esse ponto.

Um exemplo de objetivação humana é a utilização de um galho firme, reto e pontiagudo para a caça. Não foi um único indivíduo que desenvolveu tal ferramenta; mesmo ainda rústico tal instrumento foi sendo paulatinamente aprimorado por gerações, até que tivesse a forma de uma lança. Isso demonstra que todas as objetivações acumuladas em tal objeto foram desenvolvidas por um processo contínuo de objetivações exercidas por gerações. Cada um, ao encontrar o instrumento num determinado grau de desenvolvimento, aprimora-o, objetivando-se nele, tornando-o mais apropriado para o uso e deixando essa nova objetivação para as gerações posteriores. O indivíduo conhece o instrumento em um certo grau de desenvolvimento, que já passou por muitas outras objetivações anteriores e, partindo daí, também se objetiva no objeto retirado da natureza, reproduzindo o que apropriou das gerações passadas e acrescentando novas objetivações.

Duarte (1999) parte do conceito de objetivação retirado dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 1974), referindo-se à ação transformadora dos seres humanos na natureza visando torná-la útil aos seus interesses. Ao transformar um galho numa

arma o ser humano se objetiva naquele objeto transformando-o de objeto da natureza em um objeto social, humanizando assim a natureza, o objeto, a si mesmo e ao gênero humano como totalidade. Mas, toda a riqueza do acúmulo histórico das objetivações sociais necessita ser repassada através das gerações enriquecendo sempre mais a cultura humana com novas objetivações, constituindo assim a essência histórica do gênero humano. Para que isso aconteça é imprescindível a relação entre apropriação e objetivação. Na complexa sociedade capitalista, a objetivação dos objetos da natureza não basta para que essa atividade seja humana, sendo ainda mais importante a apropriação das objetivações efetivadas pelas gerações anteriores para que, posteriormente, sejam novamente objetivadas, e isso exige a apropriação das objetivações passadas também de forma sistemática e intencional:

O indivíduo se forma, apropriando-se dos resultados da história social e objetivando-se no interior dessa história, ou seja, sua formação se realiza através da relação entre objetivação e apropriação. Essa relação se efetiva sempre no interior de relações concretas com outros indivíduos, que atuam como mediadores entre ele e o mundo humano, o mundo da atividade humana objetivada. A formação do indivíduo é, portanto, sempre um processo educativo, mesmo quando essa educação se realiza de forma espontânea, isto é, quando não há relação consciente (tanto de parte de quem se educa, quanto da parte de quem age como mediador) como processo educativo que está se efetivando no interior de uma determinada prática social (DUARTE, 1999a, p. 47).

Nesta citação, Duarte apresenta dois elementos novos, além da apropriação e objetivação, que são a diferença entre um processo educativo espontâneo ou consciente e a existência de um mediador que deve proporcionar o ensino. Tendo em vista que a alienação contida nas formas materiais e culturais, objetivadas historicamente pelo gênero humano, se reproduz nas relações sociais e, conseqüentemente, no processo de ensino e aprendizagem, tentaremos compreender como esse processo de apropriação e de objetivação, que muitas vezes reproduz o poder dominante, pode ser desvelado através da crítica à alienação na prática educativa. Cabe então, compreender quais formas de alienação perpassam o processo de ensino e aprendizagem, como se dá esse processo e como essa mesma prática de ensino e aprendizagem pode romper com a reprodução da alienação, fazendo a crítica aos processos de alienação. Essa atividade consciente objetivando a mudança não só da individualidade, mas da totalidade do gênero humano, através de uma atividade fundamentada na teoria, pode ser chamada de “práxis”. Segundo Vázquez (1977), não há práxis como atividade puramente material, sem a produção de finalidades e conhecimentos. Somente com intuito de facilitar a leitura do texto, deste ponto em diante, todas as vezes que nos referirmos a uma prática

educativa fundamentada em uma concepção histórico-crítica, utilizaremos o conceito de “práxis educativa”.

Mesmo conscientes de que o presente capítulo trata de uma exposição teórica, buscaremos, após a introdução do conceito de práxis, introduzir paulatinamente às reflexões mais teóricas sobre a alienação aspectos sobre a prática educativa enquanto práxis educativa. Esta reflexão entre a relação teoria e prática foi repetidamente expressa nas obras de Vigotski através da citação da seguinte frase de Marx (1974, p. 59): “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo”.

Marx entende como condição para a apropriação do conhecimento acumulado historicamente, a atividade humana, ou seja, a objetivação do indivíduo, sobre as objetivações do gênero e sobre a natureza, em forma de atividade. Uma atividade que não apenas reproduza aleatoriamente os interesses dominantes através da alienação é por ele chamado de “práxis”: uma atividade conscientemente voltada para a transformação social, na qual o conhecimento teórico, que nasce de uma atividade prática, fundamenta a atividade revolucionária. Esse entendimento dado ao conceito de práxis aparece de forma bastante clara quanto ele faz a crítica aos filósofos idealistas e materialistas alemães, como na segunda e terceira Teses Sobre Feuerbach:

2- A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a terrenalidade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento-isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica. 3- A doutrina materialista sobre a doutrina das contingências e da educação se esquece de que tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Deve por isso separar a sociedade em duas partes uma das quais é colocada acima da outra. A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como práxis revolucionária (MARX, 1974, p. 57)

Ao criticar o materialismo feuerbachiano, Marx opõe à abstração intelectual desta corrente uma teoria que seja ao mesmo tempo resultante e determinante da atividade social. Este é um problema enfrentado por autores marxistas da Psicologia Sócio-Histórica e da Pedagogia Histórico-Crítica tendo em vista que essa teoria não está sendo praticada generalizadamente nas instituições educacionais. Existe uma deficiência no aspecto metodológico que somente poderá ser resolvido na própria atividade prática, ou seja, através de uma “práxis” pedagógica. No caso de uma pesquisa, isso não significa que a pesquisa deve promover essa práxis, mas, que deva desenvolver instrumentos teórico-metodológicos capazes de identificar na prática pedagógica um método de ensino e analisar criticamente esse método

no sentido de aprimorá-lo e identificar até que ponto as ações e atividades educativas são alienantes ou são uma “Práxis educativa”. Assim os conceitos de alienação e práxis, serão instrumento e fundamento para análise de uma relação prática e intencional de ensino e aprendizagem. Compreende-se assim o conceito de práxis não apenas como a atividade educativa final, mas todo o processo teórico que se estabelece desde os fundamentos da teoria até a investigação empírica da realidade.

Se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática desvinculada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer. Se o idealismo é aquela concepção que estabelece o primado da teoria sobre a prática, de tal modo que ela se dissolve na teoria, o pragmatismo fará o contrário, estabelecendo o primado da prática. Já a filosofia da práxis, tal como Gramsci chamava o marxismo, é justamente a teoria que está empenhada em articular a teoria e a prática, unificando-as na práxis. É um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática (SAVIANI, 2003, p. 141-142).

É então a práxis o processo de apropriação de determinado objeto real, no caso o ensino e a aprendizagem de sujeitos particulares, fundamentado na teoria que sustenta o método de investigação. As relações de ensino e aprendizagem passam anteriormente por interesses sociais amplos que podem ser compreendidos quando mediados por uma teoria, mas não podemos deixar de lado que esses interesses externos e anteriores são reais e devem então ser objeto de estudo e conhecimento. São esses interesses objetivos sociais implícitos e explícitos que perpassam essa relação particular.

No caso do ensino propriamente dito, ou seja, de um processo educativo dirigido por um sujeito consciente e que visa justamente se objetivar no outro, aquele que deve ser educado, devemos primeiramente compreender como pode se dar um processo de objetivação do outro, nas relações sociais em geral e na relação de ensino e aprendizagem em particular. O processo de objetivação numa sociedade capitalista de cultura complexa como a atual, em que raramente os indivíduos têm contato com alguma forma de natureza pura que ainda não tenha sido humanizada por outras objetivações anteriores, ocorrem também de modo complexo, e se efetiva através dos outros. A mediação dos outros e da cultura envolve todas as relações humanas de forma complexa e exige um alto grau de abstração para que seja crítica e conscientemente compreendida e não somente reproduzidas ingenuamente. Praticamente todas as formas de objetivação no mundo contemporâneo acontecem coletivamente, com sujeitos se objetivando não na natureza externa, mas nas relações internas do gênero humano, na própria cultura. Toda a imensa indústria da educação nada mais é do

que um complexo instrumento do gênero humano voltado para a formação das gerações mais jovens, na qual os professores e demais profissionais da atividade educativa se objetivam coletivamente sobre outro coletivo de alunos.

O professor não é o único mediador do processo educativo. Entre ele e o aluno existem outros mediadores como: supervisores, diretores, políticas públicas de educação, autores de textos sobre educação e uma infinidade de outros sujeitos históricos. Um educador sozinho não conseguirá desvelar o processo de reprodução da alienação. Todo o sistema tem que ir se modificando aos poucos, dialeticamente pelas particularidades e na totalidade que envolve os setores dominantes como o mercado e os interesses capitalistas. O gênero humano se modifica sempre no decorrer da história e pode reproduzir instrumentos sociais alienantes ou, ao contrário, realizar a crítica ao sistema e acirrar as contradições entre as classes sociais. Alguns indivíduos particulares conseguem se movimentar nas brechas cavadas pelos críticos do sistema e iniciam processos de desalienação e humanização, como o exemplo de muitos autores citados nesta tese. A objetivação do educador, no complexo ambiente educativo, gera a apropriação de determinado conhecimento pelo indivíduo a ser educado, que pode ser mais alienante ou mais humanizador.

O exemplo da lança que foi se aprimorando no decorrer de gerações, não consegue mais explicar o complexo processo de reprodução da sociedade capitalista, a não ser como um ponto de partida para um raciocínio genérico que tentaremos desenvolver aqui utilizando as categorias de alienação e práxis. Neste sentido, é possível identificar duas filosofias educacionais distintas, uma reprodutora da alienação e dos interesses dominantes do capitalismo e outra crítica ao liberalismo e fundamentada no entendimento sócio-histórico da humanidade.

É importante salientar que atualmente imperam teorias educativas liberais que desqualificam o educador e a escola e são maciçamente financiadas pelos interesses liberais como do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (ROSSLER, 2004). Essas teorias não compreendem o processo educativo como uma prática dirigida para o ensino do aluno através da objetivação dos educadores sobre esse aluno, como um instrumento social e humano de reprodução ou de transformação da realidade como um todo. Continuam a ver o aluno isolado na sua individualidade como um ser que aprende por si mesmo, como se ele inventasse dentro de si o conhecimento que foi produzido durante centenas de milhares de anos por todo o gênero humano. É como se os alunos fossem levados a desenvolverem suas objetivações sem que eles próprios fossem também resultado das objetivações históricas e de todo um sistema educacional que envolve desde o Banco Mundial até o aluno passando pelos

ministérios, secretarias, literaturas e empresas interessadas no lucro do processo educativo. A concepção de desenvolvimento defendida por essas teorias educacionais passa a ter um papel importante, não para a tomada de consciência dos educandos sobre seu lugar no processo histórico em que vive, mas, reforçam a alienação ao reproduzirem formas superficiais de entendimento da realidade, reproduzindo uma concepção a-histórica da humanidade. A fragmentação do conhecimento, o idealismo, a não compreensão histórica do desenvolvimento do gênero humano, a biologicização da concepção do desenvolvimento e outras reproduções de filosofias liberais nas práticas pedagógicas dão sustentação à lógica capitalista do lucro e da divisão de classes, perpetuando a alienação e, conseqüentemente, o capitalismo. Uma prática educativa crítica e consciente de sua importância revolucionária na luta de classes deve, primeiramente, estar fundamentada numa concepção histórico-social da humanidade.

Uma concepção histórico-social da formação o indivíduo não pode limitar-se a analisar os processos de objetivação e apropriação que expliquem a formação de determinados processos cognitivos e comportamentais, ela precisa se posicionar sobre o caráter humanizador ou alienador da formação desses processos. Esse posicionamento, por sua vez, requer a mediação de categorias que sintetizem o que, no atual momento da história humana e nas condições sociais concretas em que se realiza a formação dos indivíduos, se constitui nas possibilidades máximas de vida humana existentes numa sociedade e quais as condições sociais que impedem, ou ao menos cerceiam, a realização dessas possibilidades na vida dos indivíduos. O critério para se definir o que é humano e o que é alienação em relação ao humano é o das possibilidades já alcançadas historicamente (DUARTE, 1999a, p. 60 - 61).

Duarte demonstra que o caráter humanizador (no caso das pedagogias anteriormente citadas, alienador) no processo educativo, inserido no contexto concreto da história deve objetivar o máximo desenvolvimento das potencialidades individuais, conforme o desenvolvimento histórico já alcançado. O conhecimento já produzido até cada momento histórico deve ser objeto de uma educação que vise possibilitar aos indivíduos a compreensão efetiva do funcionamento do sistema social no qual ele está inserido. Somente esse conhecimento pode levar um indivíduo ou um grupo social a se objetivar conscientemente na realidade dada e buscar transformá-la conscientemente. A produção dessa consciência histórica esbarra nas múltiplas formas de alienação reproduzidas e renovadas incessantemente e pelos interesses dominantes do capitalismo, entre eles as pedagogias liberais que reproduzem um modelo educativo que favorece o senso comum e as relações de aprendizagem cotidianas em detrimento de uma proposta pedagógica voltada para o

desenvolvimento das potencialidades máximas do indivíduo e do gênero humano como: os conhecimentos clássicos, a ciência, a arte, a filosofia, entre outros.

A vivência cotidiana possibilita ao indivíduo a apropriação de uma grande variedade de saberes. A língua falada, as relações familiares, e até muitas formas de trabalho produtivo são apreendidos espontaneamente sem a necessidade de alguém que os ensine objetivamente. Esse saber apropriado de forma espontânea na vivência sensorial do indivíduo tem uma grande relevância na sua formação, mas não possibilita o desenvolvimento da sua habilidade crítica ou mesmo o seu entendimento sobre o gênero humano como produzido historicamente. Os saberes apropriados espontaneamente, sem uma reflexão teórica consciente, não possibilitam ao indivíduo a compreensão da complexidade do sistema capitalista e suas múltiplas variantes e interesses velados que permeiam todas as relações sociais. O indivíduo deve ter também um outro tipo de desenvolvimento que o permita apropriar-se da lógica funcional dessa realidade social e objetivar sua transformação de forma consciente, ao invés de apenas vivê-la passiva e ingenuamente, adaptando-se ao modo social dominante.

A reprodução do gênero humano depende da realização de atividades que possam garantir a sua continuidade histórica. Tais atividades de reprodução do gênero são as próprias objetivações dos indivíduos. Duarte (1999a e 1999b), fundamentado nas obras de Heller (1977), Markus (1974) e Marx (1974), demonstra a existência de duas formas de objetivação genérica: a objetivação genérica em-si e a objetivação genérica para-si. A objetivação genérica em-si ou individualidade em-si, diz respeito a uma forma de apropriação das objetivações do gênero humano pelo indivíduo que acontecem espontaneamente, na vida cotidiano, no dia-a-dia, sem que o indivíduo tome consciência do que está acontecendo. Já as objetivações genéricas para-si ou individualidade para-si, acontecem de forma consciente e exigem do indivíduo um certo grau de abstração da realidade para seu entendimento, como a apropriação de conceitos científicos que exigem uma reflexão mais complexa e capaz de abstrair conclusões por parte do indivíduo.

Num paralelo entre a relação dos conceitos cotidianos e dos conceitos científicos, anteriormente demonstrados na obra de Vigotski, também a sociabilidade para-si acontece no mundo cotidiano do indivíduo e tem uma grande importância na reprodução do gênero humano.

Para que se efetive a apropriação das objetivações genéricas em-si, na vida cotidiana, não é necessário que o processo de formação do indivíduo se realize enquanto um processo para-si. Por exemplo, todos aprendemos a

falar sem que para isso tenha sido necessária uma relação consciente com a linguagem, tanto da parte dos adultos, que nos ensinaram quanto de nossa parte. (...) A apropriação das objetivações genéricas em-si e a objetivação dos indivíduos através delas, na vida cotidiana, realiza-se em atividades heterogêneas, onde cada atividade exige do indivíduo diferentes capacidades e diferentes tipos e níveis de sentimentos. Na vida cotidiana, na relação com as objetivações genéricas em-si, o indivíduo utiliza todas as suas capacidades e sentimentos, porém dirigidos para múltiplas direções, o que significa a impossibilidade de desenvolvimento intenso e consciente de cada uma dessas capacidades e sentimentos (DUARTE, 1999a, p. 140 e 141).

Ao centrar o processo educativo na espontaneidade e no lúdico, a prática pedagógica reproduz o cotidiano do indivíduo acrescentando em quantidade de novos conhecimentos, mas não conseguindo desenvolver a qualidade dos conhecimentos no sentido de que estes alcancem novas formas historicamente mais complexas de entendimento da realidade. Essa educação reproduz o meio dominante do indivíduo na prática educativa e não possibilita o desenvolvimento de um senso crítico em relação à alienação. Para que o processo de alienação possa ser percebido e criticado conscientemente, é necessário um entendimento lógico e histórico das complexas relações sociais. A objetivação genérica em si, mesmo necessária, não pode ser dominante na práxis educativa, é importante que a práxis pedagógica conduza o educando, através do ensino, às formas mais evoluídas e complexas de compreensão da realidade que são as objetivações genéricas para-si. As formas de socialidade para-si são imprescindíveis para o controle consciente e coletivo da realidade histórica. Isso não significa que as objetivações genéricas em-si, espontâneas e ingênuas, sejam sempre formas alienadas de socialidade, elas existiriam em qualquer forma de sociedade, mesmo em uma sociedade na qual o controle da história seja efetivado por todos os indivíduos vivendo de forma livre e universal. Na realidade social capitalista, que tem como principal motivação a produção de mercadorias e o lucro, o próprio produto e seu consumo induz os indivíduos a desenvolverem mais a superficialidade e a espontaneidade de seus sentimentos e seu entendimento da realidade, multiplicando coletivamente a esfera da socialidade em-si, que sozinha não oferece instrumentos de superação da alienação. Por isso, muitas práticas pedagógicas reproduzem de forma dominante a socialidade em-si, em detrimento a socialidade para-si.

A prática pedagógica tem um papel fundamental na formação do indivíduo, qual seja, o de ser mediadora entre a vivência em-si, espontânea, da genericidade e a condução consciente da vida pela relação também consciente com o processo histórico de objetivação universal e livre do gênero humano. Em outras palavras, concebo a prática pedagógica como uma prática direcionada para a elevação da consciência do indivíduo ao nível da genericidade para-si, ou seja, para a formação, pelo indivíduo, de uma

relação consciente entre sua vida concreta, histórica e socialmente determinada, e as possibilidades de sua objetivação ao nível da universalidade do gênero humano (DUARTE, 1999a, p. 119).

Isso significa proporcionar uma ascensão de indivíduos que não são sujeitos de sua relação com o gênero humano e vivem inconscientemente sua individualidade sem perceber a origem e o desenvolvimento social, para um grau mais elevado de liberdade e humanidade que é a condução da própria vida, na relação com o gênero. O modelo social reproduz mais as objetivações genéricas em-si, tendo em vista a necessidade de manter a alienação que fundamenta o modo de exploração do trabalho, como produtor inconsciente de produtos alheios e de uma forma incompreensível.

A humanidade livre e universal realiza-se reciprocamente no indivíduo e no gênero humano. Não é possível ao indivíduo viver isoladamente essa humanidade livre e universal. O indivíduo é também o gênero humano porque apropriou-se das objetivações históricas do gênero e quando também se objetiva o faz invariavelmente voltado para o gênero. Fora do gênero não há humanidade no indivíduo, que dessa forma seria reduzido à espécie humana, como outra espécie animal. Sua humanidade somente se constitui ao apropriar-se da humanidade produzida no decorrer da história humana. Quanto menos o indivíduo se apropria das objetivações do gênero e quanto menos se capacita para atuar conscientemente no gênero, menos humanidade ele tem. Se o gênero desenvolveu-se com tais quantidades e qualidades de objetivações até o atual momento histórico, chegando a um certo patamar do desenvolvimento cultural, o indivíduo contemporâneo somente chegará a um estado máximo de humanização ao se apropriar, ao máximo, da cultura contida nesse patamar. Se as relações sociais são complexas e exigem conhecimentos clássicos e genéricos para serem explicadas e compreendidas, o indivíduo também necessita apropriar-se de instrumentos de compreensão dessa realidade para que se humanize; esses instrumentos são as múltiplas dimensões da cultura como a ciência, a arte, a política, a filosofia, a história, as linguagens e outras. A humanidade não é algo que nasce no indivíduo como um fator biológico ou mágico, mas, nasce através da atividade de apropriação da humanidade já existente no gênero humano.

Se o indivíduo não desenvolve atividades de relação consciente com as formas mais evoluídas do gênero, para se relacionar conscientemente com o gênero, e não dirige sua existência em decorrência de relações sociais alienadas, é porque a vida desse indivíduo está centrada na particularidade (DUARTE, 1999a, p. 182). A centralidade na particularidade como eixo de vida do indivíduo é uma expressão da alienação também imposta veladamente

pelo poder ilusório dos interesses materiais dominantes, sendo que a práxis educativa deve romper esse processo, possibilitando ao indivíduo sair do isolamento da particularidade e centrar-se conscientemente nas relações com o gênero humano, humanizando-se.

Essa busca da humanização do indivíduo somente se concretiza se este se apropriar de relações que não se dão apenas nas esferas da cotidianidade e espontaneidade, nas esferas da socialidade em-si. Nestas necessitam ser elevadas para degraus mais altos na capacidade de compreensão consciente da realidade através de uma educação que objetive o desenvolvimento de uma socialidade para-si. Duarte, ao apreender a questão da livre individualidade enquanto uma força histórica universal (“terceiro estágio”, na concepção de Marx), desenvolve o seguinte raciocínio:

Se o capitalismo cria, de forma alienada e alienante, os pressupostos para o desenvolvimento da individualidade livre e universal, não me parece possível, principalmente nos dias de hoje, acreditar que a passagem para o “terceiro estágio” possa se realizar sem um difícil e contraditório, porém necessário, processo de elevação da individualidade em-si à individualidade para-si, buscando-se conduzir esse processo, em todos os âmbitos da vida humana, aos máximos limites possíveis nas condições da vida alienada.(...) A criação de uma realidade social na qual singularidade seja sinônimo de individualidade livre e universal, não se realizará a não ser enquanto uma obra coletiva de indivíduos que se unam para criar conscientemente formas de vida não alienada e lutar por uma sociedade na qual essas formas de vida possam se desenvolver livremente (DUARTE, 1999a, p. 174 e 175).

Produzir através da práxis educativa a ascensão da individualidade em-si para a individualidade para-si é um objetivo difícil e contraditório no meio social capitalista, onde as grandes forças materiais impulsionam a marcha histórica da humanidade no sentido contrário, no sentido da alienação. Difícil e contraditória porque a ruptura total do indivíduo com a alienação é impossível sob domínio do capitalismo, já que a individualidade não pode se sobrepor ao gênero. Por isso faz-se necessário que a práxis educativa seja guiada por um processo contínuo de auto-superação de sua prática, através da crítica às formas de alienação existentes. Se não é possível uma superação total da alienação na prática educativa é porque esta está inserida nas formas de dominação que são hegemônicas no gênero humano. A práxis educativa, enquanto relação entre educador e educando, pressupõe uma ação na particularidade que apenas interfere timidamente na totalidade sem ser determinante dela.

Na atual conjuntura educacional⁴⁸ é possível argumentar e desenvolver uma práxis educativa que objetive a elevação da individualidade em-si para a individualidade para-si, tendo em vista que a primeira favorece mais a reprodução da alienação do que da humanização. Por outro lado, o fato de que o indivíduo se eleve para uma socialidade para-si não significa que ele passe a compreender criticamente o processo de dominação que gera a alienação e a desenvolver atividades contrárias a esse processo. Grande parte dos indivíduos que passam a uma socialidade para-si continua alienada e reproduzindo formas de alienação (DUARTE, 1999a, p. 180), como cientistas, artistas e outros que, mesmo conscientes das formas de opressão social, continuam reproduzindo práticas egoístas de acumular riquezas materiais mudando também sua relação de classe e colocando-se a serviço dos interesses da elite dominante⁴⁹. O que deve ficar bem esclarecido é que a praxis educativa deve promover a elevação do indivíduo, das objetivações genéricas em-si para as objetivações genéricas para-si, apenas como um dos seus muitos objetivos e que esta prática, mesmo tendo sua importância, não vai produzir, por si mesma, um processo de desalienação coletiva, mas apenas possibilitar a penetração de argumentos e teorias críticas contra a alienação e a dominação capitalista. Enfim, é necessário identificar e fundamentar histórico-criticamente outras reflexões sobre a atividade pedagógica que possam subsidiar metodologicamente a existência de uma práxis educativa.

Outra reflexão bastante relevante ainda sobre a alienação que perpassa a atividade educativa é a relação entre significado e sentido, já citada na obra de diferentes autores como: Basso (1998), Duarte (1999a), Leontiev (1978) e Vigotski (2001c). Na obra *A Construção do Pensamento e da Linguagem* Vigotski (2001c) não chega a definir a relação entre significado e sentido, mas demonstra que os significados das palavras são mutantes, transformando-se durante o desenvolvimento infantil e que o pensamento não existe sem a linguagem nem a linguagem existe sem o pensamento e os dois somente passam a ser um e outro, de fato, pela existência de um significado⁵⁰. Leontiev desenvolveu, de forma mais profunda, uma reflexão sobre o significado e identificou primeiramente a diferença existente

⁴⁸ Sempre nos referimos à educação em geral, não apenas à educação escolar, mas a educação

⁴⁹ “Quando a burguesia francesa derrubou o domínio da aristocracia permitiu que muitos proletários se elevassem acima do proletariado, mas unicamente no sentido de que se tornaram, eles próprios, burgueses.” Cito essa passagem de Marx (1989) em *A Ideologia Alemã*, para ilustrar as idéias do texto.

⁵⁰ Por esses motivos não aprofundaremos aqui o conceito de significado conforme o entendimento de Vigotski.

entre significado e sentido, partindo também das formulações marxianas a respeito da apropriação das objetivações históricas do gênero humano pela consciência individual:

A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal qual como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação. O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ela se torna para mim, para minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim (LEONTIEV, 1978, p. 96)

A significação não é um valor desenvolvido internamente pelo indivíduo, a partir de sua própria psique, mas o resultado da apropriação das significações do gênero produzidas pela experiência humana nas gerações passadas. Já o sentido contém uma forma de percepção que relaciona o sentimento que determinado indivíduo denota a determinado significado. Leontiev (1978, p. 97) dá o exemplo de uma tecelagem onde a ação de fiar tem um determinado sentido para o operário, o de ganhar um salário e prover a família, enquanto para o dono da tecelagem esse mesmo ato de fiar tem o sentido de uma parte imprescindível de acúmulo de lucros e de capital. Não existe um sentido puro que mantenha o mesmo valor para todos os indivíduos e que seja imutável para o gênero humano. Se existem divisões sociais nas quais o trabalho, o grau de apropriação e objetivações de gênero e as especificidades culturais são diferentes, isso reflete na consciência individual proporcionando também diferentes sentidos para um mesmo objeto ou atividade. Leontiev apresenta o exemplo de uma data comemorativa, que mesmo tendo um significado genérico humano para uma determinada comunidade, tem sentidos diferentes para um jovem que estuda e para outro que está lutando na guerra, ambos têm o mesmo conhecimento (significado) sobre a data, mas o sentido varia radicalmente.

Leontiev (1978) demonstra também a diferença entre sentido e significado numa única atividade desenvolvida por um indivíduo, como quando um trabalhador executa mecanicamente uma determinada atividade numa indústria, para realizar uma parte do processo de fabricação de um determinado objeto, sem compreender todo o processo de produção do mesmo e sem considerar a utilização final do objeto na sociedade. Sua atividade é executada apenas pelo salário que ganha e o trabalho é realizado de forma alienada, sendo essa alienação determinante da dissociação entre o sentido e o significado da ação. A trabalho executado no exemplo acima, segundo Leontiev, não pode ser considerado uma atividade humana, posto que o indivíduo que executa o referido trabalho não tem consciência de todo o

processo de produção do produto até a utilidade social final. Esse trabalho é então chamado de “ação”, sendo apenas um componente da atividade geral, num processo de divisão de trabalho que produz o distanciamento entre o significado e sentido na consciência individual.

O conceito de significado na perspectiva histórico-social exige que se entenda a diferença entre atividade e ação. A atividade humana, segundo Leontiev (1978), constitui-se de um conjunto de ações, e a necessidade objetiva ou o motivo pelo qual o indivíduo age não coincide com o fim ou o resultado imediato de cada uma das ações constitutivas da atividade. É somente através de suas relações com o todo da atividade, isto é, com as demais ações que a compõem que o resultado imediato de uma ação se relaciona com o motivo da atividade (BASSO, 1998, p. 24).

A separação entre sentido e significado é para Leontiev (1978) uma produção histórica que decorre da divisão social do trabalho, quando a atividade perde o caráter de unidade e é decomposta em ações desconectadas na consciência de quem as realiza. Nas sociedades primitivas havia uma convergência entre o sentido e o significado, onde as atividades sociais eram desenvolvidas pelos indivíduos desde o início até o final e estes mantinham-se conscientes da finalidade comunitária do produto final do trabalho e de todas as ações realizadas para este fim. A principal característica da consciência primitiva era a coincidência entre os sentidos e as significações e essa característica é determinada pelo modo de produção material e histórico desse tipo de sociedade.

“A produção das idéias, das representações e da consciência está, primeiro, diretamente e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens” (MARX, 1989, p. 20). As reflexões realizadas por Marx em *A Ideologia Alemã* e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, sobre a determinação da consciência, são os instrumentos teóricos que guiaram o raciocínio de Leontiev (1978, p. 94 a 142) na formulação da sua teoria sobre o desenvolvimento do psiquismo, concluindo que a unidade entre significado e sentido no “homem” primitivo é quebrada com a divisão social do trabalho e da propriedade privada.

Essa dissociação entre sentido e significado não tem origem na subjetividade individual do operário ou do capitalista, mas sim nas relações sociais objetivas as quais se insere a atividade de cada uma delas. São essas relações que reduzem à condição de mercadorias, tanto a força de trabalho do operário quanto o produto de sua atividade.(...) O que se altera quando a ação é transformada em mercadoria é o sentido que ela tem para quem a vende e para quem a compra. Para o trabalhador ela tem o sentido de meio de garantir a existência (DUARTE, 1999a, p. 89).

A dissociação ou a unidade entre significado e sentido na atividade educativa é uma observação importante para a efetivação de uma práxis pedagógica. Se por um lado

existe uma grande força material e social determinando, nas práticas educativas em geral, a dissociação entre sentido e significado, por outro lado a sua coincidência pode ser um importante objetivo metodológico de uma prática educativa que não queira reproduzir a alienação. Essa perspectiva pode ser confirmada por Basso (1998, p. 29), “poderíamos afirmar que os professores bem sucedidos são aqueles que conseguem integrar significado e sentido”.

Se integrar sentido e significado deve ser um objetivo da práxis pedagógica, temos que também verificar os limites dessa prática. É importante salientar que o fato de alcançar a unidade entre significado e sentido não produz por si mesmo a desalienação, pois esta é determinada por forças sociais e materiais dominantes no mundo capitalista. Um educador pode manter uma unidade entre significado e sentido e continuar reproduzindo a alienação. Se o sentido é o motivo ligado ao objetivo da atividade educativa e o significado é o conteúdo concreto e o conjunto de operações para atingir tal objetivo, essa unidade pode tanto reproduzir como não reproduzir a alienação. Se o sujeito que educa não tiver como fim o gênero humano como totalidade histórica e a superação da sociedade desumanizada dividida em classes, é possível que esse educador continue a reproduzir de alguma forma a alienação. O sentido da atividade deve ter como motivo e finalidade uma atividade que seja direcionada ao mesmo tempo para a singularidade da mais simples ação educativa até a transformação histórica do gênero humano. Essa unidade prático-teórica a objetivar o gênero através da educação não acontece por si mesma, necessita de todo um contexto em que as contradições podem ser aguçadas e possibilitar a efetivação de um método educativo mais ou menos alienante. Uma atividade totalmente desalienante somente seria possível no mundo capitalista se estivesse organicamente relacionada a um grande processo de transformação social no seu curso histórico, pois o gênero é que é determinante da particularidade.

A busca da identidade entre significado e sentido é uma prática relevante a ser desenvolvida concretamente, porém, é necessário conhecer suas limitações na práxis educativa. Se um educador alcança a unidade entre sentido e significado, mesmo que isso não produza de forma equivalente a desalienação, proporciona uma mudança nas relações educativas e sociais, que podem favorecer a busca posterior por um entendimento efetivamente histórico-crítico sobre a realidade social. A desalienação na prática educativa não é um processo imediato, mas um processo mediado por novas atividades, que geram novas carências, que geram novas atividades e assim por diante, num processo temporal de ir e vir, reflexivo e prático.

A geração de novas carências pela prática educativa é um pressuposto no desvelamento da alienação e um objetivo imprescindível a ser perseguido pela práxis

educativa. As atividades educativas voltadas para objetivações genéricas para-si são geradoras de novas carências. As necessidades de outro nível ou novas carências são decorrência do desenvolvimento histórico do gênero humano e da apropriação das objetivações do gênero pelo indivíduo que, a cada nova objetivação gera uma nova carência num processo contínuo de humanização. Essa produção de novas necessidades de tipo superior devem ser um objetivo da práxis educativa.

Quando o processo educativo escolar se eleva ao nível da relação consciente com a genericidade, ele cria no indivíduo carecimentos cuja satisfação gera novos carecimentos de nível superior.(...) A prática pedagógica não pode ser concebida apenas enquanto aquela que possibilita ao indivíduo o acesso àquilo que das objetivações genéricas se apresenta como imediatamente relacionado aos carecimentos já apropriado pela individualidade, mas sim enquanto aquela que, ao mediar a relação com o indivíduo com as objetivações genéricas, gere o carecimento cada vez maior de apropriação dessas objetivações (DUARTE, 1999a, p. 189 e 190).

Se a humanização do indivíduo somente acontece quando este se apropria do gênero, resultado da criação histórica, essa apropriação acontece gradualmente. Os códigos culturais, a linguagem, os modos materiais de produção já estão prontos nessa etapa de desenvolvimento histórico do gênero, quando o indivíduo passa a apropriar-se dessa cultura humanizando-se. A práxis educativa deve então desenvolver uma metodologia de ensino que acelere objetivamente esse processo, proporcionando ao máximo as apropriações do gênero pelo indivíduo, humanizando-o. O processo de apropriação das objetivações de gênero pelo indivíduo é ao mesmo tempo a produção histórica do gênero humano e a ampliação da cultura humana, na medida em que cada indivíduo singular, ao se apropriar da cultura já existente, também se objetiva nela ampliando-a. O desenvolvimento histórico do gênero passa então pela individualidade e o da individualidade é determinado pelo gênero. Quanto mais o indivíduo sentir carência de novas apropriações e objetivações mais ele se enriquece das riquezas humanas do gênero e mais ele tem possibilidades de contribuir efetivamente no desenvolvimento histórico do gênero, sendo que ambos, indivíduo e gênero, se produzem indefinidamente, gerando sempre novas carências. “O carecimento do homem se tornou carecimento humano, em que extensão o outro homem enquanto homem converteu-se para ele em carecimento; em que medida ele, em seu modo de existência mais individual, é, ao mesmo tempo, ser coletivo” (MARX, 1974, p. 14).

O gênero humano enquanto totalidade histórica é, para Marx (1974) a riqueza humana e o “homem rico” é aquele que se apropria ao máximo e conscientemente das objetivações do gênero. A apropriação dessa riqueza é então o próprio processo de

humanização do indivíduo, que para acontecer, em maior ou menor grau, sempre dependerá do contexto sócio-histórico onde o indivíduo está inserido, sendo a alienação um processo subjetivo e objetivo a impedir que os indivíduos apropriem-se dessa riqueza.

O desenvolvimento cognitivo e dos sentidos humanos do indivíduo são determinados pelo grau de desenvolvimento do gênero. O olho humano somente é humano porque apropriou-se da humanidade genérica e aprendeu a ver de forma humana (MARX, 1974, p. 18). Uma folha de papel para um indivíduo do início da era primitiva não tinha o significado que tem hoje, sendo apenas uma coisa branca e fina, enquanto para um ser contemporâneo significa um universo de referências e possibilidades. Esta mudança de significações é uma decorrência do desenvolvimento histórico, como no atual estágio capitalista da humanidade onde o que se traduz como “riqueza” não é o gênero humano, a humanidade, mas o “ter”, a coisificação, o lucro, o capital. Mas, mesmo essa sociedade capitalista que atingiu um certo estágio de desenvolvimento, gera novos carecimentos e aponta também para uma nova forma de produção social através das suas contradições.

Assim como a sociedade em vir-a-ser (werdende) já se encontra através do movimento da propriedade privada, de sua riqueza e sua miséria – ou de sua riqueza e sua miséria material e espiritual - , todo o material para esta formação, do mesmo modo a sociedade que veio a ser (gewordene) produz, com sua efetividade permanente, o homem nesta plena riqueza de seu ser, o homem rico e profundamente dotado de todos os seus sentidos (MARX, 1974, p. 19).

Na concepção do jovem Marx (1974), a riqueza humana não é uma “coisa” externa ao “homem”, mas, a própria humanidade genérica que pode ser apropriada pelo indivíduo, dependendo das suas condições sociais e históricas concretas. O “ter” a “coisa” externa ao “homem” sob domínio do capital, coloca o indivíduo em confronto inconsciente com o mercado e consigo mesmo, criando uma série de rupturas, antagonizando e naturalizando miséria e riqueza, concretamente no mundo material e, subjetivamente, na consciência humana refletida nas teorias.

Vê-se pois, como somente no estado social, subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e passividade deixam de ser contrários e perdem por isso seu modo de existência como tais contrários; vê-se como a solução dessas mesmas oposições teóricas só é possível de modo prático, só é possível mediante a energia prática do homem e que, por isso, essa atuação não é, de modo algum, tarefa exclusiva do conhecimento, mas uma tarefa efetiva da vida que a filosofia não pode resolver, precisamente porque a tomava exclusivamente por tarefa teórica (MARX, 1974, p. 19).

Esta crítica aos filósofos idealistas que acreditavam que a essência humana residia no mundo das idéias, continuando a citação anterior, demonstra que a riqueza humana somente pode ser vivida através da atividade. Atividade como unidade de relação entre individualidade e gênero, produzindo um ao outro simultaneamente, mesmo “movendo-se no interior da alienação”. A práxis educativa tem, nesse sentido, o objetivo de produzir o “homem rico” em permanente relação produtiva de si e do gênero, através da atividade humana. Esse significado de “homem rico”, expresso por Marx nos Manuscritos, tem o sentido de contrariar a riqueza “coisificada” do capitalismo fundamentado na obra dos economistas clássicos, que conceberam a “economia política”.

Vê-se como no lugar da riqueza e da miséria da economia política, surge o homem rico e o rico carecimento humano. O homem rico é, ao mesmo tempo, o homem carente de uma totalidade de exteriorização de vida humana, o homem no qual sua própria efetivação existe como necessidade interna, como carência. Não só a riqueza como também a pobreza do homem, adquirem igualmente – do ponto de vista do socialismo – um significado humano e, por isso, social. A pobreza é o laço passivo que faz com que o homem sinta como carência a maior riqueza, o outro homem. A dominação em mim do ser objetivo, a explosão sensível de minha atividade essencial, é a paixão que, com isso, se converte aqui na atividade do meu ser (MARX, 1974, p. 20).

Na obra que vem sendo citada durante todo este item sobre alienação e práxis: “a individualidade para-si, contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo”, Duarte (1999a, p. 185 a 190) faz uma brilhante explicação sobre a citação de Marx acima, pela qual me guiarei para melhor apreendê-la. O “homem rico” é o homem carente de humanizar-se através de sua objetivação no gênero humano, mas, isso todos os homens são em maior ou menor grau. Só que esse “homem rico” de Marx diz respeito a uma objetivação não apenas consciente, mas, cuja atividade na vida concreta deixa a sua marca na história humana, no gênero em sua totalidade e não apenas reproduza a existência alienada dominante no atual momento histórico; vai além do seu tempo superando a alienação imposta pelo capitalismo e se precipita através de atividades humanizadoras de si e do gênero, apropriando-se ao máximo das objetivações genéricas e objetivando conscientemente mudanças históricas no gênero como totalidade.

A pobreza também tem um caráter absolutamente distinto do que tem no universo cultural capitalista, no qual a ausência da propriedade define o que é ser pobre. Para Marx, pobreza é uma condição para novos carecimentos, é a ausência sentida da necessidade de humanização, é o sentido da busca do enriquecimento e tem, então, um caráter positivo.

Se o homem rico passa a ser aquele que tem como carecimento fundamental, o de se objetivar de forma humana na totalidade de sua vida, então ele se transforma ao mesmo tempo, em um homem pobre, não no sentido de não ser proprietário, mas no sentido de que ele tem como carecimento igualmente fundamental, a relação com os outros homens que ele poderá se objetivar enquanto ser genérico para-si. No capitalismo ninguém pode ser rico e pobre ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Sob o ponto de vista do socialismo riqueza e pobreza são apenas dois pólos da individualidade de cada ser humano,(...) A pobreza torna-se o laço passivo, no sentido de que o indivíduo torna-se receptor da objetivação dos outros homens, da mesma forma de que ele se objetiva para que outros tornem-se receptores de sua objetivação (DUARTE, 1999a, p. 187).

O trabalho produtor da essência humana é então o maior produtor da riqueza do gênero humano e, também, do indivíduo, sendo a necessidade do trabalho, a carência, a pobreza o que motiva o indivíduo para a apropriação do “trabalho morto” (MARX, 2003) objetivado no decorrer de desenvolvimento histórico da humanidade e necessário para a realização do trabalho vivo, no qual o indivíduo se objetiva no gênero humano, na natureza e em si próprio. Marx (1974) entende por trabalho não apenas o trabalho gerador de lucro, mas, todas as formas de trabalho que contribuem para o gênero humano, trabalho como sendo a produção e a própria essência humana. A diferença é que o trabalho sob o domínio do capitalismo coloca o trabalho do indivíduo contra sua essência através da alienação.

Quando a atividade essencial do indivíduo deixa de ser atividade alienada, ela satisfaz um carecimento essencial da individualidade, ela torna-se portanto, atividade da essência do indivíduo. Nessa atividade o indivíduo se objetiva, deixa sua marca individual. Para isso ele se relaciona com as objetivações genéricas, com a essência objetiva do gênero (DUARTE, 1999a, p. 188).

Essa essência humana encontrada na atividade objetivadora e consciente realizada pelo indivíduo é uma inter-relação produtiva com o gênero humano, que acontece dialeticamente do gênero para o indivíduo e do indivíduo para o gênero no interminável processo de produção da história. De outras maneiras Marx diz a mesma coisa em outros textos:

O homem apropria-se do seu ser global de forma global, isto é, como homem total. Cada uma de suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar – em resumo, todos os órgãos da sua individualidade, como os órgãos que são imediatamente coletivos em sua forma, são em seu comportamento objetivo, em seu comportamento para com o objeto, a apropriação deste (MARX, 1974, p. 17).

Não existe separação entre a atividade do indivíduo e a globalidade humana do “homem total” quando este, ao se objetivar para e através do gênero, realiza sua atividade essencial. Todos os seus sentidos se concentram na atividade vital e essencial do ser que se transformam assim numa “paixão”. Essa paixão referida por Marx é a relação do indivíduo, física e emocionalmente voltada para sua atividade essencial humana, humanizadora da sua ontogênese e da história da humanidade. Paixão incomum em tempos de coisificação e alienação, em que os proprietários dos meios de produção roubam o sentido humanizador, a verdadeira riqueza, do trabalho humano e por interesse na mais valia gerada pelo trabalho, instituem o sentido maior do nosso tempo histórico, fundamentado na alienação do processo produtivo que repercute em todas as relações humanas. Não podemos confundir a paixão “egoísta”, voltada somente para a individualidade e reproduzida infinitamente pelos veículos de comunicação de massas⁵¹, pois esta também aliena o indivíduo do gênero, com a paixão expressa nos Manuscritos Econômico-Filosóficos por Marx. É importante compreender a inter-relação existente entre os vários conceitos da obra marxiana como uma unidade que possibilita o entendimento de outros conceitos como, no caso, alienação e práxis.

Consideramos de grande relevância essas reflexões teóricas, sobre alienação e práxis, como demonstração da possibilidade de existência de uma prática educativa que consiga desmascarar o aparato ideológico reproduzido pelas instituições e teorias liberais de educação. A possibilidade da existência, mesmo de forma inconstante e tímida, de uma práxis educativa no meio capitalista, somente pode ser identificada após as reflexões feitas sobre esse conceito, e o levantamento de algumas formas particulares de existência possível de uma práxis educativa. O desenvolvimento de uma práxis na Educação “deve atuar na constituição da classe revolucionária” (ROSSLER, 2004, p. 89). As contradições sociais permeiam todos os espaços sociais possibilitando ações que as acirram, dentro da luta social determinada pela marcha da história. Não será a Educação em si a determinante da superação do capitalismo, mas, a mudança do modo dominante de produção material da sociedade necessita paralelamente da existência de uma outra prática educacional, que não vai surgir pronta após um processo revolucionário, necessitando ser produzida como elemento gerador e fortalecedor das contradições entre as classes sociais.

[...] a educação não pode entender-se como “reforma da consciência” independentemente. Deve estar ligada à transformação das reais condições

⁵¹ Sobre ideologia e comunicação, onde é tratada a questão da comunicação de massas, ver Tompson (). É um assunto muito importante para apreender o processo de alienação, mas não cabe nos estritos limites desta pesquisa.

de vida que constitui a base da alteração da consciência. Os educadores não estão capacitados para efetuar essa obra sozinhos, devem unir-se ao movimento revolucionário para transformação da classe que transforma realmente a vida e criar as bases para uma nova consciência (SUCHODOLSKI *apud* ROSSLER, 2004, p. 91).

Para que a prática educativa realize a crítica histórica da alienação é necessário antes apreender em profundidade as causas e formas de manifestação dos processo alienantes e este foi o objetivo desta reflexão. Os conceitos e categorias aqui descritos serão retomados como categorias de análise das informações levantadas empiricamente, no IV capítulo da tese. Acreditamos que estas reflexões acerca da teoria do conhecimento de Marx serão de grande utilidade, mesmo considerando que as práticas pedagógicas investigadas estejam inseridas no mundo capitalista.

Este primeiro capítulo teve como objetivo fundamentar teoricamente nosso entendimento sobre as categorias de ensino e aprendizagem, o objeto central da tese. Nosso próximo passo será contextualizar historicamente os sujeitos que desenvolvem as atividades de ensino e aprendizagem na prática da redução de danos: os usuários de drogas e os redutores de danos.

“Raimundo Silva levantou-se da secretária, passeia no pequeno espaço livre do escritório, vem ao corredor para desafogar-se mais ligeiramente da tensão de nova espécie que o está tomando, e em voz alta pensa, O problema não é este, ainda que tivesse sido tal a causa do diferendo entre os cruzados e o rei, é realmente o mais provável, que todo aquele conflito, insultos, desconfianças, ajudamos, não ajudamos, tivesse como raiz a questão do pagamento dos serviços, o rei a querer poupar, os cruzados a quererem sacar, mas o problema que eu tenho que resolver é outro, quando escrevi Não os cruzados foram-se embora, por isso não me adianta nada procurar resposta ao Porquê na história a que chamam verdadeira, tenho de inventá-la eu próprio, outra para poder ser falsa, e falsa para poder ser outra.”

José Saramago. História do cerco de Lisboa. (2003, p.116).

II - USUÁRIOS DE DROGAS E REDUTORES DE DANOS: HISTORICIDADE E EPISTEMOLOGIA DE SUJEITOS PARTICULARES NUMA TOTALIDADE CONCRETA

Uma vez apreendido o referencial teórico que deve propiciar o instrumento de levantamento e análise de informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, apresentaremos o estudo sobre os sujeitos a serem investigados: redutores de danos e usuários de drogas. Entendemos que esses sujeitos não constituem-se por si mesmos, tornando relevante a compreensão da historicidade e da epistemologia que determinam a especificidade cultural dos redutores de danos e dos usuários de drogas.

A relação entre o usuário de drogas e o redutor de danos é uma relação entre sujeitos sociais, entre pares, que fazem uso de substâncias psicoativas, nos mesmos círculos sociais. Ambos são ou foram usuários de drogas ilícitas e conviveram junto a outros usuários em grupos que têm em comum o hábito de usar drogas e outras peculiaridades culturais que identificaremos neste capítulo. O que em princípio os diferencia é que um dos sujeitos, no caso o redutor de danos, passou por um processo de triagem e formação continuada, uma intervenção objetivada por interesses institucionais financiados por políticas de saúde pública. O Programa de Redução de Danos, PRD, atuou objetivamente no sentido de formar o redutor e de dar condições materiais para que ele desenvolvesse um trabalho preventivo da infecção de HIV/aids, hepatite, e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, DSTs, e se tornasse um agente articulador de integração social junto aos grupos de usuários de drogas. Os PRDs atuaram também no sentido de orientar as instituições de atendimento para receberem os usuários sem os preconceitos e a discriminação que muitos setores da sociedade ainda conservam.

A relação entre esses dois sujeitos sociais, usuário e redutor, não pode ser compreendida isoladamente como um elemento caótico separado das condições históricas que a produziram. Existe uma realidade complexa e em permanente estado de transformação que precisa ser conhecida para que o processo de ensino e aprendizagem, entre os sujeitos pesquisados, possa ser compreendido. O presente capítulo visa estudar a prática que designa uma identidade comum entre os sujeitos pesquisados e os diferencia dos demais grupos sociais, ou seja: o uso de substâncias psicoativas.

A diversidade de abordagens sobre este tema demonstra a fragmentação que a compreensão dessa prática teve na história, principalmente a partir do início do Século XX, quando este assunto passa a ser objeto da produção de conhecimento especializado e de freqüente exposição nos veículos de comunicação de massa (VERGARA, 2003; BUCHER, 1991).

A compreensão sobre o uso de drogas, por diferentes grupos sociais, tem um determinante dialético, que é a relação entre a totalidade concreta das forças materiais em movimento e o mundo das idéias contido no registro da linguagem. O isolamento da compreensão dessa realidade é também reflexo de uma ideologia produzida historicamente que deve ser desvelada para ser efetivamente entendida como parte da totalidade histórica em que se encontra.

A produção de representações, pelo senso comum e pela ciência, sobre o uso de substâncias psicoativas, em cada época ou sociedade diversa, mantém uma relação dialética com a totalidade concreta do mundo material que repercute no universo da produção das idéias. As representações contemporâneas e as constituídas anteriormente de alguma forma repercutem os interesses materiais dominantes. Um complicado e fragmentado universo de produção de conhecimento sobre a questão das drogas ilícitas, num primeiro contato, parece contraditório e incompreensível. À luz de uma racionalidade que elucide a organicidade dessas formas de conhecimento com a totalidade das forças produtivas, o uso de drogas adquire novo sentido e torna-se compreensível.

A realidade concreta, cuja base material é capitalista, reflete na criação de um modelo de pensamento fragmentado, que dificulta qualquer forma de síntese ou compreensão de totalidade que dê conta de desvelar a realidade sobre o processo de expropriação do trabalho pelo capital. A essência dos interesses materiais burgueses no mundo atual gera uma crise no pensamento contemporâneo e produz um conhecimento que nega a racionalidade objetiva da realidade:

Se é impossível a descoberta de um sentido no processo histórico-social, que possa ser racionalmente apreendido, instaura-se o império da incognoscibilidade com a relativização de todo conhecimento, permitindo uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas válidas (EVANGELISTA, 1997, p. 31).

Mészáros (2003) denominou o atual estágio histórico das forças materiais e políticas (formas superiores) do mundo como “capitalismo tardio”, identificando suas características profundamente enraizadas no imperialismo estadunidense, como uma fase

extremamente perversa do capitalismo que impõe um novo modelo de exploração da classe trabalhadora, mais sutil, mais profundo e com certa invisibilidade. O pós-modernismo, movimento do pensamento identificado com o capitalismo tardio (ANDERSON, 1999; JAMESON, 1997), descarta a possibilidade de racionalização do todo histórico e social, numa nítida postura de defesa dos interesses do capital em jogo. É ilustrativa dessa concepção a fala de Marilena Chauí durante a abertura da ANPED, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (2003):

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizam a identidade de classe e as formas de luta de classes (CHAUÍ, 2003).

No atual momento, em que o capitalismo nada mais pode oferecer no sentido de produzir o bem estar coletivo, a desrazão passa a ser uma estratégia de prolongamento dessa situação, da mesma forma que na Roma Antiga se exacerbou o uso de uma retórica, sem lógica aparente, ante a impossibilidade de manutenção do Império. No capitalismo tardio, a racionalidade perde o sentido histórico que tinha para a burguesia na época do Iluminismo, quando esta classe se motivava na razão para lutar contra o poder feudal anterior que ainda se mantinha forte. Também a racionalidade de Galileu foi razão de perseguição pelas forças medievais ainda existentes, sua nova razão já não cabia nos estritos limites do pensamento feudal.

O pensamento pós-moderno vem se impondo em todo o mundo a partir de suas bases materiais no mercado e desqualificando, como se fossem formas arcaicas e fora de moda, quaisquer tentativas de racionalização histórica das relações sociais. Para a ideologia pós-moderna, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários (CHAUÍ, 2003). A negação da racionalidade, com origens históricas e interesses materiais claros, tem se estabelecido nas artes, na economia, nos setores produtivos, nas ciências humanas e em toda parte como uma praga que submete o senso-comum e grande parte da produção científica contemporânea. A ciência tornou-se a manipulação de objetos construídos por ela mesma e, como tal, inserida no modo de produção capitalista (idem, 2003). Seja na Saúde ou na Educação, campos de estudos específicos deste trabalho, a fragmentação e a desistoricização das relações humanas se opõem à razão sócio-histórica:

Na atual etapa histórica, os interesses burgueses tendem cada vez mais a se opor à objetividade do conhecimento, encontrando cada vez mais dificuldades em se justificar racionalmente, ao passo que os interesses proletários exigem a objetividade e tendem cada vez mais a se expressar

objetiva e racionalmente. É fácil compreender isso uma vez que a burguesia, beneficiária das condições de exploração, não tem interesse algum em desvendá-las, ao passo que o proletariado que sofre a exploração tem todo o interesse em desvendar os mecanismos dessa situação, que é objetiva (SAVIANI, 2003, p. 57).

Tendo em vista que o pensamento é gerado a partir da realidade material, e não o oposto, as múltiplas formas de pensamento, produzidos a partir da base material capitalista e de seus interesses de mercado que envolvem produção e consumo, impregnam a linguagem de significações e valores inerentes a esses interesses. As relações passam a não acontecer mais de indivíduo para indivíduo, são generalizadas pelo valor do dinheiro, um valor abstrato que intermedia os interesses entre pessoas de forma universalizada e genérica, extinguindo cada vez mais os laços individualizados. O capitalismo dissolve os laços de dependência social localizados e comunitários, transformando o dinheiro e o valor de troca na mediação universal, produzindo o esvaziamento da individualidade (DUARTE, 1993).

Para Coggiola (1997), existe um perfil dominante de usuários abusivos de drogas na realidade brasileira: os indivíduos das camadas populares que vivem uma crise existencial profunda por não conseguirem trabalho e os que fazem parte de classes mais privilegiadas, que não conseguem estabelecer um vínculo entre seus próprios interesses e os interesses coletivos que justifique racionalmente suas práticas sociais. O mesmo autor identifica os usuários de drogas com a parte mais frágil de um poderoso sistema de relações envolvido pelo mercado em que participam dos lucros: políticos, juristas, empresários e, principalmente, banqueiros. Para ele, a maior parcela dos lucros obtidos no tráfico de drogas fica nas mãos do mercado financeiro que “lava” o dinheiro sujo e financia, com uma margem de lucro exorbitante, todo o ciclo, da produção à distribuição das drogas ilícitas. Existe um interesse de base material poderoso agindo sobre uma realidade social na qual uma grande parte da população encontra-se fragilizada por ter sido descartada do processo produtivo.

A base material tem aí uma tripla influência: o esvaziamento da individualidade de sentidos proporcionado pela adequação do indivíduo ao mercado e o individualismo pós-moderno; a precária situação de sobrevivência material de boa parte da população; e um mercado de drogas sedutor que atrai novos “investidores” e novos usuários pelo “marketing” do convencimento ou pela possibilidade de conseguir lucro, trabalho ou vida social. A compreensão histórica do uso de drogas demonstra as conexões sociais determinantes da situação dos usuários de drogas.

Este capítulo não objetiva estudar exaustivamente todos os fatos históricos e as tendências do pensamento sobre o uso de drogas, mas demonstrar como muitas dessas

tendências produzem um conhecimento fragmentado e articulado com a reprodução de interesses materiais não explicitados e como se dão e são representados os processo de ensino e aprendizagem. Primeiramente, o estudo focaliza aspectos da história do uso de drogas no desenvolvimento humano, buscando compreender a gênese dessa prática até o momento em que ela passa a representar um problema social de grandes dimensões. Em seguida, serão apresentadas algumas das principais teorias sobre o uso de drogas, de forma a identificar seus pressupostos, compreender como influenciaram diretamente as políticas públicas sobre drogas e como se dá o entendimento sobre o processo de ensino e aprendizagem. Inicialmente, serão demonstrados os aspectos sociais e históricos do tema e, num segundo momento, o objeto empírico (usuário de drogas e redutor de danos), partindo da análise do mais complexo para o mais simples. Esse procedimento se justifica na afirmativa de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1987, p. 30).

2.1 Historicidade do uso de drogas

“Em primeiro lugar, todo mundo sabe que existem toxicômanos, esse é um dado antigo” (OLIEVENSTEIN, 1985).

“Não existe sociedade que não tenha suas drogas, lícitas ou ilícitas, sendo esta prática um fenômeno especificamente humano” (BUCHER, 1991).

“A relação entre os psicoativos e os homens são tão antigas como a crônica da própria humanidade” (BASTOS, 1994).

“Nunca houve uma humanidade sem drogas” (MESQUITA, in Vergara 2003).

“Na história humana não há nenhuma cultura, antiga ou contemporânea, que não tenha feito uso de substâncias psicoativas” (VERGARA, 2003).

“O consumo de drogas remonta aos primórdios da humanidade” (COGGIOLA, 2004).

Entendemos por historicidade não o acúmulo de fatos e dados históricos, mas a compreensão da cultura humana tendo como base a sua produção histórica. Com os dados históricos citados a seguir não pretendemos realizar um estudo sobre a história do uso de drogas. Os registros da história, aqui demonstrados, têm o objetivo de fundamentar o entendimento sobre a questão do uso de drogas.

A história demonstra como os seres humanos souberam conviver com o uso de drogas nos mais variados níveis de relação comunitária, seja por motivos místicos, terapêuticos ou lúdicos. Poucos são os registros que mostram essas drogas como um problema, ao contrário, as drogas são objeto de respeito e interesse nos textos históricos da antiguidade até o mercantilismo (BARATA, 1994, p. 39).

A seis mil anos atrás os chineses já utilizavam maconha, sem que exista nenhum indício de que esta prática, de alguma forma, representasse um perigo para os fumantes ou para a comunidade em geral. Como a maconha é originária da região onde hoje se localiza o Afeganistão é possível supor que o uso da maconha seja anterior à existência dos primeiros registros históricos da humanidade. Alguns povos da Ásia, Europa e África já fumavam a maconha há pelo menos 1.000 a.C. Outros registros mostram a utilização da maconha como remédio para disenteria, dor de cabeça e doenças venéreas (VERGARA, 2003, p. 37).

Os povos que habitavam a região da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, utilizavam o ópio a sete mil anos atrás (BUCHER, 1991, p. 22). A mais antiga língua dos sumérios, na Mesopotâmia, faz referência à “planta do prazer” referindo-se à papoula. De diferentes formas, o ópio foi utilizado na China, na Índia, no Egito dos Faraós, na Grécia Antiga e no Império Romano. O uso medicinal do ópio é tão antigo e tão difundido que se tornou uma espécie de testemunha da nossa história. Na Era do Bronze, no Oriente Médio, o ópio era utilizado como sedativo para dor e como afrodisíaco. No Egito Antigo são comuns as referências ao uso medicinal do ópio escritas nos papiros (VERGARA, 2003, p. 38). Essas substâncias eram utilizadas pelo seu efeito psicoativo e pelo seu poder medicinal.

As bebidas alcoólicas também estão presentes em praticamente todos os registros históricos e religiosos sobre a formação das grandes civilizações orientais e ocidentais. Grande parte das religiões da Antiguidade utilizava o álcool como complemento fundamental para seus rituais, que eram os mais variados possíveis. O vinho foi largamente utilizado por povos mesopotâmicos, judeus, gregos, romanos e muitos outros, em rituais religiosos (BUCHER, 1991).

Em diferentes civilizações e por diferentes motivos, as elites dominantes proibiram o uso de drogas, sem conquistar muito sucesso na empreitada. Alguns faraós egípcios chegaram a proibir o uso de bebidas alcoólicas pela população, atingindo um objetivo parcial de reduzir o consumo (VERGARA, 2003). Na Idade Média, o uso de qualquer tipo de droga, exceto o álcool, era considerado “coisa do demônio”, sendo proibido e penalizado pela Igreja. No Brasil a maconha chegou a ser proibida pela Câmara de

Vereadores do Rio de Janeiro em 1930 (MACRAE, 2000, p. 19), Lei que foi suprimida logo depois.

O uso do ópio foi proibido na China, na segunda metade do século XIX, e enfrentou a chamada “guerra do ópio” por mais de dez anos, patrocinada por empresas inglesas que mantinham o monopólio da produção dessa droga na Índia, então colônia Britânica. Os ingleses ganharam a guerra e conseguiram impor a liberação do uso da droga na China, onde mais da metade da população masculina adulta se tornou dependente dessa droga (BUCHER, 1991, p. 22). O uso, como parte de um sistema comercial de distribuição, venda e propaganda, ocasionou um problema social muito grande, que em milhares de anos não havia ocorrido com o uso doméstico liberado da mesma droga, na mesma região.

A Inglaterra, como já é sabido, mas pouco divulgado, auferia lucros exorbitantes, da ordem de 11 milhões de dólares anuais, com o tráfico de ópio para a cidade chinesa de Lintim, ao passo que o volume de comércio de outros produtos não ultrapassava a cifra de 6 milhões. Tudo isso acontecia com a aprovação declarada e documentalmente registrada, do Parlamento Inglês, que por inúmeras vezes manifestou os inconvenientes da interrupção de um negócio tão rentável (COGGIOLA, 2004, p. 11).

O controle sobre o uso, que acontecia internamente nas comunidades chinesas há milhares de anos, foi quebrado quando a droga passou a ser de interesse comercial em grande escala (VERGARA, 2003, p. 42). O uso de drogas em comunidades primitivas ou civilizações da Antiguidade não representou problema de ordem social, tendo em vista que o controle sobre o uso era exercido através das relações pessoais próximas, na própria comunidade. O problema se acentua quando o uso de drogas deixa de ser parte da história de uma cultura local e passa a ser a história da economia capitalista:

A história das drogas anterior à economia capitalista é, com raras exceções, um aspecto normal da cultura, da religião e da vida cotidiana em toda a sociedade: não é a história de um problema. Torna-se um problema com o advento do mercantilismo e com a consolidação em nível mundial do modo de produção capitalista. (...) As novas drogas importadas do novo para o velho mundo, tornaram-se, neste velho mundo, a partir de interesses políticos e econômicos dominantes, um grande problema moral ou religioso ou um grande negócio para comerciantes e monarcas; um objeto de proibição ou, ao contrário, de promoção ou imposição (BARATA, 1994, p. 41).

A coca somente se torna um problema quando é sintetizada em cocaína e torna-se produto do mercado. A folha da coca tem sua utilização comprovada nos últimos dois mil anos pelos povos que habitavam a Cordilheira dos Andes, na América do Sul. Seu consumo ainda constitui um importante meio de superação das dificuldades físicas inerentes à vida em

grandes altitudes e nunca representou um problema, mas uma solução. A cocaína, sintetizada por um laboratório dos Estados Unidos, foi utilizada comercialmente como remédio durante décadas. As empresas responsáveis pela sua distribuição e venda tiveram que inventar novas drogas quando ela foi proibida no início do século XX, mas a cocaína continuou a ser produzida e vendida clandestinamente pelos mesmos laboratórios (VERGARA, 2003).

O uso ou a referência às drogas no meio artístico sempre foi comum. Shakespeare chegou a mencionar o uso de drogas em alguns de seus textos, como em *Otelo*, onde ele afirma que “Nem papoula nem mandrágora, nem todos os xaropes narcóticos do mundo, jamais te devolverão esse doce sono que até ontem tinhas”. Outros artistas importantes, não apenas citaram o uso de drogas, mas utilizaram vários tipos de drogas como meio de mudar a percepção sensorial e produzir suas obras em estado alterado. Entre os mais importantes podemos citar: Charles Baudelaire, Arthur Rimbaud, Théophile Gautier, Edgar A. Poe, Tomas de Quincey e Aldous Ruxley. Mais recentemente a “geração beat” associou o uso de drogas com a produção artística com importantes autores como: Jack Kerouac, William Burroughs e Allen Ginsberg (BALBUENA, 1994. p.143 e 144).

Em outras áreas da vida social, as drogas tiveram uma grande inserção. Por exemplo, algumas guerras estão diretamente relacionadas à produção de uma cultura danosa do uso de drogas, pois tem aumentado o consumo dessas substâncias, como decorrência do estresse, causando dependência em muitos soldados. Durante a Guerra Civil Americana, a Guerra Francoprussiana e a Guerra Austroprussiana, o ópio foi largamente utilizado e muitos combatentes voltaram dependentes do front. Nas guerras dos Estados Unidos contra a Coreia e o Vietnã, a maconha era liberada para os soldados, a heroína era consumida abertamente e a morfina indiscriminadamente utilizada como procedimento médico. Ao retornarem para os Estados Unidos, milhares de soldados estavam dependentes e influenciaram a aquisição de novos hábitos coletivos com relação às drogas em seu país (VERGARA, 2003).

A política de “guerra às drogas” movida pelo governo dos Estados Unidos desde o início do século XX chegou a proibir todas as substâncias psicoativas, inclusive o álcool. A Lei Seca que proibia a fabricação e o consumo de álcool nos Estados Unidos, foi determinante na formação de uma imensa rede ilegal de fabricantes e distribuidores de bebidas alcoólicas, causando um aumento vertiginoso do crime organizado no país. Os setores conservadores esperavam que a proibição do consumo de álcool fosse harmonizar as relações sociais, mas a proibição teve um efeito contrário, ampliando as organizações criminosas em todo o país.

No início do Século XX, a maconha foi alvo do proibicionismo nos Estados Unidos, sendo o seu consumo associado a imigrantes pobres e “inferiores”, nas campanhas pela erradicação da planta em si, como estratégia de defesa de interesses de setores capitalistas. Grupos econômicos poderosos, que produziam fibras sintéticas e papel com eucalipto, financiaram os parlamentares que aprovavam as leis proibicionistas, já que a fibra do cânhamo (extraída do pé da maconha) constituía uma forte concorrente para a expansão dos seus negócios no mercado interno e em todo o mundo (BUCHER, 1991). A política de “guerra às drogas”, com interesses de grupos econômicos, está em vigor até os dias de hoje como parte de políticas mais amplas do interesse geopolítico dos Estados Unidos.

A questão das drogas está intimamente relacionada à forma de organização material das relações humanas. Coggiola (1997) afirma que o mercado de drogas movimentava 500 bilhões de dólares por ano⁵². Para ele, enquanto houver possibilidade de lucro exorbitante para os investidores da droga os problemas advindos do seu uso não poderão ser contidos prejudicando, principalmente, as regiões por onde passam grandes quantidades de drogas, por favorecerem o consumo da população pelo fácil acesso e baixo preço.

A pretexto de controlar a cocaína nos países de origem, os Estados Unidos mantém bases militares na América Latina e treinam polícias e exércitos de países como a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia e o Paraguai (RONCKEN, 2004; ROSSI, 1996). A pulverização de veneno nas regiões de plantio de coca na Bolívia, no Peru e na Colômbia, visando impedir o plantio, é uma prática patrocinada pelo governo dos Estados Unidos que inviabiliza a utilização das terras pulverizadas para qualquer tipo de atividade agropecuária por aproximadamente dez anos, além de promover um grande desastre ecológico junto aos mananciais aquíferos. Em 1999, os EUA iniciaram a implantação das FOL (Forward Operating Locations), que foram instaladas em aeroportos do Equador, Curaçao, Aruba e El Salvador, operando mais de duas mil missões aéreas anuais a pretexto de controle do fornecimento de drogas na América Latina, com um custo estimado, em 1999, de 975 milhões de dólares (RONCKEN, 2004). Essa imensa operação militar é coordenada pela ONDCP, Office of National Drugs Control Policy, que também objetiva articular políticas nacionais de apoio à “guerra às drogas” instituída pelos Estados Unidos.

⁵² Segundo P. Salama (1999, p. 126) é impossível uma estimativa correta dos lucros com o narcotráfico devido às condições marginais e sem visibilidade em que ele se dá. A ONU - Organização das Nações Unidas divulgou no ano de 2003 uma estimativa de que o tráfico de drogas movimentou aproximadamente 470 bilhões de dólares no ano, mesmo número divulgado pelo Senado dos Estados Unidos em 2001. O G-7, grupo dos sete países mais ricos, divulgou uma estimativa em 1999 declarando estar entre 600 e 800 bilhões de dólares o montante de narcodólares que circulam anualmente pelo mundo.

A luta contra o narcotráfico serve como pretexto para que os Estados Unidos mantenham forças militares e paramilitares na maioria dos países da América Latina. A DEA, braço policial antidrogas do FBI, Federal Bureau of Investigation, dos Estados Unidos, está presente diretamente em na maioria dos países da América Latina, financiando operações antidrogas, treinando e equipando as polícias antidrogas e influenciando as políticas nacionais antidrogas desses países. Países como a Bolívia, o Paraguai, o Peru e a Colômbia têm suas polícias antidrogas diretamente supervisionadas pelo DEA.

É evidente que a militarização recente com o pretexto de “lutar contra o flagelo da droga” é um aspecto da recolonização comercial e da chantagem financeira contra a América Latina. O novo intervencionismo estadunidense está mais relacionado com isso, do que com o narcotráfico. É inaceitável supor que a invasão do Panamá, o bloqueio naval à Colômbia, a instalação de bases na Bolívia e no Peru, a militarização da fronteira mexicana, a introdução de uma jurisprudência avassaladora da legislação latino-americana estão motivadas na erradicação do narcotráfico. Buscou-se, desde o início, a substituição da “ameaça do comunismo” por um “perigo” equivalente (COGGIOLA, 2004, p. 05).

O que realmente está por trás de todas essas ações são os interesses do capitalismo representado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que mantém atividades ora contrárias aos grupos que dirigem o tráfico, ora aliando-se a esses mesmos grupos, de acordo com interesses geopolíticos e temporários. Os próprios agentes da CIA utilizaram dinheiro do narcotráfico para financiar os contra na Nicarágua, conforme todos os jornais denunciaram na época, além de favorecer a produção de heroína no Afeganistão pelos grupos fundamentalistas que se insurgiram contra a União Soviética (COGGIOLA, 2004).

Grandes empresas dos Estados Unidos atuam em conjunto com os militares, as polícias e os diplomatas para impor políticas de seu interesse nos países da América Latina. A empresa estadunidense DynCorp atua formando grupos de mercenários paramilitares para lutar contra guerrilheiros e narcotraficantes, emprega 23 mil especialistas em guerra e guerrilha e mantém contratos com o governo dos Estados Unidos da ordem de 600 milhões de dólares por ano. Na Colômbia, a DynCorp mantém 2 mil mercenários de guerra em ação promovendo o terror e a desorganização social (COGGIOLA, 2004, p. 08).

Se por um lado, muitos países latino-americanos apóiam a política militarizante dos Estados Unidos, por outro lado, os recursos financeiros do narcotráfico, para muitos países, representa um grande benefício econômico. Os lucros com o narcotráfico na Bolívia chegaram a 1 bilhão de dólares em 1990, superando os lucros da economia legal. Estima-se que apenas 3 a 4 % dos lucros com o tráfico ficam nos países de origem, pois, a maior parte

do dinheiro fica nos bancos da Flórida, e outros paraísos fiscais onde se lavam diariamente cerca de 400 milhões de dólares. O custo da cocaína na Bolívia chega a ser 250 vezes mais barato do que nos Estados Unidos, tornando a droga infinitamente mais rentável no seu destino do que na região produtora (COGGIOLA, 2004, p. 02 e 03).

A exportação de cocaína é o negócio mais lucrativo desses países andinos, representando 18% do PIB, Produto Interno Bruto, da Colômbia, 29% do PIB do Peru e 50% do PIB boliviano no início da década de 1990. Essa pressão financeira impacta diretamente toda a vida desses países: na Bolívia, dentre uma PEA (População Economicamente Ativa) de 2 milhões de habitantes, de 600 a 700 mil trabalham em atividades relacionadas às drogas (ROSSI, 1996, p. 40). Entre a expansão do fenômeno de consumo, o incremento da produção, a ampliação da comercialização e a transformação das organizações que dominam o mercado das substâncias psicoativas ilícitas, existe uma correlação direta (ROSSI, 1996, p. 34). Essa realidade econômica fundamenta a compreensão sobre a questão das drogas, não apenas como um comportamento individual, mas inter-relacionando-a aos determinantes históricos e sociais.

Nos países onde os indicadores econômicos dão conta de níveis de extrema pobreza, marginalidade, sub-ocupação e desemprego, a economia ilegal se constitui num meio de satisfazer as necessidades da população e oxigenar países cujos déficits estruturais, em matéria econômica, são dificilmente superáveis (ROSSI, 1996, p. 35).

Existem movimentos, nesses países produtores de cocaína, que buscam regulamentar a produção de folhas de coca e também da própria cocaína e exportar o produto aos países consumidores. Na Bolívia esse movimento conseguiu eleger o presidente Evo Morales. Esse movimento defende o repatriamento do dinheiro resultante do comércio da droga, coisa que não acontece atualmente, pois, a maior parte dos lucros fica nos países destinatários, principalmente nos Estados Unidos; luta também pelo direito de uso da folha de coca pelos povos andinos.

A revista da ABEAD, Associação Brasileira do Estudo do Alcool e outras Drogas (1999), divulgou uma pesquisa com alunos do ensino médio que já fizeram uso de maconha no Brasil (7,6%) e nos Estados Unidos (43,7%). A cocaína já tinha sido experimentada por 2,0% no Brasil e 10,3% nos Estados Unidos, o que somente comprova a ineficácia da política antidrogas e a sua vinculação a interesses econômicos e geopolíticos, e não da saúde pública. Sobre a produção histórica da repressão às drogas nos EUA, Vergara (2003) diz o seguinte:

No caso das drogas a atitude adotada teve pouco a ver com a promoção à saúde. Proibir essas substâncias e criminalizar seu uso foi uma opção das elites, especialmente da elite americana. E os motivos foram pouco nobres. Os males à saúde ajudaram, é verdade, mas pesou muito mais o racismo, o preconceito contra os mais pobres, o interesse políticos e, claro, o dinheiro (VERGARA, 2003).

Cientistas que investigam e publicam sobre assunto (MESQUITA e BASTOS, 2000 e 2000; DRUCKER, 1994; SCHEERER, 1994; LURIE, 1998; WOODAK, 1998) afirmam que a política antidrogas fracassou e os Estado Unidos ainda são os maiores consumidores de drogas do mundo. Segundo Salamá, (1999, p. 131) os Estados Unidos representam 90% do mercado mundial de cocaína.

Essa política de guerra às drogas também está presente no Brasil através da SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, que tem no próprio nome a cópia do modelo americano, que nunca deu certo, pois esse país continua concentrando a maior quantidade de usuários por habitantes em todo o mundo (MESQUITA, 2000). A Política Nacional Antidrogas nasceu em 1998, mediante uma orientação da OEA, Organização dos Estados Americanos, como um modelo imposto pelos Estados Unidos ao então governo Fernando Henrique Cardoso. Ao participar da Conferência Mundial Sobre Drogas, em Nova York, em 1998, o então presidente brasileiro se comprometeu publicamente com a política adotada nos Estados Unidos, que seria desenvolvida no Brasil através da SENAD. A indicação de militares a frente da instituição é também parte do modelo dos Estados Unidos, que hiperdimensiona o aspecto repressivo e militarizante da política de drogas. Atualmente, os investimentos da SENAD dedicam mais de 80% de seu orçamento à repressão, mesmo tendo sua política constituída sobre 4 pilares: prevenção (que em tese deveria ter o maior investimento); tratamento e assistência; redução de danos e redução da oferta (um nome mais abrandado para “repressão”). Entre as políticas defendidas atualmente pela SENAD está o modelo denominado de “Justiça Terapêutica”, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento para usuários de drogas ilícitas pegos em flagrante.

Outro aspecto copiado do modelo dos Estados Unidos é a estrutura autoritária da escolha dos representantes dos Conselhos Antidrogas, sem a paridade entre a sociedade civil e os representantes governamentais e mantendo os representantes das instituições de repressão na direção. Esse modelo difere absolutamente dos modelos dos demais Conselhos de Controle de Políticas Públicas brasileiros, como os Conselhos dos Direitos da Infância e da Adolescência, os Conselhos de Assistência Social, os Conselhos de Saúde, entre outros. A prática de internação para usuários de drogas de forma indiscriminada também tem sido

apoiada pelos conselhos antidrogas, como política prioritária de atendimento a usuários, num modelo explicitamente conflituoso com as políticas do SUS (Sistema Único de Saúde), que definem a internação apenas nos casos em que todas as outras práticas não deram certo.

Ao copiar o modelo dos Estados Unidos esse setor da política antidrogas brasileiro comete um duplo equívoco: primeiro em copiar, enquanto deveria produzir uma política a partir de sua própria realidade, respaldada na Constituição de 1988, e, segundo, porque copia o modelo dos Estados Unidos, que notoriamente construiu e mantém uma política de drogas calcada na repressão, na marginalização do usuário, que comprovadamente não deu certo, e que tem resultado no aumento generalizado da violência.

Essas informações foram dadas no sentido de que possamos compreender os interesses materiais, tanto de quem planta e distribui a droga como daqueles que aparentemente lutam para erradicá-la. Os interesses contraditórios que difundem nas sociedades latino-americanas uma ideologia da discriminação e da criminalização dos usuários de drogas, tem um profundo impacto negativo na produção de uma cultura saudável junto aos usuários de drogas.

Existe uma imensa força material agindo diretamente sobre os indivíduos, juntamente com muitos outros condicionantes sociais, determinando as formas de uso de drogas, os problemas que podem acarretar para o indivíduo e a sociedade e a definição de políticas públicas que objetivam solucionar esses problemas. A compreensão das dimensões internacionais e das bases materiais que interferem na tomada de decisões das autoridades públicas sobre o problema é imprescindível para que não se produza um conhecimento fragmentado sobre a questão do uso de drogas. Inúmeros são os investimentos públicos que objetivam controle sobre o uso problemático de drogas, muitos dos quais apenas refletem, sem uma devida avaliação criteriosa, modelos forjados com interesses capitalistas e geopolíticos, impondo artificialmente uma política pública, sem respeitar e estudar os protagonistas da questão, no caso os usuários de drogas e as comunidades onde estão inseridos. O modelo de guerra às drogas impõe, verticalmente, concepções de atendimento, de tratamento e de compreensão dessa realidade que prejudicam ainda mais os usuários:

A imposição da abstinência e a subsequente marginalização e a patologização dos usuários decorreram do aperfeiçoamento de mecanismos de controle social engendrados, sobretudo, por concepções políticas e culturais que legitimaram práticas discriminatórias, privando os usuários do exercício de sua cidadania (MARTINS, 2003, p. 112).

Essa mesma política gerada e implementada nos Estados Unidos influencia decisivamente a criação de uma série de programas de atendimento que reproduzem meios repressivos, estigmatizantes e moralistas. Os usuários de drogas e os redutores de danos aqui investigados têm, além do estigma gerado pelo uso, uma história de vida marcada por privações materiais e culturais geradas pela forma contemporânea de distribuição de riqueza. É importante compreender que esses indivíduos, que não conseguem trabalho para a sua subsistência, não podem ser identificados como excluídos ou marginais, pois, são parte importante do sistema capitalista, são o “exército industrial de reserva”, conceito desenvolvido por Marx no livro I de O Capital (1998). Os indivíduos que vivem de forma mais radical as condições de miserabilidade social não o fazem por escolha própria. Fazem parte de um contingente de trabalhadores que são uma parte importante do modo de produção capitalista, são mão-de-obra excedente.

Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 1998, p.733).

O exército industrial de reserva é um recurso do sistema capitalista que tem diversos determinantes específicos, relacionados ao mercado, mas tem uma característica imprescindível para o sistema que é rebaixar o valor do trabalho enquanto mercadoria, em geral. No modo de produção capitalista, o trabalho nada mais é do que um produto do mercado que deve ser comprado pelo capital para produzir e reproduzir riquezas. Quando mais baixo é o preço desse produto - o trabalho - maior é o crescimento do capital. Em todos os tempos a indústria sempre se reorganiza em suas formas produtivas para diminuir a quantidade de trabalhadores necessários para produzir determinado produto e gerar mais lucros. “Toda forma de movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados” (MARX, 1998, p. 736). Tal reflexão nos leva a não aceitar o conceito de “excluído”, para designar os usuários de drogas atendidos nos PRD, tendo em vista que estes são parte significativa e extremamente útil do modo de produção capitalista, compõem um estoque de mão-de-obra de reserva pronto para ser utilizado pelo capital conforme as flutuações do mercado, embora seja a parte que mais sofre os danos causados por esse sistema social.

Esses, aos quais Marx se refere como trabalhadores, não deixam de fazer parte do exército de mão-de-obra de reserva, tampouco deixam de ter lugar

na divisão social do trabalho no modo de produção capitalista. Por vezes participam de empresas ligadas ao mercado de trabalho informal, ou se ocupam de pequenos serviços, esporadicamente. Muito longe de serem inúteis para o modo de produção capitalista, à porção estagnada do exército industrial de reserva se designa o trabalho mais degradante, com mais riscos a integridade física e moral e o pior remunerado, ou seja, o contato permanente com a face mais dura do capital. Portanto aquele contingente de trabalhadores que recebe a denominação de camada marginalizada da população e hoje de “excluídos” nada mais são do que constituintes do exército industrial de reserva, base de exploração em determinados ramos do capital, aos quais Marx se refere, eufemisticamente, como “ramos especiais da exploração do capital” (COSTA, 2005).

A estigmatização da pobreza é consequência de uma concepção não-histórica da humanidade, que não percebe seus determinantes econômicos e, metafisicamente, afirma a determinação da situação de pobreza no próprio indivíduo. O mesmo se dá com relação aos usuários de drogas, cujo estigma tem origem, também, no desenvolvimento histórico dos interesses materiais. A compreensão dos determinantes materiais e históricos do usuário de drogas abordado nos PRDs é necessária para a apreensão desse sujeito social, para além da sua aparência, buscando sua concretude não na individualidade, mas na sua gênese histórica, para depois emprendermos o levantamento empírico de informações e o aprofundamento mais radical na compreensão das relações de ensino e aprendizagem que se processam entre os redutores de danos e os usuários de drogas.

2.2 Produção histórica da Política Pública de Redução de Danos

Historicamente considera-se a primeira política oficial de redução de danos uma Lei da Inglaterra de 1926, que dava aos médicos o direito de prescrever “opiatos” a pacientes adictos de heroína, desde que demonstrado o benefício dessa administração no paciente. Mas foi na Holanda, por volta de 1984, que a redução de danos se efetivou como política pública de saúde. Um grupo de enfermeiras juntamente com organizações “junkies” (grupos de auto-representação de usuários de drogas), iniciou o primeiro programa de esterilização de seringas visando ao controle da hepatite, que se alastrava rapidamente entre os usuários de drogas injetáveis. Nessa época a aids passou a ser conhecida em seus aspectos epidemiológicos, incluindo casos de soroprevalência entre usuários de drogas injetáveis. A redução de danos, que tinha um papel importante no controle da hepatite, passou a ter um papel ainda mais relevante no controle da aids. As pesquisas realizadas com intuito de

verificar o possível impacto positivo da redução de danos no controle epidemiológico da aids confirmavam, consecutivamente, a eficácia dessa prática (STIRSON, 1998; ANDRADE, 1995 e 2000; WOODAK & DES JARLAIS, 1994; MESQUITA, 1994, 2000a e 2000b; CAIAFFA, 2001 e 2002; e BASTOS, 2000 e 2003). Em pouco tempo, muitos outros países passaram a investir em programas de redução de danos e, atualmente, a ONU - Organização das Nações Unidas preconiza a redução de danos como uma de suas políticas oficiais de controle da Aids e também como política de drogas.

Países como Canadá, Austrália, Holanda, Inglaterra, Espanha, Suíça, Portugal e muitos outros, têm desenvolvido políticas públicas que respeitam e descriminalizam os usuários de drogas. Existe uma relação dialética entre o indivíduo usuário e o contexto sócio-histórico que gera programas públicos específicos para prevenção e atendimento a esses usuários. Políticas mais humanizantes inibem a produção da violência em grande escala na sociedade, enquanto as políticas discriminatórias acentuam a violência social.

No Brasil, a primeira experiência aconteceu em Santos, no início dos anos 1990 e foi abortada por problemas legais. Em 1994, o Ministério da Saúde formalizou a redução de danos como política oficial de controle da aids. Iniciou-se então, a implementação dos programas de redução de danos em Salvador, Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre. No início de 2003, o Ministério da Saúde confirmou a existência de 160 projetos de redução de danos em todos os Estados do País e a intenção de ampliar e aprofundar esses serviços garantindo sua sustentabilidade através do SUS. Com a consolidação desta política de saúde pública, no âmbito nacional, cria-se um novo profissional denominado “reduzidor de danos”, que são agentes de saúde devidamente capacitados para abordar usuários de drogas e desenvolver atividades de educação sanitária e inclusão social junto a esse segmento.

A RD age de maneira diversa dos programas convencionais de atendimento a usuários de drogas, que condicionam o atendimento à abstinência do usuário. Ao aceitar que os usuários continuem usando drogas, acessam um grande número de usuários que não são atendidos pelos métodos tradicionais e interferem apenas no sentido de que esse uso cause sempre menos prejuízos à saúde do usuário e da comunidade em geral.

Um clássico exemplo utilizado por Pat O’Hare⁵³ e descrito por Andrade (1995, p. 31), para explicar o sentido filosófico da redução de danos, é o da criança brincando perigosamente no balanço. Ao invés de balançar a criança torce as cordas do balanço, sentada, e com o peso do seu corpo o balanço desvira rapidamente. Acontece que a criança, ao virar no

⁵³ Pat O’Hare foi um dos responsáveis pela implantação da política de RD no Reino Unido.

balanço, passa com seu rosto muito próximo da barra de ferro que sustenta o balanço. Se a criança for proibida pelo adulto de virar perigosamente no balanço, possivelmente, quando ninguém estiver por perto, vai retornar à brincadeira. Uma atitude de redução de danos seria, ao invés de proibi-la, ensiná-la a encolher a cabeça para que tenha reduzido a possibilidade de causar um “dano” em sua cabeça. Essa é a mesma lógica do cinto de segurança e do capacete utilizado para proteger de danos quem está num veículo em movimento. O ideal é que não ocorra algum acidente, mas, se ocorrer, os riscos de que cause algum dano serão diminuídos.

A tônica central da redução de danos, de não reprimir o uso, mas orientar o usuário para evitar possíveis danos, demanda uma ação educativa que, via de regra, contraria os interesses corporativos e materiais de grupos que se beneficiam economicamente através de políticas de saúde e segurança. Desde o início da Modernidade, o modo de produção capitalista tem utilizado a problemática do uso de drogas como um mecanismo gerador de lucros (BARATA, 1994).

No final da Idade Média e início do Renascimento, o controle social exercido por meios coercitivos como a prisão, os sanatórios, os orfanatos e outras instituições de internação foram largamente reproduzidos por todo o mundo civilizado (FOUCAULT, 1999, e 1997)⁵⁴. Na realidade, o que se objetivava não era resolver o problema, mas esconder o problema entre quatro paredes. Esse modelo gerou um sistema de exploração comercial da demanda de atendimento aos problemas advindos da loucura e do uso de substâncias psicoativas, constituindo uma verdadeira indústria da doença mental, movida muito mais pelos interesses de lucro do que propriamente de saúde pública. É importante compreender a relação dialética que existe entre mercado e consumo em que um lado é ao mesmo tempo determinado e determinante do outro.

A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. [...] A produção engendra, portanto o consumo (MARX, 1974, p. 116).

Por exemplo: o consumo de cigarro gera a implantação de uma indústria de cigarros num primeiro momento. Com o desenvolvimento histórico dessa relação entre produção e consumo, a indústria é que passa a determinar o consumo, a especificidade de cada paladar, cada marca utiliza o desejo subjetivo produzido intencionalmente pelos interesses da indústria. Desta mesma forma, a indústria da internação de usuários de álcool e

⁵⁴ Utilizamos aqui a referência das obras de Foucault no sentido de que elas são clássicas sobre o assunto tratado: *Vigiar e Punir*, sobre a produção histórica da prisão na era moderna e *História da Loucura na Idade Clássica*, sobre a produção histórica dos mecanismos de tratamento dos loucos. Isso não significa que utilizaremos o referencial filosófico do autor, porque esse não é compatível com o referencial adotado nesta pesquisa.

outras drogas, com seus interesses de mercado, passa a determinar a produção social de usuários problemáticos para suprir seus interesses. O “doente” passa a ser visto apenas como um consumidor e os serviços como um produto, tudo tendo em primeiro plano o lucro, que é o objetivo maior de qualquer empresa capitalista, ou no máximo a consolidação de uma possibilidade de trabalho integrado ao mercado.

A mesma reflexão serve para compreender a relação entre a política de guerra às drogas e os usuários de drogas. São formas de comportamento social aparentemente antagônicas, mas que se produzem reciprocamente uma à outra. Um bom exemplo dessa relação dialética entre contrários foi dado por Michael Moore no seu filme “ 11 de setembro”, onde o diretor denuncia a reciprocidade de interesses entre George Bush e Osama Bin Laden. A política imperialista dos Estados Unidos fortalece e justifica os ataques terroristas de Bin Laden e os atentados de Bin Laden fortalecem e justificam os meios, como a guerra e a censura, imposta, por Bush. Essa é uma das estratégias da política de guerra gerada pela necessidade de manutenção do crescimento do capitalismo que, quando não tem para onde crescer, destrói para poder reconstruir. O próprio mercado induz a criação de um imenso aparato militar que interage nas demais esferas sociais provocando a violência social que diz combater.

É o caso do “complexo industrial militar”: um campo de imensa dissipação de riqueza, sustentado pela constante criação de novos “inimigos”, se possível do tamanho da ex-União Soviética. Ou seja, a razão da existência do “complexo industrial militar” não é o militarismo em si, mas a necessidade crescente de destruir riquezas numa sociedade dominada pela expansão do capital (MÉSZÁROS, 1997, p. 151).

O tráfico de drogas é o inimigo maior dos Estados Unidos na América Latina justificando a instalação de um imenso aparato militar que corrompe os poderes locais e produz uma cultura de guerra. A política de guerra às drogas, além de produzir pontualmente algumas situações de guerra, influencia os países do continente a adotarem políticas repressivas que não funcionam, em detrimento de políticas sociais, provocando o acirramento da violência de forma generalizada e um imenso mercado para atender a demanda gerada pela violência.

A indústria da segurança é uma das que mais crescem: cercas elétricas, seguranças pessoais, viaturas, armamentos, sistemas de alarme, monitoramento de imagens, todo tipo de empresas de segurança e uma imensa parafernália que tem um custo alto para quem paga e uma grande lucratividade para as empresas que vendem. A política de guerra às

drogas gera um estado de temor social, como um estado de guerra que reproduz o medo e fortalece os interesses desse mercado.

A crença de que vivemos nesse estado de guerra apodera-se, em especial, das classes médias e altas, que se trancam em condomínios fechados, em prédios de apartamento, com a ilusória sensação de abandonar a insegurança das casas, ou utilizam guaritas e guardas armados, fecham ruas, usam portões eletrônicos. Com isso crescem as fábricas de equipamentos de segurança, alarmes, câmaras de circuito fechado de televisão, enfim, desenvolve-se uma promissora indústria de segurança (COIMBRA, 2003, p. 167).

Existe um mercado imenso de serviços de segurança que cresce mais na medida em que a violência aumenta. A divulgação da violência interessa às empresas do setor, é uma forma de marketing espontâneo, alimentado pelos veículos de comunicação que também exploram a violência como mercadoria.

Os meios de comunicação de massa, desde a década de 1980, passam a dar destaque a personagens ligados ao tráfico de drogas, às disputas que ali ocorrem, às novas e modernas armas, às fugas espetaculares. Figuras como Escadinha, Denis, Meio Quilo, Silvio Maldição, Flávio Negão, Fernandinho Beira-Mar, Maurício VP e muitos outros aparecem constantemente na mídia por meio de imagens mitificadas (COIMBRA, 2002, p. 168 – 169).

A violência passa a ser um produto como qualquer outro do mercado que gera lucros e investimentos. Mas os investimentos não são apenas privados, setores públicos como as polícias: civil, militar, federal e municipal, também dependem da violência para crescerem e se manterem. Esse crescimento é considerado um mérito dos gestores desses serviços. Isso significa que, por exemplo, um oficial da PM, Polícia Militar, que administra uma corporação de um Estado, se conseguir ampliar significativamente os recursos humanos e materiais disponíveis para a polícia, será considerado um bom administrador, podendo ter facilidades para ascender na sua carreira profissional e ser admirado e reconhecido pelos seus pares. Acontece que o aumento dos investimentos na polícia depende, em grande parte, também do aumento das manifestações criminosas, além do aumento relativo da corrupção policial (MISSE, 2002, p. 152). Marx faz uma significativa reflexão sobre esta questão e trata justamente da relação dialética que se cria entre o bandido e a polícia, com relação ao mercado, no qual os dois estão inseridos. A polícia necessita do bandido para justificar seu efetivo e seu crescimento, então, essa mesma polícia, em geral de forma inconsciente, contribui para produção do crime na sociedade. O encarceramento generalizado de grande parte da população pobre, a discriminação social e o desrespeito aos direitos humanos, somente acentuam a violência social.

A cultura da repressão é um produto social que tem na polícia um dos seus principais difusores. Essa cultura vem ganhando espaço nas instituições de poder, nos meios de comunicação e na sociedade em geral, que reflete esses interesses ao solicitar dos políticos, como prioridade pública, o aumento dos investimentos em segurança. E, em todas as instâncias de poder decisório, municipais, estaduais e federais, dos Estados Unidos ao Brasil, essa reivindicação vem sendo rapidamente atendida, aumentando significativamente a fatia dos orçamentos públicos (e privados) investidos em segurança. Um bom exemplo do fortalecimento da cultura da segurança são os salários. Os professores universitários estão sem receber aumento salarial há mais de dez anos. Um professor doutor entra numa Universidade Federal com um salário-base igual ao de um policial federal com apenas o segundo grau. Um professor da Rede Pública Estadual do Mato Grosso do Sul, com nível superior, recebe R\$ 1.300,00 enquanto um policial militar de início de carreira, com nível médio, recebe R\$ 1.400,00. Essa desproporção foi produzida juntamente com a cultura da segurança (ou da insegurança) desde o final dos anos de 1970, quando os professores ainda ganhavam aproximadamente o dobro do que ganhavam os policiais.

A política repressiva e discriminatória dos usuários de drogas tem sua gênese em interesses materiais concretos. No caso das políticas públicas repressivas, que identificam o usuário de drogas com o crime organizado, tal qual em algumas campanhas desenvolvidas pela SENAD, o que efetivamente ocorre é a defesa de interesses corporativos próprios dos setores, que vivem e necessitam da repressão como meio de expansão material.

A droga se converte no grande eixo (moral, religioso, político, e étnico) da reconstrução do inimigo interno, ao mesmo tempo que produz verbas para o capitalismo industrial de guerra. Este modelo bélico produz marcas no poder jurídico e a banalização da morte. Os mortos dessa guerra tem uma extração social comum: são jovens, negros/índios e pobres (BATISTA, 2002, p. 161).

O mesmo ocorre com relação aos setores médicos que defendem a criação indiscriminada de clínicas de internação para usuários de drogas, muitas vezes usuários de maconha, que não necessitam de internação e que, muito pelo contrário, sofrerão grandes prejuízos à sua vida e à sua saúde se forem internados. Oferecem também alternativas medicamentosas ligadas a um poderoso mercado de fármacos que se impõe pelo discurso pseudocientífico de médicos que defendem também interesses corporativos, interligados a uma complexa cultura do consumo e da cura como mercadoria.

É nesse cenário que surgem a demanda e a oferta de drogas. A psiquiatria e a medicina as oferecem em larga escala, num processo de medicalização do sofrimento que também atinge os circuitos subterrâneos das drogas ilegais.

[...] A mediação psicofarmacológica, bem como as drogas ilegais, é que conforta esse novo sujeito pós-moderno. A necessidade disseminada, paralela à criminalização, inscreve a produção e a distribuição de drogas no circuito do comércio e das finanças internacionais (BATISTA, 2002, p. 160).

Quem é o usuário de drogas que se prejudica ou prejudica a outros a ponto de se fazer necessária uma ação de redução de danos? O próprio usuário carrega uma série de representações com relação ao uso de drogas, aos danos que podem causar, ao prazer que podem proporcionar e à rejeição que podem causar. Essas representações não são naturais do indivíduo, mas foram apropriadas por este da cultura humana já existente. É necessário capturar a gênese dessas representações para que se compreenda como aconteceu o processo de ensino e aprendizagem entre esses sujeitos gerando hábitos mais seguros de uso de drogas. O desenvolvimento de hábitos mais seguros inclui a produção de vínculos sociais, comunitários e familiares mais consistentes. A articulação de ações coletivas que objetivam produzir vínculos humanos entre os usuários e os demais membros da comunidade tem sido uma ação concreta dos programas de redução de danos na comunidade. Essa ação tem o caráter educacional e não terapêutico. A redução de danos tem se caracterizado por desenvolver uma intervenção no campo da educação sanitária e da prevenção. Não têm o caráter terapêutico de atender objetivamente um suposto paciente, age na comunidade sempre de forma coletiva, intencional e procurando orientar, informar e modificar hábitos para prevenir possíveis prejuízos à sociedade e à saúde.

Uma das grandes dificuldades em compreender e aceitar os programas de redução de danos é que a idéia de atenção ao usuário de drogas, concebida tecnicamente em algumas instituições tradicionais de pesquisa e atendimento, tem seu foco num suposto paciente que precisa de tratamento individualizado. A abordagem de redução de danos não nega a relevância destas formas de tratamento para alguns casos, mas oferece uma outra compreensão da questão, na qual o usuário de drogas deixa de ser representado como um problemático, distante e solitário e passa a ser compreendido como um cidadão qualquer, como um de nós, que convive cotidianamente com certas formas de risco e está radicalmente inserido nas relações sociais. A terapia individual também é um rico e poderoso mercado que, de alguma forma, cria o consumo, superdimensionando o aspecto patológico do ato de usar drogas, praticamente produzindo socialmente o doente para que possa atendê-lo.

O uso de drogas é uma prerrogativa da cultura humana e a quase totalidade dos membros da sociedade desfrutam dessa prática em busca de prazer. A patologização do uso de drogas é também uma produção social que, na maioria das vezes, não foi produzida com a intenção de resolver o problema, mas sim de defender interesses outros que não os dos

usuários de drogas. Se existem aqueles que adoecem nas suas relações com as drogas esses não são a maioria e, mesmo esses, devem ser objeto de uma intervenção preventiva de saúde pública antes que essa prática se torne danosa. Os programas de saúde que atuam com usuários de drogas, em geral, reproduzem uma concepção de que os usuários de drogas são doentes, inibindo ações preventivas.

O modelo curativo se reflete, inclusive, junto a alguns pesquisadores que fundamentam a redução de danos com a sua produção científica⁵⁵. Esse entendimento é fundamental para que se compreenda o fundamento de uma Política de Redução de Danos e os procedimentos chamados de terapêuticos e de tratamento ou clínico. O atendimento, na prática da redução de danos, não pode ser reduzido a uma intervenção individual ou, muito menos, curativa. A intervenção da redução de danos objetiva, principalmente, a modificação de hábitos coletivos, a produção de uma cultura (mesmo que a prática se dê também na individualidade) e, por não considerar o usuário um doente, não objetiva a cura, mesmo que resulte em processos de cura efetiva.

A compreensão da dimensão educativa de uma instituição pública de atendimento à usuários de drogas, modifica substancialmente a representação que os profissionais nela inseridos têm dos programas que desenvolvem. Citarei a seguir alguns objetivos ilustrativos desta questão, levantados por profissionais de saúde em uma oficina de redução de danos⁵⁶:

- Garantir atendimento de qualidade para usuários de drogas
- Acessar e desenvolver vínculos de confiança com usuários de drogas
- Difundir na comunidade saberes e valores que ampliem as atitudes de respeito aos direitos e à pessoa do usuário de drogas

⁵⁵ Nas principais publicações estudadas sobre redução de danos no Brasil, apenas duas referem-se, ainda que superficialmente, ao aspecto educacional da atividade dos redutores como Woodak (1994, p. 116 – 132) Andrade (1995 p. 31). Todas as demais não abordam o aspecto educativo da prática da RD, (ANDRADE, 2000), (MESQUITA, 2000) (MESQUITA e BASTOS, 1994 e 1999), (CAIAFFA, 2001 e 2002), (BASTOS, 1993), (MARTINS, 2003). Mesquita e Bastos, nas publicações que organizaram: “Drogas e AIDS” e “Trocias de seringas: ciência e debate em saúde pública” publicaram textos de cientistas que pesquisam a prática de redução de danos em seus países: Vester na Holanda, Woodak na Austrália, Lurie nos Estados Unidos, Stimson no Reino Unido, além de outros autores de obras clássicas na área como: Des Jarlais, Friedman, Scheerer, Drucker, O’Hare e outros. Apenas Woodak referiu-se ao processo educativo da RD. Os demais autores não se referiram ao assunto.

⁵⁶ Este exemplo foi retirado de um curso de RD denominado “Integração entre usuários de drogas e profissionais do SUS”, oferecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, em dezembro de 2004, para redutores de danos, profissionais do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, profissionais dos Postos de Saúde, agentes de saúde e técnicos dos Programas de Saúde da Família localizados nas regiões onde os redutores de danos fazem seu trabalho de campo.

- Proporcionar a integração social dos usuários de drogas com a sociedade, a comunidade e seus familiares.
- Desenvolver atividades de integração dos usuários da drogas com a comunidade

Os objetivos aqui selecionados demonstram a dimensão educacional e comunitária da redução de danos. Os procedimentos práticos da redução de danos não são individuais e terapêuticos, são educacionais e se dão no coletivo. Essa diferença de abordagem causa uma disputa por espaços institucionais, financiamento de programas públicos e de fundamentação metodológica.

Os usuários de drogas e a comunidade como partes de um todo são influenciados pela repercussão de saberes e de valores difundidos por essas instituições. O método adotado para o atendimento aos usuários atua para além dos limites internos da instituição e influencia toda a comunidade com o seu saber e sua prática. Em outras palavras a instituição de atendimento reproduz, intencionalmente ou não, modelos de intervenção que difundem valores na comunidade circundante. Nos programas de atendimento aos usuários os conhecimentos científicos mais complexos são apropriados pelo corpo profissional e posteriormente difundidos à comunidade. É preciso compreender “quais teorias” foram apropriadas pelos diferentes programas de atendimento, para que se compreenda como se dá este atendimento e como essa intervenção pública dirigida influencia na formação da comunidade e dos usuários. A complexa produção científica, sobre a questão específica do uso de drogas, é relevante para que se compreenda a gênese dos valores e representações inerentes ao processo de ensino e aprendizagem que se dá entre os redutores de danos e os usuários de drogas.

2.3 – O usuário de drogas como objeto da produção científica

Cada momento histórico, com sua peculiar realidade material e cultural, tem produzido um conhecimento específico sobre o uso de drogas e os danos causados por essa prática. Buscaremos levantar e compreender criticamente como algumas das obras que mais marcaram essa realidade contém valores e conhecimentos que influenciaram e continuam influenciando, tanto as instituições de atendimento, quanto as comunidades e os próprios usuários de drogas. As obras serão abordadas a partir de um núcleo comum e brevemente

analisadas numa perspectiva sócio-histórica, buscando estabelecer uma ligação entre a teoria e as práticas concretas de ensino e aprendizagem.

Não pretendemos fazer um enquadramento dos autores em tendências ou paradigmas estanques do pensamento clássico humano, mas proporcionar uma reflexão preliminar sobre as origens epistemológicas de autores relevantes nas instituições de atenção à usuários de drogas. O objetivo é compreender a identidade e a diversidade existente entre os autores considerados clássicos⁵⁷ sobre o assunto, a partir da crítica aos modelos fragmentados, idealistas ou subjetivistas, que foram produzidos desconsiderando a totalidade histórica na qual estão inseridos.

Alguns autores serão objeto de estudo mais rigoroso de suas obras, de forma a proporcionar reflexões mais profundas sobre seu trabalho. Outros, serão apenas citados brevemente, como forma de demonstração do universo de trabalhos existentes na área, dentro das limitações que este capítulo da tese permite.

Muitos autores têm referências epistemológicas opostas e explicitam isso. Outros não explicitam a posição que a sua obra assume no contexto das lutas concretas e filosóficas que se dão e, por vezes, transitam por correntes distintas e antagônicas de pensamento em uma única obra. Existe nas políticas públicas de drogas, no Brasil, uma divisão explícita entre autores que tratam sobre o tema. Podemos perceber alguns autores que compreendem a problemática a partir, principalmente, de fatores sociais e materiais, enquanto muitos outros buscam justificar suas teses na individualidade. Há estudos de vertentes comportamentais ou positivistas que se antagonizam à Psicanálise. Em algumas obras esses fundamentos estão tão embaralhados que dificultam sobremaneira a identificação de um ou mais referenciais teóricos específicos.

Apenas alguns autores e tendências serão analisados neste texto que não têm por objetivo dar conta do universo da produção sobre o tema, mas, utilizar algumas referências teóricas para compreender, um pouco mais a fundo, as raízes epistemológicas que fundamentam as práticas de atendimento aos usuários de drogas e que difundem valores e hábitos referentes à questão na sociedade.

⁵⁷ Empregamos o conceito de “clássico”, conforme Saviani (1997, p. 18), como a obra que tem caráter permanente, isto é, o que resistiu aos embates do tempo.

2.3.1 – A apropriação do pensamento de José Helias Murad e de outros autores pelo discurso antidrogas

Os que defendem o modelo de “guerra às drogas” (antidrogas) contam com o poder de reprodução, que é o investimento material do Governo dos Estados Unidos. Não existem autores brasileiros que se identificam publicamente com o discurso instituído de guerra às drogas, porque isso geraria uma grande dificuldade de aceitação entre seus pares pesquisadores e leitores. Na realidade o discurso antidrogas tem se sustentado mais por uma reflexão moral que científica, fortalecendo um modelo comum na educação tradicional, conforme o conceito utilizado por Saviani (1997).

Existem autores da segunda metade do século XX, no Brasil, que continuam formando opinião sobre o assunto e produzindo conhecimentos que acentuam a discriminação do usuário, posição que pode fortalecer aspectos da política de guerra às drogas. Içami Tiba (2003 e 1989), chega a afirmar que a melhor maneira de prevenir o uso de drogas, com seu filho, é cheirá-lo disfarçadamente, quando ele chegar em casa para saber se ele usou drogas, é um dos autores mais lidos no país sobre o assunto, principalmente junto a profissionais da Educação. Com mais de 750 mil livros vendidos sua obra é voltada diretamente para os interesses de mercado. Esse autor não cita as fontes do seu estudo, não fundamenta teoricamente o seu trabalho e o seu texto é inteiramente fragmentado misturando todo tipo de informação sobre o assunto, sem qualquer preocupação metodológica. Fala sobre os neurotransmissores cerebrais como determinante da dependência e não acredita na possibilidade do uso de drogas como a maconha com fins apenas de lazer. Reproduzindo uma concepção muitas vezes preconceituosa e estigmatizante dos usuários, a obra de Tiba fortalece a política de guerra às drogas no Brasil.

Podemos citar ainda o psicanalista argentino Eduardo Kalina (1988), que se posiciona contra a redução de danos, afirmando que essa abordagem incentiva o uso de drogas. Estudamos ainda outros autores como Aricó (1988) e Gonçalves (1982), que também não assumem o discurso de guerra às drogas, mas enquadram-se no modelo de reflexão sobre o assunto mais pautado pela moral e menos preocupado com a fundamentação teórica e metodológica. Algumas dessas publicações foram escritas em outro momento histórico, com outros valores e conhecimentos sobre o assunto, num tempo em que a redução de danos ainda não existia concretamente, portanto, ao citarmos esses autores buscamos associar obras que ainda são utilizadas como referência por profissionais que mantêm práticas que favorecem a política de guerra às drogas.

Entre os vários autores que podem ser apropriados pelo discurso de guerra às drogas, José Helias Murad (1982, 1985 e 1994) foi um dos que teve uma grande influência na formação de educadores e outros profissionais, com um enfoque moralista e eclético. Ele também foi Deputado Federal por vários mandatos no Brasil e tem “mais de 80 trabalhos científicos publicados e 500 conferências realizadas sobre drogas” (GONÇALVES, 1982). Sua leitura ainda é utilizada para fundamentar o discurso de criminalização do usuário, tratamento a base de internação, abstinência como única solução e moralização do discurso médico. Esse discurso, amplamente reproduzido na sociedade e em algumas instituições de atendimento, tem como pressuposto básico o abandono do grupo de usuários pelo abstinente, estigmatizando os usuários que não querem parar. “Antes, o abuso de drogas era quase que limitado aos marginais da sociedade, criminosos e prostitutas. Hoje, praticamente ataca em onda avassaladora todas as camadas sociais (MURAD, 1982, p. 204)”.

O autor (MURAD, 1994) confirma conceitos comuns a autores como Du Pont, conhecido por defender os interesses políticos de guerra as drogas adotado pelos Estados Unidos, e Robert Heath que busca compreender os efeitos psicoativos da cannabis induzindo macacos a fumarem maconha e observando seus efeitos físicos e comportamentais. Ambos partem do princípio de que o “prazer” é o elemento essencialmente nocivo relacionado à dependência causada pelas substâncias psicoativas.

As drogas indutoras de dependência têm uma propriedade comum sobre o cérebro, que é a de produzir uma recompensa essencialmente prazerosa. É o que inicialmente induz à ação repetitiva e, com o tempo, à dependência. (...) Essas sensações agradáveis induzem ao que chamamos de “reforço positivo” no cérebro (MURAD, 1994, p. 28).

Da mesma maneira como o autor justifica o uso da droga pelo “reforço positivo”, também justifica as soluções para prevenção e para o tratamento. Uma citação de Carlini (1992) evidencia o ponto de vista equivocado dos autores acima citados:

Estas posturas revelam acima de tudo incompreensão e intolerância para com as dúvidas da juventude. Por exemplo, ainda recentemente (Du Pont, 1987) preconizava reestabelecer o conceito de punição para tratar do assunto abuso de drogas (CARLINI, 1992, p. 52).

A punição é por eles utilizada como um meio educativo, uma forma de ensino numa abordagem comportamental e autoritária. Murad (1985 e 1994) compreende o uso abusivo de drogas fundamentado numa percepção biologicista em que a droga atua diretamente no “neocortex cerebral ou cérebro novo” principalmente entre os jovens porque esses ainda não têm esse órgão suficientemente desenvolvido. O autor cita ainda a existência

de “circuitos cerebrais” ou “terminais químicos e neurotransmissores”, que são modificados pelo contato com as drogas, causando anomalias comportamentais, prejudicando o desenvolvimento psicológico e psicomotor, remetendo a questão do uso de drogas a uma causa eminentemente biológica.

Também menciona uma pesquisa feita com cinco hippies de Londres, demonstrando que seus cérebros tiveram as mesmas modificações que os cérebros dos macacos induzidos ao uso de maconha (MURAD, 1994). Em outra pesquisa estudantes foram induzidos a fumarem oito cigarros de maconha por dia, tornando-se muito distraídos, envolvendo-se em acidentes, etc. Essas pesquisas comportamentais foram amplamente financiadas pelos governos dos Estados Unidos como meio de fundamentar sua política antidrogas.

Outro fundamento utilizado por Murad na sua busca de compreender o fenômeno das drogas na sociedade contemporânea, são as pesquisas realizadas em “países onde as drogas são socialmente aceitas” e citadas na obra: “A Maconha ou a Vida” (MURAD, 1994). Esses estudos afirmam categoricamente que a maconha causa sete vezes mais dependência do que o álcool, reproduzindo pesquisas fundadas em aspectos parciais do uso de drogas, que não servem para explicar a questão.

Atualmente, esses argumentos foram descartados pelos pesquisadores e autores que produzem conhecimento sobre o uso de drogas. Se as idéias de Elias Murad estão fora do meio científico que trata do assunto, elas estão muito presentes no discurso do senso comum e de autoridades que atuam na área. Entre policiais, essa perspectiva é dominante, mas também é bastante comum entre professores, profissionais de saúde e na comunidade em geral.

O interesse político de impor uma política de guerra às drogas na América Latina financia ações que se baseiam em discursos como o de Murad, para se impor como política pública. Sua fundamentação, ora positivista, ora biologicista, ora comportamentalista, reflete uma forma fragmentada de entendimento das ciências sociais. Esse mesmo discurso vai embasar também a existência de uma cultura contrária à implantação dos Programas de Redução de Danos.

Em suas publicações, ele sempre se refere à educação no sentido de prevenir o uso de drogas, principalmente junto a criança e jovens, mas não admite a possibilidade de educar aqueles que já fazem uso de drogas. Murad (1982, 1985 e 1994) não separa, em seus textos, as diferentes formas de uso de drogas como o uso esporádico, o uso por lazer, o uso crônico, e outros. Esta perspectiva sobre a questão inibe as possibilidades de desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem junto a usuários de drogas.

Os argumentos desse grupo de autores que versam sobre o uso de drogas dão sustentação teórica para os grupos contrários às políticas de redução de danos. A grande maioria dos conselhos antidrogas ainda repercute os interesses da política de guerra às drogas, posicionando-se publicamente contra a praticada redução de danos, fundamentados nos autores anteriormente citados.

2.3.2 - O pensamento de Olievenstein e a psicanálise

Seguindo uma tendência pós-moderna, as matrizes teóricas que fundamentam as práticas de redução de danos são bastante variadas, mas algumas se sobressaem às demais. A literatura sobre drogas de base psicanalítica tem sido bastante utilizada no pelos técnicos que atuam na formação dos redutores de danos. Por isso, achamos importante compreender os fundamentos idealistas dessa vertente teórica estudando o principal autor dessa tendência.

Nos anos 1960, surgem psiquiatras que davam aos dependentes químicos uma forma diferenciada de tratamento, com enfoque psicanalítico, identificando na formação da sua psique as origens do processo de dependência e, portanto, construindo as bases para um tratamento específico a ser dispensado a esses pacientes.

O psiquiatra Claude Olievenstein foi um dos precursores dessa vertente epistemológica na Saúde e sistematizou o seu método de tratamento que se transformou em referência de atendimento em todo o mundo. Criou uma teoria sobre a gênese ontológica da formação da personalidade do dependente químico que subsidiou a sua proposta terapêutica chamada de “clínica do toxicômano”. Criou e dirigiu por quase vinte anos a Clínica Marmottan, primeiro hospital para toxicômanos da França, que atendeu mais de vinte mil usuários e se notabilizou mundialmente pela prática adotada e pelos resultados alcançados.

Ainda hoje Olievenstein é uma referência muito presente entre pesquisadores e técnicos que trabalham com dependentes. Obras como *A Vocação do Êxtase* (BITTENCOURT, 1994) e *Drogas e Pós-Modernidade: faces de um tema proscrito* apresentam muitos artigos fundamentados na Psicanálise e têm uma grande importância junto aos profissionais que atuam como formadores nos programas de Redução de Danos e junto aos pesquisadores e profissionais que atuam nas políticas públicas de drogas em geral.

Entre as muitas obras sobre a questão das drogas estudadas neste trabalho, quinze citaram Olievenstein⁵⁸. Por esse motivo faremos um estudo mais detalhado de seu pensamento sobre o assunto e que continua fundamentando e influenciando as políticas de atendimento a usuários de drogas, principalmente o tratamento clínico, seja de internação ou ambulatorial.

Buscaremos os aspectos que mais identificam Olievenstein com os pressupostos freudianos e deixaremos deliberadamente fora do estudo a identificação com outros pressupostos, por um motivo didático relacionado ao tema proposto. Sabemos que o autor, em alguns momentos, chegou mesmo a negar os pressupostos teóricos de Freud.

Para este estudo estudamos as seguintes obras de Olievenstein: *Os Drogados Não São Felizes* (1977), *A Droga, Drogas e Toxicômanos* (1980) e *O Destino do Toxicômano* (1985), esta última onde o autor demonstra mais explicitamente as bases freudianas de sua obra.

Olievenstein (1985) desenvolveu a epistemologia da sua prática clínica, tecendo uma crítica ao modelo de tratamento behaviorista, mais comum até sua época, que atua por meio de reforço positivo e negativo. Ele nega o aspecto positivo e certo de uma leitura objetiva do terapeuta, sobre o comportamento do toxicômano e de sua intervenção, preferindo ancorar sua clínica numa leitura que “tem mais a ver com flutuações, turbulências e turbilhões do que com a queda dos corpos sólidos” (Idem, p. 13). Seu método científico considera mais relevantes os “eventos incertos que ocorrem em tempos também incertos. Se há determinismo, este é apenas relativo e limitado”. A compreensão da questão pressupõe uma complexa e, muitas vezes, incompreensível forma de sentir e lidar com a vida, que envolve o imaginário e a memória afetiva do usuário.

Na sua definição do “toxicômano” não existe somente uma situação objetiva com assépticas incorporações de objetos do conhecimento; o que existe é uma série de situações subjetivas, irredutível às qualificações do behaviorismo comportamental. Mesmo que existam todas as condições para que se produza um indivíduo toxicômano isso pode não acontecer porque existe o lado voluntarista determinante neste processo. Assim, também a clínica não pode se sustentar em um código bem regular como pretende o pragmatismo behaviorista.

Fica assim bem evidente para nós a desqualificação do behaviorismo, que funciona como um serralheiro que pretende a qualquer preço abrir uma porta

⁵⁸ Arico (1998), Baptista (2003), Bucher (1992 e 1991), Charbonneau (1982), Gonçalves (1982), Kalina (1983 e 1988), MacRae (2000), Martins (2004), Murad (1982, 1985 e 1994), Palatinik (2003) e Vergara (2003).

sem fechadura, com uma chave. Pois, se há criação de sentido, não há e nem pode haver desvendamento do sentido latente. Não há e nem pode haver aceitação da lei sócio-familiar, a não ser que se trancafie o indivíduo como em uma verdadeira prisão, e que não se atribua nenhuma importância às suas dores, angústias, feridas e carências (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 22).

Utilizando uma ampla variedade de autores clássicos em suas obras, Olievenstein nega uma referência epistemológica central no seu trabalho, mas, é inegável a importância decisiva que teve Sigmund Freud na produção da sua concepção clínica. Em uma citação de Freud na obra *Destino do Toxicômano* é possível identificar a coluna vertebral da proposta terapêutica de Olievenstein:

[...] Freud ousou formular a hipótese segundo a qual “a substância viva, una e indivisível, antes de ter recebido o princípio de vida, seria dividida... em partículas que desde então procuram se reunir de novo sob a pressão das tendências sexuais (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 131).

Para Olievenstein (1977 e 1985), a formação do toxicômano precede o uso da droga, ela se origina em sua infância, produzida mediante as relações familiares, com um antecedente importante que é a incapacidade do pai em proporcionar prazer sexual para a mãe.

[...] a virilidade do homem é questionada, onde não raramente ele é visto como incapaz de dar prazer à mãe, esquema este que é muito freqüente nos antecedentes familiares do futuro toxicômano (OLIEVENSTEIN, 1985, p.150).

A frustração, primeiramente vivida e posteriormente também imposta pela mãe acaba por determinar o “caráter mau” do filho e o vazio do projeto familiar onde só resta lugar para o consumo⁵⁹. Qualquer tipo de consumo que preencha o negativismo manifestado pela falta.

O conceito metafórico do “espelho quebrado”, retirado por Olievenstein da concepção lacaniana de “estágio do espelho” é fundamental para a formação da identidade do indivíduo, quando a criança se descobre e torna-se capaz de romper a fusão que mantém com a mãe. Na tentativa de reviver ou recriar instantes privilegiados de sua infância, o futuro toxicômano busca no espelho a sua própria descoberta, mas o espelho se parte e reflete uma imagem partida. Essa “ruptura” é o ponto central na formação da personalidade do futuro toxicômano, é uma “falta” que o acompanhará até que ele consiga voltar a crescer rumo à idade adulta. O espelho quebrado em inúmeros pedaços não permite uma concepção de

⁵⁹ Palatnik (1994, p. 120 – 129) num artigo denominado: Quem é a mãe (do) dependente (de drogas)? Aprofunda esse tema e Kalina (1988) também trata sobre o assunto com a mesma abordagem.

completude ou unidade pelo sujeito que, a cada momento, vive uma personalidade sem saber ao certo qual é a sua, pois a sua são todas, cada uma a seu tempo. A clínica deve captar um “movimento” sempre inovador e inesperado dentro dessa diversidade, sem se ater a um único pedaço.

O toxicômano sempre é “um pouco” parecido com alguma coisa [...]: um pouco psicótico, um pouco de maníaco depressivo, um pouco de perverso, um pouco de homossexual, etc. Um pouco mas não exatamente – com variações para cada indivíduo, e para o mesmo indivíduo em cada etapa do atendimento terapêutico (1985, p. 82). A ruptura não se dá em sentido único; antes de tudo, há a nada mais. O sujeito conserva então sua incompletude forçada na idade adulta sendo impossível não viver sua tentação andrógina de possuir e ser possuído, de penetrar e ser penetrado. Atingindo o nível mais profundo da aventura sexual e imaginária, ele encontra o objeto e transforma-se nele, mas só se torna “uno” (vence a falta e a ruptura) no momento etéreo do orgasmo (OLIEVENSTEIN, 1985, p.132).

Para o autor, a falta, a ruptura e a busca do espelho que não unifica, forçam a criança e, posteriormente, o adulto, a buscar outras formas de prazer. A descoberta do próprio corpo é fundamental como forma de alucinar o imaginário e viver a intensidade do prazer quando e como quiser, descobrindo a possibilidade da repetição do prazer e se masturbando exacerbadamente. A masturbação vai adquirir uma importância desproporcional por sua repetição e sua duração de tempo. Assim como a masturbação não é responsável pela loucura, conforme se acreditava na Idade Média, também não origina o toxicômano. Sua prática constitui uma fusão acessível à criança que pode viver no concreto do seu corpo um clímax de prazer em que a angústia do ser despedaçado e da não-identidade anula-se. Clímax este que é “uma verdadeira propedêutica daquilo que mais tarde ela vai fazer com a droga” (OLIEVEINTEIN, 1995, p. 94).

Para Olievenstein, como o prazer sentido é enorme, se comparado a todas as vivências anteriores do futuro toxicômano, preenche apenas por uma fração de tempo o espaço da angústia, da falta ocasionada pela ruptura, da incerteza e da instabilidade. Essa dimensão de prazer é armazenada na memória do indivíduo e projetada no futuro. Da mesma forma que a droga, essa dimensão de prazer vai diminuindo e preenchendo cada vez menos a falta (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 94).

Para ele, a descoberta do prazer diante dos problemas que o precedem toma um caráter desmesurado criando a ilusão de que através dele o indivíduo finalmente encontrou a unidade e suprimiu a falta. Ilusão que muitas vezes repetida e ressentida distorce a sua percepção da realidade, criando um processo ilusório vivido somente na sua intimidade.

Olievenstein afirma que a alucinação da realidade se interioriza no futuro toxicômano, alternando momentos de retorno à realidade ou à lucidez, com as fugas cada vez mais constantes ao imaginário que se alucina igualmente na fuga da dor através da busca pelo prazer imediato. O indivíduo passa a viver no “mundo da lua”, em “outro mundo”, num sistema de verificações exagerado, impossibilitando a convivência com outros parceiros e produzindo uma função rejeitadora de si no meio familiar e social.

Sendo a realidade insuportável, a criança precisa alucinar o imaginário infinitamente mais que outras. E como o tempo vivido também lhe é intolerável, ela alucina durante um período muito mais longo. Até que a droga vai tornar possível o desvendamento daquilo que foi ocultado (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 92).

Esse mesmo prazer torna-se no círculo de relações familiares um inimigo, que vai usar de seus poderes para combatê-lo e suprimi-lo. Essa identidade de insegurança e sofrimento vai sendo construída no seio das relações familiares através de avanços e recuos, violência e carinho, não de forma objetiva e visível, mas por intermédio de um movimento subjetivo, aparentemente imperceptível, mas determinante do futuro comportamento familiar.

O conceito de “idiota da família”, emprestado da obra clássica de Sartre, e empregado por Olievenstein para identificar a gênese do futuro toxicômano nas relações familiares, identifica o toxicômano desde o início de sua infância. Como um “depósito dos lixos familiares”, os problemas, as angústias e tudo que não pode ser explicitado nas relações domésticas, atinge o futuro toxicômano que age como um pára-raio familiar. O idiota da família constitui o próprio narcótico do grupo familiar e quando utiliza narcóticos, o faz para exercer seu papel no lugar que lhe foi designado pelos outros e não para si mesmo.

Na impossibilidade de viver intensamente a normalidade das relações familiares o futuro toxicômano busca prazer num jogo sadomasoquista com os membros da família, que também é uma forma de alucinar a realidade. O jogo é, na realidade, a primeira forma de alucinar o imaginário. Todo jogo tem uma função lúdica, mas aqui, particularmente, o jogo tem uma função coercitiva. Tudo deve se transformar em jogo: os afetos, sentimentos, as leis, seus representantes e representações. O excesso nesse jogo se manifesta nos símbolos que desafiam os valores familiares e sociais. O travestismo, a recusa da realidade escolar e a recusa de crescer vão alimentar o conflito e a não aceitação do outro, no ambiente familiar e onde houver autoridade constituída:

O jogo vai então lembrar na verdade todos os rituais sadomasoquistas: vai-se jogar de fazer a família sofrer, de fugir, assustar, assustar-se. O jogo torna-se racional, intelectual, mas quando porventura atinge com crueldade, o

indivíduo vivencia este episódio como “um teatro” (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 93).

A situação de perversidade passa a ser uma forma de reviver uma espécie de memória da felicidade sentida no passado. Ele joga ao tentar reviver sua completude de criança pequena e anular a ruptura. Não é de surpreender que ele faça durar ao máximo seu lado “um pouco perverso”, única situação de felicidade que conheceu:

Pois é bem próprio da criança perversa poliforma este movimento de alucinar a realidade, em particular através do jogo, de tal modo que ela consiga anulá-la a cada momento (mas só por aquele momento). E é esse exatamente o papel que vai assumir a droga, única a ser capaz de assumir a realidade, única a poder anulá-la. (OLIEVENSTEIN, 1985, p.90).

Olievenstein sustenta que a droga não é a responsável pelo efeito negativo na vida do indivíduo. A droga é apenas o agente que libera, explode e expõe aquilo que vinha sendo desenvolvido de forma velada no interior do indivíduo. Quando acontece o encontro com a droga “há fissão nuclear – está criado o toxicômano” (idem, p. 96). Mutilado pela ruptura que o transforma em muitos cacos do espelho, o indivíduo é e não é, vive e não vive. Transfere a vida para mais tarde exigindo, sempre mais, sensações que sejam imensas e é em seu corpo, e através dele, que vai tentar consegui-las primeiro. O desejo andrógino é parcialmente voluntário e dá-se em uma transgressão organizada, como mais tarde vai sê-lo o gesto de fazer amor a si mesmo injetando na própria veia o produto da seringa.

O autor afirma que a exacerbação do sexo já não cumpre seu papel de preencher relativamente o espaço angustiante deixado pela ruptura, o ego ferido terá que se alimentar também de outras formas, como a droga. Durante a “lua-de-mel” com a droga, o toxicômano vai encontrar-se com Deus, que é ele próprio. Com o tempo de uso contínuo, a droga perderá um pouco de sua intensidade extasiante, não mais satisfazendo sua sede de prazer e o toxicômano vai encontrar, então, a angústia de morte:

De certa forma, se o indivíduo atingisse a angústia de morte, ele se sentiria aliviado: é isso que sente muitas vezes ao multiplicar, antes da droga ou após a “lua de mel”, suas tentativas de suicídio em um crescendo de modalidades de repetição. [...] a pulsão de morte situa-se aqui no mesmo nível, no mesmo lugar que a pulsão sexual: ambas são indispensáveis, mas insuficientes para que se possa definir e criar a completude (OLIEVENSTEIN, 1985, p.146).

Para Olievenstein, a “pequena morte” do orgasmo não reconstitui a unidade e não anula a falta sentida pelo toxicômano, de forma mais acentuada na vivência de uma sexualidade andrógina, transformando-se apenas em parte de um jogo perverso. Assim, também a morte passa a ser parte de um jogo de interesses e sentimentos reprimidos. O jogo

com a morte transforma-se na última tentativa que o indivíduo faz para viver, num esforço final para tornar-se “Um” e não renunciar. O namoro com “Thanatos” torna-se então o motor de uma prática a um só tempo lúdica e trágica misturando atuações suicidas teatrais com um abandono patético e delicioso. Se por um lado o indivíduo avança com agressividade no jogo das relações familiares, a família também avança na consolidação de seus interesses no interior do indivíduo, produzindo um “sentimento de culpa” que pode ser sentido como uma forma imensa de dor. O sentimento de culpa transforma-se em uma forma de interpretação extremamente arcaica do elo familiar obrigatório e torna-se assim um valor em si. Essa culpa, o “idiota da família” vai assumir, pois ele tem o sentimento legítimo de ser o responsável pelos temores e pelo clima decorrente. Em toda a história ele é o mais sincero, o menos egoísta, pois é também o que mais sofre;

[...] o sentimento de culpa afasta-se do sintoma e aproxima-se do instinto. Ele é indecodificável através da interpretação, mas pode ser transformado por um reforço afetivo de certas categorias de defesas egóicas como alternativa para o sistema familiar. Mas a culpa gera ao mesmo tempo o medo e o desejo da punição (...). No sistema familiar, a punição traduz-se na maioria das vezes por algo que é sentido como perda de amor (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 106).

Se até aqui, como demonstra o autor, o toxicômano vive sua própria ausência de sentidos que lhe foram recusados e por isso sofre uma dor profunda e insuportável, é quando ele inicia sua decisão descontínua de viver uma normalidade que o sofrimento lhe será imposto de forma ainda mais intensa. O abandono do antigo padrão de comportamento importa o abandono da possibilidade de alucinar a realidade e o imaginário. O sofrimento anterior, selvagem e formidável, é então substituído por uma forma de sofrimento domesticado. A desintoxicação do toxicômano o leva a um sentimento de angústia revoltada contra si mesmo, sufocado na impossibilidade do retorno ao êxtase sob pena da eternização do sofrimento e da culpa:

O próprio futuro torna-se enfraquecido, no sentido de que dele não se espera muita coisa, a não ser o não retorno a um limiar de sofrimento insuportável. Para os que são estrangeiros a esta experiência, parece ser uma vida pobre, uma vida mesquinha, mas na verdade o significado desta insignificância constitui, apesar de tudo, uma vitória sobre a morte e sobre a loucura capaz de afastar a angústia e o desespero mais resistentes (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 163).

Segundo o autor a clínica do toxicômano não deve objetivar a criação de um novo homem à imagem do terapeuta. É preciso restituir o seu porvir anterior à ruptura, sem alienar o indivíduo de suas vivências ontológicas, buscando restituir a sua unidade dentro da

sua identidade. Esse mesmo indivíduo tenta reintegrar-se na miséria da condição humana, querendo tornar-se um homem comum, reivindicando o direito à normalidade. “Trágica ilusão” pois seu destino é uma nova aventura que muitas vezes fracassa. O fracasso é parte integrante da terapia assim como a tristeza e o sofrimento agora contínuos, sem grandes ápices, mas igualmente severo.

Alternadamente, a memória do prazer vai sendo substituída pela memória da falta e assim cria-se o “tempo” do desintoxicado. Um sentimento de tempo totalmente novo que já não existia em sua memória. Anteriormente só importava o tempo vivido, a adrenalina e o excesso onde o tempo não poderia ser contado na sua eterna descontinuidade, denotando apenas a repetição da perda de si mesmo. Na desintoxicação é preciso re-aprender a sentir o tempo, agora obedecendo a um novo ritmo lento e interminável.

Quer no prazer, quer no terror, não é mais o “tudo, já, agora,” que comanda: o indivíduo já é capaz de obter algumas satisfações, até mesmo afetiva, na espera e no adiamento. Enfrenta outra dimensão do tempo vivido. Aprendendo a esperar, ele aprende igualmente a lei, logo ele que sempre fora um fora-da-lei e agora não pode mais tocar o instrumento inteiramente gasto do seu imaginário (OLIEVENSTEIN, 1985, p. 171).

Para o autor a nova condição de vida do toxicômano o leva a uma rotina na qual não há mais lugar nem para sentimentos enaltecidos de alegria e prazer, mas também não há lugar para uma dor excessiva nem uma angústia insuportável. O indivíduo desintoxicado sabe que a partir desse ponto não é mais possível voltar atrás. Ele está definitivamente em um certo estado, que é diferente do indivíduo intoxicado. Por algum tempo ainda vai acontecer uma espécie de deslocamento da dependência da droga e dos comportamentos excessivos para relação terapêutica. Num segundo momento essa relação é deslocada para a aprendizagem da democracia psíquica. À noite, momento da busca e uso da droga, deixa de ser um inferno da ausência e lentamente vai sendo absorvida com naturalidade e o sono volta a ser comum todos os dias.

Na obra de Olievenstein são comuns os exemplos das pessoas que conseguem se manter como “usuárias recreativas das drogas”, combinando com bastante felicidade uma inserção social, afetiva e libidinal com a tomada de produtos tóxicos trazendo ao indivíduo prazer e revelação.

Olievenstein continua tendo importância decisiva no sentido de colocar em cheque as abordagens do senso comum baseadas em procedimentos religiosos e moralistas, mas tendo em vista o referencial teórico adotado neste trabalho, também não podemos deixar de fazer a crítica a sua posição que tem na sexualidade o aspecto mais importante do

desenvolvimento humano. Os pressupostos psicanalíticos de Olievenstein, apresentados anteriormente, determinam a sexualidade como o centro da formação do toxicômano e excluem as outras determinações históricas e materiais que, por serem mais amplas, podem abarcar os vários determinantes, inclusive os sexuais. Sobre o reducionismo da Psicanálise ao pansexualismo Vigotski diz o seguinte:

[...] a psicanálise se transformava no princípio metafísico de uma série de idéias metafísicas, a psicanálise se transformava em ideologia e a psicologia se transformava em metapsicologia. A psicanálise dispõe de sua própria teoria do conhecimento e de sua própria metafísica, de sua sociologia e de sua matemática. O comunismo, a igreja e a obra de arte de Dostoievski, o ocultismo e a publicidade, o mito e os inventos de Leonardo Da Vinci, não são senão sexo disfarçado e mascarado (VYGOTSKI, 1991, p. 274).

Podemos citar ainda a crítica que faz Vigotski à Psicanálise que separa o inconsciente do consciente ao negar os determinantes sociais e históricos da subjetividade do indivíduo nas relações concretas da sociedade (VIGOTSKI, 2001a, p. 82). Essas reflexões são importantes no sentido de buscar compreender como o autor percebe a possibilidade de uma relação de ensino a aprendizagem com os “toxicômanos e toxicômanas”. Na realidade Olievenstein quase não se refere ao processo educativo dos seus pacientes, pois, os mesmos são levados a recompor, por sua própria conta, os cacos do espelho quebrado. Nesse sentido a ação do médico, curador, não pressupõe uma ação com objetivo específico de proporcionar a internalização de novos conhecimentos e valores culturais pelos “pacientes”. O médico, curador, apenas reflete algumas angústias dos pacientes, sem querer achar nem demonstrar objetivamente algo útil para o “paciente”. Em síntese, o médico, curador, não deve agir sobre o paciente, mas apenas facilitar a sua própria busca de recomposição da personalidade.

Se a questão central da formação do toxicômano é a sua sexualidade e a sua individualidade, é de se esperar que o autor não busque outras soluções em questões materiais como o trabalho, por exemplo. Do ponto de vista da Psicologia Sócio-Histórica, o modelo terapêutico desenvolvido por Olievenstein objetiva apenas uma intervenção no âmbito da individualidade e não associa a libertação do indivíduo a uma forma de libertação social, que se dá na totalidade das relações humanas. Existe um imenso mercado para esse tipo de sentimento centrado na individualidade e na subjetividade, que proporciona uma base material para o crescimento desse tipo de atendimento.

2.3.3 Pragmatismo epidemiológico: prevenindo o HIV/aids e repensando o uso de drogas

O discurso desse grupo tem uma base formada principalmente por epidemiologistas que oferecem uma abordagem referenciada no que Woodak (1999) chamou de “pragmatismo”, na qual a busca de solução para os problemas não pode ser barrada por uma moral infundada ou preconceitos de ordem social. A ciência e as pesquisas, objetivas no campo do controle epidemiológico e médico sanitário, são a principal razão e o fundamento do trabalho. Esse pragmatismo empreendedor consolidou em todo o mundo novas estratégias de atendimento a usuários de drogas e congregou pesquisadores de diferentes vertentes teóricas que podem ser identificados pela sua prática com o grupo denominado por Woodak. Esse grupo teve um crescimento significativo com o advento da epidemia de aids, já que foram esses cientistas os responsáveis pelos fundamentos das políticas públicas que efetivaram o controle da aids junto a usuários de drogas em diferentes países do mundo. Muitas outras vertentes de pensamento se associaram a este grupo compondo, também, ecleticamente, um movimento mundial de redução de danos.

Para a reflexão do presente texto, utilizaremos primeiramente as seguintes obras de Francisco Bastos: *Drogas é Legal: um debate autorizado* (1993); *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos* (1994); *Troca de Seringas: ciência, debate e saúde pública* (1999) e *Redução de Danos e Saúde Coletiva* (2003). No Brasil podemos identificar vários outros autores que participam desse mesmo movimento, tais como: Mesquita (2000 e 2001) Caiaffa (2000 e 2001) e outros autores como Stirson na Inglaterra, Vester na Holanda, Woodak na Austrália, Lurie nos Estados Unidos, além de outros autores de obras clássicas na área como: Des Jarlais, Friedman, Scheerer, Drucker, O'Hare e outros. Alan Marlatt (1999), mesmo não identificando sua obra com esse grupo, pode ser situado como um pragmático na forma de apresentação de sua obra *Redução de Danos: estratégias e práticas para lidar com comportamentos de alto risco*, na qual juntamente com outros autores faz um panorama minucioso da redução de danos. Outros autores são também importantes para fundamentar as ações de RD no Brasil, mesmo escrevendo mais especificamente sobre o uso de drogas e sendo de outras áreas como a Antropologia a Sociologia: Bucher (1991 e 1992), MacRae (2004), Velho (1998) e Zaluar (1994). Mesmo sendo de áreas distintas e com enfoques diferentes, esses autores comungam de uma posição não preconceituosa e voltada para a compreensão científica da problemática do uso de drogas.

Um importante pressuposto dessa corrente é que as drogas são utilizadas por todas as sociedades que se tem notícia e que são historicamente incorporadas na realidade social. “As relações entre os psicoativos e os homens são tão antigas como a crônica da própria humanidade” (MESQUITA E BASTOS, 1994, p. 96). Esta concepção se choca frontalmente com o fundamento das políticas de guerra às drogas, que centram seu discurso na possibilidade de acabar com o consumo de drogas pela humanidade. Outro argumento desse grupo é que o usuário de drogas não necessariamente causa alguma espécie de dano a si mesmo e a sua comunidade. Para eles, os males causados pelo uso de drogas podem ser controlados pelos próprios hábitos culturais de uma sociedade. A não-marginalização e a não-estigmatização dos usuários favorece o aparecimento social de culturas de controle e minimização de efeitos nocivos internamente na comunidade. Citando Froenberg, Bastos (BASTOS, 1994, p. 88), faz a seguinte afirmação:

... A proibição é uma das etapas da aculturação de uma nova substância, etapa que corresponde a ausência de controles sociais endógenos, a ser superada pela progressiva integração dessas substâncias aos costumes locais, quando, então, estas deixam de ser vistas como emblemas distintivos de “subculturas” à margem destas sociedades, e passam a ser objeto da aprovação e das sanções cotidianas, e tornam-se elementos do convívio e dos ritos.

Bastos reconhece no prazer um fator importante para a compreensão do uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, e da aceitação dessa prática sem preconceitos morais ou estigmatizantes. Tomar café, chocolate ou cerveja é também uma atitude gerada pelo prazer, através de “substâncias de gozo/usufruto”. Ele sugere a impossibilidade de prevenir de modo abrangente o uso destas substâncias que geram prazer, mas sugere novas práticas de intervenção:

[...] não no campo de evitamento completo dos usos, mas do desencaixe entre a busca dos prazeres e a compulsão desabusada, ou os riscos dos usos não balizados pelas estratégias (micro) culturais de auto preservação (BASTOS, 1994, p. 87).

A nova compreensão dos motivos e do ato de usar drogas trouxe também um novo entendimento, menos preconceituoso e marginalizante, sobre esse hábito milenar. Surge desse entendimento a nova estratégia de mobilizar os próprios usuários de drogas na defesa e garantia de seus direitos relacionados principalmente à saúde, mas também aos fatores de integração social e direitos humanos.

Com usuários de drogas não é diferente do que ocorre com pessoas vivendo com HIV/AIDS ou deficientes físicos: o caminho da não discriminação e da solidariedade passa tanto por um esforço permanente como por uma reformulação profunda dos valores individuais e sociais [...] Cabe observar que qualquer rotulação transforma uma circunstância ou estado (muitas vezes transitório) em uma característica intrínseca ao sujeito (por exemplo, o conceito de “aidético”), reduzindo-o a um veículo passivo de expressão daquela categoria. Certamente este não é o caminho da redução de qualquer espécie de dano ou da promoção da saúde e do bem-estar (BASTOS, 2003, p. 38).

A necessidade médica imediata do controle epidemiológico sistematizou uma nova compreensão sobre os usuários de drogas, subvertendo um século da produção histórica da marginalização desses atores sociais. A grande contribuição dada por Bastos no enfrentamento da epidemia junto a usuários de drogas, foi sendo desdobrada em outras situações e formas de intervenção. A prática de redução de danos, mesmo sendo uma prática educativa, teve poucos estudiosos voltados para essa dimensão da questão.

Com relação à compreensão do ensino e da aprendizagem como meio de enfrentamento da problemática, Bastos e os demais autores, não abordam objetivamente a questão. O processo educativo fica implícito mediante uma proposta de intervenção pragmática na realidade social, mas não é objeto central de seus debates. Exceção feita aos artigos de Woodak (1994) e Andrade (1995) que tratam especificamente sobre a educação. Woodak apresenta um conjunto de estratégias de educação para saúde, voltadas para a prevenção à aids entre usuários de drogas injetáveis, UDIs e afirma que uma medida isolada não atinge o objetivo. Critica as campanhas educativas que se fundamentam apenas no repasse de informações:

Se pensa que as mudanças de comportamento seriam decorrentes de mudança de atitudes, e estas, por sua vez, tributárias de alterações no âmbito dos conhecimentos. Em realidade esse processo é bastante complexo. Por vezes, a alteração de comportamento ocorre a partir da influência de pares (colegas, amigos...), e determina, por seu turno, mudanças de atitudes e conhecimentos (WOODAK, 1994, p. 117).

São variadas as orientações educativas que esse autor defende que sejam feitas junto aos UDI. As campanhas educativas devem ser orientadas para uma ação comunitária junto aos pares, pois as informações passadas têm um duplo sentido: primeiro junto ao sujeito que recebe diretamente a informação da campanha e segundo, indiretamente, pela via dos pares de uso e outros atores do seu meio comunitário que também tiveram acesso à informação e depois estão repassando aos colegas. Esta é uma estratégia muito utilizada em campanhas preventivas de aids junto a outros grupos sociais como: travestis, homossexuais,

profissionais do sexo e outros, em que o processo educativo tem início nas instituições de saúde e depois ganha autonomia através de lideranças comunitárias que passam a mobilizar todo o grupo no sentido da prevenção. Ele cita várias experiências exitosas de organizações de usuários de drogas que realizam, de forma mais eficiente, ações preventivas à infecção pelo HIV/Aids.

Essas organizações se iniciaram na Holanda e hoje existem em diversos países como os EUA., a Inglaterra e a Austrália. Em alguns desses países, essas organizações fornecem equipamentos de injeção estéril e água sanitária e coletam seringas e agulhas usadas. Oferecem também educação, aconselhamento sobre questões de moradia, problemas jurídicos, e apoio aos UDIs (WOODAK, 1994, p. 127).

As outras estratégias educativas apresentadas por Woodak estão diretamente relacionadas ao trabalho de prevenção ao HIV/Aids. Na realidade, esse grupo de autores que pesquisam e publicam sobre as ações de redução de danos em várias partes do mundo têm em comum o fato de terem iniciado seus trabalhos junto aos programas de prevenção à Aids e reproduzido a perspectiva pragmática inerente a esses programas.

No Brasil a política nacional de redução de danos nasceu inteiramente vinculada ao Programa Nacional de DST/Aids – PN DST/Aids, do qual recebeu influência direta. Não sei se podemos falar em influência teórica, já que os estudos são voltados não para as raízes epistemológicas que sustentam as ações, mas diretamente para as ações.

Essa concepção fica evidente em uma das primeiras publicações sobre a redução de danos no Brasil denominada: Projeto Ajude Brasil: avaliação epidemiológica dos usuários de drogas injetáveis dos projetos de redução de danos apoiados pela CN-DST/Aids, coordenado pela médica epidemiologista Waleska Caiaffa (2001). A publicação, com mais de 340 páginas, não faz referência a alguma teoria que sustentasse a escolha do objeto, do método e instrumentos de coleta e a análise dos dados. O método de coleta é denominado de “captura e recaptura”, apreendido junto a pesquisadores dos Estados Unidos, que Woodak (1994) chamou de “pragmatismo americano”, não apresentando alguma referência filosófica estabelecida que fundamente teoricamente o trabalho. A publicação apresenta os resultados de um estudo multicêntrico realizado em cinco cidades brasileiras junto a usuários de drogas injetáveis, em que foram cruzados dados epidemiológicos com informações colhidas por uma pesquisa qualitativa, evidenciando alguns comportamentos modificados mediante a intervenção dos programas de redução de danos.

Tanto Caiaffa quanto os autores anteriormente citados têm em comum o fato de “fundamentarem” suas pesquisas em dados epidemiológicos. Invariavelmente, os textos são

iniciados através de uma ampla exposição sobre os números da epidemia, com algumas poucas referências à cultura das comunidades investigadas. Os autores evitam as reflexões filosóficas. A introdução do livro anteriormente citado (CAIAFFA, 2001), têm todos os seus parágrafos tomados por uma reflexão voltada para o esclarecimento dos dados quantitativos da epidemia entre os UDI:

Usuários de drogas injetáveis estão sujeitos ao risco de se infectar por outros patógenos diferentes do HIV. Incluindo o vírus da hepatite B (VHB), da hepatite C (VHC), e o vírus humano T-linfotrópico tipos I e II (HTLV). A transmissão é primariamente parental por meio do compartilhamento dos equipamentos de injeção. Estudos recentes têm mostrado que as taxas de soroprevalência destes patógenos são relativamente altas entre os UDI, e estão diretamente correlacionadas com o tempo de uso injetável de drogas. Assim, em UDI que se injetam a 4 ou 5 anos, as taxas de soroprevalência se situam em torno de 85% para o VHC, 77,4% para o VBR, 28% para o HIV e 2,1% para o HTLV (CAIAFFA, 2001, p. 14-15).

A unidade do discurso dos pesquisadores que fundamentaram a implantação e a continuidade dos investimentos nos programas de redução de danos, repercute uma necessidade premente de controlar a epidemia. O controle epidemiológico é anterior à compreensão da realidade social e histórica que determinou toda a questão do uso de drogas. Por esse motivo, quase todos os programas de redução de danos do Brasil continuaram a buscar contatos com usuários de drogas mesmo em locais onde eles não existem, como em algumas cidades do Nordeste. O momento histórico e os investimentos no controle epidemiológico proporcionaram a implantação de mais de 166 programas de redução de danos no Brasil, voltados muito mais para o controle epidemiológico do que para uma política de saúde mais ampla para usuários de drogas.

Essa atuação pragmática dos setores de saúde financiados pela aids ficam evidentes na introdução do livro Troca de Seringas Drogas e Aids (BASTOS e MESQUITA, 1998), onde o então coordenador do Coordenação Nacional DST/AIDS, Pedro Chequer⁶⁰, faz a seguinte afirmação:

Polêmica pela natureza de suas múltiplas interfaces, a troca de seringas no contexto da prevenção é a medida sanitária pragmática que permite acessar de forma eficaz uma população com práticas de risco às infecções de transmissão sanguínea e sexual, em especial ao HIV. Claramente contextualizada no direito constitucional (art. 196), a redução de danos à saúde pelo uso indevido de drogas promove a integração a programas de saúde de uma parcela importante de cidadãos com pouca visibilidade social e sem força de pressão para reivindicar as medidas de proteção[...] (CHEQUER apud BASTOS E MESQUITA, 1998).

⁶⁰ Em 2005, Pedro Chequer voltou a ser o coordenador do Programa Nacional de DST/Aids.

Essa apresentação, mesmo enfatizando o pragmatismo do controle epidemiológico, deixa margem para compreensão de que a política de controle epidemiológico deve ir além da pura troca de seringas e do controle epidemiológico em si, reivindicando medidas de proteção mais amplas.

A exemplo do que ocorreu com outros grupos de maior vulnerabilidade às DST/aids, como os profissionais do sexo, travestis e homossexuais, o programa de controle epidemiológico foi além dos seus limites institucionais e fortaleceu os grupos de usuários de drogas e as condições de vida e atendimento público este grupo. Hoje, em todo o País existe uma ampla rede de usuários e simpatizantes, organizados em associações⁶¹, lutando pelos direitos amplos dos usuários de drogas. Em outras palavras, as políticas de prevenção à aids proporcionaram um amplo processo de organização política de muitos setores sociais que anteriormente estavam marginalizados e, também, transformaram-se num campo aberto nas relações sociais para pesquisas, não apenas epidemiológicas, mas humanas e sociais em geral. Essa política de fortalecimento das redes de usuários e à própria redução de danos, nasceu dos trabalhos desenvolvidos por esse grupo de médicos que buscaram atender a demandas sociais imediatas, que necessitavam de uma ação objetiva.

Toda uma concepção sobre os usuários de drogas vai surgir dessa nova política de Saúde denominada redução de danos, ecoando com outros setores de políticas públicas, para além da questão do controle epidemiológico, notadamente na Saúde Mental responsável pelo atendimento, mas, também, nas áreas da Educação, Assistência Social, Segurança Pública e outras.

Estes autores foram além das necessidades práticas de controle epidemiológico, terapia clínica, direitos humanos e inserção social; suas obras são verdadeiros marcos na formulação de uma nova política de drogas, que vise efetivamente resolver os problema dos danos causados pelo seu uso. Os argumentos produzidos para sustentar as intervenções de controle epidemiológico passam a dialogar com outras áreas da produção de conhecimento como a Antropologia e a Sociologia. Entre os autores brasileiros que realizaram esse diálogo podemos citar, na Antropologia, Velho (1998) e MacRae (1994 e 2000) e na Sociologia, Zaluar (1994). Outros autores, voltados para a Psicologia e a Psicanálise, também influenciaram os rumos das políticas de drogas na área da saúde pública como: Ligia Bittencourt (1994 e 2003) e Marcos Baptista (2003).

⁶¹ ABORDA - Associação Brasileira de RD, RELARD - Associação Latino Americana de RD, REPARE - Associação Paranaense de RD, REDESUL - Rede Sul-Mato-Grossense de RD e dezenas de outras.

No início de 2006, a política pública de redução de danos deixa de ser uma política de controle epidemiológico e passa a ser uma política de saúde mental. Atualmente, a RD está ligada à Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Uma portaria determina o funcionamento da redução de danos nos CAPSad, Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas. Essas instituições estão funcionando em todo o território brasileiro e têm como objetivo encaminhar, atender e tratar usuários de álcool e de outras drogas que necessitem desse tratamento⁶².

O objetivo deste Capítulo foi apreender a realidade histórica e a produção intelectual sobre o tema, identificando, assim, os sujeitos da pesquisa: redutores de danos e usuários de drogas. Temos, então, já definidos o referencial teórico que norteará a pesquisa e o contexto histórico (e epistemológico) onde o processo de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários acontece. Antes da realização da pesquisa qualitativa ainda se faz necessário definirmos o método, os procedimentos e os instrumentos da pesquisa.

⁶² Os redutores de danos e usuários de drogas pesquisados ainda pertencem à antiga política de RD, pois a nova ainda não iniciou seu funcionamento na região. Por isso não aprofundaremos os estudos sobre a nova política de redução de danos nos CAPSad. Mais informações ver MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004) e a PORTARIA No 2.197, de 14 de Outubro de 2004.

O Outro

Como decifrar pictogramas de há dez mil anos
se nem sei decifrar
minha escrita interior?

Interrogo signos dúbios
e suas variações caleidoscópicas
a cada segundo de observação

A verdade essencial
é o descobrimento que me habita
e a cada amanhecer me dá um soco

Por ele sou também observado
com ironia, desprezo e incompreensão.
E assim vivemos, se ao confronto se chama viver,
unidos, impossibilitados de desligamento,
acomodados, adversos,
roídos de infernal curiosidade.

Carlos Drummond de Andrade (1984. p. 29-30).

III MÉTODO DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O usuário de drogas, com seus costumes, suas relações familiares, sua relação econômica de sobrevivência, seu trabalho, sua relação com instituições de saúde, seu comportamento de risco, sua forma de usar drogas e todas as suas demais relações ontogênicas, não acontecem isoladamente. São produzidas a partir do movimento da história humana e se inter-relacionam organicamente com a totalidade. Do mesmo modo, os redutores de danos também possuem uma infinidade de conexões e relações determinantes dos seus hábitos e da sua cultura. A relação de ensino e aprendizagem que esses dois sujeitos desenvolvem durante a prática da redução de danos, somente pode ser apreendida pelo pensamento, na sua forma real, se esses determinantes também forem desvelados e compreendidos.

A necessidade de proceder a uma metodologia de coleta de informações compatível com o referencial teórico adotado, levou-nos a uma série de escolhas como: levantamento de informações preliminares, sujeitos pesquisados, abrangência geográfica da pesquisa, procedimentos e instrumentos de coleta, procedimentos preliminares de sistematização das informações colhidas e categorias de análise. Essas escolhas formaram um roteiro que preparou nossa ida ao campo de forma a guiar todo o processo de levantamento qualitativo de informações e não foi feita aleatoriamente. As decisões que levaram a tais escolhas foram fundamentadas em uma concepção determinada sobre o método da pesquisa empírica.

Reconhecemos a necessidade de articular, na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, um enfoque teórico-prático, valorizando o estudo crítico dos métodos de ensino utilizados na prática. Quando escolhemos como objeto central da tese o “ensino e a aprendizagem”, buscamos objetivamente investigar a metodologia de ensino utilizada na prática da redução de danos. Primeiramente procuramos estudar tal realidade objetiva através de uma sólida fundamentação teórica e metodológica que são instrumento imprescindível para uma pesquisa empírica ancorada no materialismo histórico e dialético. O fundamento teórico deve estar dialeticamente relacionado aos instrumentos e procedimentos metodológicos da coleta de informações empíricas. Duarte faz essa observação citando Oliveira:

É preciso ultrapassar a constatação inicial de que há uma dicotomia entre a teoria proclamada e a prática realizada, indo às raízes do problema que estão na vinculação da prática a uma determinada concepção de mundo, mediada por uma concepção pedagógica, que é, de fato, aquela teoria que guia a prática. Justamente para que as teorias educacionais críticas possam dirigir de forma efetiva a prática dos educadores, é preciso que a própria concepção do que seja uma teoria crítica não se limite ao âmbito dos fundamentos filosóficos, sociológicos e históricos da educação (DUARTE, 1999a, p. 11-12).

A utilização do presente método da pesquisa não tem a pretensão de orientar o que-fazer da prática educativa, como um manual ou uma utopia, mas tem o objetivo de identificar a relação de ensino e aprendizagem real utilizada, e de identificar nela os aspectos alienantes que reproduzem os interesses dominantes. O objetivo do método aqui utilizado não é o de conformar a realidade prática à concepção teórica estudada, mas relacioná-las dialeticamente, de forma a produzir uma crítica a um objeto empírico real e não simplesmente negá-lo. O complexo encadeamento de procedimentos descritos neste capítulo é fruto da exposição dialética da realidade no pensamento, do objeto empírico ao corpo teórico e não visa dar conta de desenvolver uma teoria que oriente a prática pedagógica, mas apenas de demonstrar que é possível e relevante apreender o objeto empírico pelos fundamentos do materialismo histórico e dialético. O método ora apresentado é apenas uma das infinitas formas de se fazer isso.

O objetivo do presente capítulo é situar e apresentar o método que vai fundamentar as escolhas da pesquisa empírica, os procedimentos e instrumentos de levantamento de informações e a organização das categorias empíricas e teóricas no processo de análise. Apresentamos aqui não o método na sua forma final, mas o método em produção. Os fundamentos teóricos do método foram escritos anteriormente e contêm indicações para guiar os passos da pesquisa no futuro. Muitas informações empíricas levantadas durante o desenvolvimento do método são parte do próprio método. Ou seja, são espaços ainda não conhecidos a priori, que somente puderam ser conhecidos depois do contato direto com a realidade mesma. Por isso, o texto às vezes está escrito no presente, caracterizando o pressuposto teórico antes de sua aplicação prática. Quando relatarmos uma característica do método que surgiu como resultado do contato empírico, o texto estará no passado. Assim, mantemos a real demonstração do processo de desenvolvimento de todas as etapas do método, que somente pode ser concluído durante seu desenvolvimento produzido na relação dialética do pensamento com a realidade. Acreditamos que ao deixar propositalmente o texto escrito

nos dois tempos verbais, presente e passado, possibilitamos aos leitores um entendimento mais próximo do método tal qual ele foi desenvolvido.

3.1 O método

Pretendemos compreender como se dá a relação de ensino e aprendizagem entre os redutores de danos e os usuários de drogas. Não como uma abstração idealista que percebe o próprio pensamento como a causa da produção da realidade, ou como a própria realidade, mas como um método de análise que busque a compreensão de um fenômeno específico, como parte indivisível da totalidade concreta das relações humanas, evitando a produção de conhecimentos fragmentados e desconectados da realidade histórica e material que os engendrou. Se a pesquisa tem como objetivo compreender o processo de ensino e aprendizagem na prática da redução de danos, temos que, anteriormente, explicitar o método de pesquisa a ser utilizado desde o seu fundamento teórico até os procedimentos técnicos utilizados para coletar as informações empíricas em conformidade com o referencial teórico adotado:

A pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori. Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 1985, p. 19).

Duas questões centrais podem ser observadas nesta citação retirada do posfácio da segunda edição de O Capital e que são fundamentos metodológicos que pretendemos utilizar também na presente pesquisa. A primeira é captar detalhadamente a matéria que implica na definição do método, na escolha dos procedimentos de coleta e nos critérios de análise das informações, considerando as relações e conexões causais do objeto. A segunda é transpor para o mundo das idéias, através da produção acadêmica, a realidade concreta. Para isso é fundamental que se busque identificar as relações entre o particular, o objeto em si, no caso o processo de ensino e aprendizagem entre os redutores de danos e os usuários de drogas, e a totalidade concreta que dialeticamente o engendrou. A superação da abstratividade do

ponto inicial da pesquisa deve desenvolver-se no sentido de dar concretude à compreensão do objeto estudado.

Em cada caso isolado, a observação empírica deve mostrar nos fatos, e sem nenhuma especulação nem mistificação, a ligação entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade (MARX e ENGELS, 1989, p. 19 e 20).

Os instrumentos e técnicas que irão perquirir a problemática na qual o objeto de pesquisa está inserido devem ser escolhidos com o objetivo de demonstrar o movimento histórico do objeto em si, em relação e conexão causal com a totalidade; mas para que isso seja possível é necessário que se compreenda a realidade concreta e histórica a partir de suas formas mais desenvolvidas e que são também determinantes das características do objeto estudado.

O texto denominado “Método da Economia Política”, desenvolvido por Marx (1974), e utilizado por autores brasileiros vinculados à Pedagogia Histórico-Crítica como: Saviani (2003), Duarte (2000), Gasparin (2002), é a referência central do método adotado por Vygotski (1991), em seu texto, de 1927, O Significado Histórico da Crise da Psicologia. Nesse estudo, Vigotski afirma que “as formas superiores são a chave do entendimento das formas inferiores”, demonstrando que conceitos e categorias de complexidade superior são fundamentos utilizados na compreensão de outros conceitos e categorias inferiores. Com isso, ele afirma que o método científico de compreensão da realidade deve obedecer ao sentido inverso do histórico, que vai sendo produzido do mais simples para o mais complexo.

A afirmação de que as formas superiores determinam sensíveis transformações em todas as outras formas de relações humanas inferiores, como método de interpretação das relações econômicas em qualquer tempo histórico, servem também às outras áreas do conhecimento como por exemplo a Psicologia e a Pedagogia como preconizam Vigotski (1991), Saviani (2003) e Duarte (2000). Essa prerrogativa de iniciar a análise de qualquer objeto das ciências humanas em sua relação constituinte com as formas mais elevadas, mais concretas de sua relação, é o procedimento metodológico adotado neste trabalho. O objeto empírico, já num primeiro momento, é identificado com o todo ao qual pertence ainda de forma precária. No segundo momento busca-se a compreensão do objeto em suas características mais abstratas e simples. Volta-se, então, novamente para a totalidade, agora

enriquecida pela compreensão do objeto específico, que é o empírico estudado primeiramente. A singularidade do objeto, no plano inferior e abstrato, vai contribuir para compreensão da totalidade.

Somente podemos compreender efetivamente uma determinada etapa de desenvolvimento se conhecemos o resultado para o qual se objetiva esse desenvolvimento, a forma final que adota e a maneira com que se dá. Unicamente se trata de transferir em um plano metodológico, categorias e conceitos fundamentais do superior ao inferior.[...] Por exemplo, os conceitos de classe social e de luta de classes se manifestam com toda nitidez quando se analisa o sistema capitalista, porém, também são a chave de todas as formas pré-capitalistas da sociedade (VYGOTSKI, 1982, p. 262).

Marx (1974) cita metaforicamente que: “a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco”, exemplo citado por Vigotsky (1982) e Duarte (2000), para tratar da mesma questão. Essa frase de efeito refere-se ao procedimento metodológico que se deve adotar para compreender as formas inferiores a partir das superiores. Marx cita, como exemplo, a prática comum de, ao se estudar um determinado país, sob o ponto de vista da Economia Política, muitos pesquisadores iniciam pelo estudo da população, que é o aspecto mais visível dessa realidade; porém, ele critica esse procedimento, pois a população a que se refere pode ter várias formas distintas, como classe social e outras divisões. Sua crítica é contra uma perspectiva científica que busca compreender uma dada situação econômica estudando apenas um fragmento como se essa realidade existisse isolada de outros fatores, principalmente os mais complexos e superiores que, de certa forma, são fundamentais para a sua compreensão no contexto social e histórico em que se encontra, como as relações de trabalho, o mercado e o capital, que são formas superiores mais concretas e mais importantes para o entendimento das mais simples a abstratas.

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser. (MARX, 1974, p.127).

O processo de aprendizagem dos usuários de drogas, objeto parcial deste estudo, pressupõe a compreensão do próprio usuário com seus costumes, sua cultura e relações sensoriais imediatas. Compreender esse objeto, à luz do método aqui proposto, significa apreendê-lo dentro de um encadeamento muito mais amplo de motivações sociais, históricas e econômicas. O que a primeira vista parece ser o objeto em si, deve ser analisado

como parte de um complexo todo onde o objeto se situa organicamente⁶³. Visto isoladamente, o uso de drogas por um indivíduo em seu pequeno mundo de relações sensoriais, parece ter o sentido de um processo autodestrutivo do próprio indivíduo, como algo inato ou, como algo motivado apenas por suas relações familiares, ou por seus amigos. Nessa fase, busca-se a gênese histórica do objeto, depois que ele já foi apropriado dentro de suas conexões dominantes.

[...] a pesquisa deve partir da fase mais desenvolvida do objeto investigado para então analisar sua gênese e, depois da análise dessa gênese, retornar ao ponto de partida, isto é, à fase mais evoluída, agora compreendida de forma mais concreta, iluminada pela análise histórica (DUARTE, 2000, p. 102).

O método de compreensão que parte do todo mais evoluído, se empregado na busca de entendimento do processo de ensino aprendizagem que se dá na relação entre os redutores de danos e os usuários de drogas, pode proporcionar o entendimento do objeto em sua essência e não apenas em sua aparência. Para proceder a investigação, numa perspectiva do método proposto, deve-se, num primeiro momento, desvendar qual a forma superior dominante dentre as relações que influenciam esta prática educativa. Numa primeira visão ainda ingênua, essa forma superior ou totalidade aparece de forma precária. Se o ponto de partida é o mais evoluído no universo das relações históricas, isso implica em conhecer as formas mais evoluídas também no que se refere à produção de formas de comportamento saudável dos usuários de drogas, compreender que existe uma complexa rede de interesses materiais capitalistas envolvendo a produção, ou não, de hábitos de uso seguro de drogas, complexas pesquisas realizadas por especialistas em todo o mundo, políticas públicas de saúde e outras práticas informais de saúde⁶⁴.

O ponto de partida é a compreensão do objeto primeiramente como parte de uma totalidade, ainda concebida precariamente, guiada por relações superiores. O segundo procedimento é a apreensão do objeto em sua forma mais simples e abstrata, a relação de ensino e aprendizagem do redutor com o usuário de drogas em si mesma, para então refazer o caminho de volta, passando por inúmeros novos enfoques até chegar novamente ao todo, agora não mais precário, mas consolidado numa compreensão profunda a partir da abstração e da análise realizadas.

⁶³ Num mundo onde o mercado globalizado abarca também as relações ilícitas, o mercado paralelo abrange a venda e o consumo de drogas que movimentam mais de 500 bilhões de dólares ao ano (COGGIOLA, 1997), e o consumo desmedido de coisas é encarnado pelos veículos de comunicação e pela população, em geral, como a própria natureza humana. Na lógica desse contexto, o uso de drogas ilícitas pode ser entendido como uma parte do todo social e não algo fora da sociedade.

⁶⁴ Esta reflexão já foi realizada no capítulo anterior.

Assim, na dialética entre o lógico e o histórico, o pensamento humano analisa a lógica da fase mais desenvolvida do objeto e vai à história para compreender a gênese desse objeto e compreender as fases anteriores desse objeto. Essa análise histórica, por sua vez, aprofunda a compreensão da fase mais desenvolvida, tornando ainda mais rica a reprodução do conceito pelo pensamento, reprodução essa que requer, como vimos, a mediação das abstrações (DUARTE, 2000, p. 106).

A abstração a que se referem Duarte (2000) e Vigotski (1982) é o processo de análise conceitual ou teórico do objeto concreto. Isso significa apreendê-lo em suas relações concretas com o todo e abstrair um entendimento novo, mais profundo e mais complexo. A análise do objeto, a partir da abstração proporcionada por uma forma de conhecimento prévio do sujeito, não significa que se possa conceber o objeto pesquisado e o conhecimento sobre o objeto como a mesma coisa, posto que são distintos. O objeto real percorre seu caminho histórico como parte do mundo real e está previamente interligado a essa totalidade de que falamos de uma forma concreta. Já o caminho percorrido pelo pensamento é outro, devendo compreender as interligações multilaterais que o objeto mantém com a totalidade e com outros objetos específicos, utilizando-se da abstração.

A compreensão crítica sobre o consumo de drogas tem sentido limitado, se for feita apenas sobre a relação do indivíduo com a droga. Fazer a crítica significa apreender o objeto estudado dentro da totalidade concreta para que se possa explicar a sua gênese, no caso a sociedade capitalista que gerou esse tipo de saber: carregado de preconceitos, fragmentado e que naturaliza a questão do uso de drogas como algo inerente ao indivíduo, desconsiderando sua produção histórica.

É importante que não se utilize o método ora proposto de forma mecânica, compreendendo o objeto a partir de sua forma superior, sem que se faça a devida crítica também a essa forma superior numa perspectiva de não neutralidade na disputa pela hegemonia entre o capital e o trabalho. As formas mais desenvolvidas, chamadas de categorias concretas, que são determinantes na compreensão das menos desenvolvidas, chamadas de categorias abstratas, não podem ser analisadas como formas naturalizadas. A devida crítica histórica lhes deve ser imposta para que se garanta ao método coerência com seu fundamento:

Mas essa análise, apoiada na dialética entre o lógico e o histórico, só se realiza de forma verdadeiramente esclarecedora do objeto investigado se for apoiada numa perspectiva crítica, isto é, se for realizada a crítica daquilo que esteja sendo tomado como a forma mais desenvolvida. Se não houver essa perspectiva crítica, a análise histórica torna-se um recurso de legitimação da situação atual, deixando de ser uma forma de compreender melhor as possibilidades de transformação dessa situação (DUARTE, 2000, p. 103).

Muitos são os críticos do materialismo histórico e dialético entre os pesquisadores e profissionais que atuam junto aos usuários de drogas. A visão fragmentada e a-histórica, que “culpa” os indivíduos usuários de drogas pelos problemas que muitos deles representam é uma tendência de pensamento produzida pelo capitalismo. A miséria do mundo, na perspectiva criada pelos interesses do capital, seria causada pela própria incompetência dos indivíduos miseráveis e não pelo processo de reprodução histórica da cultura social com sua forma mais adiantada e predominante que é o modo de produção capitalista. Entendemos que o mundo concreto das relações sociais é o real que deve ser captado no processo empírico de investigação. A apropriação científica da realidade humana carece do fundamento prévio de cada passo, numa inter-relação determinante entre o movimento da apropriação pelo pensamento e o movimento do objeto percorrendo seu caminho histórico.

3.2 Procedimentos da investigação empírica

Entendemos o método como algo muito mais complexo e profundo do que as técnicas de coleta que, muitas vezes, são confundidas ou tratadas como o próprio método, como uma espécie de ritualização da pesquisa em etapas estanques, ou como uma mistificação do formalismo dos projetos. Técnicas de coleta como: “grupos focais”, “entrevista em profundidade”, “observação participante” e muitas outras, passam a ser entendidas metafisicamente como se fossem um método de pesquisa. Frigotto (1994, p. 78) demonstra que muitas instituições de pesquisa em educação reproduzem a perspectiva positivista que separa o sujeito do objeto e a consciência da realidade e confundem técnicas de coleta com método de pesquisa:

A expressão mais clara que tenho para assinalar a dominância das concepções metafísicas na formação dos educadores é que, na concepção dos nossos currículos de graduação e de pós-graduação, há grande ênfase e obrigatoriedade na disciplina de métodos e técnicas de pesquisa. A concepção de que existe possibilidade de ensinar métodos e técnicas alheios a um objeto a ser construído nos indica a origem positivista da organização curricular e do processo de conhecimento (FRIGOTTO, 1994, p. 78).

O materialismo histórico e dialético não é um atributo do pensamento, mas da realidade e não pode ficar amarrado a um conjunto de estratégias, técnicas e instrumentos, totalmente predeterminados, que conformem o objeto a uma coisa que ele não é. Por isso

partimos do entendimento de que o objeto empírico é também determinante dos procedimentos a serem adotados na pesquisa empírica. O ensino e a aprendizagem na prática da redução de danos acontece de uma forma particular e exige, também, procedimentos particulares com potencial de investigação para essa particularidade.

A escolha do procedimento deve ser feita com base nas suas potencialidades de investigação em relação ao objeto. Ao identificar o máximo de procedimentos pode-se, por exclusão, selecionar os mais viáveis. Assim, entre muitos procedimentos levantados somente alguns podem ser escolhidos. A técnica de levantamento da informação não pode ser encontrada a priori, apenas pela reflexão teórica.

Para a investigação empírica, sobre o processo de ensino e aprendizagem entre os redutores de danos e os usuários de drogas, uma pesquisa que levantasse números e porcentagens não teria o menor sentido. Essa reflexão indicou que os instrumentos qualitativos de investigação, nas quais os processos de ensino pudessem ser compreendidos mediante as próprias falas dos redutores e usuários, poderiam contribuir para desvelar em profundidade essa relação. Como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem esses atores teriam uma rica contribuição para a pesquisa no sentido de nos relatar: os conteúdos, o processo, as peculiaridades, os sentimentos e o sentido e o significado que têm em relação ao ensino e à aprendizagem estabelecida por eles. A utilização de instrumentos qualitativos de levantamento de informações são um importante meio de apreender a realidade social:

O objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social, que só se apreende por aproximação, é, conforme Lênin (1955, p. 215), mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela. Pois o pensamento tende a dividir, a separar, a fazer distinção sobre momentos e objetos que se nos apresentam. Se falamos de Saúde ou Doença essas categorias trazem uma carga, histórica, cultural, política e ideológica que não pode ser contida apenas numa forma numérica ou num dado estatístico (MINAYO, 1994).

Mas como seriam os procedimentos e instrumentos de coleta de informações? No início foi estipulado que seriam utilizados três procedimentos e que estes seriam plenamente suficientes para levantar as informações necessárias para a conclusão da análise. Os procedimentos escolhidos foram: primeiramente, os **grupos focais**, depois, as **entrevistas** em profundidade e, por último, um trabalho de **observação em campo**. O contato com a realidade levou a percepção de que tais procedimentos de investigação não dariam conta, sozinhos, de levantar informações suficientes e adequadas ao método proposto. Durante o processo de pesquisa constatou-se a necessidade de um outro procedimento, o **levantamento**

de informações preliminares, e, também, constatou-se que as observações de campo quase não seriam necessárias⁶⁵.

3.2.1 Informações preliminares

O primeiro e o segundo capítulos abordaram alguns aspectos teóricos sobre o ensino e a aprendizagem e a origem histórica de redutores e usuários. Esse foi o primeiro momento do método, quando o objeto é apreendido em sua forma mais evoluída, enquanto o levantamento de informações preliminares busca a gênese histórica e imediata do objeto.

As informações preliminares são parte do segundo movimento do método, buscam compreender as relações imediatas ao objeto estudado. Somente as informações levantados nas falas dos redutores e usuários seria insuficiente para a apreensão do objeto estudado, como particularidade, em relação com o gênero humano. Existem muitas questões determinantes desta particularidade. É importante conhecer suas relações constituintes, suas histórias de vida, sua situação social, cultural, de saúde, educacional, afetiva e, principalmente, suas relações com os programas de redução de danos. Mas isso não pode ser apreendido apenas escutando os sujeitos. É necessário buscar outras fontes de informação para que se monte uma base organizada de informações sobre o objeto. As informações preliminares contemplam essa necessidade compreender o universo das relações sensoriais imediatas dos sujeitos pesquisados.

É ainda necessário identificar os redutores e usuários, não apenas com uma percepção bibliográfica e distante, mas identificando sua forma de vida, suas atividades e sua relação com o seu mundo imediato. Existem muitos documentos e registros dos programas de redução de danos e de outros programas e instituições que contêm informações importantes para entendermos essa relação. As informações preliminares deverão criar um sistema organizado de compreensões sobre as relações imediatas e reais da vida particular dos sujeitos que ensinam e aprendem.

⁶⁵ Mesmo sendo realizadas na fase de sistematização e análise das informações levantadas, muito pouco foi aproveitado das observações em campo, pois, os grupos e as entrevistas bastaram para concluir o aspecto qualitativo da pesquisa empírica. Por isso não foi necessário este quarto procedimento de investigação empírica. O texto que compunha o método e que definia anteriormente esse procedimento foi retirado da presente exposição do método, mas pode ser encontrado nos anexos.

Os temas mais importantes identificados no levantamento preliminar foram: as condições de vida dos pesquisados; as políticas Nacional, Estaduais e Municipais de redução de danos; o recrutamento dos redutores; a formação dos redutores; o trabalho dos redutores; o histórico da redução de danos em cada um dos locais pesquisados, entre outros.

Não existe uma “muralha da China” a separar as informações preliminares das informações colhidas de outras maneiras. Informações do grupo focal podem ser cruzadas com informações preliminares e das entrevistas, e assim por diante. As informações preliminares serão de grande importância no processo de análise da pesquisa, que não deve hierarquizar informações por procedimento. Qualquer informação pode ser usada desde que seja relevante desvelar o objetivo da pesquisa.

Utilizamos como fonte para as informações preliminares os relatórios dos PRDs Ta Legal (2002), Mescla Latina (2003) e Águia Morena (2004). Esses relatórios descrevem detalhadamente as ações desenvolvidas pelos PRDs e os resultados alcançados. Utilizamos ainda registros sobre esses trabalhos como o livro Ta Legal (2002) e o Manual de Redução de Danos, ambos publicados pelo Ministério da Saúde e os Certificados dos cursos, módulos e eventos de redução de danos dos quais participaram os redutores.

3.2.2 Grupos focais

Uma das principais teses de Vigotski, que perpassa toda sua obra, é a de que o desenvolvimento das funções eminentemente humanas tem sua gênese na mediação do outro, da cultura, logo, para captar a gênese das relações de ensino e aprendizagem, o espaço das relações de grupo é um espaço privilegiado. A interatividade entre os participantes pode contribuir mais significativamente do que a entrevista individual. Por isso, os grupos focais podem ser realizados antes das entrevistas.

Um estudo bibliográfico sobre procedimentos para os grupos focais possibilita a compreensão da eficácia e dos limites dessa técnica. É importante esclarecer que as obras estudadas e citadas, que tratam sobre os procedimentos de pesquisa, deverão apenas servir de ponto de referência para o trabalho prático em campo, pois, temos consciência de que seus autores não podem ser utilizados como referência teórica para esta pesquisa, já que seus pressupostos teóricos e metodológicos são incompatíveis com o nosso referencial.

Os procedimentos qualitativos de coleta de dados foram desenvolvidos principalmente por intelectuais e pesquisadores ligados ao pragmatismo americano, tendência dominante nas ciências sociais dos Estados Unidos, com claro viés positivista e, num segundo momento, por pesquisadores que adotam a fenomenologia como referencial teórico. Isso não significa que haja impedimento metodológico para a utilização de técnicas de “grupo focal”, “entrevista semi-estruturada” e “observação participante”, em uma pesquisa fundamentada na perspectiva sócio-histórica. Minayo⁶⁶ (1993) aprofunda essa questão sobre a utilização de procedimentos qualitativos na perspectiva do materialismo histórico e dialético na sua obra *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. A autora faz uma reflexão sobre a utilização dos procedimentos qualitativos numa abordagem marxista:

O quadro teórico de aproximação da totalidade dos processos de saúde/doença, na abordagem marxista “qualitativa” parte das representações sociais em relação dialética com a base material que as informa. Esse ponto de apoio em direção às estruturas se fundamenta na importância do pensamento para a ação e no caráter contraditório, dinâmico e potencialmente transformador do campo ideológico (MINAYO, 1994, p. 85).

Minayo (1994) ainda adverte sobre o equívoco de se utilizar o conceito de “pesquisa qualitativa”, já que esta não é um método ou teoria de pesquisa, mas apenas um procedimento que pode ser utilizado em várias e contraditórias metodologias de pesquisa. É o caso de autores filiados a uma metodologia positivista ou fenomenológica e que utilizam o conceito de qualitativo como uma teoria ou método de pesquisa ao referirem-se à prática de grupos focais ou entrevistas individuais.

Na literatura tradicional sobre grupos focais, Morgan (1988) e Krueger (1988), encontramos uma série de orientações com relação aos procedimentos a serem adotados na organização dos grupos de forma a possibilitar a efetiva captação das informações desejadas e de proporcionar a liberdade de expressão aos participantes. A associação dessas duas formas de encaminhamento nos grupos de discussão favorece a captação de novas qualidades de informações, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre o tema tratado.

⁶⁶ Minayo (1993) demonstra três fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisa: o positivista, a fenomenológico e o materialista histórico e dialético. Este último é concebido pela autora como “o que melhor responde às necessidades metodológicas da pesquisa social”, e que pode utilizar-se da pesquisa qualitativa como um relevante instrumento de investigação. Essa reflexão fica no âmbito dos fundamentos filosóficos e sociológicos da Educação e da Saúde, não apresentando procedimentos ou exemplos da sua utilização prática; por sua vez essa reflexão foi imprescindível para a escolha dos grupos focais e das entrevistas como procedimentos do levantamento empírico.

A entrevista grupal é uma parte importante do repertório de respostas que tem a sua disposição o pesquisador devido a vantagens únicas na hora de oferecer informação em profundidade sobre as necessidades, interesses e preocupações dos participantes [...], desde o seu ponto de vista (KRUEGER, 1988, p. 13).

Uma característica importante dos grupos focais é a sua dinamicidade na obtenção dos dados e a possibilidade de levantar essas informações na dinâmica de suas relações em grupo, ao invés de sua forma individualizada, possibilitando o levantamento que muito pode acrescentar à qualidade das informações acessadas pelas técnicas individualizadas.

Segundo os autores estudados, os grupos focais devem ter entre 6 e 12 participantes, pois, com um número muito pequeno ou muito grande, o trabalho perde o potencial revelador. A duração do grupo não deve exceder uma hora e meia, para não se tornar cansativo. Os participantes devem ser estimulados e guiados a comentar determinados assuntos conforme um pré-roteiro elaborado (ver anexos 1 e 2). O roteiro deve ter como objetivo não inibir as respostas dos participantes e manter o interesse nas discussões, na medida do possível, dentro dos limites do tema pesquisado. A qualidade das informações depende da capacidade do orientador conseguir manter a conversa estimulante e voltada para os objetivos contidos no roteiro. É importante também a anotação de condutas ou questões que não foram verbalizadas pelo coordenador. Um grupo focal piloto é importante para melhorar e corrigir as imperfeições do roteiro. Toda a atividade deve ser gravada e devem ser respeitadas as orientações do Conselho de Ética em Pesquisa, relativas a privacidade, apresentação formal da pesquisa, assinatura do consentimento esclarecido pelos participantes e cadastramento da pesquisa na SISNAD⁶⁷.

Dois grupos focais piloto e uma tentativa com pouca participação foram realizados inicialmente. Um dos trabalhos piloto foi realizado na casa de um usuário no conjunto habitacional Canguru e o outro na sede do PRD Águia Morena, no conjunto das Moreninhas. O grupo focal com os redutores, foi realizado na sede do PRD Águia Morena, no bairro das Moreninhas, em maio de 2005. Foram escolhidos os redutores dos PRD Águia Morena e Tá Legal com mais tempo de trabalho, formação e atividade de campo. Somente um redutor de maior experiência não pôde participar. Com os nomes codificados, demonstraremos brevemente o perfil de cada redutor participante do grupo focal:

⁶⁷ Os procedimentos éticos estão descritos nos anexos.

1- R.M.O. PRD Águia Morena, 22 anos, está concluindo o ensino médio. Ex-usuário de pasta-base, atualmente só usa maconha. É redutor desde setembro de 2002. Participou de trabalhos de formação em prática de campo, no Acre, durante 30 dias; 72 horas de formação no PRD Mescla Latina; 144 horas no seu próprio PRD, além dos cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Saúde, das capacitações de outras áreas públicas e dos seminários e encontros nacionais.

2- R.C.O. PRD Tá Legal, 21 anos e está concluindo o ensino fundamental (EJA). Ex-usuário de mesclado, atualmente só usa maconha. Iniciou sua atividade de redutor como voluntário em Corumbá em 2002. Participou de 72 horas de formação no Mescla Latina e mais 72 no Tá Legal, além dos cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Saúde, das capacitações de outras áreas públicas e dos seminários e encontros nacionais.

3- R.E.A. PRD Águia Morena, 28 anos, cursa o ensino médio (EJA). Nunca foi usuária apenas experimentou algumas vezes. Participou de cursos de formação: 72 horas no Águia Morena e 48 horas no Mescla Latina, além dos cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Saúde, das capacitações de outras áreas públicas e dos seminários e encontros nacionais.

4- R.A.S. PRD Águia Morena, 24 anos, completou o ensino médio. Nunca foi usuária apenas experimentou algumas vezes. Participou de cursos de formação: 48 horas no Águia Morena e 24 horas no Mescla Latina, além dos cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Saúde, das capacitações de outras áreas públicas e dos seminários e encontros nacionais.

5- A.A. PRD Tá Legal, 44 anos e está concluindo o ensino fundamental (EJA). Já foi usuária de pasta-base e continua usando de forma controlada a maconha e o mesclado, além de ter sido presa por tráfico em vários locais, inclusive na Inglaterra. Participou de cursos de formação: 172 horas no PRD Tá Legal; 72 horas no PRD Mescla Latina, além dos cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Saúde, das capacitações de outras áreas públicas e dos seminários e encontros nacionais.

6- R.F.A. PRD Águia Morena, tem 24 anos, formada em Filosofia e é coordenadora do PRD Águia Morena. Nunca foi usuária. Participou de cursos de formação: 48 horas no Tá Legal; 72 horas no Mescla Latina e 144 horas no Águia Morena, além dos cursos promovidos pela Secretaria de Estado de Saúde, das capacitações de outras áreas públicas e dos seminários e encontros nacionais. (OBS: ela

preferiu não se pronunciar com relação as indagações do roteiro, e falou brevemente apenas em uma questão no final).

7- V.O. Voluntário do PRD Tá Legal, tem 21 anos, não terminou o ensino fundamental. Já usou pasta-base e atualmente só usa maconha ou mesclado.

O grupo focal com usuários de drogas foi realizado no início de junho de 2005 também na sede do PRD Águia Morena. Participaram dez usuários de drogas, sete das Moreninhas e 3 do Canguru, recrutados pelos redutores de danos do PRD Águia Morena e do PRD Tá Legal. Dois usuários saíram antes de terminar o trabalho. Um estava visivelmente alcoolizado e chegou a atrapalhar os trabalhos no início, mas depois acompanhou o ritmo dos demais. O atraso da chegada dos usuários do Canguru fez com que alguns usuários das Moreninhas tivessem pressa de terminar logo o trabalho do grupo. Todos os participantes foram ou são usuários de pasta-base, álcool e maconha e apenas um utilizou ou utiliza cocaína injetável. Alguns deles afirmam que pararam com a pasta e estão “só na maconha”, mas na realidade continuam usando “melado” ou mesclado de maconha com pasta, que tem um efeito menos intenso, ou usando pasta ocasionalmente. Apenas um deles cursa o ensino médio, os demais não concluíram o ensino fundamental. Um deles está sem local fixo para morar. Os demais têm moradia, mas somente um tem trabalho com carteira assinada e outro tem um trabalho fixo sem carteira. Os demais fazem bicos para sobreviver. Pelos seus relatos e dos redutores, suas origens familiares são do mesmo grupo econômico que eles, ou seja, trabalhadores subempregados, que vivem numa situação econômica precária, compondo o exército industrial de reserva. Tendo em vista que não conhecíamos o timbre de voz de cada um dos usuários participantes do grupo focal, ficou impossível identificar cada fala. Aproveitamos os conteúdos como falas genéricas sem referência individual à cada uma delas.

3.2.3 Entrevistas individuais

A realização das entrevistas individuais tem o sentido de completar a coleta iniciada através das informações preliminares e dos grupos focais. Questões que alguns

sujeitos pesquisados não abordam no grupo podem ser relatadas com mais facilidade individualmente, completando o trabalho iniciado.

Em investigações qualitativas, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha dos dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. Em todas estas situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (BOGDAN e BIKLEN, 1994, P. 134).

Alguns cuidados devem ser tomados para que a entrevista não seja controlada de forma rígida e prejudique os resultados esperados. Deve-se fazer com que o entrevistado possa contar a sua história, pelas suas próprias palavras. Por outro lado, a entrevista não pode ser muito aberta, perdendo-se dos objetivos propostos. A condução da entrevista possibilita que o entrevistado abra novas reflexões que ainda não haviam sido pensadas pelos pesquisadores, surgindo imprevisíveis categorias de análise. Além dos tópicos apontados no roteiro da entrevista existe uma riqueza de informações e outras indagações que somente poderão ser explicitadas durante o desenvolvimento do trabalho. A condução do trabalho perpassa a ambos, entrevistador e entrevistado, sem que se perca dos objetivos iniciais da investigação, indo e vindo entre as novas informações proporcionadas pelo entrevistado e as indagações contidas no roteiro. Perguntas que podem ser respondidas com um sim, ou um não, devem ser evitadas para não comprometer os resultados qualitativos da investigação, por isso, as questões do roteiro devem representar mais indagações sobre temas abertos do que perguntas rigidamente objetivas.

As entrevistas poderão acontecer em qualquer lugar onde possam encontrar-se os pesquisadores com os redutores e os usuários, desde que se preserve a identidade dos entrevistados e que seja um lugar seguro.

As entrevistas individuais com os redutores de danos foram realizadas em junho de 2005, uma na casa da redutora R.A.A., e outras duas, com R.C.O. e R.M.O. na sede do PRD Águia Morena. As entrevistas com os usuários de drogas U.D.2 e U.D.3 foram realizadas na sede do PRD Águia Morena e com o usuário U.D.1 em sua própria casa, no conjunto habitacional Canguru.

3.2.4 A elaboração dos roteiros⁶⁸

Antes da elaboração final dos roteiros, dos grupos e das entrevistas, foi realizado um “grupo focal piloto”, para verificar possíveis problemas, preparar o pesquisador e adequar os roteiros de entrevistas. Somente depois da leitura e da avaliação prévia dos resultados do trabalho piloto é que o roteiro final foi elaborado.

O roteiro dos grupos focais foi elaborado primeiramente separando três enfoques distintos. O primeiro é mais aberto, conhecer as idéias e as atividades dos participantes sobre a redução de danos na sua vida e deixando aberta a possibilidades mais variadas de respostas. O segundo é mais direcionado para o ensino, no caso dos redutores, e para a aprendizagem, no caso dos usuários de drogas. Já o terceiro enfoque teve um significado diferente para redutores e para usuários. No roteiro dos redutores o enfoque foi sobre a aprendizagem dos usuários; no roteiro dos usuários foi sobre novos hábitos adquiridos com a redução de danos. A idéia central da composição dos roteiros foi direcionar as indagações no objeto da pesquisa, ensino e aprendizagem, evitando uma abordagem mais antropológica da questão.

O roteiro das entrevistas individuais foi elaborado tendo como referência o roteiro dos grupos focais. Uma sistematização prévia do material colhido nos grupos focais serviu de ponto de partida para o roteiro das entrevistas. Algumas categorias já estudadas no primeiro capítulo poderão ser enfocadas, distribuindo as questões de acordo com essas categorias, mas dentro dos limites das argumentações já desenvolvidas nos grupos focais. A limitação da abrangência dos roteiros garante mais objetividade ao método e evita que o estudo passe para uma área mais sociológica ou antropológica do que propriamente a área da educação.

O roteiro das entrevistas foi escrito tendo como base o dos grupos focais, continuando centrado nos aspectos imediatamente relacionados às práticas de ensino e de aprendizagem, desenvolvidas intencionalmente por interesses públicos, que são a base material da redução de danos. As argumentações diretamente relacionadas a aspectos sociológicos e antropológicos de suas vidas são imprescindíveis para a compreensão do objeto no seu desenvolvimento histórico e real. Os roteiros centram suas indagações no objeto estudado, mas os participantes vão além do objeto demonstrando suas conexões causais com o gênero humano.

⁶⁸ Ver anexos.

3.3 Análise das informações qualitativas

Articular todas as categorias de análise formuladas no primeiro capítulo aos roteiros engessaria as possibilidades de expressão reais dos sujeitos pesquisados. Seria como impor conceitos e concepções alheias à realidade pesquisada. A opção foi fazer o primeiro roteiro com perguntas que seriam de fácil entendimento para os entrevistados, possibilitando que esses fossem além da indagação imediata do roteiro e trouxessem novos entendimentos sobre a questão.

O primeiro passo para a análise das informações qualitativas é a sistematização preliminar dos dados. Estudando as próprias falas dos entrevistados é possível criar uma “espinha dorsal”, uma tal disposição das informações que articule uma compreensão de todo. Uma separação por temas mais abordados, categorias empíricas ou por categoria teórica (se surgir essa possibilidade). As categorias empíricas somente serão conhecidas durante o próprio processo de análise. Nesse primeiro momento as categorias empíricas foram levantadas.

O estudo teórico não deve impor concepções e entendimentos, enquadrando a realidade nos seus pressupostos, já que a realidade é que determina o pensamento. A utilização das categorias teóricas na análise deve ser feita com base nas possibilidades de cruzar o entendimento teórico de uma determinada categoria, com a as informações previamente levantadas, com o mínimo de influência das questões teóricas levantadas anteriormente na condução das respostas. Existe aí uma relação dialética entre a realidade objetiva e todo um entendimento teórico do problema que deve ser conduzida nesta lógica dialética entre o concreto vivido e o lógica pensada. Para melhor entendimento, dividimos os procedimentos de análise das informações empírica em três procedimentos:

O **primeiro procedimento** é uma sistematização prévia do material coletado, criando categorias empíricas que formem uma unidade lógica de entendimento sobre o material previamente levantado nas entrevistas. Na realidade, o movimento, nesse primeiro momento, segue o sentido do real, do empírico para o teórico.

O trabalho da análise é a identificação, nas falas dos entrevistados e nas informações prévias, de situações que podem ser entendidas mediante categorias percebidas pelo pesquisador no próprio material coletado.

O pesquisador, que tem como objetivo já previamente estudado as categorias teóricas, identificou a existência de algumas categorias empíricas na sistematização preliminar do material colhido. O roteiro apontou e influenciou a escolha de algumas categorias empíricas levantadas nesse primeiro procedimento de análise.

As categorias (empíricas) levantadas na sistematização preliminar das informações foram:

- Afetividade
- Controle
- Conteúdos
- Mobilização

O **segundo procedimento de análise** é buscar nas informações colhidas empiricamente um entendimento fundamentado nas categorias teóricas. Se o primeiro momento da análise foi uma sistematização preliminar, o segundo ainda não levanta conclusões finais, mas inicia a organização dos fatos empíricos, à luz da teoria formulada. Aqui as categorias do pensamento sócio-histórico subsidiam a criação de uma compreensão organizada e complexa das relações de ensino e aprendizagem. Esse segundo momento da análise fica ainda centrado na compreensão das atividades de ensino e aprendizagem, procurando apreender o objeto real dessa relação pedagógica. É relevante compreender no primeiro momento o que ocorre, de fato, na prática educativa e evitar identificar criticamente o objeto, ainda no primeiro momento. É importante que, antes, o objeto esteja refletido no nosso pensamento, da forma mais real possível, mesmo que apenas em sua forma aparente. É necessário que as categorias teóricas organizem o entendimento da realidade, mas ainda não se sobressaiam a ela.

Essas foram as categorias mais utilizadas nesse segundo procedimento da análise:

- Atividade humana
- Linguagem e pensamento
- Conceitos cotidianos e conceitos científicos
- Ensino e aprendizagem

O **terceiro procedimento de análise** inverteu a relação entre o empírico e o teórico, submetendo o empírico ao teórico, alcançando a compreensão da essência do objeto,

para além de sua aparência. A análise das categorias mais diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem propicia uma crítica ao método de ensino adotado pelos programas de redução de danos.

Até esse ponto a análise ainda se manteve focada nas questões da realidade empírica, proporcionando um entendimento mais voltado para a compreensão das relações de ensino e aprendizagem proporcionadas, de fato, na prática da redução de danos. Nesse terceiro procedimento, busca-se uma radicalização da utilização das categorias teóricas, no sentido de superar a compreensão superficial da prática estudada.

Nesse momento, utilizamos de forma mais intensa as categorias de:

- Alienação e práxis
- Objetivação em-si e para-si
- Sentido e significado

Esse último passo na análise deve ser conclusivo, apresentando uma síntese geral da pesquisa. Sustentamos a tese de que, ao identificar o método de ensino e a aprendizagem real na prática da redução de danos, é possível apreender tanto a relevância desta prática para os usuários de drogas, como o seu aspecto alienante que ao mesmo tempo prejudica os usuários da sociedade como um todo. Tese essa que pode ser comprovada, negada ou ampliada, dependendo dos resultados da pesquisa empírica e da análise das informações.

Os procedimentos da pesquisa empírica e de análise das informações, anteriormente descritos, não podem ser compreendidos como determinações irreversíveis. Todas as orientações de procedimentos e análise podem ser modificadas. Cada uma a seu jeito e a depender dos rumos que tomar o levantamento. Isso significa que esses procedimentos podem ser modificados a qualquer momento se um fato assim o determinar. O caminho aqui traçado guiou a pesquisa e, ao mesmo tempo, foi guiado pelas descobertas empíricas. Quanto à utilização desses procedimentos, da forma específica com que foram desenvolvidos, acreditamos que ele somente sirva para o objeto estudado e para o pesquisador que investigou. Cada pesquisador que buscar desenvolver sua pesquisa empírica, fundamentado nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, deverá encontrar um novo caminho, de acordo com suas necessidades e com o próprio objeto. Queremos com esta afirmação esclarecer que para chegar aos resultados que chegamos poderíamos ter escolhido infinitos outros procedimentos, todos corretos, desde que não contrariassem os pressupostos teóricos adotados. Os procedimentos não são o mais importante, são apenas um instrumento escolhido, dentre muitos outros, e devidamente apropriados pelo método da pesquisa, esse, sim, insubstituível.

“Casas que mal dariam para uma pequena família são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino. Não se pode imaginar profissões mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de renda de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesia não podem adivinhar (LIMA BARRETO, O triste fim de Policarpo Quaresma, 1993, p. 78-79).

IV ENSINO E APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DA REDUÇÃO DE DANOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as informações colhidas sobre o ensino e a aprendizagem na prática da redução de danos. Os capítulos anteriores tiveram o objetivo de fundamentar teoricamente a compreensão do objeto pesquisado e o método de coleta e análise das informações levantadas. Agora, procederemos ao levantamento de informações diretamente na realidade empírica, no mundo real onde se desenvolveu o processo de ensino e aprendizagem.

No primeiro momento, identificaremos uma série de informações preliminares que são de grande importância para podermos situar o objeto nas relações humanas que o cercam e apreendê-los em suas conexões determinantes. Essas informações servem para garantir um entendimento não fragmentado do objeto quando analisarmos as falas e opiniões dos redutores e usuários de drogas que participaram dos grupos focais e das entrevistas. A opinião dos sujeitos pesquisados é de grande importância para identificarmos o processo de ensino e aprendizagem na prática da redução de danos não apenas partindo da subjetividade da fala dos sujeitos pesquisados, mas identificando detalhada e sistematicamente todo esse processo para que este seja apreendido na suas relações determinantes e históricas.

Na segunda parte do capítulo analisaremos o conjunto das informações empíricas, primeiramente buscando uma lógica interna, nas próprias informações levantadas; e num segundo momento utilizando as categorias teóricas fundamentadas na perspectiva sócio-histórica, na Pedagogia Histórico-Crítica e enfim, englobando as duas, no materialismo histórico e dialético.

Ao trabalharmos nesse momento, primeiramente com o objeto empírico, temos como objetivo compreender o método de ensino e aprendizagem utilizado pelos PRDs estudados. A intenção é que, antes que se faça a crítica ao método de ensino utilizado esse método seja compreendido a partir das intenções particulares que produziram a sua existência real.

4.1 Informações preliminares

Procuramos demonstrar as informações preliminares, que contextualizam o objeto da pesquisa, nas suas relações locais e mais imediatamente relacionadas ao objeto estudado. Essas informações preliminares foram colhidas em diferentes fontes. Consideramos, inclusive, algumas publicações como fonte de informações tendo em vista que essas publicações descrevem a realidade pesquisada (PAES, 2002, MINISTÉRIO da SAÚDE 2001 e 2003)). Utilizamos ainda nos finais dos tópicos alguma referência da literatura científica somente para fechar o entendimento de algumas questões.

Também identificamos e relatamos nesse item os fundamentos e as práticas dos consultores que ministraram cursos ou módulos de formação dos redutores. Como os fundamentos pragmáticos, idealistas e até críticos, em alguns momentos, se misturam na lógica dos redutores embasando a sua prática.

Os relatórios e outros registros dos PRDs identificam todo o trabalho de organização dos Programas: o contato com usuários de drogas, a escolha dos redutores, a formação desses redutores, o trabalho de campo desses redutores junto aos usuários e os resultados alcançados. Esses relatórios foram redigidos pelos coordenadores dos PRD em diferentes épocas, tendo como base os registros diários de campo dos redutores e a própria percepção dos coordenadores que o redigiram. Não procuramos utilizar esses registros de forma a demonstrar uma história linear da redução de danos, mas de forma a identificar alguns temas mais relevantes, para a apreensão do objeto.

4.1.1. O uso de drogas na região

A região de fronteira atendida pelo PRD em questão passa por uma situação econômica menos favorável do que as áreas centrais dos países. O Brasil é o mais rico, com melhores condições de saúde pública, trabalho e outras políticas públicas sociais, mas mantém índices de pobreza, marginalidade e exclusão social mais acentuados nas regiões de fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Na Bolívia, a ausência de alternativa de sobrevivência econômica é muito maior nos municípios de fronteira como Puerto Suárez e Puerto Quijarro, do que em Santa Cruz, 600 quilômetros em direção ao centro do país. No Paraguai, os municípios de Pedro Juan Caballero, Capitán Bado e Ypê Jhur vivem um problema de falta de alternativas

econômicas mais acentuado que no restante do país. Tanto no Brasil, como na Bolívia e no Paraguai existe uma concentração da riqueza nas áreas centrais onde ficam as cidades que centralizam o poder político e econômico. Na fronteira com o Paraguai o cultivo da soja está muito presente, mas é uma cultura altamente tecnologizada e ocupa pouca mão-de-obra, fazendo com que as riquezas ali produzidas não fiquem na região. A pecuária extensiva, emprega pouca mão de obra, ocupa áreas imensas e também não contribui efetivamente com o aumento da circulação de riquezas. Na divisa com a Bolívia, além de algumas indústrias como a de cimento e ferro, resta o comércio local e poucas alternativas de trabalho para a maioria da população. Essa realidade econômica favoreceu o crescimento de alternativas de trabalho marginais como a venda de produtos ilegais, o tráfico de drogas e a profissionalização do sexo:

Há nas fronteiras uma grande movimentação de mercadorias legais e ilegais, tráfico de drogas, armas e tráfico de mulheres, gerando um constante fluxo de pessoas, muitas das quais vivem marginalizadas e sem acesso aos serviços sociais ou de saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 16).

Também existem diversas etnias por toda essa região, como Guarani, Nhandeva, Kaiwa, Guato, Melonitas e outros. Mesmo fixando residência fora dos perímetros urbanos, essas populações necessitam do contato direto com a cidade para trabalhar, vendendo frutas e artesanato, fazendo biscates ou mesmo como profissionais do sexo.

Com o aquecimento das relações econômicas proporcionadas pelo MERCOSUL, é cada vez maior o número de caminhões que transitam pela região, o que favorece o aumento de mercado para profissionais do sexo. Também os efetivos militares presentes são relativamente maiores do que nas regiões centrais dos países, favorecendo mais uma vez a existência do sexo como mercadoria (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 16).

A Bolívia é a maior provedora do mercado de cocaína brasileiro e o Paraguai o maior provedor de maconha, segundo O PROJÉTIL (2000), jornal do curso de jornalismo da UFMS. A proximidade com os centros produtores de drogas ilegais e o fato de ser importante rota de tráfico, facilitam o acesso e baixam o custo dessas substâncias. O custo da maconha e da cocaína chega a ser dez a vinte vezes mais barato que nas regiões centrais do Brasil. O número de usuários de drogas é maior que nas áreas centrais do país. Em Corumbá, em um único campo de trabalho com redução de danos, os redutores acessam mais de quinhentos usuários de pasta base todos os meses. Em Campo Grande o número de usuários acessados em um único campo nunca chegou a uma centena. Essa realidade também afeta a realidade das populações da fronteira:

A farta disponibilidade de droga de baixo custo leva a uma concentração de pessoas que são atraídas pela possibilidade de obtenção da droga de modo contínuo, o que leva, como consequência, ao aumento da criminalidade e da população carcerária, que inclui uma proporção importante de estrangeiros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 17).

É nesse contexto que os PRD iniciaram suas atividades acessando usuários, formando alguns usuários para serem redutores e voltando às comunidades para acessar o maior número possível de usuários de drogas, objetivando o controle epidemiológico das DST/aids e a integração social desses cidadãos.

Muitas drogas são utilizadas pelos usuários, como a cocaína, o álcool ou a maconha, mas a mais procurada e utilizada na região é a pasta-base, obtida pelo processamento químico da pasta de coca com diversos reagentes químicos como: ácido sulfúrico, gasolina, querosene, água de bateria, inseticida, etc. Os efeitos da pasta-base para o usuário são similares aos do crack: cada fumada mantém o usuário eufórico por um breve espaço de tempo; ao passar o efeito o usuário sente um desprazer (“nóia”, na gíria), e faz uso novamente; os grupos de uso podem passar noites inteiras, ou mesmo dias, somente fumando sem comer ou dormir. Essa prática causa um grande mal físico ao usuário que, em pouco tempo, perde muito peso e fica vulnerável a uma série de doenças. Socialmente, o usuário de pasta-base é mais vulnerável do que os que usam cocaína inalada. A ansiedade por conseguir a pasta é maior levando muitos usuários a cometerem furtos, delitos ou se deixaram explorar sexualmente para conseguir mais droga (PAES, 2002).

Os usuários acessados na região usam predominantemente pasta-base (*zuca na gíria*) e, somente em alguns casos, usam a cocaína injetável e evitam a pasta. Por causar maior dependência, os usuários de cocaína injetável ao iniciarem o uso da pasta, mais barata e fácil de ser encontrada que a cocaína pura, abandonam o hábito da injeção e passam a consumir predominantemente a pasta. Os usuários de pasta-base passam rapidamente por um processo de isolamento dos antigos vínculos sociais, restringindo seus contatos a pequenos círculos de outros usuários. As relações familiares, o trabalho, a escola e os antigos amigos não-usuários perdem o sentido para o usuário de pasta. Poucos são os usuários de pasta que conseguem manter vínculos positivos de inserção social durante o tempo de uso (PAES, 2002).

Os redutores de danos pesquisados atuam nos PRD Tá Legal e Água Morena, que atualmente desenvolvem atividades apenas em Campo Grande, mas o início do trabalho de redução de danos aconteceu em Corumbá e muito influenciou todo o desenvolvimento dos trabalhos posteriores. Dois redutores de Corumbá estão atualmente trabalhando em Campo Grande e quase todos os redutores de Campo Grande já trabalharam em Corumbá. Apenas um

reductor atuou em Ponta Porã e demais cidades de fronteira com o Paraguai. Procuramos identificar a realidade regional, e não apenas de cada cidade, tendo em vista que as drogas mais consumidas são a pasta-base e a maconha, que têm um preço relativamente mais baixo do que nas demais regiões do País. Existe um padrão de consumo que não se encontra nas outras regiões. Algumas estratégias de redução de danos somente são comuns nessa região, por exemplo, a utilização da maconha como meio de controle sobre o uso da pasta-base. A formação dos redutores na região foi feita em conjunto com redutores de várias cidades. Os coordenadores dos PRD que atuam em Campo Grande também atuaram em Corumbá e Ponta Porã. Por isso, identificamos as práticas de redução de danos pesquisadas como práticas comuns nessa região de fronteira.

4.1.2 Os programas de redução de danos pesquisados

Os procedimentos qualitativos de levantamento de informações foram realizados com redutores de danos e usuários de drogas envolvidos com os PRDs Tá Legal e Águia Morena. As equipes de trabalho participaram de um processo de formação comum, pelos mesmos ministrantes e mantiveram uma unidade na forma de implantar e conduzir os trabalhos de campo e se relacionar com a comunidade.

O PRD Tá Legal foi pioneiro na implantação da redução de danos no Estado e iniciou suas atividades de campo, em março de 2001, em Campo Grande e em Corumbá, concomitantemente. De 2004 em diante, o Tá Legal passou a atuar somente em Campo Grande, mas dois dos seus redutores de Corumbá mudaram-se para Campo Grande. Até março de 2005 esse PRD manteve um trabalho constante e sistemático de formação de redutores, defesa de direitos de usuários de drogas nos mais variados segmentos sociais e formação de outros profissionais de saúde para desenvolverem “redução de danos em serviço”. Segundo relatórios, foram ministrados aproximadamente 300 horas de cursos para: usuários de drogas, redutores de danos, profissionais de políticas públicas e comunidade em geral. A Lei Estadual de Redução de Danos, número 2.404, foi articulada pelo PRD Tá Legal. Esse Programa foi implantado e coordenado pela Ong GASS (Grupo de Apoio e Solidariedade Sul- Mato-Grossense Ação e Prevenção à Aids), formada por quase uma centena de filiados que são pessoas vivendo com HIV/aids. O PRD Tá Legal atuou em diversos campos em alguns bairros da periferia e em alguns bares do centro da cidade.

Por sua vez, o PRD Águia Morena foi criado no início de 2003 já com a intenção de manter um projeto de RD. A implantação dos trabalhos de campo foi orientada pelo então coordenador do Tá Legal, e o processo de formação da equipe foi desenvolvida pelos mesmos ministrantes nos dois PRD. Esse PRD atende a um bairro que compreende um grande conjunto habitacional chamado Moreninhas (I, II e III), que fica a 18 quilômetros do centro de Campo Grande; atua principalmente com usuários de pasta-base que são numerosos e mais necessitados dos serviços de RD no bairro. Desde o início, a equipe do Águia Morena esteve diretamente envolvida nos trabalhos de defesa de direitos e mobilização da comunidade em geral, sobre a necessidade de se adotar, também, uma estratégia de RD para o atendimento a usuários de drogas.

Na realidade, os PRDs Mescla Latina e Teko Say, que atuaram na região de fronteira, também tiveram uma participação direta na formação das equipes e nos encaminhamentos do trabalho de mobilização e defesa de direitos, mas suas equipes e suas comunidades acessadas não foram entrevistadas nem participaram dos grupos focais, porque estes PRDs estão atualmente sem atividade.

4.1.3 A formação e o trabalho dos redutores

Os redutores de danos são profissionais especialmente contratados, por organizações não-governamentais ou pelo SUS, para realizarem o trabalho de redução de danos junto a usuários de drogas. Seu trabalho consiste em abordar grupos de usuários de drogas nas próprias comunidades, rompendo a passividade dos organismos de Saúde que adotam somente uma prática curativa, esperando o adoecimento do “paciente” para que esse seja tratado. A RD representa uma alternativa a esse modelo de política de saúde e tem como principal objetivo prevenir os usuários de drogas contra possíveis males causados pelo uso dessas substâncias. A RD orienta a execução de ações para prevenção das conseqüências danosas à saúde que decorrem do uso de drogas, sem, necessariamente, interferir na oferta ou no consumo (MIISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 11).

A grande maioria dos redutores, no Brasil, foi abordada primeiramente por profissionais de Saúde e, também, são, ou foram, usuários de drogas. Por serem oriundos da mesma realidade socioeconômica e cultural dos usuários de drogas, os redutores possuem

uma identidade de valores e de linguagens com os usuários, o que muito facilita o acesso e a comunicação com os usuários (PAES, 2002). Essa política de contratação de usuários e ex-usuários para trabalharem como redutores de danos foi implementada por organizações não-governamentais, tendo em vista a mobilidade e desburocratização de suas organizações. Quase todos os PRDs iniciaram suas atividades através do trabalho de ONGs financiadas pelo Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, através de envio de projeto mediante edital publicado. Os PRDs citados elaboraram projetos e implantaram a redução de danos.

As atividades dos PRD foram iniciadas por técnicos dessas instituições, juntamente com profissionais de Saúde vinculados ao SUS, que fazem uma série de contatos com usuários e ex-usuários para que estes participem de eventos, encontros e cursos sobre redução de danos. A permanência da participação dos redutores nesses eventos era um fator determinante na sua futura contratação como redutor. Além dos cursos específicos sobre a redução de danos, os futuros redutores eram convidados também a participar de capacitações em outras áreas como: saúde em geral, direitos humanos, prevenção à DST/aids e programas sociais. O PRD Tá Legal formou nove redutores em Corumbá, cinco que foram escolhidos nas comunidades de usuários de drogas e três porque eram agentes de saúde que já mantinham um vínculo de trabalho com essas comunidades. Em Campo Grande, o PRD Tá Legal chegou a contratar, durante os três anos, doze redutores, alguns por um tempo determinado. Dos três que participaram das entrevistas, dois deles (um de Campo Grande e outro de Corumbá) estão desde o início na equipe (2001); o outro de Corumbá entrou depois (2003).

Dos cinco redutores entrevistados do projeto Águia Morena, dois estão desde o início (2002) e três entraram depois (2004). A escolha dos redutores foi feita a partir de algumas visitas da coordenação na comunidade, buscando identificar usuários de drogas que pudessem participar dos cursos de formação.

Os projetos financiados pelo PN DST/AIDS incluem um percentual para a formação e capacitação de redutores e de outros profissionais que realizam atendimento à usuários de drogas. Cada PRD executou, no mínimo, dois cursos anuais de formação, de 24 e 30 horas cada um, trazendo um ministrante de outro estado. Como os PRDs trabalhavam articulados, os redutores participavam dos cursos do seu PRD e, também, dos outros programas, gerando uma carga horária bastante elevada.

Os cursos de formação eram dados em módulos. O primeiro módulo tratava genericamente do tema e iniciava uma reflexão mais aprofundada sobre as dificuldades das abordagens calcadas na abstinência, demonstrando cientificamente, a relevância da redução

de danos. Os primeiros cursos de formação aconteceram sem os usuários, voltados para técnicos de saúde e pessoal das ONGs interessadas. Foram justamente esses profissionais das ONGs que elaboraram o projeto do PRD Tá Legal.

Em março de 2001, realizou-se o primeiro curso com a participação de usuários de drogas convidados que futuramente seriam redutores. O curso foi o primeiro módulo de uma atividade que seria desenvolvida bimestralmente, ora em Campo Grande e ora em Corumbá.

Esse primeiro módulo teve duração de 24 horas e foi ministrado pela psicóloga Mirtha Sudbrac⁶⁹, que era então coordenadora do PRD de Porto Alegre, o maior e mais estruturado do país, na época. O objetivo do curso era sensibilizar profissionais que atuavam na prevenção das DST/aids em ações de redução de danos, conforme o certificado do curso. Mirtha fundamentou a importância de uma política pública de redução de danos. Foram então convidados seis usuários de drogas entre os 4 futuros redutores de danos. Mirtha voltaria para um novo curso em 2002, direcionado mais diretamente para os redutores, do qual participaram equipes de redução de danos de 12 cidades do Estado, organizado pelo PRD Mescla Latina, com a participação dos redutores do Tá Legal e do Águia Morena que ainda não tinha sido contratados. O tema trabalhado foi o funcionamento dos PRDs e a relação com o SUS. (conforme certificados).

O primeiro curso organizado pelo PRD Tá Legal foi em maio de 2001, com a participação de seis pessoas da equipe de Corumbá e oito de Campo Grande, além de profissionais que atendem aos programas de controle às DST/aids e convidados de outras ONGs. O curso de 32 horas teve 24 horas ministradas por Domiciano Siqueira e oito horas pelo coordenador do PRD. Domiciano⁷⁰ faz o que ele chama de “desconstrução” dos valores preconceituosos ainda arraigados nas pessoas. Esse ministrante trabalha sempre utilizando de dinâmicas de grupo que caracterizem uma situação lúdica e, sobre essa base inicial, ele organiza um debate final para questionar as concepções preconceituosas e discriminadoras com relação aos usuários de drogas. Durante as dinâmicas, Domiciano usa uma mala cheia de objetos, cuidadosamente organizados, para sensibilizar e mobilizar os participantes no sentido de “desconstruírem” os preconceitos e engajarem-se em atividades de redução de danos. Os

⁶⁹ Mirtha é psicóloga, doutora pela Sorbone, consultora do P.N. DST/AIDS e atua com instituições internacionais de prevenção à aids.

⁷⁰ Domiciano Siqueira foi um dos pioneiros no PRD de Porto Alegre e depois passou a desenvolver capacitações para profissionais de saúde e redutores de danos nas mais diferentes cidades brasileiras, contratado pelos PRDs não-governamentais. Foi o Fundador da ABORDA – Associação Brasileira de RD e, em 2005, foi eleito pela segunda vez presidente dessa Associação. É autodidata e não fez um curso superior por opção.

conteúdos objetivos relacionados à prevenção das DST/aids, dependência e direitos humanos, são tratados sempre ao final das dinâmicas depois de estimulados pela participação lúdica. Segundo Domiciano, esses “conteúdos” devem ser trazidos pelos próprios participantes por meio da sua subjetividade, não levando nada pronto. Dificilmente esse ministrante utiliza textos como recurso pedagógico alegando que estes impõem uma visão de mundo artificial aos participantes, impossibilitando o contato fundamental com a verdadeira sensibilidade de cada um. Quando utiliza vídeos, estes são voltados não para o ensino de determinado conteúdo, mas para sensibilizar os participantes a debaterem questões mais subjetivas. A subjetividade é a tônica das suas atividades e os temas objetivos são tratados aleatoriamente, dependendo do direcionamento dado pelos participantes. Entre os autores citados por Domiciano estão Gatarri, Borrohugs e Freud. Uma de suas dinâmicas (repetidas pelo menos três vezes) caracterizava as pessoas que têm mais estudos como sendo não-sinceras, enquanto aquelas que possuem menos estudo seriam as mais sinceras. Ao final, depois que a platéia era dividida entre aqueles que estudam e os que não estudam, a própria platéia era conduzida à afirmação dessa “verdade”: de que o estudo torna as pessoas mais corrompidas pela realidade e, por isso mesmo, menos sinceras e autênticas.

O fato de realizar os cursos para redutores junto com profissionais do SUS, que trabalham com DST/aids, resultava em grande troca de informações com os profissionais trazendo conhecimentos específicos da área, e os usuários de drogas conhecimentos sobre os hábitos e a cultura dos grupos de usuários. Esse encontro de duas realidades distintas muito enriquecia a ambos, aos profissionais do SUS uma abordagem mais realista junto aos usuários de drogas e possibilitando aos redutores, mais conhecimentos sobre os meios de prevenção às DST/aids.

Os cursos do Domiciano tiveram um grande poder sensibilizador, mantendo um elevado nível de interesse dos participantes, que sempre se mobilizavam solicitando sua volta à região, o que aconteceu por pelo menos oito vezes em Campo Grande (três para o PRD Tá Legal, duas para o PRD Águia Morena e quatro para a Coordenação Estadual DST/AIDS) e cinco em Corumbá durante o período estudado, de 2000 ao primeiro semestre de 2005. Durante os anos em que ele ministrou os cursos, manteve o mesmo padrão de trabalho, realizando as dinâmicas como meio de debater determinados conteúdos, sempre em função dos argumentos apresentados pelo grupo. Em alguns casos, orientou os participantes para a elaboração de projetos de RD.

A psicóloga Sandra Batista, então presidente da Rede Latino-Americana de Redução de Danos, RELARD, esteve durante três vezes participando de cursos e eventos

sobre RD no Estado, enfocando, principalmente, a questão de direitos humanos e políticas públicas voltadas para os usuários de drogas. Outros especialistas de âmbito nacional também participaram dos cursos de formação de redutores como: Tarcísio Andrade (uma vez), doutor em Psiquiatria e coordenador do Centro de Atendimento Álcool e Drogas da Universidade Federal da Bahia; Marcelo Campos (duas vezes), médico Epidemiologista e ex-presidente da ABORDA, Associação Brasileira de RD e a psicóloga Mirtha Sudbrac retornou mais duas vezes. Todos ministraram suas aulas durante encontros maiores, organizados pelo Projeto Mescla Latina, cujo enfoque ia além de reflexões teóricas e metodológicas sobre a RD. O planejamento, os objetivos, as atividades e as estratégias que seriam desenvolvidas pelas equipes de RD eram submetidas à sua argumentação, após serem apresentadas em plenárias pelas equipes. Esses eventos do PRD Mescla Latina reuniam redutores de danos de todos os PRDs do Estado, na época em torno de 13 a 16, atuando em 13 cidades, com uma carga horária de 24 horas. Os especialistas de outras regiões faziam uma apresentação de 6 horas sobre seus estudos e no restante do tempo participavam como consultores, avaliando e planejando, junto com as equipes, as ações de RD. Esses ministrantes tinham em comum o fato de não apontarem objetivamente um modelo de trabalho de redução de danos em campo, limitando-se a analisar criticamente os relatos dos trabalhos e os planejamentos das equipes.

Muitos outros eventos tiveram importância na formação dos redutores. Os cursos e eventos sobre prevenção às DST/aids, oferecidos pelas Coordenações Estadual e Municipal de DST/Aids e por outras ONGs eram voltados para outros grupos sociais considerados mais vulneráveis às doenças infecto-contagiosas. Durante essas atividades, os redutores podiam integrar seus trabalhos voltados especificamente para usuários de drogas, com outros grupos também abordados pelas políticas de prevenção às DST/aids do Ministério da Saúde: travestis, homossexuais, profissionais do sexo e outros.

Segundo os relatórios dos PRDs Mescla Latina e Águia Morena, entre 2002 e 2004, os redutores participaram sistematicamente de congressos, conferências, encontros e cursos voltados para os direitos da criança e do adolescente, de assistência social, de meio ambiente e de segurança pública, visando ampliar conhecimentos e proporcionar contato com pessoas e instituições que pudessem suprir demandas dos usuários de drogas. Também nos cursos e encontros de RD foram convidados representantes de diferentes políticas públicas com o mesmo objetivo. Esses representantes demonstraram o funcionamento dos serviços como: segurança alimentar; imunização contra hepatite; Projeto Sentinela (que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual); direitos humanos e assessoria

jurídica; tratamento de dependência química; atendimento geral do SUS nas Unidades Básicas de Saúde e Programas de Saúde da Família e Hospital-Dia (Relatórios dos PRD).

Outra forma de capacitação bastante mencionada nos relatórios dos três PRDs foram os eventos de âmbito nacional sobre redução de danos e prevenção às DST/aids. Esses eventos foram promovidos por instituições governamentais e não-governamentais que atuam com prevenção às DST/aids. Em geral, são constituídos de um momento mais acadêmico para apresentar e debater teoricamente a questão da prevenção às DST/aids. Em outros momentos mais práticos eram encaminhadas questões, e realizadas avaliações e planejamentos das estratégias de trabalho. Durante o período estudado, foram feitas pelo menos 22 viagens de integrantes do PRD Tá Legal e 20 do PRD Águia Morena, para outros estados.

Em Campo Grande aconteceram também, nesse período, dois grandes eventos de âmbito nacional. Em julho de 2004, o “Seminário Latino Americano de Políticas Públicas sobre Drogas”, com a participação nas mesas de debates com 23 convidados de outros estados e 4 convidados de outros países (Bolívia, Paraguai, Uruguai e Holanda). Os temas debatidos versaram sobre as políticas públicas que atendem usuários de drogas numa abordagem da redução de danos, já que os organizadores e os convidados trabalham com a RD. Foram 28 horas de apresentações e estudos em grupo e, ao final foi, sintetizada uma proposta de Política Pública sobre Drogas, entregue formalmente para representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do Governador do Estado de MS e de representantes governamentais do Uruguai, Paraguai, e Bolívia. Todos os redutores participaram do evento que ainda contou com a participação de alguns usuários de drogas atendidos nos PRDs, que criaram solenemente, na presença das autoridades, a Rede Sul-Mato-Grossense de Usuários de Drogas, com o apoio de participantes da Rede Brasileira de Usuários de Drogas que participavam do evento. Além dos redutores do Estado estiveram presentes dezenas de redutores de outros Estados.

Em março de 2005, foi realizado em Campo Grande o 5º Encontro Nacional de Redutores de Danos da ABORDA, com a participação de aproximadamente 100 especialistas e redutores de danos de todos os Estados do Brasil. O evento teve carga horária de 24 horas com a participação de redutores de Campo Grande.

O processo de formação dos redutores não tem uma proposta definida nacionalmente e registrada na literatura. O Ministério da Saúde (2001) publicou um livro intitulado: Manual de Redução de Danos, que aponta os objetivos, a relevância e várias outras questões sobre a prática de RD, mas não define uma prática de formação de redutores. O livro faz menção à Educação no item: “Informação, educação e comunicação: cuidado com o

telefone sem fio”. Nesse texto, de apenas três páginas, a Educação é considerada como uma parte do processo de comunicação, “cabe-nos aqui discutir a relação entre informação, educação e comunicação...” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, P. 33), A educação fica como intermediária entre a informação e a comunicação, nas raras vezes em que é citada. Mais adiante, o mesmo texto utiliza novamente o conceito de educação, ainda sem fazer referência ao processo de formação de redutores de danos:

A educação preventiva no âmbito da saúde tem como objetivo central contribuir para que os sujeitos adotem comportamentos mais seguros e, portanto, sejam capazes de reconhecerem a si e aos seus pares em situações que fazem parte de sua experiência concreta de vida e que oferecem riscos e danos a saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, P. 35).

Mais adiante no mesmo texto:

As propostas educativas também devem se fundamentar nos valores que fazem parte do universo cultural dos UDI. Muitas vezes – em razão da sua inserção sócio-cultural -, a única identidade possível é sua condição de usuário de drogas e, se a proposta educativa desconsiderar essa identidade, a probabilidade de o sujeito incorporar os seus conteúdos é bastante restrita (idem, 2001, p. 35-36).

O processo educativo é visto como um processo de comunicação que atinge diretamente os usuários de drogas sem a menção de como esse processo se dá anteriormente com os redutores. Com relação a uma possível metodologia de ensino, a publicação afirma o seguinte:

Do ponto de vista da tecnologia educacional, o treinamento de equipes de PRD tem sido aprimorado. Atualmente, são utilizadas aulas expositivas, leitura e discussão de textos e materiais instrucionais audiovisuais, com ênfase para o uso de vídeo, emprego da técnica de oficina de trabalho, dramatização e muita prática supervisionada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 71).

Não existe a pretensão de produzir um método de ensino, mas apenas buscar soluções pragmáticas conforme necessidades imediatas, desconsiderando a possibilidade de um processo pedagógico junto aos redutores, à comunidade de usuários de drogas, à comunidade em geral e aos profissionais que atendem os usuários, mas a utilização de recursos aparentemente independentes entre si, como meros instrumentos, muito mais de comunicação do que de ensino.

Nessa mesma publicação, a formação de redutores é chamada de treinamento e não aprofunda, um entendimento sobre os procedimentos metodológicos, afirmando apenas que o ideal é que o treinamento tenha um caráter “teórico prático”, mas que é comum o

treinamento prático antes do teórico. Com relação aos conteúdos, a publicação faz uma relação deles:

Do ponto de vista do conteúdo, os temas mais importantes a serem abordados nos treinamentos são:

- Epidemiologia das DST, da aids, das hepatites e do uso de drogas;
- Farmacodependência (classificação, efeitos e tipos de uso de drogas);
- Sexualidade e sexo seguro;
- Doenças associadas ao uso de drogas;
- Adesão aos anti-retrovirais;
- Redução de danos e a lei (discutir a Lei de Entorpecentes brasileira e as leis estaduais relativas à matéria);
- Redução de danos e ética (direitos e garantias individuais tais como: sigilo, respeito às individualidades etc.);
- O trabalho de campo (as diversas atividades a serem desenvolvidas para a abertura, manutenção e atuação de campo);
- Redução de danos e a instituição (ampliando a discussão sobre as instituições, governamentais e não-governamentais que sediam os programas);
- O sistema de referência e contra-referência (dando visibilidade às possibilidades de acesso dos usuários de drogas vinculados ao PRD à saúde e à cidadania);
- O desgaste da equipe e sua prevenção (levando-se em consideração as inúmeras dificuldades inerentes ao desenvolvimento do trabalho);
- Biossegurança;
- Avaliação e monitoramento (por ser de extrema validade rever, constantemente, a construção do trabalho e o que isso vem significando na vida da comunidade) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, P. 70-71).

Os conteúdos acima foram sistematicamente desenvolvidos na formação continuada dos redutores locais. O Manual de RD reproduziu o discurso do grupo de profissionais que estavam à frente do processo de implantação da RD no Brasil, muitos dos quais vieram à Campo Grande, participar da capacitação dos redutores locais. Por isso, esses conteúdos apontados no Manual de RD foram muito importantes na formação continuada dos redutores de danos.

Esse processo de formação continuada foi iniciado com o PRD Tá Legal, em 2001, e continuou nos projetos Mescla Latina e no Águia Morena. Os coordenadores dos PRD

eram também os redatores dos projetos, tornando necessário o planejamento bastante antecipado da formação (treinamento, curso ou capacitação em outras instituições). O primeiro projeto de redução de danos no Estado, escrito em outubro de 2000, já propunha “um processo de formação continuada” referindo-se ao fato de que os cursos seriam realizados em “módulos continuados”.

No primeiro projeto do PRD Mescla Latina, escrito no início de 2002, a formação continuada também estava planejada. Consta no referido projeto a organização de dois módulos grandes, com participação de ministrantes de outros Estados, e dois intermediários com ministrantes locais, o que de fato aconteceu (com a emissão de certificados). O primeiro módulo, de 24 horas, reuniu os possíveis redutores recrutados e profissionais interessados, de modo a iniciar a formação das equipes de trabalho. Depois aconteceram dois módulos intermediários para cada equipe de trabalho, coordenados por consultores locais e pelos coordenadores dos PRDs Tá Legal, Mescla Latina e Águia Morena. Esses módulos, de 20 horas cada, objetivaram preparar e iniciar os trabalhos de campo, que sempre foi acompanhado por um redutor experiente nas primeiras vezes.

Nos três PRDs, as equipes de trabalho foram formadas por redutores usuários e redutores não usuários e por alguns agentes de saúde dos Programas de Saúde da Família, PSF, que demonstraram interesse e já mantinham contato com comunidades de usuários de drogas. Os PRDs eram formados, também, por um coordenador e um assistente e podia contratar consultores por aproximadamente 60 horas de trabalho anuais, além de despesas com passagem e hospedagem. Alguns profissionais do SUS também atuaram diretamente nos trabalhos de campo sem serem remunerados pelos PRDs, mas em alguns momentos fizeram parte das equipes de RD.

Os módulos de formação continuada prepararam as equipes dos PRDs para iniciar os trabalhos de campo. O primeiro módulo foi subdividido em três etapas, para os três dias. No primeiro e segundo dia, o trabalho era mais voltado para uma sensibilização dos participantes sobre os conteúdos da RD e o funcionamento efetivo da RD em outras localidades, com a participação de especialistas de outros Estados. O terceiro dia era mais voltado para a realização de um planejamento de trabalhos que foram apresentados e comentados ao final do dia como: contato com autoridades, aprovação da RD nos conselhos de saúde e antidrogas, contato com inúmeras instituições de apoio e identificação, contatos e mapeamento de possíveis campos de RD. Todos os dias eram realizadas dinâmicas de integração do grupo em vários momentos das atividades.

O segundo módulo preparou e acompanhou os contatos da equipe com instituições afins e com as comunidades onde poderiam ser iniciados os trabalhos de campo. Assim, os trabalhos de campo começaram não diretamente nas comunidades de usuários de drogas, mas nas imediações. Uma vez escolhido um campo, alguns membros da equipe, passaram a visitar as imediações desse local, durante o dia, fazendo contato e apresentando o PRD junto às instituições que ali trabalham. Paralelamente, iniciou-se o trabalho propriamente de campo durante a noite fazendo campanha de prevenção às DST/aids na comunidade, com distribuição de preservativos, sempre nos mesmos horários e dias da semana. O planejamento das equipes de RD orientava para que não se fizesse a abordagem de grupos de usuários de drogas nos primeiros contatos. Algumas equipes de RD fizeram contato com os grupos de usuários logo depois desse primeiro módulo, enquanto outras chegaram a demorar meses. Os usuários de drogas redutores em formação que já tivessem contato com grupos de usuários não voltariam imediatamente para seu grupo para fazer redução de danos. Primeiramente, tiveram que abordar comunidades em locais que ainda não tinham vínculo e trabalharem sempre em conjunto com outros profissionais. Depois do terceiro módulo da formação continuada, e de mais de 30 horas de trabalho acompanhado em campo, os redutores iniciaram o trabalho de campo junto às comunidades que freqüentavam originalmente. O trabalho de campo foi desenvolvido na comunidade de fora para dentro do grupo de usuários, das instituições e locais públicos para os grupos de UD.

Registros do quarto módulo em 2002 demonstram que alguns redutores muito envolvidos com os trabalhos de campo, criticaram os conteúdos ministrados, dizendo que “eram inúteis”. A coordenação dos Programas somente considerou o trabalho de redução de danos em campo implantado depois desse módulo. As equipes de campo apresentaram os trabalhos desenvolvidos que foram comentados e avaliados por todos os demais, pelos coordenadores, pelos profissionais públicos presentes e por especialistas, consultores e convidados.

Conforme os relatórios analisados, foram muitos os textos que serviram de apoio aos estudos sobre essa questão; alguns textos foram lidos por praticamente todos os redutores de danos. Mesmos os semi-alfabetizados eram levados a ler junto com outros e, como tinham muito interesse no assunto, conseguiam entender o texto, mesmo que não o lessem efetivamente sozinhos. A coordenação do projeto Tá Legal exigia que os dois redutores semi-alfabetizados freqüentassem uma escola para conseguir escrever e ler os relatórios de campo.

Os redutores dos PRD pesquisados leram os seguintes textos: A Historicidade do Uso de Drogas (BUCHER, 1991); As Relações Econômicas Entre o Mercado e as Formas de Uso de Drogas (COGGIOLA, 1997); O Controle Sobre o Uso de Drogas Exercido Pela Própria Comunidade (BASTOS, 1994); O Uso da Cannabis Como Alternativa ao Uso do Crack (LABIGALINI, 2000); Norma, Desvio e Uso de Drogas (MARTINS, 2003); Redução de Danos nos CAPS (PAES, 2004); Redução de Danos na Fronteira com a Bolívia (PAES, 2002); Consumo de Drogas, Desafios e Perspectivas (MESQUITA, 2000); Abordagens Preventivas (ANDRADE, 1995); e o Manual de RD (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001). Esses textos não foram utilizados pelos ministrantes de outros Estados, mas pelos coordenadores dos PRD locais, quando estes estavam à frente dos módulos de formação.

Entre as atividades voltadas para a formação dos redutores, a mais sistemática é o acompanhamento ou supervisão de campo e as reuniões semanais organizadas pelos coordenadores dos PRDs. Essas reuniões, conforme os relatórios do PRD Águia Morena, “servem para avaliar as ações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, planejar, detalhadamente, o trabalho de campo”. Essa prática reflexiva sobre as ações dos redutores é um dos meios mais importantes de formação dos redutores, na qual, segundo o relatório do PRD Águia Morena, é possível acompanhar todos os passos da prática de redução de danos, avaliar e planejar as formas de intervenção e os encaminhamentos.

O trabalho de campo consiste em visitar uma determinada área urbana, sempre no mesmo horário e dia da semana. Esse procedimento faz com que os usuários de drogas daquela região saibam quando e onde encontrar os redutores. Cada campo é descrito antecipadamente em seus detalhes, casas, praça, rua, lojas e outras características que o identifiquem, porém, todos os nomes são codificados no mapa para que os usuários não possam ser encontrados através do mapa por um policial ou qualquer pessoa que não seja da equipe de RD. Os trabalhos de campo foram planejados de forma a durar de uma a três horas, que é o tempo que os redutores demoram para percorrer todo o trajeto. Em geral, os redutores iniciam pelos contatos com a comunidade em geral, em bares, famílias, locais mais públicos e, no segundo momento, abordam diretamente os grupos de usuários. Essa abordagem dos grupos de usuários em algumas vezes, demora mais do que o planejado, é quando o redutor faz o que o Manual de RD (MINISTÉRIO da SAÚDE, 2001, p. 37) chama de aconselhamento. Uma conversa mais demorada, com um ou mais usuários, diretamente sobre os objetivos da RD é o que os redutores chamam de aconselhamento.

Os planejamentos dos PRDs orientam os redutores sobre duas formas de contato com os usuários. A primeira é a abordagem, quando o redutor inicia seus contatos

com o grupo de usuários daquele local. A segunda é o estabelecimento do “vínculo de confiança”, quando o redutor passa a ter a confiança dos usuários e, por isso, passa a fazer parte do grupo, tendo melhores condições de influenciar suas atitudes.

Segundo relatórios dos PRDs todos os meses, os redutores fazem dezenas de encaminhamentos de usuários para atendimentos específicos dos mais variados: exames de verificação de aids, hepatite e outras DST; imunização (vacinação) contra hepatite; tratamento anti-retroviral; outros atendimentos de saúde em geral; atendimento de assistência social; provimento de documentação e muitos outros. Esses encaminhamentos são feitos no horário comercial, como atividades desenvolvidas pelos redutores fora do horário do campo, mas que foram geradas no trabalho de campo. Essa ação permanente dos redutores no bairro das Moreninhas, por exemplo, criou uma imagem do redutor como alguém que trabalha para ajudar os usuários. Os usuários passaram a esperar os redutores nos campos para solicitarem alguns encaminhamentos. São comuns, nos relatos dos redutores, os casos de usuários que os procuram quando querem parar de usar drogas. Os redutores encaminharam muitos usuários para atendimento em instituições voltadas para usuários de drogas.

Todas as atividades, os encaminhamentos, o material utilizado e as informações sobre os trabalhos de campo foram registrados numa ficha padronizada, preenchida pelos redutores sempre ao final de cada trabalho de campo. Essas informações foram sistematizadas pelos coordenadores dos PRD ao final de cada ano, formando um “Relatório Condensado” que sintetiza o produto das atividades de RD em cada Programa. Os relatórios condensados demonstram mais de 150 encaminhamentos realizados pelos PRD Ta Legal e Águia Morena, no ano de 2004, somente para instituições de saúde.

A descrição do processo de formação e trabalho dos redutores não tem um fim em si mesmo, mas deve apenas servir de subsídio para analisar as relações de ensino e aprendizagem na prática da RD. Não temos o objetivo de compreender esse processo em todas as suas dimensões e implicações nesse momento, mas apenas demonstrar os aspectos mais relevantes para a apreensão do objeto estudado.

4.1.4 Os usuários de drogas envolvidos nos PRDs

Ao longo desse item sobre os usuários de drogas iremos primeiramente demonstrar como vivem os usuários atendidos pelos PRDs da região de forma generalizada e, num segundo momento, como vivem os grupos investigados nos grupos focais e nas entrevistas individuais. Nosso objetivo não é fazer aqui uma síntese detalhada e completa da vida desses sujeitos, mas apresentar algumas informações que subsidiem a análise do processo de ensino e aprendizagem, esse sim objeto central da pesquisa.

Os registros de campo dos redutores (MESCLA, 2004 e ÁGUIA MORENA, 2004) relatam a existência de jovens, usuários de maconha, que iniciam o uso da pasta-base sem saber que essa droga causa muito mais dependência que a maconha. É comum a existência de jovens de classe média que largaram a faculdade e suas antigas relações familiares e passaram a morar em quatinhos coletivos ou nas ruas, onde realizam biscates como cuidar carros, ou furtar para prover, principalmente, o uso da pasta-base. Ficam magros, com feridas pelo corpo e debilitados física e emocionalmente sendo facilmente identificados pela comunidade e por seus pares usuários como consumidor de pasta base. Somente uma pequena parte dos usuários abordados pelos PRDs utiliza cocaína pura, maconha ou álcool e fazem questão de dizer que não são “zuqueiros”⁷¹. Os usuários desse pequeno grupo acessado pelos PRDs, quase sempre conseguem controlar o uso de forma a comprometer o mínimo possível suas relações familiares e sociais. Muitos deles trabalham e deixam para injetar a cocaína nos finais de semana, conforme registram os relatórios de progresso dos PRD Tá Legal e Mescla Latina, no ano de 2003.

Os relatórios dos PRDs Ta Legal (2002), Mescla Latina (2003) e Águia Morena (2004) demonstram que o nível escolar dos usuários atendidos varia do analfabetismo ao nível superior, sendo os usuários de injetáveis mais escolarizados que os usuários de pasta-base. O abandono dos estudos acontece com maior frequência entre os usuários de pasta-base do que com os usuários de cocaína inalada ou maconha. No que se refere a contato com produções culturais e artísticas, os usuários somente de cocaína pura participam de bandas de rock, grupos de teatro, freqüentam cinema e outros grupos artísticos e intelectuais, sendo formadores de opinião. Já os usuários de pasta-base não estabelecem o contato com essas

⁷¹ Os usuários de pasta base são conhecidos na região como “zuqueiros”.

manifestações culturais e outras formas de organização social, conforme o relatório de progresso do projeto Mescla Latina (2003).

Os usuários de pasta-base são facilmente identificados pela comunidade devida à sua aparência física doentia, sujeira do corpo, pelos tiques nervosos e até pelo cheiro. Isso torna muito difícil de esconder sua condição de usuário de pasta-base, tornando-os mais vulneráveis à discriminação e estigmatização. Existe sempre um certo número de usuários de pasta que consegue usá-la somente uma ou duas vezes por semana, mas a maioria não consegue controlar a necessidade do uso, ou consegue por um tempo e depois passa a necessitar da droga todos os dias (TÁ LEGAL, 2002). A luta entre parar e continuar usando a pasta é comum entre a maioria dos usuários acessados pelo PRD.

Os mais jovens, que estão iniciando e ainda não sofreram diretamente o processo de marginalização, conseguem manter as relações familiares, os estudos e o trabalho. Muitos destes irão parar com o uso que, em geral, será lembrado posteriormente como um momento traumático (Ta LEGAL, 2002). Um pequeno número consegue manter o uso da pasta sem se afastar radicalmente das relações sociais, mas sofre prejuízos e problemas esporádicos pelo uso contínuo.

“Tuiuíú” tem aproximadamente 30 anos e faz uso de drogas desde os 18. Suas drogas prediletas são a pasta-base e a maconha. Defende que quando a pasta base é usada com a maconha ela perde muito do seu poder de criar dependência e facilita ao usuário o uso contínuo, sem perder o controle sobre a droga. Ele é jardineiro e sobrevive com trabalhos temporários em residências da cidade (PAES, 2002, p. 46).

Atualmente, “Tuiuíú” está fazendo tratamento a tuberculose e com sérios problemas de saúde. Muitos usuários não conseguem controlar o uso e terão problemas sérios de socialização, desligando-se das relações familiares, do trabalho, dos estudos e até dos antigos amigos. Estes sofrem, de forma mais radical, problemas como a internação para desintoxicação, a prisão por delito infracional e uma série de problemas de saúde. Este último é o perfil predominante entre os usuários de drogas:

“Borboleta” tem aproximadamente 35 anos e faz uso de drogas desde os 18. Sua droga predileta é a pasta-base, mas usou muita cocaína inalada e bebida alcoólica. Tem 8 filhos. Quando a conhecemos morava de favor junto com uma filha, em péssimas condições materiais. Recebe o benefício do Programa Bolsa Escola, o que a ajuda a manter cinco filhos menores (que ainda vivem com ela) e um neto. Na sua família existem vários casos de prisão por tráfico de drogas (irmãos e filhas mais velhas) (PAES, 2002, p. 45).

Segundo relato dos redutores, “os usuários estão sempre tentando parar com o uso da pasta-base. Muitos utilizam a maconha para conseguir parar, outros apegam-se à fé religiosa, a uma paixão nova, a alguém, ou a outra coisa que possa ser mais importante para fortalecer o interesse de parar” (MESCLA LATINA, 2003). As paradas são comuns: dias, semanas, meses e “só por hoje”. Quase todos os usuários manifestam cotidianamente o desejo de parar, fato que freqüentemente está associado à melhoria da qualidade de vida:

“Jacaré” têm aproximadamente 30 anos e usou drogas até os 27, quando parou totalmente. Durante os cinco anos em que usou pasta-base perdeu o contato com a família e foi morador de rua, onde fez de tudo para conseguir a droga e para sobreviver. É soropositivo e faz parte da Rede Nacional das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS. Nos últimos anos sobrevive com a venda de cachorro quente. Ainda hoje é reconhecido por outros usuários de drogas, que ainda moram na rua, como um bom exemplo a ser seguido” (PAES, 2002, p. 46).

Um ano depois desse registro, “Jacaré” voltou a usar a pasta e esteve preso duas vezes. Os relatos dos redutores demonstram a existência de muitos usuários que param de usar e voltam depois de anos. É comum associarem a volta a algum motivo mais importante como o álcool ou o retorno de uma relação amorosa (TÁ LEGAL, 2002). O que é comum para esses usuários/redutores é a situação de miséria, que não é sentida apenas pelos usuários de drogas, mas por um grande número de pessoas. A seguir um trecho descrevendo um campo (local) de trabalho dos redutores de danos em Corumbá:

As ruas principais são formadas por pequenas casas antigas, que ocupam o espaço até a linha da calçada [...]. Atravessando esse muro de casas existe um emaranhado ilógico de pequenas construções, se amontoando nas encostas que separam a parte baixa da parte alta da cidade. Ali, o lixo jogado se mistura aos pequenos cursos de água, formado por tanques e pias improvisadas. As casas são, em geral, compostas por dois cômodos. O banheiro do lado de fora geralmente é comum a mais de uma residência (PAES, 2002, p.75).

Os moradores de rua sempre têm amigos e parentes nesses lugares, para onde sempre voltam para descansar. Nos casos registrados no relatório do PRD Tá Legal, em 2002 e 2003, a utilização de serviços de saúde somente acontece quando eles já estão muito mal, geralmente em caso de internação. Os usuários atendidos pelos PRD Tá Legal e Águia Morena (Ta LEGAL, 2002 e ÁGUIA MORENA, 2004) são, em sua grande maioria usuários de pasta-base que vive em situação de miséria, conforme os relatórios de progresso dos anos de 2002 e 2003.

Os exemplos citados anteriormente são de campos trabalhados pelo PRD Tá Legal em Corumbá, mas, são comuns em muitos outros municípios onde a pasta-base é

facilmente encontrada. Em Campo Grande, no bairro das Moreninhas onde atua o PRD Águia Morena, os problemas são os mesmos. Mais de 300 usuários de pasta-base atendidos, vivendo uma série de problemas econômicos e sociais, que determinam a ausência de moradia, alimento, transporte, trabalho, lazer e acompanhamento médico e psicológico; problemas trágicos para qualquer cidadão, que assume uma característica ainda mais severa com relação aos usuários de pasta-base.

Entre os entrevistados do PRD Águia Morena, apenas 1 estava sem ter onde morar. Somente um dos seis entrevistados era empregado regularmente, os demais trabalhavam informalmente quando surge trabalho. O mais velho tinha 32 anos, quando entrevistado, conseguiu trabalho num estabelecimento comercial de bebidas, está parando de usar, mas não é abstinente, usando mais nos finais de semana e à noite, e se controlando para não perder o trabalho. Separou-se da mulher e da filha, depois que perdeu o emprego e não conseguiu controlar a bebida e a pasta. Está morando num terreno, não tem casa para morar. Parece seriamente deprimido e solicita ajuda. Afirmou que a redução de danos está conseguindo tirá-lo da pasta e que quer voltar para a família e o trabalho.

Entre os 120 usuários vinculados ao PRD Águia Morena (2004), cem viviam em uma situação de pobreza acentuada. Além do uso compulsivo de drogas e das questões de a maioria dos encaminhamentos feitos pelos usuários são para o programa de segurança alimentar e primeiro emprego, tendo em vista que a fome e a falta de oportunidade de trabalho é um problema comum entre os usuários atendidos.

4.2.1 Sistematização preliminar das informações colhidas nos grupos focais

O roteiro das indagações dos grupos focais, realizados com os redutores e com os usuários, obedeceu à mesma seqüência de enfoques, possibilitando a sua sistematização simultânea. Nesse item vamos sistematizar as falas dos grupos focais procurando identificar os temas (categorias) centrais, seguindo a ordem dos blocos de indagações dos roteiros, sempre identificando primeiramente as falas dos redutores e, em seguida, dos usuários. Como os redutores argumentaram muito mais e com maior riqueza de detalhes, as falas dos usuários aparecem menos nesta sistematização preliminar.

O primeiro bloco do roteiro do grupo focal⁷², denominado “percepção dos participantes sobre a prática da RD”, proporcionou um levantamento de informações mais introdutório e genérico, sem ainda tocar diretamente na questão central da pesquisa, no caso, o processo de ensino e aprendizagem em si. Os outros dois blocos do roteiro são mais focados no processo de ensino e aprendizagem propriamente dito.

Depois de várias leituras percebemos que as falas dos redutores e usuários evidenciaram alguns temas tratados com maior insistência, os quais, posteriormente, elegemos como categorias empíricas, para servirem como instrumento de organização das suas falas.

A “afetividade” como objetivo e meio do processo de ensino e aprendizagem fica evidente logo no início dos dois grupos focais dos redutores, embora menos registrada no grupo dos usuários. Nos dois grupos, o tema mais presente é o “controle” sobre o uso de drogas e sobre as próprias atitudes sociais. O terceiro tema identificado são os “conteúdos” ensinados e aprendidos. E o último tema é a “mobilização”.

Essas categorias aparecem mixadas no discurso dos redutores. Nosso objetivo, ao separá-las, é apenas o de ampliar e utilizar o seu potencial explicativo. Essas quatro categorias vão alicerçar a organização racional das falas dos grupos focais⁷³, sem buscar explicações e justificativas fora do próprio discurso dos redutores e usuários. Os aspectos teóricos, tratados anteriormente nesta tese, não serão utilizados nesta fase que é a sistematização preliminar das informações, para que possamos compreender o pensamento dos redutores e usuários ainda sem a interferência das abstrações teóricas.

⁷² Ver Anexo.

⁷³ Ao fim da sistematização das informações dos grupos focais, daremos prosseguimento ao mesmo procedimento com as informações levantadas nas entrevistas, somente registrando os aspectos novos que não aparecem nos grupos focais.

Quando indagados sobre o que é a RD, ainda no primeiro bloco do roteiro, todos os redutores manifestaram a maior relevância do processo de sociabilidade, um conceito empregado durante o grupo focal com redutores. “a questão da sociabilização, essa é a principal mudança de hábito que você nota no pessoal atendido pelo PRD”. Um redutor utilizou esse conceito para identificar a mudança de hábitos de um usuário que era o terror do bairro e hoje, graças a RD, é um sujeito respeitado:

R.C.O “Ele se tornou um cidadão respeitado no bairro, porque ele mudou suas atitudes. Antes ele tinha uma atitude violenta e agressiva e hoje, mesmo não tendo interrompido o uso, ele toma outras atitudes no lugar da agressividade, ele tem sociabilidade, amabilidade, ele adquire o respeito.” (Grupo Focal com redutores).

O conceito de sociabilidade possui entre os redutores sentidos diferentes. Podemos distinguir pelo menos dois. O primeiro, mais identificado com o aspecto da afetividade, associando-o a amabilidade, carinho, sedução, confiança, auto-estima, vínculo, amizade, calor humano, satisfação, felicidade, sensibilidade e outros. O segundo é mais voltado para os deveres, as obrigações e, principalmente, para o controle de si e de seus limites diante das imposições da sociedade. Pela importância dada a esses dois temas no decorrer das atividades do grupo focal, escolhemo-los como duas categorias empíricas a serem utilizadas na análise do objeto: “afetividade” e “controle”. Trataremos, primeiramente, da categoria afetividade.

A representação de que “**afetividade**” é o mais importante na relação entre os redutores e os usuários é repetidamente mencionado durante todos os momentos dos grupos focais, tanto com os redutores quanto com os usuários, com ênfase na parte inicial, quando o roteiro é mais aberto. Vejamos como eles descrevem essa representação com suas próprias palavras, quando se referem à prática da redução de danos:

R.C.O - “...uma nova esperança de vida, um novo sentido, um novo sentido pra você, um novo sentido pro usuário, (...) um novo sentido para que ele continuasse vivendo, (...) os redutores tiveram o prazer de viver isso.”

R.A.A - “...você tem que, primeiramente, fazer uma visita diariamente, fazer de tudo para conquistar a sua amizade e a confiança dele. Nunca mais. Já era. Você entra e sai na hora que você quiser.”

R.E.A “A RD visa trabalhar a questão da auto-estima do usuário.”

R.C.O - “Você passa também a trabalhar como psicólogo do usuário.”

R.A.A - “A gente vai, a gente acessa o usuário, a gente caminha, a gente acarinha o usuário e a gente faz uma porção de coisas e ai quando a gente consegue o vínculo...”

R.E.A. - “Eles não vêem a hora de chegar o nosso horário.”

R.S.A - “Porque a gente chega neles, a gente conversa com eles. Porque os outros ficam assim mais recuado, não conversa, não chega, não cumprimenta, não dá um aperto de mão...”

R.A.A - “...joga bola, eu ensinei. Eu ensinei a ser feliz.”

R.C.O - “Você começa ensinando a questão da saúde, a questão da auto-estima, mas, por conta do vínculo, você acaba tornando-se um amigo dele e passando a ser um pouco mais que um redutor, saindo desse círculo fechado que é saúde e drogas. (...) Leva ele prá assistir um filme, prá jogar bola. Esse é o ensinamento de reanimar a vontade de vida deles. Nem todo mundo que usa drogas é triste, mas você encontra bastante casos assim.”

R.E.A - “pega no colo mesmo.”

R.C.O - “Você tem que tratar ele como um amigo, as vezes como um irmão. Tem usuário que me procurou e disse: você é como um irmão prá mim. E, o dia que ele se estrepou ele foi lá em casa e disse: me socorre. Isso é uma atitude que ele só tomaria com quem ele tem confiança. Esse é o grande Q da RD, o bingo é a confiança que o usuário deposita em você e que você deposita no usuário.” (Grupos focal com redutores. Grifo nosso).

A criação do vínculo emocional entre redutores e usuários é, sem dúvida, um dos aspectos desenvolvidos nos cursos de formação de redutores, mas não é o mais importante, ou pelo menos, não aparece com tanta veemência quanto apareceu nas falas dos redutores sem que isso fosse objeto do roteiro dos grupos focais. Isso demonstra o quanto essa questão está presente insistentemente na cultura desenvolvida pelos redutores com relação ao trabalho de campo.

Por sua vez os usuários não são insistentes em identificar a prática da RD com o aspecto afetivo, como o afeto do redutor em relação a eles, mas, também fazem essa referência quando indagados sobre como são os redutores que eles conhecem.

UD. “Não tem o que falar, se olhar nas pessoas aqui você vê alegria, eles trabalham não por dinheiro, por nada, mas por coração. Eles já passaram por essa experiência de vida. Conseguiram sair e querem ajudar também os outros, o próximo.”

“É que nem eles chegam assim, conversam com a gente se a gente precisa de alguma coisa. Encaminha a gente pra algum lugar, um médico. Ou só pra desabafar mesmo.”

“Gente boa cara, gente boa são super legais mesmo. São daquele jeito.”

“Com eles pode chegar e desabafar legal né. Vai trocar uma idéia com a polícia pra você ver?” (grupo focal com usuários).

O segundo aspecto da sociabilidade levantada pelos redutores e, também, muito presente no discurso dos usuários são os deveres, as obrigações e, principalmente, o “**controle**” dos usuários em relação a suas atitudes diante dos limites impostos pela vida em sociedade. Esta questão também não está colocada objetivamente no roteiro dos grupos focais, mas aparece insistentemente nas falas durante todo o trabalho dos grupos. Podemos considerar que tanto os redutores quanto os usuários consideram essa questão muito importante na prática da redução de danos, embora os redutores entendam o controle como condicionado à questão da afetividade, ou antecipada por esta. Para os redutores, somente é possível desenvolver o potencial de controle dos usuários se anteriormente for criado um vínculo afetivo.

R.D.A - “A RD visa trabalhar a questão da auto-estima, da pessoa do usuário, de ele assumir o *controle* e exercer seu direito de cidadania como pessoa, como cidadão, saber conduzir sua vida social. (...) Essa interferência que tem hoje a RD direto com o campo, na pessoa do redutor de danos, facilita essa interação do usuário com a sociedade.”

R.M.O - “Acho que o grande passo da redução de danos não é você impor limites, para... que é o que vem sendo feito há muito tempo. Não é você impor limites à pessoa, é você instigar ele a impor os seus próprios limites. Essa é a diferença da redução de danos para outros trabalhos que já existem.”

R.C.O - “São diversas outras formas de fazer o trabalho de campo que não se limita só ao tempo que você fica no campo, mas é um documento que você faz, é uma assistência que você dá, certo, você tá proporcionando ao usuário de drogas que ele vá, que ele participe de cursos, entendeu? Tirando ele de um ciclo que ele tá acostumado. Colocando ele prá trabalhar com pessoas diversas, não só com usuários de drogas, mas também com outras pessoas para que ele se sinta não só um usuário de drogas, mas um cidadão.”

R.A.A - “... ôh minha amiga, não dá pra você fumar um baseado agora, você tem que trabalhar, você tem que fazer isso, você tem que fazer aquilo. Você tem até o direito de... Até o direito de fumar um baseado e até de tomar uma cerveja, mas, primeiro você tem que cumprir as suas obrigações. E isso, graças a Deus, eu aprendi com a redução de danos e tenho conseguido transmitir isso para (...) uma porção de gente. Ninguém me ensinou, eu aprendi isso. Você levanta de manhã, você cumpre uma missão. Ôh! Você tem uma família pra sustentar, você tem uma correria pra fazer.”

R.E.A - “Nós tivemos um usuário que não tomava nem banho. O cara não tomava banho, não comia, só na fissura e ele não tinha casa pra dormir nada. Morava no campinho, debaixo de uma lona. Hoje ele toma banho, vem aqui muitas vezes, até aqui no PRD a gente deixava ele usar o banheiro, tomava banho. Hô! Uma pessoa não tomar banho por causa do uso? Que loco, o cara

vem ai e até unha a gente fez ele cortar. É muita coisa que eles aprendem com a gente.”

R.S.A - “Se você não cumpre seus deveres, os deveres que a sociedade impõe. Você pode ser um bom pai, ser uma pessoa respeitável, de respeitar os direitos das outras, se você não respeita o seu próximo então você não pode querer que respeitem o seu.” (Grupo focal com redutores. Grifo nosso)

As falas evidenciam a preocupação com os deveres e limites que os redutores têm que desenvolver junto aos usuários. Esse é um procedimento também não muito focado durante os cursos de formação de redutores e que não foi diretamente solicitado no roteiro dos grupos focais, mas aparece com grande incidência e profundidade durante suas falas. Nas suas falas ficam evidenciados conceitos como: limites, controle, responsabilidade, compromisso, respeito, trabalho, família, higiene, direitos e outros.

Os redutores referem-se aos limites e ao controle que precisam ser desenvolvidos junto aos usuários de drogas, tendo como referência o entendimento da sua própria vivência. Fica evidente que eles sempre referem-se a si mesmos quando falam dos usuários, ao mesmo tempo em que colocam essa diferença “Eu aprendi a me controlar”. Enquanto os usuários estão aprendendo o que os redutores têm a ensinar “A gente tem que passar além dos fôlderes, o nosso conhecimento, o nosso conhecimento...”. Para os redutores o aspecto mais importante da redução de danos é o controle sobre o uso de drogas. Não precisa parar, mas tem que ter o controle sobre o uso:

R.M.O - “Redução de danos é você controlar aquilo que tá te afundando, não no sentido que você tem que parar, mas no sentido que você tem que controlar aquilo que ta te prejudicando. Fazer aquilo com menos intensidade, com um horário específico para aquilo.”

R.E.A - “A gente não tinha consciência de usar drogas com controle. Nós que somos usuários. E ajudou muito, a gente não deixou de usar, não usa com aquela frequência. A gente tem um horário para usar, ainda mais que a gente trabalha e tem horários de serviço, tal. Principalmente o campo. No campo a gente não vai usar. Como a gente vai passar uma informação para os outros se a gente pode usar drogas em campo? Então ajudou muito a gente a reduzir.”

.R.M.O - “Tem um horário específico, é como você trabalhar. Você tem um horário para trabalhar, você tem que ir. É a mesma coisa a questão do uso, você automaticamente está reduzindo danos. Então vamos falar mais claramente: até comida mata se você comer muito, né.”

Em muitas falas, a capacidade de controle sobre o uso de drogas é associada pelos redutores ao objetivo da redução de danos e com o prazer dos redutores em ver o resultado da sua atuação. Se, através da relação emocional, eles “conquistam” os usuários,

essa conquista tem com o objetivo mais importante desenvolver a capacidade de controle dos usuários com relação às drogas e com relação a todas as suas relações sociais.

R.C.O - “E a redução causou esse impacto nas pessoas, onde ela foi pregada causou esse impacto. Os redutores tiveram o prazer de ver isso, pessoas que antes não tinham uma, uma, uma...”

R.M.O – “Pessoas que antes não tinham uma qualidade de vida...”

R.C.O – “Pessoas que antes não tinham um motivo certo pra viver e hoje já têm. Pessoas que sabem que hoje podem controlar a droga e não deixar que a droga controle ele.”

R.E.A - “Ele tem que saber que tem hora pra fumar e para trabalhar e para cumprir os deveres deles...”

R.S.A - “Seria reduzir danos da saúde, sabendo aquilo que pode te fazer mal, dar uma controlada, dar uma segurada, mas continuar usando sabendo que aquilo pode fazer mal em excesso, então teria que segurar um pouco.”
(Grupo focal com redutores)

Os redutores têm como objetivo central desenvolver, junto aos usuários atendidos, a capacidade de controle sobre o uso. Um controle que não acontece isoladamente, mas juntamente com o desenvolvimento de novas atitudes diante das responsabilidades impostas pela sociedade: trabalho, família, escola, amigos, etc. O controle sobre o uso e a responsabilidade diante do trabalho e da família não acontecem separados, para os redutores, um depende do outro.

Esse discurso dos redutores parece ter refletido na concepção que os usuários têm da redução de danos. Durante todo o trabalho do grupo focal com os usuários, esse parece ser o sentido central da RD. Logo na primeira indagação do roteiro eles afirmam:

UD. “O que tá dando pra entender é que os usuários que trabalham lá vê onde eles estão para conscientizar eles como se deve, como se usa...”

UD. “O negócio é a qualidade das drogas...” (Grupo focal com redutores).

Indagados pelo roteiro sobre como são os redutores e o que aprenderam com eles, os usuários parecem apontar o controle como um tema central:

UD. “Eles ajuda, a E.D.A. e o M.O. Eles chamam atenção pra não misturar das drogas, chama atenção pra conversar com a gente, pra ver como é que é como é que não é...”

UD. “Pra não misturar droga e bebida. Se usar um não usar outro. Ou se usa só a droga ou só a bebida. Eles explica muito isso pra gente, só que a gente não faz isso.”

UD. “Se tiver só usando a base dá uma dependência química do caralho né meu? Ai porra! Ce fuma base ce tem que fumar um braw, que da uma desbaratinada pra abri o apetite. Porque só a base...”

UD. “Ai dá sono, ameniza...”

UD. “Depois que conheci eu dei uma parada no negócio. Só que eu não consigo parar de uma só vez, da noite pro dia, num piscar de olhos

UD. No meu caso eu consegui ficar 110 dia sem tomar nada. Fique seis meses sem fumar maconha. Maconha eu raramente uso. Eu fumo quando é assim um melado eu fumo, ou só a zuca mesmo, eu fumo. Bebida hoje eu penso, eu penso, quanto mais eu puder evitar ele mais...”

UD. “Quem usa demais tem que ter controle né?” (Grupo focal com usuários).

Os usuários, assim como os redutores, também identificam esse controle não apenas com relação ao uso de drogas, mas com relação às relações familiares e sociais em geral.

UD. “Mudou muito num ponto porque eu era brigado com a minha família e eles conversaram muito comigo e agora eu converso com a minha família. Sempre que eu chegava meio picado brigava um monte. É isso e eles sempre conversava comigo, falava comigo, larga mão disso e eu fui mudando esse hábito de chegar em casa e brigar, hoje tô de boa em casa, agora eu me controlo em casa. Acho que isso eu aprendi com eles.”

UD. “...não deve chamar a pessoa de aidético. (Grupo focal com usuários. Grifo nosso).

Vamos agora buscar compreender as representações dos redutores e dos usuários sobre o processo de ensino e aprendizagem na prática da redução de danos, lembrando que o roteiro do grupo focal teve quase dois terços de suas questões objetivamente direcionadas para essa prática, o que impõe o assunto ao grupo, através dos temas abordados e dos conceitos utilizados. Mesmo na primeira parte mais aberta do roteiro, os redutores, ocasionalmente, referiram-se a processos de ensino e/ou aprendizagem. Às vezes de uma forma mais contundente sobre o ensino que eles proporcionaram:

R.E.A - “Na verdade a gente tenta passar para eles a nossa experiência em si.”

R.A.A. - “Porque acima de tudo nós temos responsabilidade, temos família. Não é isso que a gente aprende?” (Grupo focal com redutores. Grifo nosso).

Fica evidente que, aos responderem às questões mais abertas do roteiro sobre redução de danos, nas quais as representações emergiram de forma mais livre, os redutores afirmaram que o que foi “ensinado” para os usuários foi a sua própria experiência de vida e

não algo que foi anteriormente aprendido sob a orientação dos técnicos do PRD, no intuito de formá-los segundo os objetivos e interesses das instituições de RD. De forma ainda mais veemente, eles chegam a negar o ato objetivo de ensinar.

R.A.A - “... eu aprendi com a redução de danos e tenho conseguido transmitir para uma porção de gente... Eu aprendi isso com a redução de danos (...) Ninguém me ensinou, eu aprendi isso.” (Grupo focal com redutores. Grifo nosso).

A terceira questão do roteiro dos grupos focais indaga sobre o que eles aprenderam durante a formação para redutores de danos. A abordagem sobre a formação específica dos redutores traz uma série de elementos novos que ainda não haviam sido expressos e os leva a quebrar frontalmente com a perspectiva de que foram formados na vida, levando-os a uma reflexão sobre a relevância dos conteúdos e dos procedimentos de sua formação técnica continuada nos PRD.

R.V.A - “A primeira coisa que a gente aprende é que a gente é um cidadão, que a gente tem direito como qualquer um. Aprende sobre a descriminalização que todo mundo tem um olhar diferente a ver as vezes, só porque você faz algum tipo de uso, só porque é uma droga ilícita, porque se fosse uma cervejinha tava ai sentado ninguém ia falar nada de mim.”

R.A.A - “Mas nós somos muito caras-de-pau. O País sabe. Botar a cara e dizer: nós somos usuários de drogas, é preciso muita coragem. Eu acho que isso já é um avanço sem tamanho. Nós aprendemos.”

R.S.A - “...por a gente ser usuário ou ex-usuária a gente sofre preconceito, mas na capacitação a gente aprendeu que isso fica pra trás. A gente tem que saber lidar em ser usuário, lidar com os usuários.”

R.M.O - “Essas capacitações são boas...”

R.E.A - “Elas são boas, mas é assim que funciona...”

R.M.O - “A capacitação ajudou o que, a gente colocar pra fora, não ficar reprimido...”

R.E.A - “É, colocar pra fora...”

R.M.O - “Colocar o que a gente pensa mesmo. Tem o direito tem o dever...”

R.E.A - “Como todo mundo...”

R.M.O - “Tem o direito também...”

R.S.A - “A capacitação ajuda a gente falar assim: não poxa, nós estamos errados e eles são só bambambã pra lá e a capacitação ensina que não é isso, que todo mundo é ser humano e que tem o direito de opinar aquilo que ele quer.”

R.C.O - “Nas capacitações, o que a gente aprende de maneira técnica é o que a gente leva para o campo de maneira pratica (...) Quando você fala em capacitação em RD acho que as capacitações como ele elogiou são muito proveitosas. Tedeu. São quando você não vai lá participar de um treinamento fechado, você participa de uma capacitação de RD. Que já é uma coisa além, quando você fala de capacitação de RD você não tá falando de treinamento.”

R.D.A - “Mas na verdade o que agente aprende, aprendeu, e aprende até hoje na RD, e justamente isso. É quebrar esse paradigma, esse preconceito que nós trazemos como usuário. Infelizmente nós temos na nossa cabecinha que nós fazemos coisa errada e que, portanto, a gente não deve ser ouvido. Então, dentro da redução de danos, o que a gente consegue, no primeiro momento absorver é isso. Que nós podemos sim ser ouvidos, que nos podemos falar e, principalmente, que nos podemos contribuir com a nossa experiência de usuários de drogas. Eu acho...”

Os redutores afirmam insistentemente que a capacitação ajuda a trazer de dentro de cada um sentimentos e emoções livres de preconceitos, e pouco falam sobre alguma forma de conhecimento por eles apropriado de forma intencional nas “capacitações”.

Os redutores afirmam repetidamente a relevância das capacitações, porém, pouco abordam as questões mais técnicas aprendidas, como as informações estudadas objetivamente nas capacitações sobre: problemas de saúde relacionado as drogas; formas de prevenção em saúde; leis relacionadas ao usuários de drogas; questões históricas e outras. Em algum momento eles deixam entender que a experiência de vida é o principal objetivo das capacitações...

R.E.A - “Porque acima de tudo nós temos responsabilidade, nós temos filho, nós temos família. Não é isso que a gente aprende?”

R.A.A - “Eu ganhei meus filhos, eu ganhei conhecimento. Sabe o que a gente ganha com esses treinamentos? (...) se a gente conseguir absorver a experiência, saber parar para escutar a experiência de cada uma, que vai ser muito grande prá gravar numa fita pequena dessa, tedeu.” (Grupo focal com redutores).

É nítida a determinação de maior importância da “experiência” em relação ao “conhecimento”. Durante todas as respostas relacionadas à questão: “como foi a sua formação para o trabalho de redução de danos”, essa percepção que privilegia a experiência se repetiu entre os participantes. As falas dos redutores demonstram a importância de terem conseguido controlar o uso de drogas e melhorar as relações sociofamiliares através da elevação da auto-estima. Esse aparece, nesse primeiro momento do grupo focal, como sendo o principal objetivo do trabalho de redução de danos junto aos usuários, tanto da visão dos redutores como na dos usuários.

Quando o roteiro indaga aos redutores do grupo focal o que eles aprenderam com a RD, o roteiro do grupo dos usuários indaga o que os usuários aprenderam com os redutores. Como os usuários não passaram por um processo de formação objetiva, com cursos e capacitações, os usuários, no primeiro momento, demonstram terem recebido mais uma ajuda do que propriamente aprendido algo. Quando indagados sobre o que aprenderam iniciam falando o seguinte:

UD. “São pessoas meu, caretas que já curtiu muito e que parou e tenta ajudar outras pessoas. Vê o Marcio, ele parou e tenta ajudar os irmãozinhos que ta no fundo do poço. Conheço muita gente assim. O mundo gira e a gente conhece pessoas diferentes.” (Grupo focal com usuários).

A tendência de não falar sobre os conhecimentos específicos da redução de danos prevalece nas falas dos redutores e dos usuários até o segundo bloco de indagações do roteiro, quando, parcialmente induzidos pelas colocações do coordenador, eles passam a dar mais importância ao “ensino dirigido” e ao “conhecimento”, do que à “aprendizagem espontânea” e à “experiência de vida”. Isso acontece a partir do bloco denominado: “Percepção dos participantes sobre o ensino proporcionado pela prática da redução de danos”. Desse momento em diante o ensino e a aprendizagem passam a ser o objeto central do roteiro e os participantes passam a se expressar sobre o tema de uma forma bastante diferente do que vinham fazendo no primeiro bloco, em que as questões são mais abertas em relação ao ensino e à aprendizagem, de forma cada vez mais evidente quando o roteiro passa a conduzir para o tema específico da pesquisa. Assim manifestam-se os redutores:

R.A.A - “Eu ensinei uma porção de coisas, eu ensinei a ver filmes, ir na escola, eu ensinei a ler livro.”

R.M.O - “...jogar bola. Eu ensinei uma porção de coisas. Eu ensinei a ser feliz.”

R.A.A - “É muita coisa que eles aprendem com a gente. “Eu consegui fazer com que o usuário que usava só em casa, isolado, cheio de nóia, e consegui fazer ele integrar um grupo e fazer isso (O USO) ser uma coisa light”. (Grupo focal com redutores).

Nesse momento, os redutores já afirmam a idéia de que efetivamente ensinam alguma coisa para os usuários, mas não consideram muito importante os ensinamentos técnicos da saúde, da legislação e outros. Para eles, o importante é o ensinar para a vida, para a felicidade:

R.C.O - “Quando você vai a campo, pra dizer de uma maneira bem prática, você começa ensinando a questão da saúde e a questão da auto-estima. Mas,

por conta do vínculo, você acaba tornando-se um amigo dele e passando a ser bem mais que um redutor. Saindo desse círculo fechado que é a saúde e drogas e passa para outras coisas que foi o que os companheiros disseram e leva ele para assistir um filme, leva ele para jogar bola. Esse é o ensinamento de reanimar a vontade de vida dele. Nem todo mundo que usa drogas é triste, mas você encontra bastante casos assim, te deu? Quando você vai a campo você passa os ensinamentos técnicos que aprendeu, da maneira mais prática possível pra que eles entendam disso e, no mais, você passa muito disso e aprende muito em campo também, te deu. Você tenta ensinar e sem querer eles te ensinam”.

R.A.A - “Acaba sendo uma troca de experiência”. (Grupo focal com redutores).

A relativização entre o ensino objetivado pelo PRD e a aprendizagem proporcionada pela contato das experiências de vida com os usuários em campo é a tônica do discurso dos redutores, mesmo já tendo aceitado a possibilidade de que se ensina efetivamente alguma coisa em campo. Misturado nesse mesmo discurso, existem alguns trechos de falas que já apontam que existe algo que foi aprendido nas capacitações de redução de danos e que foi posteriormente ensinado aos usuários, que aparece ainda vinculado a “experiência de vida” e à “aprendizagem espontânea”. Os conteúdos objetivos são encarados como uma coisa “paralela”, que não se aprende mediante o ensino de outro que tem mais conhecimento, mas uma lógica inerente a vida.

R.C.O - “E o que é importante que você ensina? Que a pessoa tem direitos, mas, que também tem deveres. Essa é uma coisa muito importante que não tem redutor que não ensine. Que não passe isso prós usuários, te deu. É uma coisa paralela que não pode, uma coisa não vive sem a outra. Se você não cumpre seus deveres, os deveres que a sociedade impõe.”

Fica explícita nestas falas a identificação de suas próprias vidas com as vidas dos usuários. Os redutores passam a multiplicar os valores que apreenderam na sua formação específica para os usuários como: cumprimento de horários, respeito a regras específicas, controle de uso, compromisso com o trabalho e muitas outras atitudes que são cobradas aos redutores como profissionais que irão desempenhar um trabalho remunerado e, para tanto, devem cumprir determinadas metas e regras. Essas novas atitudes de controle diante da sociedade chegam aos redutores juntamente com um processo geral de reorganização de suas vidas e, principalmente, com um salário que, minimamente, lhes dão melhores condições de sobrevivência e de dignidade diante dos demais atores sociais com os quais têm contato. Trabalhar como redutores de danos lhes permite encarar a si mesmo com mais respeito e dignidade ao desarmar os estigmas por eles vividos diante dos demais segmentos sociais.

É possível identificar nas falas dos redutores uma espécie de identificação entre o seu próprio processo de “sociabilidade”, adquirido com a entrada na redução de danos, e a tentativa de contribuir na “sociabilidade” dos usuários de drogas. Esse sentido de solidariedade, evidenciado no discurso dos redutores em relação aos usuários, justifica, nos seus argumentos, uma ação de mobilização dos usuários com relação à defesa perante a sociedade dos direitos dos usuários.

R.E.A - “Que eles têm direitos também, que eles são humanos, eles podem trabalhar, lutar e sair de cabeça erguida. Porque o preconceito tem, mas eles têm que aprender que vamos encarar a vida.”

R.A.A - “Nós redutores, ensinamos muito mais que reduzir os danos, ensinamos que as pessoas têm direito à cidadania, como cidadão, como pessoas humana.” (Grupo focal com redutores).

Essa questão do autocontrole e do controle do meio social pelo indivíduo está, no entender dos redutores, diretamente relacionada à possibilidade de conquistar direitos e este objetivo educativo somente é possível através da criação de um vínculo de amizade e confiança entre redutor e usuário e da **mobilização** dos usuários na defesa dos seus direitos. Esta é a terceira categoria, levantada no próprio discurso de redutores e usuários, que serve como elemento organizador do seu entendimento da redução de danos.

O objetivo dos redutores, de mobilizar os usuários para que estes desenvolvam atividades voltadas para o seu bem estar, está associado a uma concepção de que essas atividades são também um meio de fortalecimento desse grupo social perante a sociedade. Frequentemente aparece, no discurso dos redutores, durante todos os blocos do roteiro, o processo de organização dos usuários na defesa dos seus direitos. Não aparece como uma “informação técnica”, mas ainda como uma orientação geral, uma filosofia de vida e um objetivo da redução de danos a ser alcançado.

R.A.A - “Posso falar? Eu acho que acho que o caminho é a organização. É organização! (...) Como é que se aproxima o usuário de drogas dos meios do governo, da máquina. É aproximando ele da escola, da assistência social, da saúde, do trabalho. [...] Mas eu acho que o grande caminho é a organização. Basta a gente olhar como começou a redução de danos e hoje é um movimento nacional de redução de danos, a ABORDA⁷⁴. Acho que nós, da redução de danos, temos por obrigação levar esse movimento adiante. Ensinar isso aos usuários, até que ponto eles chegaram e onde vai dar na seqüência, mas acho que a nossa obrigação é chegar a isso, à organização.”

R.C.O - “A partir do momento que ele cumpre seus deveres o próximo passo é a organização. Transformar não o uso de drogas num movimento social,

⁷⁴ ABORDA é a Associação Brasileira de Redutores de Danos.

mas, a classe dos usuários de drogas ser transformada num movimento social, para que esse tenha formação para defender seus próprios direitos.”

R.C.O - “Outra maneira é quando você vê que o usuário que você atende já vem atendendo outra pessoa...”

A .R.S.“...vira multiplicador né...”

R.C.O - “Isso ele acaba virando multiplicador. Então você tem certeza que você passou pra ele e ele entendeu. [...] ...mas, então, ele se tornou uma liderança no bairro?”

R.A.A - “Na minha opinião nós somos os precursores dessa história. Nós somos quem sabe dizer. Nós somos os porta-vozes dos usuários gente.”

R.E.A - “Mas como você disse tem que partir de nós, AA.”

R.A.A - “O que ta faltando é que nós tamos dando murro em ponta de faca. O que o poder público tem que fazer? Tem que capacitar as pessoas que estão esmurrando a gente e tem que dar mais condições para a gente tá fazendo o nosso trabalho.” (Grupo focal com redutores).

O tema da organização e do protagonismo dos usuários de drogas perpassa todos os momentos das discussões dos grupos focais.

Os redutores se consideram também como protagonistas⁷⁵ do processo de organização pelos direitos, já que são usuários de drogas e viveram objetivamente a discriminação social que, segundo eles, é vivida pelos usuários de drogas. Disso resulta, na opinião dos redutores sobre a redução de danos, que a “liderança” e o “movimento” dos usuários são o objetivo central que deve estar articulado com todas as demais práticas de redução de danos desenvolvidas.

UD. “O usuário de drogas pode andar tranqüilo de cabeça erguida e uma hora ele pode sarar e dar uma volta pro mundo. [...] Eu aprendi que os usuários têm alguns direitos perante a lei. Por exemplo, que eu não posso ser preso por tráfico se eu estiver só fumando.” (Grupo focal com usuários).

Os usuários referem-se a alguns encaminhamentos feitos pelos redutores que também têm um sentido de mobilização, já que exige deles um deslocamento fora do horário do campo.

UD. “Trabalho, saúde, assistência social, algum serviço público.”

UD. “A única coisa que eu tive uma vez foi...”

⁷⁵ Utilizaremos aqui o conceito de “protagonismo” conforme os Programas que atuam na prevenção e assistência a questão da AIDS no Brasil têm empregado. (Ministério da Saúde, DATA...), como uma mobilização dos próprios interessados no atendimento de uma política pública. Como sujeitos da ação pública.

UD. Eles me encaminharam para o exame de sangue. Se é positivo, se é negativo. É pra ver se a gente tem aids ou coisa assim. Aí a gente vem aqui e faz tudo (referindo-se à sede do PRD). E as vezes tem essas palestras também, se der a gente vem, se der a gente não vem. (Grupo focal com usuários).

UD.É que nem a (R.D.A.) que fica pegando o pessoal e levando pro posto (de saúde).”

É perceptível, nas falas dos redutores e usuários, que uma das funções primordiais da RD é a mobilização dos usuários no sentido de buscarem qualidade de vida, o que também abrange a defesa de seus interesses e direitos junto às instituições e à sociedade em geral.

Já a questão do ensino, propriamente dito, vai sendo introduzida no grupo conforme o roteiro direciona para isso. A indagação sobre os materiais didáticos utilizados em campo faz com que os redutores passem a abordar os **conteúdos** que anteriormente foram ministrados durante a capacitação. O assunto das DST/aids é então abordado de forma mais intensa nas falas dos redutores, quando estimulados pelo roteiro.

R.M.O - “Na saída, nós sempre carregamos uma pasta que é o kit de RD, que é água destilada, copos para diluição da droga, seringas e até mesmo, prá aquele usuário que se interessar, até mesmo prá aquele material que tá na tua mão, que tá perguntando o que é, pra ter um argumento prá ele. Preservativo, que é essencial pra tá carregando. Um material sobre DST, caderno pra informar esse usuário pra depois de um uso de drogas fazer um sexo protegido e as pastas pra carregar. [...] “É esse o problema do maluco só pegar preservativo e não pegar o informativo que vai ensinar ele como usar camisinha. (...) Às vezes, ele está sedento de informações que lhe faltam. Se tivesse um folder que falasse de pasta-base, que ele faz uso, ele ia ficar muito mais interessado em pegar aquele folder, com certeza. [...] Mas nos meus campos eu estou o seguinte: eu ganho a confiança, eu ganho o vínculo com o usuário. Ai começo falar em aids, em DST, em hepatite e tudo mais.” (Grupo focal com redutores).

Os conteúdos teóricos, inerentes ao processo de ensino na redução de danos, vão sendo mais aprofundados, na medida em que os temas do roteiro indagam mais diretamente sobre eles. Os redutores mudam o enfoque do que vinham falando até aqui e passam a utilizar uma linguagem um pouco mais identificada com o que aprenderam na formação.

R.M.O - “Primeiramente, é que, até mesmo a forma que ele pode contrair, é se ele não usar preservativos...”

R.S.A - Não compartilhar seringas...

R.M.O - Aparelhos cortantes como gilete, quando for cortar o cabelo pedir para o cabelereiro pra trocar a gilete. No caso também de manicure, os alicates de unha, porque tem também muitas mulheres usuárias de drogas. O que mais... Tatuagem, usar material descartável, aplicação de silicone, usar também material descartável.”

R.A.A - “Eu acho que uma das coisas que foi ensinada a eles (referindo-se aos redutores), porque uma das nossas funções é encaminhá-los à testagem, já chegaram vários. Com certeza, como a mim já chegaram, casos positivos. Uma das nossas funções é encaminhá-los ao tratamento.

R.E.A - Mas, o que você ta falando é sobre informações, a gente passa informações pra não contrair a doença.”

R.C.O - “Porque se a gente encaminha pra testagem, e quando dá positivo e não falamos nada sobre isso, ele vai dizer: - agora me lasquei, agora não tem mais jeito pra mim. Mas se a gente faz um acompanhamento, mesmo após o exame positivo, ai a preocupação é que ele continue a fazer a adesão ao tratamento e que ele se cuide mais ainda, não pode se recontaminar com o vírus HIV porque é um vírus mutante e ele tem que ter responsabilidade de não retransmitir o vírus prá outra pessoa. Ele tem uma responsabilidade ainda maior agora de usar o preservativo.” (Grupo focal com redutores).

As outras questões sobre o “ensino” proporcionado pela prática de redução de danos, ainda no segundo bloco do roteiro, levaram os redutores a aprofundarem mais suas falas sobre os hábitos de vida e os direitos dos usuários de drogas. Se por um lado eles destacam a importância das informações técnicas (conteúdos), por outro, eles não conseguem apresentar o que seria objetivamente esse conteúdo específico:

R.C.O - “Desde uma questão histórica que você chega a campo você tenta passar alguma coisa que você sabe, de onde vêm essas drogas, onde foi produzida, ou uma questão política porque o fulano vem aqui e porque ele faz isso, faz aquilo, quando se trata de política sobre drogas. E você tenta situar, tenta passar pra ele o maior número de informações possíveis. Porque a partir do momento que você quer ensinar eles a lutarem pelos seus direitos, você tem que ensinar eles o que a substância que ele usa, que impacto ela causa na sociedade. Então você tem que ensinar pra ele ter esse manejo, tanto uma questão histórica e uma questão contemporânea. Você tem que ensinar o antes e o agora.”

R.A.A - “...mas, acima de tudo, acho que foi ensinado a ele, primeiro de tudo, que você não é um criminoso, você é um usuário de drogas, vamos separar o crime...”

R.M.O – “O delito...”

R.A.A – “do uso. Vamos separar o tráfico...”

R.M.O - “do uso...”

R.C.O - “... a gente tem que tá preparado, eu falo isso por mim, você fala pro cara que ele tem direito de usar drogas e ele fala que você fala isso embasado

em quê? E aí você tem que ter na mão, isso é uma coisa mais didática. O artigo que diz isso, patati, patatá. Então, é importante para o redutor ter uma formação nesse sentido. Ter uma formação a respeito de leis.” (Grupo focal com redutores).

Mesmo tendo valorizado o conteúdo, fica implícito o desconhecimento sobre o próprio conteúdo. Na última citação, quando o redutor fala sobre as leis, fica evidente que não as conhece. Primeiramente porque quando ele vai efetivamente citar os artigos da lei ele utiliza “patati, patatá”, que é uma forma de demonstrar o seu desconhecimento e até o desprezo por essas informações. Quanto ao citado “direito de usar drogas” (ilícitas), essa referência não existe em nenhuma lei brasileira⁷⁶. Na citação anterior, um redutor afirma que é sua função ensinar uma “questão histórica”, que explique como funcionam as políticas sobre drogas e como se produz historicamente o próprio uso, coisa que o redutor apenas cita a relevância, mas não consegue explicar o que seja. Ele cita apenas ruínas de pensamentos e conceitos estudados nos módulos de formação continuada, que não foram apreendidos em profundidade, mas apenas conhecidos superficialmente.

Há uma dificuldade muito grande por parte dos redutores em assimilar os conceitos mais científicos e os raciocínios mais abstratos. A todo momento, eles citam alguns conceitos científicos que foram objeto de ensino nas capacitações, ao mesmo tempo em que demonstram sua dificuldade em compreendê-los em sua complexidade simbólica, conforme foram criados. Essa ausência de compreensão de pensamentos mais abstratos pode ser imputada à precária formação escolar dos participantes, mas também ao próprio processo de formação desencadeado pelos PRDs, que não enfatizam, ou não proporcionam condições para que esses conhecimentos por eles chamados de “mais técnicos” sejam apreendidos.

No grupo focal com os usuários, os conceitos científicos, que foram apreendidos pelos redutores no processo de formação quase não aparecem. Em todo o trabalho do grupo focal com usuários notamos somente algumas falas que podemos considerar que foram ensinadas pelos redutores.

UD. “Não dividir seringas. Seringas só pra você, não dividir com outras pessoas.

UD. “Cada um deve ter sua piteira pra fumar.

UD. “Na lata, não dividir a lata.”

⁷⁶ O Substitutivo de Lei aprovado no final do ano passado, que cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, e atualiza a Lei de Drogas no Brasil, continua criminalizando o uso da mesma forma que a Lei anterior. O que muda na nova Lei é que o usuário recebe penas alternativas como advertência e serviços prestados. O discurso que afirma que a nova lei discriminaliza o usuário é reproduzido pela própria polícia que diz que não pode mais prender o usuário.

UD. “...não deve chamar a pessoa de aidético não, certo.”

UD. “Não precisa se preocupar com o copo que a pessoa usa, com a colher, essa coisa, que não passa; fala que tem aids, tem o vírus...”

UD. “Num bebe no mesmo copo, ai o cara fala que ta bebendo um goró na esquina e o cara fala que vai pegar, mas não pega.” (Grupo focal com usuários de drogas)

UD. “Eu aprendi não sobre droga... Eu aprendi sobre aids. Tem uma amiga minha que tem aids e uma vez ela tomou café em casa e o copo eu até joguei no lixo.

UD. “Receio né?”

UD. “Hoje tomo até tereré⁷⁷ com a mesma pessoa.” (Grupo focal com usuários).

Toda a aprendizagem anteriormente citada nas categorias de afeto, controle e mobilização, podem ser consideradas conteúdos. O aconselhamento para a relação familiar, os conhecimentos sobre as drogas, as relações sociais desenvolvidas, são igualmente conteúdos; procuramos apreender suas falas que trazem os conteúdos que mantêm os mesmos conceitos apresentados e que, anteriormente, não faziam parte desse ambiente.

Até a questão de número 18, do roteiro do grupo focal com redutores, que trata sobre conhecimentos e hábitos de vida ensinados aos usuários, os redutores reproduzem sempre que o conteúdo ensinado diz respeito ao controle, à afetividade, inerentes à sociabilidade dos usuários, mantendo qualquer forma de conteúdo científico ausente do discurso ou mesmo negando objetivamente a existência ou a importância desses conteúdos.

Somente nas duas últimas questões do roteiro, de números 18 e 19, é que os redutores tratam objetivamente da relevância dos conteúdos “técnicos” (científicos), orientados pelo roteiro da seguinte forma: 18- O que mais os usuários poderiam ter aprendido? e 19- Por que os usuários não aprenderam esses conhecimentos que deveriam ter aprendido?⁷⁸

R.C.O - “Acho que mais informações técnicas, não só sobre o assunto de doenças sexualmente transmissíveis, aids e drogas, mas, de assuntos como hanseníase, dengue, doenças, tedeu? Porque muitos agentes de saúde não vão à casa dos usuários de drogas porque falta essa informação para ele e, muitas vezes, falta pra gente também e por isso não podemos passar pra eles.”

⁷⁷ Tereré é uma bebida típica da região de fronteira com o Paraguai, feita de erva mate verde e água, tomada através de uma bomba, que passa de boca em boca na roda. Roda de Tereré.

⁷⁸ Entendemos que estas duas questões devem ser objeto de aprofundamento no roteiro das entrevistas individuais.

R.E.A - “Então falta muito mais informações para o nosso trabalho ficar mais rico. Eu acho que isso é uma falha até da gente porque falta uma informação para que eles possam distinguir uma coisa da outra. Porque o usuário, se eles tem assim a capacidade de entender mais, é um pouco lenta. Então uma coisa é o mosquito da dengue e com o HIV, pra gente que teve as capacitações, a gente sabe que não tem nada a ver, mas pro usuário ainda falta muito isso: informação, pra gente, redutor, levar.”

R.A.A - “...se você me permite acho que muita informação nós poderíamos ter passado prá eles, o que falta no nosso trabalho... É essa a pergunta? Muita informação nós poderíamos ter levado para eles se nós tivéssemos recebido. Acho que nós redutores temos uma carência de informações sobre saúde em geral. Porque os redutores de danos é muito mais do que um defensor, a gente não ta ai só pra que você não se infecte com AIDS ou hepatite. A gente no final da história se torna muito mais...”

R.E.A - “...mas ai a falha é nossa...”

R.A.A - “...é nossa...”

R.E.A - “...eu sei de outra ONG... acho que a gente uma vez por mês, ou a cada dois meses, se reunir e ver o que ta faltando, prá gente poder pedir informações pra nós levarmos ao campo.”

R.C.O - “Procurar junto à Secretaria de Saúde, de tá participando de capacitação.”

R.E.A - “Porque nós redutores... Nós...”

R.C.O - “...nós...”

R.A.A - “...e o poder público também, os redutores também. Eles deveriam dar mais coisas para os redutores.”

R.E.A - “Porque nós somos convidados para a capacitação só da nossa área e nada na área da saúde, na área da dengue, coisa e tal, a gente não é convidada. Programas que falem de doenças, seja qual for. [...] Por isso a redução não pode ficar preocupada só com o folder. Acho que o redutor tem que assistir ao Jornal Nacional, a gente faz isso. Até uma hora da manhã a gente ta assistindo. A gente tem que passar além dos fôlderes o nosso conhecimento, o nosso conhecimento...”

R.C.O - “Exatamente!”

R.E.A - “Mas prá isso a gente tem que se educar. Porque tem muita reportagem boa por ai.”

R.E.A - “Ainda mais porque você já tem o usuário acessado. Vai lá uma vez ou outra e passa outras informações também...”

R.A.A - “...uma vez ou outra não! Toda semana. É de semana em semana pra gente mostrar pra ele. Ou então vai cair na rotina e ai não vira.”

R.C.O - Uma novidade para apresentar...

R.E.A – “...Informação variada (R.A.A.) Eu tô falando aí fora o folder. Temos que ter outras informações. Nós é que temos que nos unir, nós redutores, poder buscar isso em outras fontes...”

R.A.A. - “...nós queremos chegar ao ponto que a redução de danos seja reconhecida e respeitada, nós temos que nos capacitar. (...) Mas nós temos a obrigação de estar nos capacitando.” (Grupo focal com redutores).

O que não apareceu espontaneamente nas questões mais abertas do início do roteiro aparece agora de forma objetiva e enfatizada, conduzida pelo roteiro. A necessidade de apropriação de “informações técnicas” é representada pelos redutores como uma condição para desempenho da prática da redução de danos. Isso significa que muitos conteúdos que não podem ser trabalhados de forma espontânea junto aos redutores também não foram suficientemente trabalhados na sua formação. A própria linguagem dos redutores, quando se expressam sobre as “informações técnicas”, torna-se mais elaborada e corretamente pronunciada, do que quando expressam os conteúdos mais abertos do início, demonstrando como a pouca linguagem apreendida de forma objetiva na formação influencia as demais formas de pensamento dos mesmos. O mesmo não acontece com os usuários, que quase não conseguiram expressar os conteúdos que, em tese, deveriam ter sido ensinados pelos redutores a eles.

As primeiras categorias de “afetividade” e “controle” surgiram espontaneamente desde o início dos grupos, com o roteiro ainda mais aberto. Durante a elaboração do roteiro e a realização dos grupos focais ainda não sabíamos que surgiriam essas categorias. As outras duas categorias identificadas têm uma relação mais direta com a condução do roteiro e, por isso, eram esperadas, mas poderiam também não aparecer. A categoria de “mobilização” é, no discurso dos redutores, o principal sentido da prática da RD e, tal qual as outras categorias, também envolve todas as demais, ou seja, as categorias se interpenetram, se completam na unidade do discurso dos redutores e usuários. A categoria de “conteúdos” está relacionada aos textos estudados e às falas dos ministrantes dos cursos de formação.

4.2.2 Sistematização preliminar das informações colhidas nas entrevistas individuais

O roteiro das entrevistas individuais teve como foco central aprofundar alguns temas específicos, mais relacionados às últimas categorias de “conteúdos” e “mobilização”,

levantadas nos grupos focais. Consideramos que as categorias de “afetividade” e “controle” foram suficientemente aprofundadas nos grupos focais, o que não impediu que voltassem a ser abordadas nas entrevistas, só que, agora, de forma indireta e não mais central no discurso dos redutores e dos usuários.

A escolha dos temas conteúdo e mobilização, tiveram também como objetivo proporcionar a relação entre as categorias teóricas de atividade humana com mobilização e de conceitos científicos e conceitos cotidianos com conteúdos. Como se evidencia no texto anterior sobre a sistematização preliminar das informações levantadas nos grupos focais, essas questões somente foram introduzidas nos grupos mediante a orientação objetiva do roteiro sobre o tema; mas uma vez introduzidas foram alvo de grande número de reflexões que apontaram novos conteúdos e a ausência de outros. Concluímos que essa questão ainda não havia sido suficientemente desenvolvida nos grupos e por isso foi o enfoque central no roteiro das entrevistas individuais.

Quando abordados diretamente sobre as informações técnicas que haviam aprendido nas capacitações de RD, os redutores demonstraram um discurso mais elaborado que ainda não havia aparecido nos grupos focais.

R.A.A - “Um monte de informações técnicas , de informações sobre doenças, informação de como funciona a discriminação, informação do processo legal da própria Constituição Brasileira, é uma infinidade de informações que é impossível passar em dez minutos de conversa...”

R.C.O - “As capacitações primárias foram para aprender o trabalho propriamente dito, como você chega ao campo, como abordar os usuários, tedeu? E aí nos foram passando informações técnicas do tipo: percentual que a aids tem em determinados países, inclusive no Brasil [...] sobre drogas, principalmente o que elas causam [...] nos passaram informações históricas como a origem das drogas.”

R.M.O - “Primeiramente, a gente sempre fala que usuário de drogas não é bicho né, eles têm os direitos também, tanto direito como deveres né? [...] ele tem que respeitar os outros, ele não pode sair por ai fumando bagulho no meio da rua, se mostrando para outras pessoas [...] ele tem que trabalhar, ele tem que estudar, e ele tem um dia de lazer, uma tarde de futebol com os colegas, conversar com amigos e não esquecer que o uso de drogas ele vai fazer num intervalo, como um *robbye* e não como um objetivo de vida”.

Fica evidente, nos dois primeiros redutores entrevistados, que existe uma preocupação com os conteúdos técnicos, com algo que foi aprendido nas capacitações, como os exemplos que eles deram: doenças, legislação, formas de discriminação, percentual de aids, origem e história do uso de drogas. Os assuntos não foram aprofundados, mas foram lembrados espontaneamente pelos dois redutores. Já o terceiro redutor não consegue

identificar nenhum conteúdo estudado nas capacitações, mesmo com a insistência do entrevistador que repetiu a questão duas vezes tentando melhorar o entendimento do entrevistado. Ele falou bem mais que os dois anteriores, mas, somente sobre suas aprendizagens práticas, no cotidiano do seu trabalho e da sua vida.

Na segunda questão, sobre que conteúdos técnicos o redutor ensinou para os usuários, os redutores argumentaram de forma mais geral, incluindo uma concepção do que seriam esses “conteúdos técnicos”. Propositadamente influímos nas respostas dos entrevistados no sentido de que ele consiga expressar o que realmente sabe, apesar da insegurança de falar formalmente. Uma conversa sobre os temas tratados anteriormente influenciou no sentido de que os entrevistados pudessem se preparar minimamente, uma espécie de aquecimento, antes de falarem sobre o assunto. Essa prática possibilitou ir além dos conhecimentos registrados nos grupos focais, sobre as questões específicas relacionadas ao processo de formação dos redutores, já que o objetivo da tese não é mensurar o que eles aprenderam, mas como isso se deu.

Apresentaremos, a seguir, a transcrição de uma resposta longa, que ilustra a concepção do redutor sobre esses conteúdos:

R.C.O - “Informações técnicas em detalhes, bom, primeiro, nos campos em que trabalho a gente encontra muitos casos de pasta-base, certo? As informações técnicas que a gente passa para os usuário em questão da pasta-base é como ela entra na parada que nós tivemos que , isso nós aprendemos com um livro, Tá Legal, né, que mostrou o trabalho de Corumbá e Campo Grande, mais em Corumbá; como ela é feita, certo. De que maneira se tira a pasta-base da cocaína e a gente procurou passar principalmente as questões históricas da droga. entendeu, que lugar que a droga ocupa hoje na sociedade, entendeu porque isso é importante lembrar, certo, era o que estávamos comentando antes de começar a entrevista, você, hoje o que acontece é na maioria dos casos, em inúmeros casos, sabe em que drogas, entendeu? e a família tem aquele impacto tremendo, entendeu, aí, mandam ele pra um centro de tratamento , sabe, muitas das vezes até clínicas psiquiátrica, né, são usadas ainda hoje; parece uma coisa meio do passado mas, não é, ainda hoje se usa esses métodos; os males que, o que a gente procura passar em geral , é o que é a droga, certo, informações, tipo: seus direitos e deveres, certo? o usuário de drogas, ele, via de regra ele se exclui do próprio, do convívio com outras pessoas, porque ele acha que ele tá errado e que ele é a ovelha negra da sociedade e que ele não merece estar com ninguém, certo.”

R.C.O - “Coisas que nós sabemos que não é verdade, certo? nós sabemos que a pessoa, ela pode sim, bom, já que não vamos citar que é que tá falando, ele pode sim usar o que ele quiser, desde que ele tenha controle sobre aquilo que está fazendo, que saiba o que está fazendo. Que grande problema hoje, você anda na rua, entende, o grande problema é que, se você pega um jovem que não conhece drogas, certo, que não viu drogas na rua ainda, certo, você pode perguntar pra ele sobre qualquer tipo de droga, ele

não sabe responder nada, certo. Por isso que aí esse jovem, ele experimenta algum tipo de droga, aí ele já tem na cabeça dele aquilo que o pai e mãe ensinou, que usa a droga é errado, que droga é ilícito, que droga não presta, que droga é isso, que droga é aquilo.”

“P. De informações técnicas é que estamos falando...”

“Bom, informações técnicas... O monopólio americano em cima da América do Sul, certo, de onde vem essa droga, como ela chega aqui, o número de pessoas por onde ela passa, se de intermediário, certo, que vai cada vez mais misturando, né, essa droga que ele está usando, e os direitos, né, que a Constituição diz que a pessoa tem direito de fazer o que ela quiser dentro da sua privacidade, né, a Constituição nos dá o direito à privacidade, certo, então seria nesse ponto que você encaixa o uso de drogas, certo, se a pessoa, ela usa e não faz mal a outras pessoas, então não tá interferindo na vida social dela. Então ele não tá trazendo malefícios do ponto de vista social, né, aí...”

R.C.O - “Próximo” (Entrevista com redutor).

Encontramos nessa fala uma série de conteúdos significativos que podem ser associados diretamente aos conteúdos ministrados durante a sua formação. A pasta-base como questão central a ser enfrentada necessita ser compreendida, inclusive na sua composição, e o redutor cita o livro Tá Legal (PAES, 2002). Além de saber “como se tira a pasta-base da cocaína” ele fala sobre o lugar que a droga ocupa na sociedade e sobre questões históricas, temas que foram apropriados dos textos: Bucher (1991); Coggiola (1997 e 2004); e Vergara, 2003).

O redutor utiliza a palavra método no sentido negativo, referindo-se à internação em clínicas psiquiátricas, assunto que foi amplamente abordado durante a sua formação, por meio da exibição do filme Bicho de Sete Cabeças (baseado na obra de Austregésilo Carrano Bueno) e das apresentações orais.

Ao argumentar sobre o “monopólio americano em cima da América do Sul”, mesmo que de maneira superficial e solta, o redutor remete diretamente ao texto Comércio Internacional de Drogas: uma aproximação histórica, de Oswaldo Coggiola (2004), que foi amplamente estudado na formação dos redutores, além de que, o referido autor foi palestrante em uma das capacitações e exerceu grande influência sobre os redutores. Os temas “direitos e deveres”, não era um tema recorrente nos cursos de RD, mas aparece desde o grupo focal com insistência. Direitos sim, foi um tema discutido de diferentes maneiras durante a formação. Foi lido um texto de Maria Lúcia Karan (2003) que também esteve duas vezes em Campo Grande falando para os redutores e de Martins (2003), além das apresentação dos outros formadores que não têm textos publicados.

Ao afirmar que o usuário não é uma “ovelha negra”, o redutor assume um papel de defesa de direitos dos usuários, de si próprio, de seus pontos-de-vista e se objetiva intencionalmente na realidade no sentido de transformá-la, conforme orientação muito comum da ABORDA⁷⁹, cujos membros ministraram grande parte da formação dos redutores.

Em seguida, ele cita o “controle”, associado à liberdade de usar drogas, pode usar “desde que ele tenha controle sobre aquilo que está fazendo”. Lembramos que o tema aparece numa campanha nacional da Aborda, em 2001, chamada: Assuma o Controle. Fala ainda sobre a desinformação dos jovens sobre as drogas, tema tratado muitas vezes na formação e em Andrade (1995 e 2000), que esteve ministrando formação para os redutores.

Ao final, ele assume mais diretamente o discurso de defesa dos direitos dos usuários, sobre o direito de usarem drogas desde que não façam mal a ninguém e não interfiram na sociedade; este é um discurso comum nas instituições civis que atuam na redução de danos, como as redes de redutores de danos do Estado de Mato Grosso do Sul, do Brasil e da América Latina⁸⁰, que participaram ativamente do processo de formação dos redutores na região.

A redutora R.A.A. respondeu a mesma pergunta de modo bem mais simples:

R.A.A – “Para os usuários de drogas você ensina principalmente a utilização do SUS; tem vários sentidos, no sentido da saúde, de inclusive, aposentadoria tal. Você gravou grande coisa que a gente passa pro usuário é a forma menos agressiva do uso de drogas [...] agressivas para si para as pessoas que o cercam [...], a importância da escola do estudo.” (Entrevista com redutor).

Seu discurso não denota diretamente os significados apreendidos durante as capacitações, trata de inserção social através das instituições da comunidade: o SUS, a escola (um dos principais objetivos da política de redução de danos) e retorna à questão do controle sobre o uso, como um ensinamento prático. Enquanto o redutor R.M.A. respondeu à mesma pergunta com uma longa fala que em momento algum demonstra alguma forma de conteúdo apreendido na formação. Chega a dizer que o “técnico” atrapalha:

R.M.A - “Fiquei dois meses lá praticamente, no Acre né [...] eu aprendi muito na rua, com os usuários de drogas mesmo, então eu não posso falar que aprendi isso em técnico, porque as vezes o técnico é uma coisa e lá fora [...] às vezes a gente fala na linguagem da gíria mesmo, na linguagem do

⁷⁹ Associação Brasileira de Redutores de Danos.

⁸⁰ REDESUL, Rede Sul-Mato-Grossense de Redutores de Danos, ABORDA e RELARD, Rede Latino-Americana de Redução de Danos.

malandro [...] você usa pouca técnica no campo, campo é malandragem mesmo.” (Entrevista com redutor).

Enfocando a mesma questão, agora para os usuários de drogas, o roteiro das entrevistas indaga sobre quais informações técnicas eles aprenderam com os redutores. As respostas são extremamente rápidas, se comparadas às respostas dos redutores, mas, fica evidente que eles compreenderam a questão.

U.D.1 – “Em geral informações técnicas é reduzir o uso né, de drogas e pessoas, de doenças contagiosas que não se pega fácil e não precisa ter medo, preconceito né, essas coisas na área de droga.” (Entrevista com usuário).

Esse usuário faz uma associação direta da sua aprendizagem com as campanhas de prevenção à aids. As drogas, a prevenção à aids e o preconceito com relação às pessoas vivendo com HIV/aids são o centro do seu entendimento sobre a sua aprendizagem com os redutores.

O outro usuário também foi econômico na sua resposta em relação aos redutores e abordou dois temas centrais a aids e à droga.

U.D.2 – “Ah! Aprendi muitas coisas, aprendi o jeito de usar camisinha, pra não usar do lado errado, agulha para fazer tatuagem, trocar agulha para não entrar em contato com o vírus da aids e, também, é bom a distribuição de camisinha, porque, muitas vezes, no posto é longe de buscar e às vezes não usava camisinha porque não tinha. Agora ta melhor com eles vindo, explicando como usar. Dependendo de quando fumar uma pipa, na lata, tira só seu sozinho, porque então é perigoso pegar uma doença.” (Entrevista com usuário).

O tom mais emocional é evidente ao agradecer a vinda dos redutores, principalmente pela ajuda prestada, retomando a categoria de afetividade. O tema mais evidente é também a aids, ficando o uso de drogas para o final. A prevenção a aids é um dos poucos conteúdos que aparece no discurso dos usuários.

Quando os redutores e os usuários foram indagados sobre hepatite, tuberculose e outras doenças epidemiológicas, as respostas não demonstraram qualquer conhecimento sobre o assunto, embora tenham acontecido algumas capacitações específicas sobre hepatite nos PRDs Águia Morena e Tá Legal.

Quando o roteiro aborda o assunto de leis, as respostas são evasivas ou citam as leis que mais comumente são infringidas no seu próprio círculo de amigos. Assim relata um usuário sobre seu conhecimento de alguns Artigos Constitucionais:

U.D.3 – “Conheço o 12, o 16, o 126, 121, 155, conheço sim, mas não pelos redutores”. (Entrevista com usuário).

O redutor R.C.O. também conhece as mesmas leis que não foram estudadas na formação dos redutores. Ele explica as leis demonstrando uma série de posições em relação à utilização de algum mecanismo jurídico na defesa dos usuários. Ele sabe os artigos que são contra ele, mas não conhece especificamente os artigos que podem defendê-lo. Embora demonstre efetivamente que as leis devem defender os usuários, não sabe dizer a qual artigo, a qual lei se refere.

R.C.O. - “Leis, o que você encontra muito nesses campos em que eu faço principalmente, são primeiro artigo do Código Penal, certo, você procura enumerar aqueles que você sabe e procura descobrir, né, procura se informar sobre o que você não sabe pra poder passar. Artigo 12 do Código Penal: tráfico de drogas.”

Hoje quem é preso com uma determinada quantidade de drogas, ele é considerado, usuário, então ele tem por direito cumprir pena alternativa, certo e não cumprir mais a cadeia, certo, o pessoal chama isso, não pode mais ser acusado de abuso do artigo 12. Outra coisa, quando há uma batida policial, normalmente, além da batida policial tem mais os policiais, infelizmente, ainda hoje, abusam da autoridade que tem pra bater em usuários de drogas, que é mais uma das coisas que pra eles o usuário de drogas é bicho, claro, não pra todos, certo. Mas hoje, infelizmente a maioria das vezes acontece isso, certo, como você se defende, você procura um centro de defesa dos direitos humanos, entendeu, você procura seus direitos através de organizações ou através de si mesmo. Se um policial te bate, certo, sem ter razão, a primeira coisa que você tem de fazer é denunciar, porque do mesmo jeito que ele bateu em você, se você não denunciar ele sabe que não é assim, que ele vai bater em todo mundo e todo mundo vai ficar de boca calada, entendeu, ou o artigo do Código Penal, tem o 12, você tem o 180, certo, que no meio do usuário de drogas, infelizmente, hoje ainda é um problema que é receptação de material roubado do tipo 1, é crime constituído por lei, é uma coisa que a gente procura passar pro usuário de drogas, certo, o próprio roubo, o artigo 155. O artigo 157 do Código Penal que o artigo 155 é furto, 157 é roubo. Não posso afirmar pra você que o roubo a mão-armada também seja o artigo 157, então, esse tipo de conhecimento que você é pouco, a gente sabe que é pouco mas, é o que a gente tem no momento é o que a gente tem condições de passar para ele. Como ele se defender, porque ele sendo usuário de drogas, infelizmente, hoje tem discriminação. Tem a discriminação que é um crime civil, né.” (Entrevista com redutor. Grifo nosso).

Esses artigos citados, segundo a nossa concepção de conteúdo adotada nesta tese, é o próprio conteúdo que não foi ensinado na formação dos redutores, mas nas relações de sua comunidade com o sistema jurídico. Esses artigos são muito citados entre

adolescente que cumprem medida sócioeducativa e faz parte da “cultura carcerária⁸¹”. Se os códigos jurídicos das leis de defesa de direitos não são conhecidos, é porque não estão sendo utilizados. Os mais utilizados nessas comunidades são os códigos jurídicos relacionados ao Código Penal e menos no Código Civil. O redutor fala ainda sobre o cumprimento de pena alternativa para o usuário, numa referência direta ao Substitutivo ao projeto de Lei N. 7145 (2004), que não pune mais os usuários de drogas com prisão, mas com penas alternativas de advertência verbal e serviço prestado à comunidade.

O redutor R.A.A. aprofunda essa discussão sobre direitos dos usuários, demonstrando as soluções detectadas no decorrer do trabalho. São ações práticas do seu dia-a-dia de trabalho na RD. Não conseguimos detectar no seu discurso um grande número de conceitos que foram apropriados por ela durante sua formação. Sua argumentação volta-se para as conseqüências de um trabalho desenvolvido na prática, guiados por fundamentos, que geraram planejamentos, que geraram atividades.

R.A.A. - “Isso é uma coisa que mais se discute nas rodas, porque eles querem saber como funciona as leis, há que acredite que a lei brasileira já libera, já não, por exemplo, já não prende por uso e não é bem assim, esse é o fato mais discutido, é isso, os direitos, direitos humanos, várias pessoas eu levei inclusive lá no CDDH⁸², encaminhei no CDDH para serem atendidas, para terem acompanhamento de um advogado. Isso é o que mais tempo toma das reuniões. Porque na realidade é o que mais interessa a eles, na realidade esse assunto interessa muito mais do que o assunto saúde, mas eles querem saber isso, o que exatamente você ensina?”

P. – “Detalhadamente, o que você ensinou no detalhe sobre direitos humanos, leis, direitos do usuário de drogas?”

R.A.A. – “No primeiro direito que a gente procura ensinar, e que pelo menos eu aprendi assim, é que toda pessoa tem o direito de fazer do corpo dela o que ela quiser, se ele quiser usar a droga dele, ele tem o direito de usar, desde que ele não comprometa as pessoas que estão em volta dele.

Com relação a direitos humanos, discute-se muito a ação da polícia e aí, procura se orientar a respeito, por exemplo, do uso de uma Corregedoria de Polícia se caso seja necessário.

Fala-se muito das instituições que podem ajudar nessa defesa, se a gente não consegue defender os direitos deles, pelo menos procura orientá-los, para que eles saibam aonde eles podem procurar esse tipo de ajuda.”

Tipo: CDDH

Tipo: As Ongs

⁸¹ Paes (1999).

⁸² CDDH, Centro de Defesa e Direitos Humanos Marçal de Souza que atuam no Estado de Mato Grosso do Sul.

Tipo: PRDs, isso a gente discute muito”. (Entrevista com redutor).

Nesta fala podemos perceber o conhecimento sobre o Substitutivo de Lei, anteriormente citado, como centro do seu discurso sobre o equívoco de interpretar essa lei como uma permissão legal para o uso de drogas ilícitas. O tema que ela mais abordou foi o processo de encaminhamentos das demandas jurídicas dos usuários, como um tema que interessa mais do que a saúde. Seguindo o mesmo padrão de argumentação na última fala ela acentua a importância das instituições para as quais encaminha os usuários que necessitam de apoio jurídico. Chega a citar três vezes o CDDH Marçal de Souza e ainda os PRDs e outras ONGs, como instituições para as quais ela enviou usuários para atendimento jurídico.

Outro tema aprofundado no roteiro de indagações das entrevistas foi sobre a relação entre as questões econômicas e as históricas e o uso de drogas e a criação de políticas públicas sobre drogas. As indagações do roteiro objetivaram aprofundar especificamente alguns textos estudados na formação dos redutores, buscando compreender a mudança de significado desse conhecimento desde sua gênese, na formação, até o usuário.

Os redutores utilizam as palavras “econômica” e “histórica”, como sendo uma causa do uso e das políticas públicas sobre drogas, mas não conseguem articular uma forma de explicação mais elaborada sobre essas causas econômicas e históricas.

R.A.A. – “Olha, historicamente falando, a droga é utilizada desde que o mundo é mundo, assim como prostituição existe desde que o mundo é mundo. Essas mudanças que sofreram, que no decorrer dos anos, inclusive na legislação, isso é influenciado pelo poder econômico, acima de tudo pelo poder econômico americano que vem entrando e vem tomando conta, principalmente, da América do Sul. Esse é um outro assunto que a gente discute muito. Certo. A consequência do uso dessa droga, a consequência do uso também é discutida constantemente porque é uma coisa que é real, que está na cara da gente e as pessoas muitas vezes até atribui ao uso de drogas coisas que não têm nada vê, coisas que são influência do meio, que são em função da deficiência econômica das pessoas e que acontecem em função da periferia onde mora, porque eu gosto de trabalhar na periferia, meu negócio não é muito o centro, não. Esses assuntos são normalmente discutidos e há uma grande confusão, as pessoas atribuírem ao uso de drogas, problemas que elas tem que de repente que não tem nada a ver com drogas. Então a gente nas conversas a gente discute muito isso procurando inclusive saber se os que as pessoas estão, se os problemas que elas estão enfrentando tem algo ver com as drogas, e historicamente, Paulo, não sei se a gente conseguiu ensinar muito história para esse povo.

Em relação à legislação, fala-se muito da legislação Federal, da nossa Lei Estadual, fala-se, discute-se a respeito da necessidade de se fazer a Lei

Municipal, a gente fala sobre isso sim.” (Entrevista com redutor. Grifo nosso).

R.A.A. consegue articular na memória alguns textos estudados que podem ser identificados na sua fala. Ela compreende a gênese do uso de drogas, e também da prostituição, como uma questão histórica, “historicamente falando”. Na sua referência sobre o poder econômico exercido pelos Estados Unidos na América do Sul, fica clara a alusão a alguns textos estudados durante sua formação como: Coggiola (1997 e 1994), Paes (2002 e 2004) e Vergara (2003). Em seguida, ela chega a demonstrar a relação entre o uso de drogas e as causas econômicas, as influências do meio, sem conseguir fechar a lógica do seu raciocínio, por falta de lembrança efetiva dos significados dos textos estudados. Existe um sentido dos textos originais que se preservam, mas o seu significado original foi simplificado e dotado de novos entendimentos que somente apareceram mediante uma indagação mais incisiva do entrevistador sobre o assunto. Ao final ela afirma que “não ensinou muito história” e volta à sua característica mais pragmática de falar sobre assuntos mais objetivamente úteis, como a lei federal, a lei estadual e a lei municipal de redução de danos.

Numa primeira indagação sobre questões econômicas e históricas, o redutor R.C.O. formula uma idéia de que há uma divisão de “classe” entre usuários de cocaína e pasta-base, que o primeiro nunca moraria num mocó, porque aquela é uma droga mais cara, não associando à compreensão dos textos estudados. Um pouco mais adiante ele afirma “existem drogas que são tão velhas como as civilizações mais antigas, certo, o ópio já era usado no Egito antigo”. Este texto foi quase literalmente memorizado do texto de Vergara (2003) citado em Paes (2004). Mesmo indagado por uma segunda vez pelo entrevistador, R.C.O. continua compreendendo os conceitos na sua dimensão cotidiana e contrária ao significado dos textos. Numa terceira indagação ele consegue expressar algo mais próximo do que foi estudado nos textos.

P – “Você acha que não tem nenhuma relação entre as questões econômicas e o uso de drogas?”

R.C.O – “Sim...”

P – “E as conseqüências desse uso e as políticas públicas sobre drogas?”

R.C.O – “Sim...”

P – “Então você não conversa sobre isso com os usuários?”

R.C.O. – “O que a gente conversa, entendeu, sobre questões econômicas é uma coisa bem prática, difícil você colocar isso em poucas palavras, a questão econômica é histórica, o menor na sociedade, infelizmente, quem é pobre, isso já é uma questão histórica já, quem é pobre é discriminado, usando drogas é mais discriminado ainda, infelizmente, hoje pra sociedade o usuário de droga é só pobre. É só o cara que não tem dinheiro, e aí, você fala sobre políticas públicas é onde entra as políticas públicas que são; as pessoas que trabalham pela camisa, pela graça como a gente diz, trabalham pela camisa, pela garra, essas políticas são voltados pra essas pessoas com poder menor, certo, eu não sei se a pergunta ficou bem respondida.” (Entrevista com redutor).

Fica evidente a impossibilidade do redutor articular o estudo que fez nos textos e durante a formação, com a realidade do seu trabalho. Mas ele consegue tocar em vários assuntos tratados nos textos, modificando seu significado, mas preservando ainda algum sentido, ao demonstrar quem é pobre já é discriminado e quem é usuário é mais discriminado ainda. Ele afirma também que todos os usuários são pobres e que as políticas públicas, o que inclui o seu trabalho de redutor, existem para atender a essas pessoas. Em todo o seu discurso aparecem concepções equivocadas como essas, mas elas carregam ainda um sentido de justiça social.

O redutor R.M.O., que não se expressou diretamente sobre temas abordados nos textos estudados, falou longamente sobre essa questão econômica e histórica, mas com uma concepção prática, sem remeter a qualquer texto estudado.

R.M.O - “Isso mesmo, então a questão econômica está ligado nisso porque a pasta-base aqui hoje está custando uma droga muito cara e às vezes né, a cocaína já não chega porque quando chega, chega um lixo, aqui nunca passa uma coisa boa e a pasta-base é feita aqui mesmo até em fundo de quintal, então, relacionada à economia é que o cara vai pro tráfico por causa até mesmo da questão econômica, porque já não arranja um trabalho porque ele é discriminado pela sociedade ou às vezes ele não arranja porque as pessoas não têm conhecimento de que ele é um usuário mas ele é um ex-presidiário, já não arruma também, então, o que acontece ele vai pro um lado mais fácil às vezes até mesmo a questão da família que ele tem né, vendo seus filhos passando fome, então tem várias maneiras do cara ir pro tráfico. É a questão econômica que a gente coloca que ele vai fazer mesmo pra sua auto-sobrevivência dele, porque você nunca vê um traficante hoje, pelo menos de pasta-base, que fale assim tem bens e patrimônio, às vezes só pra comer, você vai abrir a geladeira dele você vai ver o que: um leite, um pão, um lanche pra ele comer a noite. É mais um meio de sobrevivência hoje o tráfico é, não é pra você viver bem não: viver bem é quem vende a heroína, quem vende cocaína lá pro exterior, lá fora quem vende essas coisa sintética, isso sim dá dinheiro, agora pasta-base e maconha é mais um modo de sobrevivência e é maneira que...” (Entrevista com redutor).

Se R.M.O. não demonstra qualquer resquício dos significados estudados nos textos referidos, ele também não se ausenta de uma concepção sobre o assunto. Ele

parte do entendimento de que os pequenos traficantes de pasta-base que conhece não ganham dinheiro, mas quem ganha são os grandes traficantes. Esse foi um tema estudado nos textos citados e revela também a concepção geral dos redutores sobre o assunto. Porque, se ele não apresenta os conceitos tal qual aparecem nos estudos, ele apresenta uma concepção, que foi produzida nos grupo de redutores e que tem como pilar os estudos teóricos. Mesmo que ele não tenha diretamente relacionado os textos, de uma forma indireta foi influenciado por eles e apresenta na sua fala algumas ruínas dos significado originais dos textos. Esse percurso do significado original do conhecimento contido nos textos é o caminho desvelado nas suas falas. A fala dos redutores, que apropriam mais diretamente os textos e, também, daqueles que o apropriam indiretamente, no contato com os colegas. Mesmo não sendo considerado como conteúdo da formação dos redutores, podemos aproveitar essa fala para compreender que os significados originais não persistem, mas alguns sentidos são comuns entre os redutores, influenciando uma concepção geral sobre a questão do uso de drogas.

Os usuários de drogas entrevistados não fazem referência a qualquer forma de entendimento dos textos sobre o assunto tratado. O U.D.2, quando indagado sobre o que tem a ver questão econômica com o uso de drogas, demonstra essa compreensão.

U.D.2 - “Não tem nada a ver a questão de grana, tanto faz, porque se ela tiver grana ela vai se sustentar e se não tiver ela vai partir pro ilícito, né, pra conseguir.” (Entrevista com usuário).

O último enfoque do roteiro para as entrevistas individuais indaga sobre os encaminhamentos realizados pelos redutores e usuários e que foram desencadeados na prática da RD. Por ser uma questão prática e com menor grau de abstração os argumentos foram muito abundantes tanto pelos redutores quanto pelos usuários. Voltemos então à categoria empírica de mobilização, buscando apreender ao máximo as formas de mobilização desenvolvidas pelos redutores nas comunidades de usuários de drogas.

Quando indagados sobre as atividades de sociabilização e mobilização dos usuários de drogas, os redutores responderam de forma crítica ao seu próprio trabalho afirmando que existe nesse ponto uma grande deficiência no trabalho:

R.A.A. – “A gente fala muito sobre isso, fala em fazer reuniões, sobre fazer oficinas, sobre reunir pra fazer alguma coisa diferente, não consegue reunir um grupo grande. [...] na Moreninha você reúne, na Moreninha, no Canguru [...] Olha, de mobilização eu não sei, a gente conseguiu foi encaminhar, tem gente que tá estudando, tem gente que está trabalhando entendeu. Agora, as associações. Isso aí não funcionou.” (Entrevista c, redutor).

O argumento dessa redutora parte de duas formas de entendimento sobre mobilização. A primeira é o encaminhamento direto dos usuários a alguma forma de atividade ou atendimento. E a segunda, que não funcionou, é a organização dos usuários através da Rede Sul-Mato-Grossense de Usuários de Drogas, que teve um grupo atuante no início e, depois, quando o PRD Tá Legal deixou de atuar no centro da cidade, desmobilizou-se.

Achamos importante tentar levantar o máximo de atividades que podem ser consideradas mobilizadoras e que foram citadas pelos redutores e usuários, ao invés de citar as falas, que repetem as mesmas questões. Levantamos essas atividades ou encaminhamentos, nas informações preliminares, nos grupos focais e nas entrevistas individuais. Foram levantadas nas próprias falas dos redutores e usuários, os seguintes encaminhamentos: educação formal, cursos de formação profissional; postos de saúde; testagem de HIV/aids; testagem de hepatite; imunização contra hepatite; tratamento de aids; tratamento de hepatite; tratamento de tuberculose; clínica para usuários de drogas; CAPS; hospital-dia; atividades culturais; assistir a um filme; jogar bola; programa de segurança alimentar; assessoria jurídica; Defensoria Pública; CDDH; Corregedoria da Polícia Militar; Câmara de Vereadores; Audiência Pública na Assembléia Legislativa para debater a Lei Estadual de RD; Audiência Pública na Assembléia Legislativa para debater a Lei Estadual de direitos dos Usuários de Drogas; Seminário do LATS (Latin American Seminar Traveling); Seminário da ABORDA; Seminário da REDESUL; GASS; Fórum Ong Aids; e Comissão Municipal de DST/AIDS. Além dessas instituições externas para as quais os usuários foram encaminhados, foram citadas também as atividades internas dos PRDs: reunião para discutir o uso de drogas; reunião para organizar os usuários de drogas; reunião para conversar sobre aids; oficina de teatro; oficina de pintura; reunião para debater os direitos dos usuários de drogas; oficina de uso seguro de pasta-base; oficina de confecção de piteira com papel de cigarro para usuário de pasta; e confraternização de aniversário e outras datas. Além dessas atividades mobilizadoras que aconteceram em instituições formais e nas sedes dos PRDs, os redutores também mobilizaram os familiares dos usuários fazendo inúmeras reuniões informais com o objetivo de contribuir para uma melhor relação dos usuários com suas famílias.

Essa complexa trama de relações dos usuários com os mais variados mecanismos sociais, organizada pelos redutores, representa o aspecto mais transformador da prática da RD para conseguir uma melhor qualidade de vida para os usuários. Os redutores acreditam que têm o dever de ajudar os usuários de drogas a resolver os seus

problemas e isso somente é possível se os usuários forem encaminhados a determinadas atividades ou formas de atendimento. Essa questão da mobilização, que atinge o usuário desde a sua relação familiar, com a turma, no PRD, até com as instituições externas à comunidade, aparece em todos os enfoques das entrevistas. Sempre que um problema é relatado, os redutores apontam um encaminhamento diretamente relacionado à mobilização dos usuários. Assim manifestou-se R.A.A. Sobre os principais problemas vividos pelos usuários:

R.A.A. - “Ah!... o primeiro, via de regra, é o nível de vida mesmo que é baixíssimo, certo, como eu disse antes, tem até problemas que são, que dizem que são problemas em função das drogas, mas que não. É em função do próprio meio em que vive, certo.” [...] É, uê... as pessoas vivem numa situação muito deficiente financeiramente, culturalmente, você entendeu? Então elas têm uma porção de problemas. O outro, o problema enorme é, as pessoas tem também, com a utilização do SUS, não tem confiança, pessoas são descrente do SUS. [...] Pra conseguir mostrar para essas pessoas que não é assim que o SUS funciona você tem que acompanhar, você tem que mostrar, você tem que levar, não basta você encaminhar uma pessoa para fazer, por exemplo, um teste anti-HIV, não adianta você encaminhar, você dizer, vai em tal lugar, você tem que ir junto, entendeu, porque as pessoas não acreditam não. Sabe, as pessoas acham que tudo é muito mais difícil do que na realidade é, então, em função disso, elas têm uma porção de problemas de saúde, Paulo, tem tuberculose por aí, eu não sou médico para atestar, dizer que é tuberculose, mas o que tem de tuberculose por aí, que a gente mais ou menos consegue e tira por sendo leiga, não é brincado. E as pessoas não procuram o centro de saúde.”

P. Você está me dizendo que você encontrou dois problemas principais?

R.A.A. - “Sim.”

P. Pois quais são os outros que você também encontrou?

R.A.A. - “Ah! Os problemas da discriminação, as pessoas são altamente discriminadas.”

P. Porquê?

R.A.A. - “Pelo uso de drogas e pelo lugar onde vive, principalmente pela polícia, a maioria dessas pessoas tem problemas com a polícia, não chega a ser muitas vezes com a justiça e sim com a polícia, e aí, porque às vezes, as pessoas, não é dizer que elas têm problemas com a justiça, oficialmente elas não devem nada, só que elas são tão perseguidas pela polícia que acabam ficando sem condições de viver.[...] Eu conheço gente que teve que ir embora daqui de tamanha perseguição, sendo que tudo bem, a pessoa comete um erro aqui, a polícia pega, descobre que ela tem esse problema e que ela é usuária de drogas. Tudo que acontece nas imediações onde ela mora acaba caindo, sobre essa pessoa, sendo pressionada, entendeu? Infelizmente isso acontece muito com menores, entendeu, muito isso acontece nessa periferia.” (Entrevista com redutor. Grifo nosso).

Se as pessoas estão adoecendo sem tratamento necessitam ser encaminhadas para o SUS. A redutora demonstra que os usuários não têm informação sobre o atendimento e que o papel do redutor é informá-los sobre a existência do atendimento e, se possível, acompanhá-los no atendimento. Assim, é também com a polícia que comete abuso de poder contra os usuários e por isso estes devem ser informados e encaminhados para uma assessoria jurídica. A ação do redutor é para ajudar a desembaraçar os “nós” que separam suas necessidades imediatas das relações institucionais que podem solucionar o problema. A compreensão sobre a relação da comunidade que ela atende com a polícia, passa por uma percepção legal dos direitos humanos, o que justifica uma “mobilização” dos usuários. Existem mecanismos de saúde que podem ser acionados para solucionar problemas relacionados às áreas da: Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social, Justiça, Segurança, Moradia e Cidadania, mas são os próprios usuários que terão que buscar seu atendimento.

Entre os usuários de drogas a “mobilização” aparece como um meio de compreensão lógica que os levam a buscar ampliar suas relações sociais sobre o movimento da RD.

U.D.1 – “Uê!, tirá o povo da discriminação, né, meu, pra ele fumar sossegado, entendeu, acho que é mais por aí, pra ele fumar sossegado de boa, sem ter medo da polícia, sem ter medo de ninguém. Aí seria massa, tirá o preconceito, que os outro geralmente vê as pessoas que e vai falar que é ladrão né, geralmente não presta pra quem usa, pra quem é careta é isso mas não é, alguns né, porque tem uns que, nossa, é por aí que eu sei...” (Entrevista com usuário. Grifo nosso).

Ao final, a fala do usuário divaga, mas no início existe uma intenção de tirar o preconceito de como as pessoas os vêem. O usuário afirma que o preconceito “vê ou chama as pessoas de ladrão”. O preconceito não serve para os usuários, “pra quem é careta é isso, mas não é”. O que aponta para uma mobilização está relacionado aos interesses imediatos do usuário que quer ficar “de boa” e não ser chamado de “ladrão”. Um pouco antes, na sua fala, U.D.1 fala de uma complexa rede de problemas que está vivendo no momento:

U.D,1 - “Problemas assim particular deles né, que a pessoa que usa não souber controlar, se não souber se sustentar, vai começar a roubar; se é viciada, vai vender tudo que tem em casa, pelo menos as pessoas que eu conheço é assim, faz isso pra sustentar o vício né, lógico tem umas três pessoas só que trabalham pra sustentar, que não mexe, do suor dele que tira de mais ninguém, mas isso é problema e também a saúde né, só que o cara tá bem acabado; minha mulher é uma, Mary, tá com o olho fundo, acabada

mesmo, magra hein! De fumar o troço.” (Entrevista com usuário. Grifo nosso).

Quando ele fala em “controlar” refere-se a drogas, mas em toda sua fala ele demonstra situações em que o controle está relacionado aos outros temas: uso de drogas, sustentar o vício, vender tudo, trabalham pra sustentar e problema de saúde.

Nas entrevistas dos redutores somente encontramos as ruínas dos significados dos textos e aulas da sua formação. Nas falas dos usuários, essas ruínas são ainda mais imperceptíveis, mas ainda estão presentes com um outro sentido.

U.D.2 – “Porque antes eu acordava já pensando nela, agora eu já acordo pensando num futuro né, que eu vou fazer, tudo isso né, porque antes eu não tava nem aí, agora eu estou mais controlado, estou estudando, estou sossegado né.” (Entrevista com usuário).

Nas falas dos UD o controle aparece mesmo quando o entrevistado tenta manter a sua fala num outro tema específico. O controle é um símbolo expresso insistentemente nas falas dos usuários. Para eles tudo o que se refere à redução de danos está relacionado ao controle do uso de drogas e das relações sociais.

UD2 – “Aprendi muita coisa, heim Paulinho, que nem eu disse, que nem eu era, muitas vezes eu vim aqui pedia pra falar com eles, que eu era um cara que ficava 24 horas na rua aí, usando droga pra lá, pra cá e sempre eles chegavam, conversavam comigo, falavam, assim não e alguma hora eu vou parar e depois fui parando, diminuindo, parar não né que parar é muito difícil. Diminui muito, depois assim consciência, quando tô com problemas desabafo com eles, sempre venho aqui, converso com o R.E.A e o R.M.O. Fico aqui conversando aqui com eles, desabafando né, sempre eles vão me explicando, me orientando; que que eu tenho que fazer, o que não tenho.”

P. - Você traz outros usuários também?

U.D.2 – “Trago... sempre venho aqui, eu ajudo os outros também, eu falo pros outros sobre isso aí, né Paulinho.

P. - E tem os caras que ficam na pipa muito direto aí assim?

U.D.2 – “Fica, tem uns que fica principalmente na lata assim né, só que vai conversando, falando não é assim né, a gente vai falando, falando aí o cara vai diminuindo e que nem eu né, o meu caso, se o cara tiver na telha, eu vou dizer, lá não tem lugar não se quiser a gente fuma melado e aí o cara sossega aí, nisso o cara entra no ritmo de fumar o melado, quando vai ver ele vai saindo da lata, da pipa que nem eu né, fui aprendendo assim né, dava pipada na cara ficava várias, ficava três dias invernado na pipa e aí fui colocando na minha cabeça, fui tirando, tirando, hoje fumo de vez em quando um melado.”

P. - Melado pra você é uma prática de controle sobre o uso, certo?

U.D.2 – “É.”

P. - Que outras formas de controle sobre o uso de drogas você aprendeu com os redutores, além desta, o melado?

U.D.2 – “Além do melado? É da cachaça também né, que quanto mais você toma mais dá vontade de fumar e falando disso aí, tomava todas e já invernava também com as outras e em vez de você, tinha vez que invernava na cachaça, que ficava com tanta vontade de fumar que ia lá em casa não pra roubar mas pra chamar meus pais pra pedir dinheiro emprestado pra poder fumar, chegava 3,4 horas da manhã, chegava lá e pá, pá, pá na porta e falava assim me arruma 5.00, 10.00, pelo amor de Deus, é, e daí fui colocando na minha cabeça que não é assim, por isso que eu falei, agora só um melado de vez em quando, aí hoje não faço mais a minha trapalhada.”

P. - E esse controle que você aprendeu a exercer sobre seu próprio uso de drogas, que você controla, isso mudou a sua vida? Como é que mudou, se é que mudou?

U.D.2 – “Ah! Mudou muito hem! Mudou muito né Paulinho, porque eu não andava assim como estou agora, andava só agitado, não parava pra conversar assim muito, eu falava só olha lá e já saía atrás dela. Porque tá dentro da cabeça, queria fumar, podia tá chovendo, podia tá sol, qualquer hora, depois que você fumava a primeira você vai embora. Se você começar de manhã, você vai parar só outro dia de manhã. Única coisa que eu não consegui fazer até hoje foi é roubar.”

***Você com os redutores aqui, você aprendeu alguma prática de mobilização, organização? Uma forma de organização pra defesa dos direitos dos usuários de drogas?**

U.D.2 – “Paulinho, falar que aprendi, eu aprendi né, também, direto na banca do pessoal assim o pessoal fica brigando sobre isso de drogas, essas coisa e eu vou lá converso com eles tudo e aí fica tudo em paz, depois daí aprendi muita coisa aqui dentro também né, não é assim, você por causa de uma droga você fica brigando, por causa de pouca coisa, e muitas vezes, falo assim, não fica brigando por pouca coisa, por porcaria.” (Entrevista com usuário. Grifo nosso).

Na sua descrição sobre como estava antes U.D.2 disse que ficava 24 horas na rua, mas que conseguiu controlar seu uso, com a ajuda dos “conselhos” dos redutores. Esse parece ser um “conteúdo” que aparece indiretamente na capacitação dos redutores, mas esses conselhos têm um papel mobilizador junto aos usuários. O habito de fumar um melado é uma variante do texto de Eliseu Labigaline, (2000), que esteve em Campo Grande em 2004, e que descreve a utilização de maconha fumada junto a dependentes de crack, com resultados melhores do que as internações tradicionais. Labigalini fala sobre o uso de maconha no meio do processo de uso, do crack, que pode durar até dias seguidos, assim como a basta-base. Quando usa a maconha, quebra o ciclo da cocaína, sente fome, come e depois sente sono. Quando está direto na lata ou na pipa, sem a maconha, não

sente fome, não sente sono e não consegue interromper o uso. Esse parece ser o grande instrumento de controle sobre o uso da pasta, no caso o melado, de fumar maconha com pasta. Os três usuários entrevistados afirmaram conseguir controlar a “fissura” e a continuidade do uso da pasta com o melado.

A categoria de “controle” não apareceu sozinha, mas relacionada às categorias de: afetividade, mobilização e conteúdos. As quatro categorias são apenas elementos escolhidos da realidade, que podem servir de pontos de organização lógica das idéias, com o sentido buscado na própria realidade pesquisada.

A sistematização preliminar das informações empíricas buscou retratar o objeto pesquisado na sua forma superficial, na sua aparência imediatamente perceptível, uma apreensão, ainda caótica do objeto, apenas demonstrando as relações imediatas no processo de ensino e aprendizagem entre redutores de danos e usuários de drogas. Foi dentro desse emaranhado de significados que buscamos identificar uma organicidade do objeto em relação a ele mesmo, sem recorrer a referências teóricas, através de categorias empíricas. As categorias funcionaram como instrumento de organização na medida em que separaram significados e os relacionaram, ainda que preliminarmente, de forma hierárquica demonstrando como uma categoria pressupõe e embasa outra, demonstrando uma lógica inicial, um fio para a condução da compreensão dessa realidade pelo pensamento. Compreensão impossível de ser efetivada sem a apropriação das relações mais complexas e abstratas, estas, sim, mais do que mostrar, devem explicar a realidade além da sua aparência.

4.3 Análise mediada pelas categorias teóricas

Essa sistematização preliminar das informações, colhidas nos grupos focais e nas entrevistas, deve ser a base sobre a qual utilizaremos as categorias teóricas como instrumento de compreensão dessa realidade pelo pensamento, não apenas na sua aparência caótica, mas como realidade concreta que existe independente do pensamento que a apropria. A realidade, no caso nosso objeto de estudo, existe concretamente em conexão com a totalidade das relações históricas e sociais da humanidade. A apreensão do objeto sem seus determinantes históricos é uma falsa apropriação dessa realidade pelo pensamento, que capta o elemento, a particularidade, separada do todo, do gênero humano

que a gerou e que interage decisivamente com ela. O pensamento, para refletir o real, deve refletir o concreto da realidade e ser ele próprio um pensamento concreto, na medida em que apreende o real pelos seus determinantes mais complexos, históricos e superiores. O abstrato, como particularidade isolada do contexto que o forjou, somente é um momento da realidade.

O próximo procedimento do método adotado, a análise propriamente dita, é a compreensão das informações levantadas empiricamente através das formas mais complexas, mais ricas e multilaterais. Iniciaremos a análise do objeto, explicando as informações empíricas, agora mediadas pelas categorias teóricas. Por esse motivo iremos utilizar durante a análise com as categorias teóricas as mesmas falas repetidas, agora resumidas, que já utilizamos na sistematização das informações empíricas. Como o leitor já conheceu as fontes da pesquisa empírica nos itens anteriormente abordados, faremos apenas as referências a tais fontes evitando repeti-las.

A análise das categorias teóricas remete às contradições do sistema social dominante e isso determina uma série de ambigüidades que tentaremos identificar durante a análise fundamentada nas categorias teóricas e que, até esse momento, ainda não havíamos nos detido. Essa ambigüidade vai aparecer nas análises de todas as categorias teóricas utilizadas ao identificarmos procedimentos ou falas.

Escolhemos iniciar pelas categorias teóricas que mais se evidenciaram no levantamento das categorias empíricas, buscando identificar relações entre as categorias teóricas e as empíricas. Iniciaremos a análise pela categoria teórica de “atividade”, que aparece de forma mais visível na categoria empírica de mobilização, mas, também, durante as falas dos sujeitos pesquisados. Em segundo lugar, escolhemos várias categorias comuns, conceitos científicos e conceitos cotidianos e pensamento e linguagem, cujos significados aparecem de forma mais contundente na categoria empírica de conteúdos, mas aparecem também nas demais falas e categorias. A terceira categoria teórica que utilizaremos é a de “sentido e significado”, que puderam ser identificadas efetivamente nas falas dos redutores e dos usuários. As categorias teóricas de “individualidade em si, individualidade para-si, alienação e práxis” devem buscar abstrair ainda, de forma mais profunda, o processo de análise. Na última parte da análise, buscaremos demonstrar uma síntese da análise utilizando as categorias teóricas de ensino e aprendizagem.

4.3.1. Atividade humana

É somente através da atividade que os indivíduos e as novas gerações se apropriam dos elementos culturais herdados, que caracterizam a humanidade. A apropriação de qualquer forma de conhecimento é determinada pelo grau de atividade que o sujeito que aprende desenvolveu ou desenvolverá em relação ao conhecimento ensinado (LEONTIEV, 1978 e 1983). Isso nos leva a afirmar que o ensino e a aprendizagem somente são possíveis através do desenvolvimento de atividades. É importante identificar três formas de atividades desenvolvidas na prática da RD: as atividades dos redutores no exercício do seu trabalho; a atividade dos usuários de drogas no seu processo de aprendizagem e a atividade de outros sujeitos da comunidade em relação aos usuários de drogas (TÁ LEGAL, 2002, MESCLA, 2003 e ÁGUIA MORENA, 2004). Essas atividades são o eixo central das relações diretas de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários, mas são anteriormente determinadas por outras atividades.

Uma atividade humana por mais simples que seja, está inter-relacionada à totalidade histórica das relações sociais. As atividades desenvolvidas pelos redutores não nasceram espontaneamente nas suas relações cotidianas, foram apropriadas por eles, mediados por um amplo espectro de outras atividades desenvolvidas por especialistas e técnicos que atuam numa política pública que investe recursos materiais com objetivos definidos. Aconteceram inúmeras atividades antes que os redutores fossem contatados em campo, que são também determinantes da prática da redução de danos, num plano anterior e que necessitam ser identificados. A política de redução de danos desenvolveu-se porque recebeu investimentos voltados para o controle da hepatite e da aids junto aos usuários de drogas injetáveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001). Esses investimentos provocaram o desencadeamento das mais variadas atividades: pesquisa, divulgação na imprensa, formação de especialistas, financiamento de projetos, criação de PRDs e trabalho de campo, conforme já observamos no levantamento de informações preliminares. Essas atividades são uma resposta concreta da sociedade para o problema gerado pela atividade de usar drogas injetáveis e para controlar a epidemia. Essa múltipla gama de atividades desenvolvidas vem constituindo, objetivamente, uma cultura de redução de danos. Durante o trabalho, os redutores continuam desenvolvendo atividades apreendidas na sua própria vivência cotidiana e isso também faz parte do processo de ensino; mas são as atividades novas apreendidas durante a formação que indicam como se deu efetivamente um processo de aprendizagem do redutor em relação as intenções dos seus formadores.

As atividades do próprio redutor não foram apenas aquelas dirigidas para os usuários e para a comunidade. O controle dele mesmo sobre o uso de drogas e o cumprimento de regras e horários de participação no processo de formação de redutores, foi desenvolvido mediante a execução de atividades que antecederam sua ida ao campo e fizeram parte do processo de ensino e aprendizagem, preparando e dando um significado ao trabalho de campo. O controle foi resultado da atividade, somente pela atividade externa, nas relações sociais é que o usuário pôde desenvolver qualquer forma de controle interno sobre sua própria conduta. A participação em cursos de longa duração, o trabalho diário em equipe, os contatos institucionais, o trabalho de campo, o preenchimento dos diários de campo, os planejamentos e as avaliações (TÁ LEGAL, 2002, MESCLA, 2003 e ÁGUIA MORENA, 2004), são, primeiramente, atividades externas que interiorizaram no redutor a possibilidade do controle. Ao mobilizarem as relações sociais próximas eles produziram o seu próprio controle. Nesse sentido a atividade antecedeu e produziu o controle dos redutores e dos usuários sobre o uso de drogas, mas, principalmente, sobre sua própria conduta.

Os significados levantados na categoria empírica de mobilização, que perpassaram todas as informações qualitativas levantadas, foram essencialmente desenvolvidos mediante o exercício de atividades sistemáticas. Os exemplos levantados na categoria empírica de mobilização são exemplos também da categoria teórica de atividade que, por ser mais complexa e fundamentada, enriquece a primeira na sua compreensão. A mobilização como atividade humanizadora da comunidade imediata e a atividade de ensinar algo, foi causada pela mediação exercida pelo redutor entre o usuário de drogas e a cultura que foi apropriada pelos usuários.

R.A.A - "... o minha amiga, não dá pra você fumar um baseado agora, você tem que trabalhar, você tem que fazer isso, você tem que fazer aquilo. Você tem até o direito de... Até o direito de fumar uma baseado e até de tomar uma cerveja, mas primeiro você tem que cumprir as suas obrigações. E isso, graças a Deus, eu aprendi com a redução de danos e tenho conseguido transmitir isso." (Grupo Focal com redutores. Grifo nosso).

Essa fala do redutor caracteriza um processo de mobilização dos usuários partindo das ações que o redutor já realizou anteriormente. A mobilização dos usuários passou por um processo anterior de mobilização dos próprios redutores, conforme demonstram as informações preliminares, através de atividades que mudaram suas vidas externamente. Essa mudança foi proporcionada pelas variedades de atividades desenvolvidas na sua formação de redutor. A atividade, prática ou intelectual, foi o

principal processo de formação dos redutores. As falas dos redutores também deixam evidente a importância que dão para o desenvolvimento de atividades:

R.C.O - “São diversas outras formas de fazer o trabalho de campo que não se limita só ao tempo que você fica no campo, mas é um documento que você faz, é uma assistência que você dá, certo, você tá proporcionando ao usuário de drogas que ele vá, que ele participe de cursos, entendeu. Tirando ele de um ciclo que ele tá acostumado. Colocando ele prá trabalhar com pessoas diversas, não só com usuários de drogas, mas também com outras pessoas para que ele se sinta não só um usuário de drogas, mas um cidadão.” (Grupo focal com redutores. Grifo nosso).

O sentido pragmático adotado desde os pressupostos das políticas de RD parece impregnar as falas dos redutores e dos usuários. Existe uma certa rejeição e negação da importância de um ensino dirigido que desenvolva conteúdos teóricos. A escassa realização de atividades de estudos teóricos não foi uma opção efetiva dos redutores. Muitos dos ministrantes que os formaram fizeram, antes deles, essa opção metodológica, fundamentada nos mais reconhecidos autores que pesquisaram a RD. Esses ministrantes defendem que as atividades sejam lúdicas ou que encaminhem a solução de um problema pontual e proporcionam reflexões utilizando poucos textos escritos, conforme já identificamos nas informações preliminares⁸³. A formação dos redutores, em geral, não priorizou as atividades voltadas para o desenvolvimento intelectual, o que pode ser percebido nas próprias falas dos redutores, mas não deve ser compreendido como sendo apenas uma manifestação individual, mas como resultado do processo de formação a que se submeteram.

Por outro lado, as atividades intelectuais levaram o grupo a estudar mais de 12 textos⁸⁴, uns mais fáceis e outros mais difíceis, mas lidos e apresentados pelos grupos de estudo. Um exemplo foi um redutor que não sabia ler, foi orientado para frequentar a EJA, e dois anos depois ele já preenchia sozinho os relatórios de campo e leu inúmeros textos, mesmo os mais complexos, com ajuda dos colegas (TÁ LEGAL, 2002). O envolvimento ou não com as atividades intelectuais ministradas variou muito de redutor para redutor. Em alguns casos, mesmo os que não queriam tiveram que ler. O trabalho em grupo possibilitou que o ministrante determinasse as atividades do grupo, mesmo que alguns não gostassem, prevaleceu o interesse da maioria.

⁸³ Três dos consultores que ministraram doze módulos de formação, não utilizaram textos como meio de estudos.

⁸⁴ Os textos foram mais utilizados pelos coordenadores dos PRDs e menos pelos consultores, conforme demonstrado nas informações preliminares.

Permeadas por todas essas atividades dirigidas objetivamente estão as atividades afetivas. As relações de afeto foram demonstradas não somente pela linguagem, os redutores desenvolveram atividades como demonstração de afeto. Os contatos no campo, os encaminhamentos de saúde, o desenvolvimento de atividades lúdicas têm para os redutores um sentido afetivo mais evidente do que outros. A atividade em si é uma atividade que desenvolveu a relação de afeto.

R.A.A - “Você começa ensinando a questão da saúde, a questão da auto-estima, mas por conta do vínculo, você acaba tornando-se um amigo dele e passando a ser um pouco mais que um redutor, saindo desse círculo fechado que é saúde e drogas. (...) Leva ele prá assistir um filme, prá jogar bola. Esse é o ensinamento de reanimar a vontade de vida deles. Nem todo mundo que usa drogas é triste, mas você encontra bastante casos assim” (Grupo focal com redutores. Grifo nosso).

O sentido que embasa a atividade no discurso dos redutores é afetivo. A atividade tem objetivo de “melhorar a auto-estima”, “criar amizade” e “reanimar a vontade de vida”, principalmente de quem está triste. Esse sentido volitivo das atividades de RD em campo é também apropriado pelos usuários que percebem a “ajuda” dos redutores como um gesto de amor.

UDs – “Se olhar nas pessoas aqui você vê alegria, eles trabalham não por dinheiro, por nada, mas por coração. [...] Encaminha a gente prá algum lugar, um médico, ou só prá desabafar mesmo. [...] gente boa cara, gente boa, são super legais mesmo.” (Grupo Focal com usuários. Grifo nosso).

Separar nesse discurso o “trabalho” da “alegria” e o “encaminhamento” do “desabafo”, somente é possível pelo pensamento que apreende a realidade. Na realidade existe uma única atividade, que abarca os dois sentidos, o afetivo e o prático. O afeto está na atividade, que é a dinâmica da produção da própria realidade, do gênero humano e da individualidade. O trabalho produziu o próprio gênero humano e, na relação entre redutores e usuários, produziu também o afeto. O afeto do usuário é a o resultado da atividade do redutor transposta no pensamento do usuário.

Essa percepção volitiva do usuário não nasceu espontaneamente no próprio usuário, desenvolveu-se mediante as atividades dos redutores objetivamente direcionadas pelo método pedagógico de trabalho dos PRDs.

Se as atividades desenvolvidas modificaram as relações comunitárias, elas atuaram, sobretudo, nos próprios redutores que desenvolveram as atividades. Trabalhar na redução de danos, conforme identificamos nas informações preliminares, significou ter

um cotidiano cheio de atividades. Somente por meio dessas atividades é que a produção do afeto foi possível; o afeto, entre redutores e usuários é, então, resultado.

As atividades dos redutores foram determinantes de novas necessidades. As atividades humanas geram sempre novas necessidades a partir do seu desenvolvimento, tanto da compreensão psicológica do indivíduo quanto do desenvolvimento histórico da sociedade. A atividade histórica de transformação social produziu novas necessidades e novas motivações e emoções que foram e são vivenciadas pelas novas gerações. A apropriação do conhecimento pelas gerações mais novas depende do seu grau de atividade desenvolvido socialmente. Quando o usuário afirma que os redutores “trabalham não por dinheiro, mas por alegria”, evidencia-se uma percepção de que as atividades dos redutores têm um sentido humano acima da questão econômica, pois, se os redutores não tiveram condições de trabalho, o que inclui um pagamento de um salário, não teriam como desenvolver as atividades de redução de danos. Somente os interesses sociais mais amplos é que possibilitaram, a existência dos PRDs e o encontro entre os redutores e os usuários pesquisados; esses mesmos sujeitos deixados entregues a si mesmos não teriam a possibilidade de desenvolverem o afeto demonstrado na fala anteriormente citada.

Cada atividade desenvolvida com os usuários abriu perspectivas de novas atividades, o que possibilitou ao grupo de redutores influenciar coletivamente o grupo de usuários. Cada atividade desenvolvida criou uma nova necessidade que gerou novas atividades, junto ao grupo de usuários. Esse emaranhado de atividades diversas são, indubitavelmente, o eixo do método pedagógico desenvolvido pelos PRDs. Mais de 35 tipos diferentes de atividades foram identificadas, muitas delas, repetidas inúmeras vezes⁸⁵.

Essas atividades, que produziram efetivamente a melhoria da qualidade de vida de muitos usuários, foram um resultado do trabalho público e remunerado dos redutores, que atuaram efetivamente nas relações históricas. Atividade que, ao gerar novas atividades, atua na realidade produzindo a humanidade e a si mesmo. Milhares de usuários

⁸⁵ Conforme exemplos citados nas falas dos redutores e nos relatórios do PRDs: testagem de HIV/aids, testagem de hepatite, testagem de tuberculose, exames para outras DST, tratamento anti-retroviral, tratamento de dependência química, outros exames médicos, atendimento nas unidades básicas de saúde, hospital-dia, operações diversas, dentista, Projeto Sentinela, Programa de Segurança Alimentar, Bolsa Escola, Bolsa Família, cesta básica, jogar bola, danar no Clube, assistir filme vídeo, ir ao cinema, visitar amigos, visitar a família, oficina de teatro, oficina de artes plásticas, canto coral, visita ao museu, reunião no PRD, almoço comunitário, roda de conversa, reunião da Rede de Usuários, reunião da RDEDESUL, reunião do PRD, manifestação pela descriminalização da maconha, Seminário do LATS, Seminário da ABORDA, Encontro Estadual de Redutores, Fórum Estadual DST/Aids, Dia Nacional de Luta Contra a Aids e reunião com o PSF, só para citar algumas atividades em que os redutores mobilizaram os usuários.

de drogas passaram a fazer a atividade de frequentar o SUS, as reuniões dos PRDs, a escola, as oficinas, o futebol e todas as outras. O método pedagógico da RD, essencialmente pragmático, funciona focalmente no atendimento de alguns problemas sociais e como vimos, prioriza as atividades práticas em detrimento das atividades intelectuais. Porém, mesmo a atividade pragmática, para tornar-se mais complexa, de novo tipo, necessita do elemento simbólico também novo que deve ser apropriado pelo educando juntamente com a atividade. A atividade humana e a linguagem dos redutores de danos não existem separadamente, formam uma unidade na qual, uma depende diretamente da outra.

4.3.2 Conceitos cotidianos e conceitos científicos

As atividades produzem novos pensamentos, criando uma necessidade de novos elementos simbólicos para o desenvolvimento de novas atividades que gerarão também novos carecimentos simbólicos. O pensamento verbal do redutor e do usuário é uma aquisição da cultura desenvolvida historicamente, mesmo que seus significados tenham sido apropriados com um sentido novo, o significado histórico continuará presente. O significado da palavra não é imutável, nem para o grupo nem para o indivíduo que a utiliza.

Utilizaremos as categorias de conceitos cotidianos e conceitos científicos para esclarecer um aspecto do método pedagógico dos PRDs, em seu funcionamento mais complexo e, às vezes, não aparente. Os primeiros são aqueles desenvolvidos sem a necessidade de abstração, de forma espontânea que acontece na vida cotidiana das pessoas, que não necessita de um processo dirigido de ensino. Já os conceitos científicos sintetizam uma compreensão intelectual, uma tomada de consciência em relação a um objeto levando em conta suas causas e relações constituintes.

O aspecto pragmático do método pedagógico adotado favoreceu o maior desenvolvimento de atividades práticas em relação às atividades intelectuais, ou a utilização dos conceitos cotidianos em relação aos conceitos científicos. Os conceitos cotidianos estão presentes em todas as falas dos redutores e dos usuários incluindo uma escala de valoração negativa de alguns redutores sobre eles “Eu aprendi isso com a

redução de danos. Ninguém me ensinou, eu aprendi isso”, referindo-se à aprendizagem da vida e não a um processo dirigido de ensino.

É importante lembrar que os programas voltados para o atendimento e a prevenção à aids fundamentaram-se numa perspectiva pragmática de intervenção, conforme Woodack (1998). A atividade pragmática como centro do método pedagógico dos PRDs, prevalece no pensamento dos sujeitos, desvalorizando os conceitos científicos e incorrendo em uma compreensão superficial da realidade, ancorada nos conceitos cotidianos.

R.M.O - “Primeiramente a gente fala que usuário de drogas não é bicho né [...] eles têm que respeitar os outros, ele não pode sair por ai fumando bagulho no meio da rua.” (Entrevista com redutor)

Os conceitos utilizados por esse redutor são espontâneos, não necessitam de uma explicação lógica que abstraia uma idéia para explicar alguma coisa, apenas demonstra como ele vê o mundo aparente e imediato a sua volta.

R.M.O – “Às vezes a gente fala a linguagem da gíria mesmo, na linguagem do malandro [...] você usa pouca técnica no campo, campo é malandragem mesmo.” (Entrevista com redutor).

Mesmo quando os redutores e usuários não manifestam objetivamente que o pensamento mais elaborado e complexo é desnecessário, suas falas demonstram apenas uma percepção cotidiana e espontânea da realidade.

Os conceitos científicos apareceram no discurso dos redutores somente quando são indagados objetivamente pelo entrevistador, mesmo assim, muitos conceitos, que aparentemente são científicos, retirados dos textos, são utilizados de forma espontânea.

R.M.O - “[...] a questão econômica está ligado muito nisso, porque a pasta-base aqui hoje está custando uma droga muito cara.” (Entrevista com redutor).

Durante muitas falas dos redutores e mais ainda dos usuários, encontramos conceitos que foram trabalhados com os redutores durante sua formação em textos e aulas e que foram utilizados não da forma científica, que explica algo mediante a abstração, mas de forma cotidiana. No exemplo acima, o redutor utiliza o conceito de “questão econômica”, não da forma explicativa e complexa dos textos de Coggiola, Bucher e Vergara, mas com um novo sentido superficial diretamente relacionado a uma questão imediata que é o custo da droga.

No mesmo texto, esse redutor utiliza novamente o conceito de “questão econômica”, como um conceito científico, que serve para explicar em profundidade a realidade aparente.

“R.M.O – “O cara vai prô tráfico por causa até mesmo da questão econômica, porque já não arranja trabalho, porque é discriminado.” (Entrevista com redutor).

Mesmo tendo a característica de um conceito científico, pois exige uma construção lógica que explique a realidade, a questão econômica favorece a atividade do tráfico pelo usuário, este conceito é ainda utilizado de forma dúbia. Por um lado, reproduz o sentido do conceito explorado nos textos estudados, por outro lado, também pode ter reproduzido uma concepção espontânea, apreendida mediante o contato com usuários e que iniciaram atividades de tráfico por falta de dinheiro. Essa ambigüidade de exposição dos conceitos nos permite perceber que o conceito, mesmo quando ainda não pode ser considerado um conceito científico, é a base da articulação do pensamento das pessoas, em geral, e dos redutores e usuários, no caso estudado. A apropriação dos conceitos científicos permite ampliar a forma de pensamento dos redutores e usuários não apenas em seu caráter quantitativo, mas, principalmente, em seu caráter qualitativo, introduzindo uma nova forma de pensamento mais elaborado, explicativo e com maior poder de subsidiar atividades de novo tipo, mais complexas e mais eficazes nas relações sociais.

O redutor citado acima, mesmo com toda dificuldade em demonstrar a apropriação do conceito científico de economia, teve enriquecido o seu pensamento por esse “pseudoconceito”, na medida em que o utilizou como elemento de organização do seu pensamento sobre determinado assunto. A ausência do conceito impediria tal organização mental.

R.C.O - “Influenciado pelo poder econômico, acima de tudo pelo poder econômico americano que vem entrando e vem tomando conta principalmente da América Latina.” (Entrevista com redutor).

Esse outro redutor também não consegue completar o pensamento apresentado nos textos, mas utiliza o conceito “poder econômico” de uma forma não cotidiana, que parte de um pensamento mais evoluído para apreender as formas mais simples e cotidianas. O conceito, neste caso, tem um caráter científico, pois explica a realidade através de conceitos abstratos de fatos e relações que acontecem fora do seu universo imediato de percepção sensorial. Essa é uma mudança qualitativa na forma de pensamento do redutor.

No item da sistematização preliminar das informações empíricas afirmamos que os conhecimentos científicos e técnicos ministrados na formação dos redutores apareceram no discurso dos redutores, e mais ainda dos usuários, como “ruínas” do significado originalmente estudado. É importante compreender que essas ruínas têm um importante papel na organização do pensamento das pessoas pesquisadas. O que demonstram os usuários são pseudoconceitos, mais cotidianos do que científicos, mas que têm um importante papel enquanto elemento da linguagem que enriquece o potencial de pensamento e comunicação desses sujeitos. Mesmo que o conceito perca boa parte do seu significado inicial, mais complexo e lógico, ele, com outro sentido dado pelo sujeito que agora o utiliza, constitui uma base de sustentação para um pensamento qualitativa e quantitativamente mais elaborado. O acompanhamento da mudança do significado do conceito, desde sua origem no texto até o usuário, passando pelos redutores, é a compreensão do processo de aprendizagem ampliando as possibilidades do pensamento e da apropriação da cultura.

No levantamento da categoria empírica “conteúdos” foram levantados vários conceitos científicos junto aos sujeitos pesquisados. As indagações buscaram, de forma objetiva e insistente identificar que tipos de conceitos científicos haviam sido apropriados pelos sujeitos estudados, durante a formação dos redutores, e como esses aparecem como síntese atual no pensamento dos redutores e usuários. Alguns redutores demonstraram vários exemplos de conceitos científicos apropriados durante a formação.

R.A.A - “Historicamente falando, a droga é utilizada desde que o mundo é mundo [...] As pessoas muitas vezes até atribuem às drogas coisas que não tem nada a ver, coisas que são influência do meio, que são em função da deficiência econômica das pessoas.[...] Passar principalmente as questões históricas da droga, entendeu, Que lugar a droga ocupa hoje na sociedade.” (entrevista com redutor).

“Historicamente” é um conceito científico que foi empregado por alguns redutores ao buscar apreender a realidade das drogas, como algo que se constitui ao longo do tempo e das gerações. Se considerarmos que esse conceito foi objetivamente colocado na indagação do entrevistador, percebemos que o conceito é que possibilita tais reflexões sobre historicidade do uso de drogas. O conceito é uma base sobre a qual o pensamento pode existir e se expressar. Sem o conceito esse pensamento não existiria.

R.C.O - “A questão econômica é histórica, o menor na sociedade, infelizmente, quem é pobre, isso já é uma questão histórica já, quem é pobre é discriminado.”

A pobreza aí não é percebida como inata do indivíduo, mas como algo com origens históricas e com causas econômicas, que produz a discriminação. O conceito de historicidade fundamenta uma complexa reflexão sobre a realidade imediata, indo além da aparência na compreensão da questão do uso de drogas. É um conceito científico que possibilita a compreensão de um objeto na sua essência constitutiva, mudando não apenas quantitativamente o pensamento do redutor, mas mudando qualitativamente sua forma de pensar a realidade. A apropriação do conceito científico possibilita o entendimento da realidade imediata, através da mediação da linguagem, produzindo no redutor um pensamento com um grau mais complexo de compreensão lógica explicativa da realidade. É um pensamento que parte de formas mais complexas e evoluídas da cultura para apropriar as mais simples e aparentes, dando-lhes novos significados mais elaborados e explicativos.

R.C.O - “O monopólio americano em cima da América do Sul, certo, de onde vem essa droga, como ela chega aqui, o número de pessoas por onde ela passa e de intermediários certo [...] A Constituição nos dá direito à privacidade.”

Numa mesma fala o redutor atribui à questão das drogas uma complexa origem que envolve interesses internacionais ao mesmo tempo em que defende uma forma de uso legal de drogas através da legislação. O conceito de monopólio foi usado de forma a sintetizar, a seu modo, o entendimento do texto do Coggiola. No texto, o conceito de monopólio não aparece. O redutor apropriou-se desse conceito científico em outro texto, ou contexto, e deu-lhe um novo sentido ao sintetizar a participação dos Estados Unidos na questão das drogas na América Latina. Mesmo mudando o significado original, esses conceitos dão sustentação ao desenvolvimento do pensamento em outros assuntos. Isso significa que a apropriação do conceito científico pelos redutores proporciona um pensamento mais capaz para compreender e explicar o mundo aparente.

As falas dos redutores são muito mais elaboradas, profundas e longas do que a dos usuários. Enquanto as transcrições das entrevistas dos redutores ocuparam aproximadamente cinco páginas, as transcrições das falas dos usuários não chegaram a três. Há uma fluência muito maior nas falas dos redutores e também uma capacidade de articulação verbal mais desenvolvida. A utilização de conceitos científicos sustenta uma forma de pensar e uma compreensão da realidade mais complexa e elaborada. O fato de as respostas serem mais extensas, em si mesmo não é determinante de nada, mas, nesse caso, fica evidente que a argumentação dos redutores é mais explicativa e elaborada do que as falas dos usuários.

Quando os entrevistados são indagados com insistência pelo pesquisador, eles passam a utilizar alguns conceitos científicos e suas falas passam a ter um caráter de complexidade explicativa que nas indagações anteriores não tinham. Perguntas mais complexas geram respostas mais complexas, mesmo que ainda persistam no senso comum, essa própria expressão espontânea da realidade passa a ter uma forma mais elaborada, do que quando não utilizam esses conceitos. Foi assim que os redutores expressaram muitos conceitos científicos não usuários na sua vivência cotidiana e espontânea: “sociabilização”, “histórico”, “questão econômica”, “antiretroviral”, “via endovenosa”, “biosegurança”, entre outros.

As atividades intelectuais durante a formação proporcionaram aos redutores, a apropriação consciente de conceitos científicos, que pode ser observada de maneira relevante nas falas dos redutores e até de alguns usuários que conseguiram se expressar sobre os temas. A linguagem dos redutores, como um todo, torna-se mais elaborada e correta do ponto de vista gramatical quando são indagados a partir de conceitos científicos.

R.C.O – “Ai nos foram passando mais algumas informações técnicas do tipo: percentual que a aids tem em determinados países, inclusive no Brasil, principalmente no Brasil. Nós passamos informações técnicas sobre drogas e o que elas causam [...] E nos passaram informações históricas como a origem das drogas o interior de cada droga.” (Entrevista com redutor).

A linguagem, incluindo os conceitos científicos, é um patrimônio cultural que pode ou não ser apropriado pelos redutores de danos e pelos usuários de drogas desde que o método pedagógico dos PRDs esteja voltado para esse fim. Uma grande parte do movimento de RD (conforme as informações preliminares sobre os ministrantes dos módulos de formação) não compreende a importância de proporcionar aos redutores e usuários a apropriação das formas mais evoluídas da cultura, reproduzindo as teorias liberais de educação e os fundamentos idealistas e pragmáticas estudados anteriormente. Nesses PRDs aconteceram algumas iniciativas no sentido do desenvolvimento de atividades intelectuais de estudo de texto e aulas expositivas, que não conseguiram um grande avanço, porém, possibilitaram um certo enriquecimento da linguagem e do pensamento do grupo de redutores e, de forma mais tímida, no grupo dos usuários.

4.3.3 Sentido e significado

O significado não é um valor desenvolvido pelos redutores ou usuários a partir de sua própria psique, mas resultado das significações do gênero humano produzidas pela atividade das gerações passadas. Já o sentido é a percepção relacionada ao sentimento que os sujeitos denotam a determinado significado. Isso possibilita a existência de diversos sentidos para um mesmo significado, em relação a pessoas diferentes e em relação à mesma pessoa. Essa mudança de sentido em relação ao significado da RD, adotado na política nacional de redução de danos e nos próprios PRDs, evidencia-se quando a categoria de afetividade aparece de forma intensa e espontânea nas falas dos redutores e usuários.

R.A.A - “Uma nova esperança de vida, um novo sentido, um novo sentido prá você, um novo sentido prô usuário[...] um novo sentido pra que ele continuasse vivendo, os redutores tiveram prazer de ver isso.”

O manual de redução de danos, os textos estudados e os planejamentos dos PRDs não dão esse “sentido de vida” denotado nas falas dos redutores. A priorização do afeto demonstra a identidade entre o sentido e o significado no trabalho dos redutores. O prazer em trabalhar no campo foi relatado inúmeras vezes pelos redutores, que revestem de um sentido emocional e solidário a prática da RD. O significado da prática da RD é que os cidadãos usem drogas de forma menos danosa, controlem suas relações sociais e familiares e evitem o desenvolvimento de doenças epidemiológicas, esses objetivos somente podem ser conseguidos mediante um processo de ensino e aprendizagem no qual os redutores objetivamente ensinam e os usuários aprendem os novos hábitos mais seguros. Esse significado foi apropriado pelos redutores com um novo sentido, mais afetivo, e menos voltado para métodos e conteúdos. O sentido do ensino somente aparece nas falas dos redutores quando indagados objetivamente para responderem sobre isso. O primeiro sentido expresso sobre seu trabalho é que é uma atividade afetiva desenvolvida pelo prazer de ajudar o outro.

Os usuários também apropriaram-se dessa característica de identificar o trabalho dos redutores não como um processo educativo, mas como uma relação afetiva. Esse sentido dado para a atividade da redução de danos é o que pode ser considerado um processo inicial da abordagem de campo, em que o vínculo de confiança deve ser conseguido.

UD - “Fico aqui conversando com eles, desabafando né, sempre eles vão me explicando, me orientando, que que eu tenho que fazer o que não tenho.” (Grupo Focal com Usuários dedrogas).

Esta é uma das inúmeras falas de usuários que denotam uma significação afetiva ao trabalho dos redutores. Podemos perceber, nesta fala, que depois da conversa, depois do desabafo, vem a explicação e a orientação. Na sistematização preliminar dos grupos focais evidencia-se em várias falas selecionadas, o vínculo afetivo como condição prévia para o início do processo de ensino propriamente dito sobre as formas de controle e sociabilização. Para que os redutores pudessem estabelecer o vínculo de confiança e iniciar sua prática educativa, passaram primeiramente por uma abordagem continuada até ganharem a confiança dos usuários. Foi essa atividade de conquistar a confiança e o afeto que desenvolveu em ambos esse sentido afetivo da RD, imprescindível para o desempenho do trabalho de campo. Então, os significados apropriados pelos redutores nos módulos da formação continuada, mudam de sentido, primeiramente conforme o histórico de vida dos próprios redutores, depois, como demonstramos, conforme as atividades que desenvolvem em campo. Os redutores, nessa etapa do trabalho, ainda supervalorizam os laços afetivos e o aspecto prazeroso do trabalho em detrimento ao desenvolvimento mais técnico, científico e disciplinar do trabalho.

R.A.A – “O que é a RD, acho que resumindo em poucas palavras seria: pra muitos uma nova esperança de vida, um novo sentido, [...] pra que ele continuasse vivendo.” (Grupo focal com redutores).

Existe ainda um outro aspecto, relacionado à compreensão das relações sociais mais amplas, que necessita ser modificado, como meio de produção da qualidade de vida, não internamente no indivíduo usuário de drogas, mas na sociedade como um todo. Esse outro sentido pode ser observado em algumas falas quando eles referem-se ao processo de mobilização. Algumas atividades mobilizadoras estão relacionadas diretamente ao controle interno dos usuários como controle sobre o uso de drogas, cuidados com a saúde, respeito a algumas normas e horários e controle sobre a sua relação afetiva com os outros. Porém, não existe alguma forma de controle que nasça no usuário em si; são as relações sociais que conectam o indivíduo ao gênero humano, possibilitando a apropriação de uma cultura produzida historicamente. Esse “controle” individual depende das atividades desenvolvidas externamente e anteriormente, o que nos leva a concluir que todos os encaminhamentos dos usuários a atividades externas contribuem no desenvolvimento do controle interno. Mas as relações sociais podem estar voltadas para atender às próprias necessidades ou às necessidades de um grupo maior, um grupo social anônimo como “usuários de drogas”. Essa é uma forma de mobilização que leva a outras e a um controle social das políticas públicas.

R.A.A - “Olha, de mobilização eu não sei não, que a gente conseguiu foi encaminhar, tem gente que está estudando, tem gente que está trabalhando, entendeu? Agora, as associações, isso aí, não funcionou, estou dizendo pra você que se for colocar, sabe, em claro, não funcionou as associações e mobilizações, não virou.” (Grupo focal com redutores).

O redutor afirma que as formas de mobilização voltadas para o atendimento de necessidades imediatas e individuais funcionaram e aquelas que desenvolviam atividades voltadas para reivindicações coletivas não funcionaram. Em tal afirmação, podemos perceber o discernimento de sentidos entre mobilização com interesses individuais e mobilização com interesses coletivos, públicos. O sentido atribuído ao redutor para a associação, referindo-se à ABORDA, REDESUL e Rede de Usuários, denota um sentimento de derrota, “não virô!”. Isso revela que esse tipo de mobilização tem um sentido específico para o redutor, diferente dos encaminhamentos de necessidades imediatas. É importante compreender que quando esse redutor foi entrevistado, o seu PRD estava a quatro meses sem recursos e as atividades estavam paradas. Ele somente continuava fazendo alguns campos perto de casa. As atividades de mobilização das associações param quando os recursos não são repassados.

Os significados partem da cultura histórica e são apropriados pelos redutores. Na vida real, os redutores produzem novos sentidos através da sua atividade humana. Quando em relação com os significados históricos, os redutores produziram um sentido original criando também novos significados. O significado histórico da redução de danos, contido nos livros, nas políticas, nas práticas, foi apropriado pelos redutores com um sentido que não corresponde ao significado original. Nas falas dos redutores, fica evidente que o sentido e o significado da prática da redução de danos são uma unidade. Poderíamos afirmar que os redutores bem-sucedidos são aqueles que conseguem unir significado e sentido, se consideramos o sentido histórico da RD, correspondente ao significado, e o sentido dado pelos redutores a essa prática, pois, se considerarmos a totalidade histórica com qual a RD se relaciona, essa afirmação perde sua veracidade. O sentido e o significado perpassam o processo de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários.

Se por um lado, os redutores conseguiram trabalhar profissionalmente na RD com prazer e ainda fazer dessa atividade um “novo e importante sentido de vida”, isso não significa que superaram a alienação social que reproduzem inconscientemente, conforme analisaremos no próximo item.

4.3.4 Alienação e práxis

Até agora, analisamos o processo de ensino e aprendizagem, entre redutores de danos e usuários de drogas, sustentados por categorias teóricas, mas não abordamos, propositadamente, o centro das determinações históricas do problema que se busca resolver com essa prática: o capitalismo. O meio mais importante de produção da realidade material e, conseqüentemente, da subjetividade humana, é o trabalho, que é dominado por interesses outros que não os do próprio trabalhador, mas daqueles que o exploram. Passa então o trabalho a voltar-se contra o próprio trabalhador, que produz aquilo de que não vai dispor e que não compreende objetivamente. O trabalho alienado é a sujeição do trabalhador como mercadoria, é a ação não conscientizada de produzir algo para um interesse externo que o domina internamente. O trabalhador relaciona-se, então, como uma mercadoria, com outra mercadoria, perdendo a identidade de relacionar-se humanamente com pessoas sociais, suas atividades passam a ser uma relação entre coisas.

O trabalho de redução de danos não é em si mesmo uma forma de produção de mercadorias exploradas por empresários capitalistas, é um serviço público de saúde, voltado para o atendimento de necessidades sociais. Isso não significa que o trabalho alienado não seja também reproduzido no setor público. Por ser o modo de produção capitalista dominante na totalidade das relações humanas contemporâneas todas as esferas das relações de trabalho social, inclusive a pública, reproduzem indiretamente essa forma de alienação. Mesmo com a demonstração de que o sentido e o significado da atividade dos redutores de danos coincidam, a atividade está sustentada por um sólido processo de alienação, mesmo porque seria impossível romper totalmente com as relações alienadas numa sociedade onde uma minoria explora os demais e a maioria vive miseravelmente, se a alienação é justamente a forma de controle interno do indivíduo para aceitar essa forma externa e social de exploração e injustiça. A sociedade dominada pela exploração do trabalho alheio impõe atividades alheias aos trabalhadores que, por causa dessas atividades, desenvolvem uma consciência também alienada.

Como pudemos observar nas informações preliminares, os usuários e os redutores envolvidos nas ações dos PRDs estudados, fazem parte do exército industrial de reserva, servindo com excedente de mão de obra para baratear o custo do trabalho e aumentar a acumulação do capital. Esse deveria ser o tema central que não foi abordado nos módulos de formação. Os textos mais críticos estudados apontavam os interesses do mercado mundial de drogas e não as relações de trabalho dos sujeitos pesquisados e as formas de exploração à qual

estão submetidos. A atividade final da redução de danos tem um sentido de vida para os redutores que não está fundamentado somente no trabalho, porém, o processo de alienação se dá na reprodução do sentido anteriormente desenvolvido pelos idealizadores e pesquisadores que fundamentam a prática da RD.

Os fundamentos epistemológicos da cultura de RD são pragmáticos e ecléticos, abertos a outras teorias como a Psicanálise e a Contracultura. O pensamento pós-moderno é diversificado procurando juntar o máximo de teorias para fundamentar, inclusive, as políticas de redução de danos. A ausência de unidade e a aceitação aparente da diversidade fragmentam ao máximo o entendimento da realidade, impossibilitando apenas os aspectos das teorias que dizem respeito a uma concepção de totalidade, como se o ser humano fosse apenas o ser humano individual e comunitário. A negação da concepção de todo é a negação do materialismo histórico e dialético e, como tal, repercute na formação generalizada dos trabalhadores que atuam na redução de danos. Quando identificamos nas falas dos redutores e usuários uma abordagem voltada principalmente para o atendimento de demandas imediatas, pessoais e isoladas, não podemos atribuir a esses sujeitos tal característica, mas, principalmente, ao método de trabalho de RD e seus fundamentos.

Para compreender a gênese desse processo de alienação temos que compreender os interesses materiais e históricos que mobilizaram socialmente a implantação desse serviço na maioria dos países do mundo. Não foi o atendimento às necessidades dos usuários de drogas que mobilizou recursos⁸⁶ para a implantação dos programas, mas o controle de doenças epidêmicas que podem afetar não somente aos próprios usuários, mas à sociedade como um todo. Por isso o pensamento pragmático e eclético consegue financiamento, porque visa somente sanar um problema imediato que necessita ser resolvido com urgência porque senão a hepatite a aids, a tuberculose e outras doenças, que tem um alto custo de tratamento, podem se expandir para outros setores e classes sociais. Os “cidadãos” do exército industrial de reserva são atendidos em suas necessidades quando isso é importante segundo os interesses de outra classe social que, para manter o poder, tem que manter o sistema produtivo funcionando. Se não atrapalhar o sistema produtivo, não caracteriza uma necessidade de política pública, então uma parte do exército industrial de reserva, é abandonada a sua própria sorte, sem políticas públicas que lhes garanta a cidadania. Podemos concluir que nesse sentido, o setor público é apropriado por interesses privados somente atendendo a interesses de determinada classe, enquanto os usuários atendidos pelos PRDs são

⁸⁶ Doze milhões de reais no Brasil, em 1994, ano anterior à pesquisa de campo.

atendidos conforme interesses externos que não os seus próprios, o que somente é possível através da alienação, tanto dos idealizadores e coordenadores das políticas de RD, quanto dos redutores que executam o trabalho no campo.

A alienação não pode ser atribuída ao redutor ou ao usuário como seres particulares. A totalidade dos interesses públicos, aparentemente fragmentada, é coesa e tem posições definidas, ao recusar financiamentos para programas voltados para a solução do problema em sua totalidade. Atende-se a questões pontuais como controle epidemiológico e alguma passagem pela educação somente, para evitar que esses destruam o patrimônio do capital, o resto é caridade. No sistema capitalista, o exército industrial de reserva tem uma importância vital para a reprodução do capital e deve ser mantido, o que de fato acontece através de forças sociais que controlam os investimentos públicos voltados para os interesses capitalistas. O Banco Mundial é um dos principais investidores e os organismos da ONU são responsáveis em subsidiar tecnicamente a política de RD em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil.

R.E.A - “A RD visa trabalhar a questão da auto-estima, da pessoa do usuário, de ele assumir o controle e exercer seu direito de cidadania, como pessoa como cidadão, saber conduzir sua vida social [...] Essa interferência que tem hoje a RD direto com o campo, na pessoa do redutor de danos, facilita essa interação do usuário com a sociedade.”

Existe na fala desse redutor uma perspectiva que, numa primeira leitura pode denotar um fundamento para o desenvolvimento de atividades críticas às formas de alienação. Esse é o problema, muitos símbolos de lutas sociais são misturados aleatoriamente, mas com um fim específico de facilitar a interação do usuário com a sociedade. Isso cria um discurso vazio que aponta problemas, aponta soluções, mas, efetivamente, não os resolve: o exército industrial aumenta ao invés de diminuir e o sofrimento proporcionado por essa condição geral de vida produz outras manifestações desse sofrimento como o uso danoso de drogas. Agir na particularidade apenas para provocar o controle do uso danoso de drogas não é erradicar o problema, mas apenas adequá-lo ao sistema capitalista, adaptando determinado comportamento gerador de problemas ao sistema produtivo. Esse discurso não nasceu na individualidade do redutor citado, é uma particularidade do gênero humano, que tem como centro de suas relações e determinações o modo capitalista de produção. Os redutores reproduzem o discurso da política de RD que traduz filosoficamente os interesses capitalistas de sanar o sistema produtivo, evitando veementemente soluções da questão em sua totalidade,

pois, essa somente é possível pela superação do sistema social fundado na separação de classes.

R.S.A – “Seria reduzir danos da saúde sabendo aquilo que pode te fazer mal, dar uma controlada, dar uma segurada, mas continuar usando sabendo que aquilo que pode fazer mal, em excesso, então teria que segurar um pouco”.
(Grupo Focal com redutores).

Esse discurso foi apropriado pelo redutor da política nacional de RD conforme o Manual de RD (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001) e uma campanha da ABORDA denominada “assuma o controle. Esse controle ao qual se referem as orientações nacionais das políticas de RD, assim como a fala do redutor acima citada, reproduzem um entendimento adaptativo do indivíduo à realidade e não histórico.

As atividades dos redutores no campo são objetivações genéricas possibilitadas pelas apropriações da cultura por eles realizada anteriormente. O que buscamos identificar nesse trabalho, não foram todas as apropriações, mas aquelas desencadeadas de forma objetivada pelos PRDs e políticas de RD. Existe um processo educativo não-espontâneo que conscientemente exerce a mediação entre redutores e usuários e a cultura histórica. Mesmo sendo as atividades dos redutores voltadas para atendimentos pontuais e adaptativos, elas, contraditoriamente, também são humanizadoras, ao permitir que pessoas possam também se apropriar de aspectos do gênero humano. Somente através da objetivação na realidade é que o indivíduo pode apropriar-se das riquezas do gênero e, se a prática da RD proporciona essa apropriação pelos sujeitos, ela é humanizadora. A humanização do usuário de drogas é a mesma humanização de todos os outros indivíduos sociais; necessita primeiramente de apropriações do gênero e depois de objetivações de gênero. Quanto mais acesso às apropriações do gênero forem possíveis para o usuário, mais ele será humanizado, mesmo sendo essas apropriações alienadas. Essa humanização será sempre parcial, porque não visa apropriar a cultura mais evoluída até o atual momento histórico, mas uma apropriação adaptativa que apenas capta o aspecto da riqueza humana que interessa para o sistema social dominante.

Pelo método de formação dos redutores, primeiramente o redutor se apropria de conteúdos e procedimentos, depois desenvolve atividades comunitárias, objetivando-se no gênero. Suas atividades são ao mesmo tempo causa e resultado das objetivações genéricas humanas desencadeadas. Os redutores se apropriaram do discurso das políticas de RD, que reproduzem filosoficamente os interesses do mercado, de sanar o que pode ser um problema para o sistema produtivo, evitando uma compreensão histórica dos interesses materiais que

efetivamente empurram grande parte do exército industrial de reserva para situações de violência, doença, não-apropriação dos códigos eruditos da cultura e outras manifestações sociais resultantes da situação de miséria necessária para a manutenção do sistema.

A pouca ênfase nos conteúdos relacionados às atividades intelectuais na formação dos redutores também é um processo de generalização de alienação. O acesso ao conhecimento científico possibilita aos redutores e usuários o enriquecimento de sua compreensão de mundo e também de sua relação com o a realidade social. Dentro de uma concepção pragmática que busca resolver problemas pontuais, orientados pelos interesses externos aos da própria comunidade, os conhecimentos científicos e os códigos eruditos da linguagem são desnecessários. Essa opção, em não favorecer as atividades intelectuais, é um mecanismo de alienação imposto aos redutores e aos usuários. Educar esses sujeitos não para compreenderem criticamente sua posição social no exército de mão-de-obra de reserva e a superação dessa relação de exploração, mas aliená-los da compreensão da sua própria realidade, é o objetivo do método pragmático que responde somente às questões pontuais.

Porém, a alienação não é apenas reproduzida através da política da RD; a ontogênese dos redutores e usuários está também impregnada de relações alienadas. Quando os redutores centram o foco do trabalho nas relações afetivas, o fazem por não dominarem os códigos mais eruditos da linguagem e do conhecimento, negando a sua relevância antes de superá-la. Quando centram o objetivo do trabalho de campo no controle dos usuários sobre o seu uso de drogas é porque têm dificuldade de articular outras formas de relações sociais que produzam esse controle. Quando desenvolvem atividades de mobilização mais voltadas para atendimentos pontuais, imediatos e individualizados, reproduzem o desinteresse social dominante de nosso tempo em participar de movimentos sociais voltados para interesses de classe, porque esses interesses encontram barreira nos interesses capitalistas. As atividades predominantes na prática da RD reproduzem formas de controle sobre o indivíduo e não mudanças das relações de poder na sociedade.

R.C.O - “Que a pessoa tem direitos, mas que também tem deveres. Essa é uma coisa muito importante que não tem redutor que não ensine, que não passe isso prós usuários, uma coisa paralela que não pode, uma coisa não vive sem a outra, se você não cumpre seus deveres, os deveres que a sociedade impõe.”

O discurso não faz a crítica a uma forma de alienação fundada na acumulação de riquezas, centra-se no controle das relações imediatas dos indivíduos, principalmente nas epidemias. O processo de alienação permeia todas as relações sociais, reproduzindo situações

tão exacerbadas como a de um grande número de “cidadãos” que não utilizam o sistema de saúde porque não sabem que ele existe ou não sabem como utilizá-lo. A relativização entre o direito e o dever do usuário, como algo existente independentemente do todo social, esconde o Direito Público como um instrumento anterior ao indivíduo e mediador das relações sociais. O não acesso ao conhecimento sobre as leis que podem acionar em sua defesa é uma forma de alienação e o trabalho dos redutores para estabelecer contatos sociais que possam assessorá-los juridicamente em defesa dos seus direitos, busca superar essa forma de alienação.

A superação de mecanismos de alienação pode ser notada nas atividades desenvolvidas pelos usuários orientados pelos redutores. O conhecimento é uma forma dinâmica de superação da alienação e, sempre que os usuários aprendem a buscar o SUS, as leis e os programas, quando têm problemas que necessitam ser resolvidos, esse é um mecanismo de desalienação, de humanização desses grupos culturais. Essas múltiplas atividades, em suas relações particulares, são uma objetivação que acrescenta e enriquece o gênero humano. Nesse caso, os redutores objetivaram-se transformando a realidade de forma consciente. Estudaram, planejaram e desenvolveram atividades, que levaram a outras atividades, que levaram a outras. Desenvolveram conscientemente o trabalho de proporcionar novas relações sociais, no seu círculo comunitário e no gênero humano como totalidade histórica.

R.A.A - “Acho que o caminho é a organização. É organização! (...) Como é que se aproxima o usuário de drogas dos meios do governo, da máquina. É aproximando ele da escola, da assistência social, da saúde, do trabalho.”

R.C.O – “Basta a gente olhar como começou a redução de danos e hoje é um movimento nacional de redução de danos, a ABORDA⁸⁷. Acho que nós, da redução de danos, temos por obrigação levar esse movimento adiante. Ensinar isso aos usuários, até que ponto eles chegaram e onde vai dar na seqüência, mas acho que a nossa obrigação é chegar a isso, a organização.”

R.A.A – “A partir do momento que ele cumpre seus deveres, o próximo passo é a organização. Transformar não o uso de drogas num movimento social, mas a classe dos usuários de drogas ser transformada num movimento social, para que esse tenha formação para defender seus próprios direitos.” (Grupo focal com redutores).

Esse diálogo entre dois redutores aponta para a necessidade de uma práxis, uma atividade fundamentada por uma lógica teórica que a explica, em suas necessidades históricas e sua forma de desenvolvimento. A ambigüidade da prática da redução de danos faz com que o processo de ensino e aprendizagem seja permeado por contradições. Em uma

⁸⁷ ABORDA é a Associação Brasileira de Redutores de Danos.

mesma atividade podemos apreender a reprodução da alienação e, ao mesmo tempo, da humanização. A tomada de consciência sobre a diferença entre os aspectos alienantes e humanizadoras das atividades somente é possível mediados por uma sólida fundamentação teórica, possibilitando a compreensão de uma mesma fala por inúmeros enfoques distintos e a compreensão dos interesses reproduzidos ingenuamente nas atividades.

A alienação contida nas formas materiais e culturais objetivadas historicamente pelo gênero humano se reproduz na sociedade, incidindo também no processo de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários. As apropriações e as objetivações dos redutores resultam, na maioria das vezes, da reprodução do poder dominante, de forma velada nos métodos e fundamentos que dão sustentação para suas atividades.

R.E.A – “Bom resumindo no sentido técnico a RD é uma medida de saúde pública que visa reduzir o danos em conseqüência do uso adverso que a droga coloca para a pessoa, então nesse sentido a RD visa trabalhar a questão da auto-estima da pessoa do usuário de ele assumir o controle a exercer seu direito de cidadania como pessoa, como cidadão, saber conduzir sua vida social sem que ele prejudique essa auto-estima dele. Que ele possa ser um cidadão, que ele possa produzir essa interferência que tem hoje a RD direto com o campo, na pessoa do redutor de danos, facilita essa interação do usuário com a sociedade.” (grupo focal com redutores. Grifo nosso).

Esta fala denota uma concepção que percebe a RD como uma forma de adaptação do usuário à sociedade e, conforme os grifos, reproduz com exatidão conceitos utilizados no Manual de RD (MINISTÉRIO da SAÚDE, 2001). A “interação do usuário com a sociedade” deve partir somente da mudança do usuário e não da sociedade.

Os interesses materiais que determinam os problemas vividos pelos “cidadãos” usuários de drogas, que fazem parte do grupo mais prejudicado dentro do exército industrial de reserva, não são centrais no método pedagógico adotado pelos PRDs. Compreender como essa prática de ensino e aprendizagem reproduz a alienação, nos permitu também identificar os seus aspectos humanizadores e apontar novas necessidades voltadas não apenas para o controle epidemiológico e a sociabilização comunitária, mas para uma práxis que enfatize as contradições de classe. Demonstrar as contradições sociais é uma forma de luta da classe trabalhadora contra a hegemonia do capital. Alguns poucos aspectos da prática da RD são atividades conscientes, objetivando a mudança não só da individualidade, mas da totalidade do gênero humano, como quando se busca uma reflexão teórica e crítica para fundamentar o ensino e a aprendizagem.

4.4 Ensino e aprendizagem na prática da redução de danos

Mobilizados anteriormente pela política de RD, os redutores se objetivam na prática da redução de danos, ensinando intencionalmente os usuários, planejando, escolhendo conteúdos, desenvolvendo as atividades e avaliando o trabalho. Já os usuários agiram espontaneamente nessa relação, sem intenções prévias, desenvolvendo um vínculo de confiança com os redutores e aprendendo o que lhes foi ensinado intencionalmente.

Somente é possível entender como os redutores ensinam, compreendendo, concomitantemente, como os usuários aprendem. A relação de ensino e aprendizagem é um processo objetivo e dirigido de mediação dos redutores junto aos usuários, para que estes se apropriem de aspectos previamente selecionados da cultura histórica. Essa intencionalidade é o que diferencia o ensino da aprendizagem espontânea, a aprendizagem desenvolvida na vida cotidiana da aprendizagem direcionada por interesses externos através de uma relação de ensino. Ao definirmos nosso objeto como a relação de ensino e aprendizagem, passamos a nos interessar fundamentalmente pela aprendizagem adquirida através do ensino e não aquelas cotidianamente desenvolvidas, salvo quando estas possam explicar a primeira.

As entrevistas mostram como os usuários apreenderam conteúdos mais diretamente relacionados à prevenção da aids e ao uso de drogas, ainda que de forma superficial. Por outro lado, fica também evidente que muitos conseguiram controlar o uso da pasta-base: “agora tô de boa”, “só no meladinho”, “volto pra casa”. São muitos e significativos os relatos que se referem à incorporação de novos hábitos em relação à saúde, trabalho, necessidades sociais e relações familiares. Pode-se perceber a existência de uma cultura de redução de danos nas falas dos usuários que é um resultado do método de ensino adotado. Os usuários falam das estratégias de controle do uso, dos resultados dessa prática e do controle sobre as relações na comunidade e na família, mas essas relações inovadas pela prática da RD são ainda espontâneas. Isso resulta da baixa escolaridade e outros fatores ontogênicos, mas, principalmente, do método de ensino desenvolvido pelos PRDs.

A espontaneidade e o lúdico, na metodologia de ensino adotado pelos PRDs, reproduziu mais o cotidiano dos usuários, tornando-se um método de ensino “mais agradável” na formação dos redutores. A educação que parte do senso comum, do cotidiano, reproduz o meio dominante do indivíduo na prática educativa, acrescentando, em quantidade, novas informações variadas sem priorizar a qualidade das apropriações e objetivações, no sentido de que se alcancem novas formas historicamente mais complexas de entendimento da realidade.

A metodologia de ensino adotada pelos PRDs teve como objetivo maior as objetivações genéricas em-si, valorizando o espontâneo e o cotidiano. Essa prática reproduz o modelo dominante, nas teorias liberais de educação, que não favorece a compreensão crítica da realidade. O pragmatismo e o idealismo que fundamentam o método de ensino dos PRDs impedem o desenvolvimento de um processo de ensino voltado para o desenvolvimento das objetivações genéricas para-si.

Mesmo sendo a metodologia de ensino utilizada, fundamentada nos pressupostos pragmáticos e idealistas, contraditoriamente, em alguns momentos, também as objetivações genéricas para-si foram o objetivo do ensino dos redutores. Nas falas dos usuários não conseguimos localizar objetivações genéricas para-si desencadeadas pela prática da RD, mas nas falas dos redutores foi possível identificar a intenção de desenvolver junto aos usuários uma relação consciente entre sua realidade particular e a objetivação consciente, ao nível da universalidade do gênero humano. Mesmo ainda de forma intencional, pois, efetivamente isso não aconteceu, é importante compreender essa intenção como um fundamento empírico para a análise crítica do ensino proporcionado na prática da RD.

R.A.A - “A partir do momento que ele cumpre seus deveres, o próximo passo é a organização. Transformar não do uso de drogas num movimento social, mas, a classe dos usuários de drogas ser transformada num movimento social. [...] Na minha opinião nós somos os precursores dessa história. Nós somos os porta-vozes dos usuários.” (Grupo focal com redutores).

Essa fala mostra uma intenção que vai além do senso comum, da interpretação cotidiana da realidade imediata. Demonstra a intenção de proporcionar através do ensino uma objetivação universal com o gênero, onde o usuário possa conduzir sua própria vida conscientemente. Mesmo sem ter atingido efetivamente esse objetivo através do ensino aos usuários, essa intenção de ensino aponta para a possibilidade de uma práxis pedagógica na prática da RD.

Com relação aos conteúdos mais técnicos e científicos fica evidente que esses não foram reproduzidos pelos usuários com o mesmo sentido que tinham na formação dos redutores. Foram re-significados, em um novo contexto, sendo importante para o seu desenvolvimento, da linguagem e do pensamento dos usuários.

U.D.3 – “Tirar o povo da discriminação, né, pra ele poder fumar sossegado, entendeu? [...] sem ter medo da polícia, sem ter medo de ninguém.” (Entrevista com usuário).

Esses novos sentidos foram desenvolvidos através da atividade dos redutores junto aos usuários, mediante um ensino objetivado. É importante compreender que determinados conhecimentos historicamente mais evoluídos e complexos, não agiram horizontalmente nos redutores e usuários, mas modificaram verticalmente, numa relação hierarquizada, os demais conhecimentos anteriormente adquiridos. Esse discurso sobre a discriminação foi central na formação dos redutores e chega aos usuários com um novo sentido, não ligado ao controle epidemiológico, mas à cidadania, pela intenção de mudar a Lei que criminaliza os usuários e não sofrer sanções pelo uso de drogas ilícitas.

Os conceitos, “discriminação” e “cidadania”, foram ensinados aos redutores mediante as aulas expositivas, estudo de textos⁸⁸ e dinâmicas de grupo e posteriormente ensinados aos usuários. Houve uma mudança parcial em relação ao significado, mas fica evidente a sua importância na organização do pensamento dos usuários.

U.D – “Tirá o povo da discriminação [...] Ai seria massa tirá o preconceito que os outros geralmente vê as pessoas.” (Grupo focal com usuários).

Sem o entendimento desses conceitos a formulação do pensamento desse usuário seria impossível. Esse exemplo demonstra a relevância de que os conceitos científicos sejam apropriados pelos usuários no processo de ensino e aprendizagem. Encontramos nas falas dos usuários muitos outros conceitos que também são imprescindíveis na sustentação de determinadas formas de pensamento como: “controle”, “direitos”, “doenças contagiosas”, “epidemia”, “vírus da aids”, entre outros. Esses conceitos estiveram presentes nas falas dos usuários mediando seu próprio pensamento através da linguagem. Muitos outros conceitos usados pelos redutores no processo de ensino foram modificados, mas seus significados foram parcialmente preservados numa linguagem cotidiana demonstrando a importância desses elementos de uma linguagem mais elaborada e complexa, no desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos usuários.

Os conceitos científicos, que tiveram seus significados preservados nos discursos dos redutores, são numericamente superiores aos dos usuários. Os conceitos que foram apropriados pelos redutores, mas não foram observados nas falas dos usuários, resultam de um processo de ensino que perpassa mais de uma etapa. A última é o processo de ensino que diretamente se estabelece entre os redutores e os usuários. Primeiramente os redutores aprenderam e apropriaram-se de novos significados e sentidos. Esse aprendizado foi objeto de um ensino realizado preliminarmente com os redutores pelos coordenadores e consultores dos

⁸⁸ Bucher (1991), Martins (2003) e Paes (2002).

PRDs. Mesmo que os conceitos não tenham chegado aos usuários, da mesma forma como chegaram aos redutores, eles estão presentes indiretamente. O conceito de controle, por exemplo, está fundamentado em muitos outros conceitos e, assim, cada novo significado apropriado, mesmo que com um novo sentido, representa um processo de aprendizagem.

A separação de um conceito como meio de apreensão e explicação do processo de ensino e aprendizagem, só existe no pensamento sobre a realidade. Esses conceitos estão totalmente conectados uns aos outros, compondo uma unidade, uma relação permanente entre os significados e os sentidos ensinados aos redutores e os significados e sentidos já existentes anteriormente na vida concreta, apreendida espontaneamente⁸⁹. Os conteúdos objetivamente ensinados e os conhecimentos anteriormente apropriados transformaram-se, ao entrar em contato um com o outro.

Os conceitos ensinados são formações psicológicas superiores porque têm um caráter explicativo com relação às vivências cotidianas, o que possibilitou uma reorganização de hábitos cotidianos dos usuários e, principalmente, dos redutores. Estes sujeitos apropriaram-se de aspectos de uma linguagem mais complexa, que é a única forma de compreender a realidade social e histórica contemporânea.

A evolução histórica da humanidade desenvolve sempre relações mais complexas que exigem linguagens também mais complexas para sua compreensão, tornando o pensamento identificado com as formas mais complexas das relações humanas. As funções psicológicas superiores são históricas e sociais e são apropriadas pelos redutores e usuários. O pensamento mais evoluído de cada época é a chave do entendimento também das formas cotidianas, pois as modifica e as ressignifica dentro de novos padrões genéricos. O que percebemos na pesquisa empírica foi um movimento contínuo de conceitos, significados e sentidos, indo do historicamente mais complexo para o espontâneo e mais simples (dos PRDs para os redutores e destes para os usuários). Por outro lado estão as aprendizagens dos PRDs com os redutores e dos redutores com os usuários, determinando também o método de ensino adotado. O mundo espontâneo e a vivência concreta dos redutores e dos usuários dão um novo sentido para os significados ensinados, recriando-os a partir de suas necessidades imediatas.

A linguagem é o próprio pensamento e a mudança de hábitos mais saudáveis e socialmente aceitos depende também da apropriação, pelos usuários, dos aspectos mais

⁸⁹ Não é nosso objetivo estudar a ontogênese dos usuários e redutores, mas as relações de ensino e aprendizagem desenvolvidas intencionalmente pelos PRDs.

complexos dessa linguagem socialmente produzida. Como pudemos constatar nas falas dos usuários essa linguagem foi muito pouco apropriada por eles.

O aspecto mais significativo da metodologia de ensino desenvolvida pelos redutores foi o grande e variado número de atividades desenvolvidas. É possível que os usuários que falaram sobre a prevenção da aids tenham apreendido esse conteúdo ao serem encaminhados para testagem de HIV/aids e para um universo de outras relações comunitárias. Neste caso, essa atividade de contato com um organismo de saúde, que foi mediada pelos redutores, possibilitou ao usuário a apropriação de determinada linguagem e de novos hábitos mais saudáveis, sendo também parte do método de ensino dos PRDs.

Percebe-se que o grande número de atividades e encaminhamentos dos usuários, desenvolvidas planejadamente pelos redutores, tornou-se o centro do processo de ensino e de aprendizagem. As atividades geraram novas necessidades nos usuários, que voltaram a procurar os redutores e, assim, criaram vínculos afetivos e de confiança. Essas atividades demonstram, do ponto de vista prático, que são objetivações genéricas para-si. Ao se relacionarem com uma instituição de saúde, por exemplo, os usuários necessitam compreender como funcionam essas instituições, que tipo de problemas de saúde e formas de atendimento, locais, pessoas do atendimento e uma complexa realidade que necessita ser apropriada pelo seu pensamento, para que ele possa se objetivar nela. Primeiramente, os usuários foram às instituições, mediados diretamente pelos redutores e, depois, passaram a ter uma relação autônoma com estas: “no posto é longe de buscar”; “depois eu fiz o exame” (Entrevista com usuários).

A aprendizagem prática necessita e produz novas apropriações de conhecimentos, que são também uma forma de pensamento mais complexo e evoluído. Sendo a atividade o que possibilita a apropriação da cultura, um grande número de atividades proporciona, relativamente, a apropriação de novos e variados conhecimentos.

As atividades voltadas para suprir demandas imediatas como alimentação, moradia, vestuário, higiene pessoal, dentre outras, aconteceram sistematicamente durante todo o trabalho de campo (conforme as informações preliminares) e são formas significativas de se alcançar junto aos usuários condições básicas para o desenvolvimento de outras atividades e apropriações.

A questão dos direitos humanos, da assessoria jurídica e da relação com a polícia somente foi possível depois que foram resolvidos os problemas mais imediatos como a fome, o sono e a falta de abrigo. “até banho nos demos” (Grupo focal com redutores). Essas atividades se inter-relacionam e, muitas vezes, se sobrepõem umas as outras. Somente é

possível a um usuário participar de uma reunião para discutir os direitos dos usuários se ele estiver alimentado e com outros problemas físicos de ordem imediata resolvidos.

O incentivo quase obrigatório para que os redutores voltassem a estudar teve um papel significativo no desenvolvimento do pensamento e das suas possibilidades de apropriação de novos conhecimentos. Os relatórios, avaliações e planejamentos de campo também foram atividades importantes no desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos redutores e geraram novas necessidades, como a leitura, a escrita e a aritmética. As atividades intelectuais, mesmo sendo restritas, tiveram importante papel no processo de ensino desencadeado. A leitura de textos possibilitou aos redutores a apropriação de uma linguagem mais complexa, juntamente com o desenvolvimento do pensamento. Isto fica evidente quando se comparam as falas dos redutores com as falas dos usuários. Existe um grau de abstração, complexidade e objetividade nas falas dos redutores que não se encontra nas falas dos usuários. A atividade objetiva de ensinar possibilitou a um grupo de usuários tornar-se redutor. Tal grupo apropriou-se, de forma mais efetiva de conteúdos, reflexões e procedimentos relacionados ao campo da ciência, indo além do senso comum, da compreensão aparente e imediata da realidade.

As atividades dos redutores e o ensino verbal objetivo interferem na sua lógica, na compreensão da realidade e nos hábitos de vida dos usuários, através de mecanismos variados. A imitação dos redutores pelos usuários pode ser evidenciada em muitas falas anteriormente registradas. Os redutores são uma referência na qual os usuários se espelham, imitando suas atitudes e hábitos, principalmente os relacionados ao controle: “saindo da lata”, “não ficar brigando por pouca coisa”, “o cara vai diminuindo”, “eu ajudo os outros”, “alguma hora eu vou parar”, “fumar sossegado, de boa, sem ter medo da polícia, sem ter medo de ninguém”. A imitação teve um importante papel no processo de ensino, pois, com a produção do vínculo afetivo e de confiança, os redutores passaram a ser uma referência para os usuários provocando a imitação.

Podemos perceber que os novos hábitos e atividades desenvolvidas pelos usuários não acontecem isoladamente de indivíduo para indivíduo. Resultaram de uma convivência entre o grupo de usuários e redutores, cujas atividades desenvolvidas atingiram não apenas aqueles que entraram em contato com a redução de danos, mas de forma mais generalizada toda a comunidade acessada, incluindo os familiares, profissionais de atendimento público e a comunidade em geral. O processo de ensino não se fixou somente na relação imediata entre redutores e usuários, mas provocou conscientemente uma grande quantidade de novas conexões envolvendo múltiplas relações comunitárias.

O processo de ensino que desencadeou a aprendizagem nos PRDs reproduziu as ambigüidades e contradições do capitalismo. Os objetivos centrais da metodologia de ensino dos PRDs estão centrados na solução de um problema pontual, um fragmento da realidade, que não vê na produção material e histórica da humanidade o principal determinante dessa realidade, reproduzindo interesses dominantes. Contraditoriamente, o discurso dos redutores demonstra alguns objetivos sócio-históricos e esses foram apropriados no estudo de textos críticos que versam sobre a questão do uso de drogas. O espaço das contradições com o sistema capitalista foi pouco aproveitado, mas a sua existência revela processos de ensino e aprendizagem muito ricos para uma apreensão histórico-crítica desta prática educativa.

No serviço público existe a possibilidade de uma crítica efetiva ao processo de alienação e, por isso, todas as práticas de ensino que conseguem desenvolver a crítica à alienação são importantes para a compreensão das demais. Ao demonstrar os pontos contraditórios e alienantes do processo de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários, evidenciaram-se necessidades históricas da humanidade relacionadas aos interesses sociais dominantes ou humanizadores. Ao demonstrarmos criticamente o método de ensino e aprendizagem que produziu mudanças de hábitos e de compreensão da realidade por um grupo de usuários, identificamos aspectos de uma práxis pedagógica, mesmo que ainda na sua gênese mais simples.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a síntese final da nossa análise, recorreremos a um texto ainda não estudado nos fundamentos teóricos desta tese. Trata-se do texto apresentado durante a “IV Colóquio Marx e Engels” por D. Losurdo (1998). O autor afirma que para compreender as intenções de Marx é necessário compreender a realidade concreta para a qual ele se dirigia quando escrevia. O mundo histórico e material de sua época o impelia a produzir sua obra, buscando teoricamente responder às necessidades concretas da realidade social. Por isso, Marx escreveu sobre suas posições contrárias à exploração de mão-de-obra escrava nos Estados Unidos e chegou mesmo a colocar-se a favor da luta contra a escravidão naquele país. Isso não significa que ele fosse favorável ao modelo capitalista dos Estados Unidos, mas posicionava-se ao lado de forças mais evoluídas historicamente em relação à adoção de mão-de-obra escrava. Também se posicionou textualmente sobre a superioridade do capitalismo da Inglaterra com relação ao capitalismo mais atrasado da Alemanha, naquela época, isso não significa que ele tenha em algum momento buscado favorecer o modelo capitalista inglês. Para situações históricas feudais ele buscava demonstrar como estas se posicionavam de forma mais atrasada em relação aos centros capitalistas mais avançados.

Assim, nós percebemos a redução de danos como uma política pública de enfrentamento de alguns problemas pontuais do sistema produtivo, que têm sua relevância inquestionável dentro do sistema capitalista, colocando-se contra formas mais atrasadas de entendimento sobre a questão do uso de drogas. A política de guerra às drogas, financiada pelo Governo dos Estados Unidos, representa um modelo de entendimento sobre o uso de drogas, preconceituoso e mais atrasado em relação à redução de danos. Na realidade essa política tem como principal objetivo, não o usuário ou os problemas advindos do uso de drogas, mas justificar a presença e a ocupação militar em várias partes do mundo, principalmente na América Latina. Assim como Marx colocava-se, estrategicamente, a favor da luta contra a escravidão, acreditamos que a redução de danos representa, atualmente, uma política de resistência, na Saúde, contra os interesses imediatos de amplos setores capitalistas representados pelo governo de G. Bush.

Ressaltamos também a riqueza de alguns aspectos do método de ensino desenvolvido pelos PRDs ao buscar na própria comunidade de usuários e no exército industrial de reserva, os agentes finais do processo educativo. As inúmeras atividades desenvolvidas pelos redutores junto aos usuários revelam uma capacidade de mobilização e mudança de

comportamentos imprescindíveis na sociedade contemporânea. O controle sobre o uso de pasta-base utilizando a maconha fica evidente nas falas dos redutores e usuários e essa é uma prática que contraria frontalmente a política de guerra às drogas. A própria atividade de reduzir danos já é uma negação dessa política de drogas preconizada pelo Governo dos Estados Unidos.

A análise das informações empíricas demonstrou nitidamente o envolvimento dos redutores com a prática da RD em campo e seu desenvolvimento no sentido de compreender os mecanismos públicos de atendimento aos usuários. A abordagem inicial, o desenvolvimento do vínculo e a mediação nos encaminhamentos, junto aos usuários, não podem ser compreendidos como trabalho alienado dos redutores. Os redutores dão um sentido extremamente humanizador ao seu trabalho, desenvolvendo as atividades pertinentes com prazer e dedicação.

A eficácia do método de ensino desenvolvido desde as políticas de implantação institucional da redução de danos, da formação continuada até as atividades de campo, ficou evidente quando analisamos os novos conteúdos e conceitos que foram incorporados pelos redutores e, ainda que de forma mais superficial, pelos usuários. Pudemos compreender o caminho dos novos conhecimentos desde o processo de formação até as relações no trabalho de campo. Conhecimentos que, dialeticamente conectados a novas atividades e hábitos de convivência, proporcionaram o enriquecimento da linguagem e, por conseqüência, do pensamento dos redutores e usuários.

Constatou-se o desenvolvimento de uma forma de ensino consciente e objetivo dos redutores em relação aos usuários, rompendo, ainda que timidamente, com o modelo dominante de educação informal centrada apenas no cotidiano e no espontâneo. O desenvolvimento de atividades que geraram objetivações genéricas para-si, nessa área da educação informal em saúde, é ainda mais raro que na educação formal.

Compreendemos a RD como uma política necessária e relevante junto aos usuários de drogas abordados, mas demonstramos que o método de ensino e aprendizagem utilizado na prática da RD não objetiva a superação do problema causador dos danos a serem reduzidos na totalidade das relações sociais, intervindo apenas numa particularidade aparente e imediata. Acreditamos que os aspectos de pontualidade e fragmentação é que devem ser superados desde os fundamentos teóricos que subsidiam as políticas públicas de RD, até a metodologia de ensino desenvolvida nos PRD, que estudamos empiricamente.

O método adotado no levantamento e análise das informações desta pesquisa, parte do pressuposto de que existe na realidade histórica um núcleo central mais complexo e

dominante que é determinante das relações particulares mais simples e abstratas. Fundamentados nessa perspectiva procuramos demonstrar na análise das informações empíricas que as relações de ensino e aprendizagem entre os redutores e os usuários são determinadas por outros interesses e fundamentos não imediatos. Essa relação estudada não existe como uma forma autônoma, por si mesma, mas é efetivamente um processo de reprodução de procedimentos objetivamente planejados na relação com os mecanismos mais complexos e materialmente dominantes na totalidade das relações sociais.

Ficou evidente também a existência de uma metodologia de ensino na prática da RD, mesmo que este não tenha sido objetivamente explicitado nos textos que tratam sobre o assunto, nas falas dos ministrantes, coordenadores e redutores envolvidos no trabalho dos PRDs. Essa metodologia está fundamentada principalmente no pragmatismo epidemiológico e em teorias idealistas do desenvolvimento humano. Por isso, não priorizam o desenvolvimento de objetivações genéricas para-si, junto aos usuários, buscando, no universo da espontaneidade, as soluções imediatas para resolver a questão epidemiológica.

Percebemos que o ensino e a aprendizagem não objetivaram o desenvolvimento das possibilidades máximas de vida humana existentes. Não existe qualquer barreira que impeça esse desenvolvimento no indivíduo, como supõem as pedagogias liberais. As barreiras para o desenvolvimento máximo das suas potencialidades encontram-se nas relações históricas e sociais de dominação. Somente a apropriação dessas potencialidades máximas da cultura humana pode levar os usuários a apropriarem-se criticamente da realidade social determinante e objetivarem-se no sentido de transformá-la, buscando a superação da sociedade de classes, mas o processo de ensino e aprendizagem desencadeado na prática da RD atuou de forma central no controle epidemiológico, buscando o controle e a redução dos danos que podem prejudicar o sistema produtivo, e os interesses da classe que domina esse sistema. A política de RD, nesse sentido, passa a reproduzir um interesse privado e não efetivamente público, determinando a metodologia de ensino e o processo de aprendizagem dominante na prática da RD. É dominante, mas não é total, pois possibilita que atividades contraditórias a estes interesses sejam desenvolvidas. Não existe uma separação rígida entre o que é a reprodução dos interesses dominantes e o que é a crítica a esses interesses, essas manifestações se fundem compondo uma unidade onde fica difícil apreender o que é humanizador e o que apenas reproduz a alienação necessária a adaptação do indivíduo aos interesses dominantes.

A libertação⁹⁰ não é alheia ao indivíduo na sociedade que se liberta. Não há libertação no gênero humana sem libertação na individualidade, numa relação dialética de produção recíproca entre o todo e a parte. Para que os usuários atendidos pelos PRDs, que fazem parte do exército industrial de reserva, possam perceber a sua situação social e histórica e se libertar do domínio imposto por outra classe social, é necessário que apropriem-se das manifestações culturais historicamente mais complexas. Isto não acontece de forma imediata, necessita de uma mediação; no caso, de um processo de ensino e aprendizagem conscientemente determinado.

Nossa fundamentação teórica preconiza a impossibilidade da dicotomia entre o indivíduo e a totalidade do gênero humano. Isso nos coloca diante da impossibilidade de que um indivíduo, ou um pequeno grupo deles, possa romper com as formas de opressão e dominação sociais. A humanização não é apenas o desenvolvimento do indivíduo no sentido de que este passe a guiar conscientemente sua vida em relação aos interesses materiais e sociais do seu tempo. O processo de humanização depende de que todo o conjunto dos indivíduos explorados pelo sistema capitalista desenvolva socialmente sua capacidade crítica; aí sim, transformando efetivamente a sociedade e mudando conscientemente a histórica do gênero humano ao produzir uma sociedade sem a dominação de uma classe por outra. Somente essa mudança na totalidade das relações humanas produz, de fato, a libertação do indivíduo das formas veladas de exploração da sua capacidade de trabalho. A impossibilidade de uma prática de ensino realmente libertadora nos coloca o desafio de produzir formas de ensino que acirrem as contradições de classe através da crítica aos procedimentos liberais e mobilizem a classe explorada na busca de solução para seu problema genérico, dialeticamente relacionado às suas questões particulares. No nosso estudo o particular é o uso de drogas e suas decorrências e o genérico é a forma determinante da realidade social, maior causadora dos problemas particulares.

Se não existem interesses de mercado para que tais cidadãos apropriem-se das formas culturais mais evoluídas historicamente, são necessárias políticas públicas que garantam esse direito. Esse é o espaço histórico em que se trava uma disputa entre os interesses de mercado e de lucro, por um lado, e os interesses públicos, de outro. Para que os interesses públicos sejam preservados é necessário que estes sejam compreendidos na sua forma mais complexa e desenvolvida. O ensino e a aprendizagem, proporcionados na prática

⁹⁰ Utilizamos aqui conceito de libertação conforme Gyorgy Markus (1974), que é o desvelamento dos processos alienadores impostos pelos interesses materiais das elites capitalistas dominantes ou como a própria humanização do indivíduo.

da RD, foi originado e financiado pelo poder público, mas está perpassado por interesses privados, desde os seus financiadores até a atividade de campo. As particularidades do processo de ensino e aprendizagem desencadeados pelos PRDs reproduzem esta contradição ou esta disputa de interesses que dão sentido às práticas da redução de danos.

A compreensão do processo de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários, fundamentada numa percepção sócio-histórica e histórico-crítica, objetivou identificar na metodologia adotada pelos PRDs, o movimento real do objeto permeado por uma complexa forma de dominação.

A redução de danos não pode ser compreendida como um meio de resolver os problemas sociais com os quais trabalha. Mas tem um importante papel de mediação entre os usuários de drogas e os programas de saúde, melhorando a qualidade de vida e enriquecendo a compreensão histórica da realidade, dos usuários de drogas. Num grau ainda inicial, tal aprendizagem é um degrau necessário para que outros objetivos educativos possam ser desenvolvidos. Só um método de ensino dirigido pode proporcionar aos usuários a apropriação das teorias críticas e a compreensão da totalidade das relações sociais, para objetivarem-se, de forma efetiva, na luta para a superação da privação da maioria em detrimento dos interesses e exploração da minoria detentora do capital. Se já existe uma privação material e cultural na maioria da população, essa privação acontece de forma ainda mais acentuada junto aos sujeitos (usuários) estudados, tendo em vista que esses fazem parte do exército industrial de reserva, não podendo sequer vender a sua força de trabalho.

Confirmamos nossa tese inicial de que o processo de ensino e aprendizagem proporcionado na prática da redução de danos teve um papel relevante no combate às epidemias e, em alguns aspetos, na qualidade de vida dos usuários, mas atuou na particularidade do problema, fragmentando o entendimento da realidade e não conseguindo desenvolver um processo generalizado de melhoria da qualidade de vida dos usuários de drogas. Essa atuação pontual esconde o determinante material e histórico do problema, contribuindo ingênua e indiretamente para a manutenção da sociedade de classes, esta sim, principal determinante dos danos que se tenta reduzir.

Comprendemos ainda que as contradições existentes no método de ensino dos PRDs deixam brechas para que se viabilize um processo de ensino e aprendizagem voltados para a apropriação de uma compreensão crítica da sociedade e uma objetivação que aprofunde as contradições da luta de classes. O que efetivamente inibiu essa possibilidade foram os fundamentos pragmáticos e idealistas adotados nas políticas de RD, financiados por interesses liberais, que necessitam ser criticados e superados para que se possibilite um processo de

ensino e aprendizagem verdadeiramente humanizador e desligado dos interesses dominantes, alienadores e privados, o que somente pode ser possível com a superação do modelo de sociedade fundamentada na exploração de uns sobre outros.

Os fundamentos pragmáticos e idealistas que sustentam teórica e metodologicamente as relações de ensino e aprendizagem são dominantes na prática da RD, não por serem a melhor resposta para o problema, mas porque atendem aos interesses dos organismos financiadores. Estas teorias buscam respostas pontuais e fragmentadas negando a possibilidade de uma compreensão da totalidade das relações sociais e, conseqüentemente, da humanização dos usuários atendidos como integrantes do setor mais vulnerável da classe trabalhadora. A metodologia de ensino desenvolvida pelos PRD, que reflete esses interesses, objetivou fundamentalmente a adaptação destes indivíduos ao meio social dominante e não a superação das condições sociais e históricas que são determinantes dos danos a serem reduzidos.

Mesmo que o referido método de ensino desenvolvido reproduza hegemonicamente os interesses liberais já explicitados, pudemos identificar atividades práticas e reflexões fundamentadas numa concepção histórico-crítica, comprovando a existência de contradições no seu desenvolvimento. Essas contradições proporcionaram algumas formas de superação, ainda que iniciais, da compreensão das relações sociais apenas no universo das relações espontâneas e imediatas, possibilitando algumas reflexões críticas à alienação das relações sociais.

Para que o processo de ensino e aprendizagem entre redutores e usuários seja efetivamente humanizador são necessárias algumas condições que não são determinadas na relação imediata entre esses dois sujeitos em si, mas em condições sociais outras, tais como: uma teórica histórico-crítica que fundamente essa práxis e um mecanismo de financiamento autônomo em relação ao Banco Mundial e aos organismos da ONU controlados pelos interesses privados.

Acreditamos que essa base material somente será possibilitada pelo exercício do controle social dos recursos públicos investidos, diretamente pelas comunidades envolvidas, o que somente é possível se a política de RD for determinada pelo sistema de controle de políticas públicas do SUS. Uma Política de Saúde Pública autônoma em relação aos interesses liberais dominantes é ainda um processo que está sendo gestado no espaço público, como contradição do sistema capitalista. Esse é apenas um caminho apontado na presente pesquisa que pode ser aprofundado em um outro trabalho de pesquisa tendo em vista os objetivos desta tese.

Quanto à produção de uma teoria histórico-crítica que fundamente a prática da RD, acreditamos que esta tese trouxe alguns elementos para isso, mas esse é um trabalho inacabado que somente poderá ser produzido mediante a realização de muitas outras pesquisas e publicações voltadas para a RD e com esse objetivo. Existe ainda uma grande lacuna no sentido de uma produção teórica histórico-crítica na área das políticas de RD. Para isso é necessário identificar como os fundamentos teóricos e metodológicos da prática da RD reproduzem os interesses da classe dominante, fazendo a crítica a essas teorias através da efetivação de uma práxis pedagógica na prática da RD.

O que ficou mais evidente, principalmente no aspecto da pesquisa que explorou as próprias falas dos redutores e usuários, foi o envolvimento volitivo destes nas atividades e reflexões proporcionadas pela RD. Mesmo com o pouco investimento na formação e nas atividades realizadas junto ao grupo, os resultados foram comprovadamente produtores de grandes modificações nas suas atitudes e no controle epidemiológico. Isso prova que, quando há investimentos materiais, sociais e humanos, o processo de humanização deste grupo social, que vive de forma mais intensa o estigma social, se efetiva. Somente com a existência de políticas públicas que atendam todas as necessidades dos usuários de drogas aqui abordados, é que estes poderão tomar consciência do seu lugar no processo produtivo como exército industrial de reserva, e se juntar ao restante da classe trabalhadora para produzir conscientemente uma sociedade sem classes, onde o uso de drogas não seja a única solução para os problemas e os danos pessoais e sociais que enfrentam. Onde o prazer de viver seja maior do que o prazer da fuga da realidade e as políticas públicas não visem apenas soluções paliativas, mas soluções efetivas para os problemas que são sociais e históricos e que não podem pesar sobre o “usuário de drogas” como se este fosse o responsável pela realidade que vive e até pelo estigma de que é vítima.

“Nós redutores ensinamos muito mais que reduzir os danos, ensinamos que as pessoas têm direito à cidadania com cidadão, como pessoa humana.”

REFERÊNCIAS

- ABEAD, Associação Brasileira de Álcool e Outras Drogas. Revista Álcool e Drogas. Porto Alegre, ABEAD, 1999.
- ÁGUIA MORENA. Relatório condensado de atividades. Campo Grande. 2004.
- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1999.
- ANDRADE, Tarcísio. As abordagens preventivas: entre prevenção idealizada e prevenção possível. Brasília Ministério da Saúde. 1995.
- _____. Drogas na Bahia: uso e usuários. São Paulo, HUCITEC, 2000.
- ANTUNES, Celso. Vygotski, quem diria?! Em minha sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARICÓ, C. Roberto e Sérgio V. Bettarelo. Drogas: perigos e preconceitos. São Paulo. Ícone. 1998.
- BALBUENA, Monique R. O carniceiro e o poeta drogas e literatura. In BITTENCOURT, A vocação do êxtase: uma antologia sobre o homem e suas drogas (org.). Rio de Janeiro. IMAGO. 1994.
- BAPTISTA, Marcos (org.). Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2003.
- BARATA, Alessandro. Introdução a uma sociologia da droga. In BASTOS. Drogas e Aids. Rio de Janeiro. IMAGO. 1994. (p. 21 – 43).
- BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. Cadernos CEDES, Campinas, (n. 44, p. 19-32).
- BASTOS, Francisco Inácio. Troca de seringas: Aids e Drogas, ciência, debate e saúde pública. Brasília, Ministério da Saúde, 1998.
- _____. Redução de danos e saúde coletiva: reflexões a propósito das experiências internacional e brasileira. Rio de Janeiro. ABORDA, 2003
- _____. Drogas e Aids: estratégias de redução de danos. Rio de Janeiro. IMAGO. 1994
- _____. Drogas: é legal? Um debate autorizado. Rio de Janeiro. IMAGO. 1993.
- BATISTA, Vera Malaguti. A construção do transgressor. In BATISTA, Marcos. Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2003. (157 – 164).
- BERNARDO SÁ, Domingos. Capacidade civil: um direito penal. In BASTOS. Drogas: é legal? Rio de Janeiro. IMAGO. 1993. (p. 11 – 51)
- BITTENCOURT, Ligia. Escravos de Deus: algumas considerações sobre toxicomania e religião evangélica. In BAPTISTA, Marcos. Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2003. (p. 265-273).

_____. A vocação do êxtase: uma antologia sobre o homem e suas drogas (org.). Rio de Janeiro. IMAGO. 1994.

BOGDAN e BIKLEN, Pesquisa qualitativa. São Paulo. Paperus, 1994.

BUCHER, Richard. Drogas e drogadição no Brasil. Porte Alegre. Artes Médicas, 1992.

_____. Prevenção ao uso indevido de drogas (vol. 1 e 2). Brasília. UNB, 1991.

BURGUESS, Ler Vygotsky. In DANNIELS, Harry. Vygotsky em foco: pressuposto e desdobramentos. São Paulo. Papyrus. 1993. (p. 31 – 68)

CAIAFFA, Walesca. A contribuição dos estudos multicêntricos frente a epidemia de aids entre UDI no Brasil. Brasília. Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ajude Brasil. Brasília, Ministério da Saúde, 2002.

CEBRID. Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas. São Paulo. UNIFESP/SENAD. 2003.

CARLINI, E. A. I Levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil. São Paulo. CEBRID/SENAD. 2002.

_____. Uso ilícito de drogas lícitas pela nossa juventude. É um problema solúvel? In BASTOS F. Drogas é legal? Um debate autorizado. IMAGO. 1994. (p. 51 – 66)

CARLINI, E. A. (org). I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil. Brasília. SEBRID, 2002.

CHARBONNEAU, Paul-Eugéne. Juventude, droga e família. In SANCHES, Amauri. Drogas e drogados: o indivíduo, a família e a sociedade. EPU. São Paulo, 1982. (p. 95 – 139)

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. (Texto de abertura da ANPEd. Poços de Caldas, site ANPEd, 2004.

COGGIOLA. O capitalismo e o tráfico de drogas. In: Revista EDUSP n ° 29. São Paulo. USP, 1997.

_____. Comércio internacional de drogas: uma aproximação histórica. São Paulo , USP, 2004, (Mimeo).

COIMBRA, Cacília Maria B. Produzindo o mito da guerra civil: naturalizando a violência. In BATISTA, Marcos. Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2003. (165 – 174)

COSTA, Áurea de Carvalho. Anônimas Odisséias: a dupla destituição do direito à educação e ao trabalho na infância e na vida adulta. São Paulo: Annablume, 2005. No prelo.

CRUZ, Marcelo. Práticas de ensino, práticas psiquiátrica e uso abusivo de drogas. Rio de Janeiro. EDUERJ. 2002. (69 – 83)

DOMÂNICO, Andrea. Controlando a maluquês+ a redução de danos no contexto do uso de cocaína injetável. São Paulo. Dissertação de Mestrado PUC/SP. 2001.

DANNIELS, Harry (Org.). Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos. São Paulo. Papirus. 1993.

DAVIDOV, V. A contribuição de Vygotsky para o desenvolvimento da psicologia. In DANNIELS Arry (Org.). Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos. São Paulo. Papirus. 1993. (p. 151 – 167)

DRUCKER, Ernst. In BASTOS, Drogas e Aids: estratégias de redução de danos. Rio de Janeiro. IMAGO. 1994. (p. 45 – 54)

DUARTE, Newton. Sobre o construtivismo. Coleção polêmica dos nosso tempos. Campinas. Autores Associados. 2005.

_____. Crítica ao fetichismo da Individualidade (org). Campinas. Autores Associados. 2004.

_____. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas. Autores Associados. 2003.

_____. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós modernas da teoria vigotskiana. Campinas, Autores Associados, 2001.

_____. A anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. São Paulo, Revista Educação e Sociedade, 2000.

_____. A individualidade para si: uma contribuição a uma teoria histórico-cultural da formação do indivíduo. Campinas, Autores associados, 1999a.

_____. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas, Editores Associados. 1999b.

EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo, Cortez, A997.

FACCI, Marilda G. Dias. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas. Autores Associados. 2004.

_____. Teorias educacionais e teorias psicológicas: em busca de uma psicologia marxista de educação. In DUARTE, Newton. Crítica ao fetichismo da Individualidade. Campinas. Autores Associados. 2004b (p. 99 – 120).

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. 6ª ed. São Paulo. Perspectiva. 1999.

_____. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis, 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. São Paulo. Cadernos de Pesquisa. 2001 (p. 21-39).

_____. Vygotsky e Baktin sociologia e educação: um intertexto. ADUFJF/ÁTICA. Juiz de Fora. 1999.

_____. O pensamento de Vygotsky e Baktin no Brasil. São Paulo. Papirus. 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século (org.). 3ª edição. Petrópolis. Vozes. 1999.

_____. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In Fazenda, Metodologia da pesquisa educacional, São Paulo, Cortez, 1994 (p. 69-90).

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, Autores Associados, 2002.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. Caderno CEDES nº 50 (págs 09 – 24). Campinas. UNICAMP. 1999.

GONÇALVES, Ernesto L. O indivíduo perante o tóxico. In SANCHES. (org.) Drogas e drogados: o indivíduo a família e a sociedade. São Paulo. EPU. 1982 (p. 53-70).

GORENDER, Jacob. Apresentação do Livro I do Capital. In MARX, K. O Capital (Livro I). São Paulo. Nova Cultural. 1985.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 1997.

KALINA, Eduardo. e COVADLOV, Santiago. Drogadição, família, indivíduo e sociedade. São Paulo. Francisco Alves, 1988.

_____. As cerimônias da destruição. Rido de Janeiro. Francisco Alves, 1983.

KOSIC, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995

KRUEGER, Richard A. El grupo de discusion: guía práctica para la investigación aokucada. Madrid. Pirámide. 1991.

LABIGALINI, Eliseu Jr. O uso da cannabis por dependentes de crack: um exemplo de redução de danos. In, Mesquita. Trocas de seringas: ciência, debate e saúde pública. Brasília, Ministério da Saúde, 2000 (p. 173 – 184).

LEONTIEV, Alexis N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978.

_____. Actividad, conciencia e personalidad. Pueblo e Educación. Havana, 1983.

LOSURDO, D. IV Revisitando Gramsci. Rio de Janeiro. Bom Tempo. 1998.

LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo. Ícone. 1996.

_____. Curso de psicologia geral (volume I). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1991.

LURIE, Peter. Quando a ciência e a política colidem: a resposta do Governo Federal dos EUA aos programas de troca de seringas. in BASTOS. Drogas e Aids. Rio de Janeiro. IMAGO. 1994 (73 – 95).

LUZ, Asinelli. Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades. São Paulo. USP, Tese de doutorado. 2000.

MACRAE, Edward. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador. CETAD/UFBA. 2000.

_____. Abordagem etnográfica do uso de drogas. In BASTOS e MRESQUITA. Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo. HUCITEC. 1994. (99 – 114).

MARTINS, Samir Moraes. Norma, desvio e uso de drogas: contexto histórico e dilemas contemporâneos. Rio de Janeiro, ABORDA, 2003.

MARTINS, Lígia Maria. Da forma humana em Marx a crítica da pedagogia das competências. In Duarte. Crítica ao fetichismo da Individualidade. Campinas. Autores Associados. 2004.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. O dezoito blumário de Luiz Bonaparte. São Paulo. Centauro, 2003.

_____. O Capital. (Volume I). São Paulo. Nova Cultural. 1985.

_____. Crítica da educação e do ensino. São Paulo: Moraes, 1983.

_____. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo. Martins Fontes. 1989.

_____. O método da economia política. (Coleção Os Pensadores) São Paulo, Abril Cultural, 1974.

_____. Crítica da economia política. (Coleção Os Pensadores) São Paulo, Abril Cultural, 1974.

MESCLA LATINA. Relatório condensado de atividades. Campo Grande, 2003.

MESQUITA, Fábio & BASTOS, Francisco. Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública (org.). Brasília, Ministério da Saúde, 1998.

_____. Consumo de drogas: desafios e perspectivas. São Paulo. Hucitec, 2000.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. Capitalismo tardio. In COGGIOLA. São Paulo, USP, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Hucitec, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE.. Manual de redução de danos, saúde e cidadania. Brasília. Ministério da Saúde, 2001.

_____. Boletim epidemiológico 2002. Brasília, www.aids.gov.br, 2002.

_____. A AIDS na fronteira do Brasil. Brasília, PN/DST/AIDS, 2003.

_____. Portaria N 2.127 de outubro de 2004. Estabelece a política Nacional de Redução de Danos.

MISSE, Michel. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In BATISTA, Marcos. Drogas e pós-modernidade: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2003 (147 – 156).

MORGAN, David L. Focus Groups as qualitative research. London. SAGE Publications. 1988.

MURAD, José Elias. Drogas: o que é preciso saber. Belo Horizonte, Lê, 1994.

_____. Como enfrentar o abuso de drogas. Belo Horizonte. Farmácia/UFMG. 1985.

_____. O problema dos tóxicos na universidade. In SANCHES, Amauri. Drogas e drogados: o indivíduo, a família e a sociedade. EPU. São Paulo, 1982 (p. 203 – 247).

NEWMAN & HOLZMAN. Lev Vygotsky: cientista revolucionário. São Paulo Loyola. 2002.

OLIEVENSTEIN, C. O destino do toxicômano. São Paulo. Almed, 1985.

_____. A droga: drogas e toxicômanos. São Paulo. Brasiliense, 1980.

_____. Os drogados não são felizes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, Vygotsky aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo. Scipione, 1995.

O'Hare, Pat. Redução de danos: alguns princípios e a ação prática. In BASTOS e MRESQUITA. Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo. HUCITEC, 1994. (65 – 78).

O PROJÉTIL. Jornal do curso de Comunicação Social da UFMS. Campo Grande. UFMS. 2000.

PAES, Paulo C. Duarte. Tá Legal: política pública de redução de danos na fronteira do Brasil com a Bolívia. Campo Grande. Ministério da Saúde, 2002.

_____. O uso de drogas e o ato infracional cometido por adolescentes. (ECA 2001) Campo Grande. UFMS, 2001.

PALATNIK, Elizabeth. Quem é a mãe do dependente de drogas. In Bittencourt. A Vocação do extase. Rio de Janeiro. Imago, 2003. (p. 120 – 129)

PERES, Gomes. O pensamento prático do professor: a formação do professor como prática reflexiva. In Nóvoa. Os professores e sua formação. Lisboa. Don Quixote, 1992, p. 51 – 76.

PERRENOUD, Ph. Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto, Porto Editora, 1995.

_____. Viver e aprender na escola. ofício de aluno e sentido do trabalho escolar, Porto, Porto, 1995, p. 28-41

PIAJET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. Tradução de Manoel de Campos, 4ª Ed.. São Paulo. Martins Fontes, 1986.

_____. O estruturalismo. São Paulo. DIFEL, 1979.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação. São Paulo, Cortez, 2001.

REGUELIN, Elizângela Melo. Redução de danos: prevenção ou estímulo ao uso de drogas. Porto Alegre. PUC-RS. Dissertação de mestrado, 2004.

REGO. T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis. Vozes. 1995.

RIBEIRO. Wânier. Abordagens pedagógicas de prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes: da prática da opressão à prática da liberdade. Belo Horizonte. PUC-MG. Dissertação de mestrado. 2001

RONCKEN, Theo. La lucha contra las drogas y la proyección militar de Estados Unidos. Quito, ABYA-YALA. 2004.

ROSSI, Adriana. narcotráfico y Amazônia ecuatoriana. Buenos Aires. Abya-Yala. 1996.

ROSSLER, João Henrique. A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada. In Duarte. Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas. Autores Associados. 2004 (75-98).

_____. Construtivismo e alienação: as origens do poder de atração do ideário construtivista. In Duarte. Autores Associados. 2005 (p. 3-21).

SALAMA, P. Pobreza e exploração do trabalho na América Latina. São Paulo. Roco, 1999.

SCALCO, Suze. A procura da unidade psicopedagógica: articulando a psicologia histórico-cultural com a pedagogia histórico-crítica. Campinas. Autores Associados. 2002.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas, Autores Associados, 2003.

_____. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 2000.

_____. Escola e democracia. Campinas. Autores Associados. 1995.

_____. Educação e questões da atualidade. São Paulo. Cortez. 1991.

SCHEERER, Sebastian. Políticas de drogas: o debate internacional. In BASTOS. Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública. Brasília, Ministério da Saúde, 1998 (45 – 54).

SMOLKA, Ana L. B. Leitura e desenvolvimento da linguagem. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1989.

STIMSOS, Jery. A AIDS e o uso de drogas injetáveis no Reino Unido, 1987 – 1993: as políticas públicas e a prevenção da epidemia. In BASTOS. Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública. Brasília, Ministério da Saúde, 1998 (09 – 55).

SUBSTITUTIVO de LEI. 7134/2002. PLS/2002.

TÁ LEGAL. Relatório condensado de atividades. Campo Grande. 2002.

TARDIF, M & RAYMOND, D. Saberes, Tempo e aprendizagem no magistério. Educação e Sociedade. Ano XXI, nr. 73, dez. 2000 (p. 209-244).

TELLES, Paulo. Estratégias de redução de danos e algumas experiências de Santos e Rio de Janeiro. In BASTOS e MRESQUITA. Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo. HUCITEC. 1994 (181 – 190).

TIBA, Içami. Anjos caídos: como prevenir e eliminar as drogas na vida do adolescente. São Paulo. Editora Gente, 2003.

_____. A maconha e o jovem. São Paulo. Agora. 1989.

TOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa. São Paulo. Vozes. 1995.

TULESKI, Silvana. Vygotski: a construção de uma psicologia marxista. Maringá. Eduem. 2002.

VELHO, Gilberto. Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1998.

VERGARA, Rodrigo. Drogas. (Coleção Super Interessante). São Paulo, Abril, 2003.

VESTER, Anete. Os programas de tocas de seringas em Amsterdan. In BASTOS. Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública. Brasília, Ministério da Saúde, 1998 (115 – 125).

VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. (edição comentada por Guilherme Blanc). Porto Alegre. ART MED. 2003.

_____. Psicologia da arte. São Paulo. Martins Fontes, 2001a.

_____. Psicologia Pedagógica. São Paulo. Martins Fontes, 2001b.

_____. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo. Martins Fontes, 2001c.

_____. “Manuscrito de 1929”. Campinas. Educação e sociedade. nº 71. 2000 (p. 21-44).

_____. A tragédia de Hamlet: o príncipe da Dinamarca. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

_____. O desenvolvimento do psiquismo na infância. São Paulo. Martins Fontes. 1998.

_____. Teoria e método em psicologia. Tradução Cláudia Berliner). São Paulo. Martins Fontes. Martins Fontes. 1996.

VYGOTSKI. Obras escorridas (Volumes I). Madri. Centro de Publicaciones del M.E.C. / Visor Distribuciones, 1991.

_____. Obras escogidas (Volumes II). Madri. Centro de Publicaciones del M.E.C. / Visor Distribuciones, 1993.

_____. Obras escogidas (Volumes III). Madri. Centro de Publicaciones del M.E.C. / Visor Distribuciones, 1995.

_____. Psicologia del arte. Barcelona, Barral Editores, 1970.

VYGOTSKY. L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993b.

VYGOTSKY L. S. e LURIA A. R. Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996b.

WOODAK A. Redução de danos e programas de trocas de seringas. In BASTOS e MESQUITA. Troca de seringas: drogas e Aids, ciência, debate e saúde pública. Brasília. Ministério da Saúde. 1998 (p. 55-71).

WOODAK A. & DES JARLAIS. Estratégias para prevenção da infecção pelo HIV entre usuários de drogas e destes para com seus parceiros. In BASTOS e MESQUITA. Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo. HUCITEC. 1994 (115-132).

ZALUAR, A. A criminalidade das drogas e o reencontro do mal. In: Drogas e cidadania. P. 97-127. São Paulo. Brasiliense, 1994.

ANEXO 01

GRUPO FOCAL COM REDUTORES DE DANOS

PRD Águia Morena, Campo Grande, bairro Moreninha II, 20 horas, 14 de abril de 2005.

Este grupo focal tinha sido previsto para ser realizado na sede da ONG GASS – Grupo de apoio e solidariedade Sul-Mato-Grossense Ação e Prevenção a AIDS, que é responsável pelo Programa de Redução de Danos (PRD) “Ta Legal”. A Presidente da ONG teve dificuldades em trabalhar com um dos redutores o que acabou estabelecendo um conflito entre o referido redutor e a Presidente da entidade. Depois de algumas discussões calorosas a Presidente da entidade resolveu unilateralmente parar as atividades do PRD, que vinha sendo realizado desde 2001. Mesmo assim, dois redutores do referido PRD participaram do grupo focal.

A Alice, que trabalha como redutora desde 2001, já participou de dezenas de cursos de formação de redutores e de encontros em vários estados do Brasil. Ela é a presidente da REDESUL – Rede Sul-Mato-Grossense de Redutores de Danos e a mais experiente do grupo. Os demais iniciaram o trabalho com RD em 2003 e 2004 nos PRD Águia Morena e Ta Legal. Todos os redutores presentes foram formados para o trabalho nos cursos de RD e através de acompanhamento dos trabalhos de campo. Todos já são bastante conhecidos pois sempre participaram das capacitações que, em geral, são conjuntas para todos os PRD. Todos os PRD, mesmo sendo de instituições diferentes, foram implantados pelo mesmo grupo técnico o que dá ao grupo uma certa homogeneidade com relação aos princípios e orientações de trabalho.

Com exceção de duas redutoras do Águia Morena, todos os demais eram usuários de drogas desempregados, que viviam numa situação de dificuldade financeira e até de sobrevivência quando iniciaram o trabalho na RD. Foram contatados nos próprios campos pelos técnicos que iniciaram os PRD no Estado. Alguns deixaram efetivamente de usar drogas, mas, a maioria ainda usa de forma controlada.

O grupo reuniu-se na sede do PRD, Águia Morena, aproximadamente às 19:30 horas, conforme o previsto. Apenas uma redutora chegou atrasada, por volta das 20 horas, e visivelmente alcoolizada. O grupo Focal começou às 20:10 horas. Três redutores eram de Corumbá e os demais trabalham nas Moreninhas, maior conjunto residencial de Campo Grande, no PRD Águia Morena. Todos estavam bastante tranquilos e a vontade tendo em vista que já participam de atividades semelhantes desde o início dos trabalhos dos PRD.

Participaram os redutores de danos:

- R.M.O- PRD Águia Morena, Campo Grande
- R.C.O - PRD Ta Legal, Corumbá
- R.E.A - PRD Águia Morena, Campo Grande
- R.S.A - PRD - Águia Morena, Campo Grande
- R.A.A - PRD Tá Legal, Corumbá
- R.D.A - Águia Morena, Campo Grande
- R.V.O - PRD – Voluntário Tà Legal, Corumbá
- Entrevistador (P) Paulo Paes

* As letras correspondentes à cada entrevistado são: primeiro o “R” de redutor, depois a primeira inicial do nome e, por último, “A” para feminino e “O” para masculino.

P – O que é redução de danos?

R.M – redução de danos é tudo aquilo que faz mal pra saúde não significa que você tem que parar de usar qualquer coisa que você usa, mas, você tem que dar um tempo e usar com pouca quantidade. No meu caso mesmo já estava prejudicando minha saúde tava indo tudo pro saco, tudo pro pau. Deixei de estudar. Só não deixei de trabalhar, mas, outras coisas importantes pro meu desenvolvimento meu crescimento tava indo tudo de água abaixo, era incontrolado. Era experimentador, era tudo outra coisa. RD é você controlar aquilo que ta te afundando não no sentido que você tem que parar mas no sentido que você tem que controlar aquilo que ta te prejudicando. Fazer aquilo com menos intensidade, com um horário específico para aquilo. Fazer aquilo como um “robi” uma produção . Então redução é reduzir a quantidade do que você usa, isso é o objetivo, é não deixar de lado e dizer isso prejudica.

P – Pra vocês o que é RD?

R.M - Que nem eu falei RD e reduzir tudo aquilo que faz mal.

R.E- O excesso de uso. A gente não tinha consciência de usar a drogas com controle. Nós que somos usuários. E ajudou muito gente não deixou de usar não usa com aquela frequência. A gente tem um horário pra usar ainda mais que a gente trabalha tem os horários de serviço, tal. E principalmente no campo. No campo agente não vai usar. Como a gente vai passar uma informação para os outros se a gente pode usar uma droga em campo. Então ajudou muito a gente reduzir.

R.M – Tem um horário específico é como você trabalhar. Você tem um horário para trabalhar você tem que ir. É a mesma coisa a questão do uso você automaticamente está reduzindo danos. Então vamos falar mais claramente até a comida mata se você comer muito né.

R.C – A questão de RD acho que o Marcio e ela, que eu sempre esqueço o nome dela, deixaram bem clara a questão pratica do negócio. A RD, quanto ela veio, o que é a RD, acho que resumindo em poucas palavras seria: pra muitos uma nova esperança de vida um novo sentido em novo sentido pra você, um novo sentido para o usuário que até então não era redutor quando conheceu a RD, um novo sentido para que ele continuasse vivendo coisas que muitas vezes não é incomum você encontrar a pessoal a beira da loucura não pelo fato do uso das drogas mas pela situação em que ele se encontra certo. E a RD causou esse impacto nas pessoas aonde ela foi pregada causou esse impacto os redutores tiverem o prazer de ver isso, pessoas que antes não tinham uma, uma, uma...

R.M- pessoas que antes não tinham uma qualidade de vida...

R.C – Pessoas que antes não tinham um motivo certo pra viver e hoje já têm, Pessoas que sabem que hoje podem controlar a droga e não deixar que a droga controle ele.

R.S Seria reduzir danos da saúde sabendo aquilo que pode te fazer mal dar uma controlada, dar uma segurada, mas continuar usando sabendo que aquilo pode fazer mal em excesso então teria que segurar um pouco.

R.A- RD pra mim é uma coisa maravilhosa cara e o Marcio é meu companheiro desde...

R.M – Eu não posso preparar o bagulho...

R.A- Você se prende um pouco na hora de falar. O Paulo, não sei quantas fitas você vai gastar aqui. Mas RD pra mim é o que faço comigo mesmo na hora que eu me levanto de manhã e falo: o minha amiga não dá pra você fumar um baseado agora a você tem que trabalhar você tem que fazer isso você tem que Fazer aquilo. Você tem até o direito de... Ate o direito de fumar um baseado e ate de tomar uma cerveja, mas, primeiro você tem que cumprir as usas obrigações. E isso graças a deus eu aprendi com a RD e tenho conseguido transmitir pra uma... Quer dizer eu acho que tenho conseguido pra uma porção de gente quer dizer nós, mas, acho que tenho sim, nos meus 4 anos de experiência. Eu aprendi isso com a RD. Ninguém me ensinou, eu aprendi isso. Você levanta de manhã, você cumpre uma missão. Oh!

Você tem uma família pra sustentar, você tem uma correria pra fazer. Ai depois você para você relaxa e ai você vai pensar se você vai pensar se vai usar droga de novo. Isso pra mim e RD falando como UD ou se quiserem como ex-UD...

R.M – Aquilo na roda dos maluco...

R.A – Eu falo assim no campo. Eu vivo assim cara

R.M – Maluco que é maluco precisa de fumar um torpedão um baseadão. Não. Ele precisa é só de dar duas prensadas muito louca, pronto acabou...

R.C- A RD tem mostrado também os limites as pessoas que aprendem os imites do seu próprio corpo...

R.M- É também como economia, porque você gera o bagulho e tem bagulho pra tarde inteira.Se você fuma tudo você toma na tarraqueta. Fica sem o bagulho e ai vai fazer correria e as vezes a correria que você vai fazer num paga até mesmo o que pode acontecer com a sua vida com a sua saúde.

R.A- Oh! Marcio pêra ai. Você ta entrando num esquema mais pesado do que eu disse que eu to fazendo. O Paulo até vai sair e deixar o gravador ligado. Hoje o meu negocio é baseado e cachaça'. Desculpe mas o meu negocio é baseado e cachaça. Mas lá , lá pra frente já foi pasta base já foi outra coisa.

R.M- Foi outra fase ne que nem eu passei

R. A- Essa é a grande história da RD. Hoje eu posso dizer não, eu tomo um banho frio...

R.M- Antigamente a gente não conseguia nem escovar os dentes que já pensava no bagulho logo cedo. É ou não é . Antes da pasta entrar na boca era o bagulho.

R.A- e falo eu tenho que fazer isso e isso. Então deixa a galera falar.

E- Bom resumindo no sentido técnico a RD e uma medida de saúde pública que visa reduzir os danos em consequência de uso adverso que a droga coloca para a pessoa, então nesse sentido a RD visa trabalhar essa questão da auto estima, da pessoa do usuário, de ele assumir o controle e exercer seu direito de cidadania como pessoa, como cidadão, saber conduzir a sua vida social sem que ele prejudique essa auto estima dele. Que ele possa ser um cidadão que ele possa produzir e essa interferência que tem hoje a RD direto com o campo, na pessoa do redutor de danos, facilita essa interação do usuário com a sociedade.

P- E como você atuam na RD

C- Você diz na maneira técnica nos atuamos na RD indo no que nos chamamos de campo, que é o nosso campo de trabalho, na área que nos trabalhamos, atuando junto aos usuários de drogas, com os objetivo de reduzir os danos. O nosso trabalho além do campo o nosso trabalho não acaba no campo, certo. Em alguns lugares é dado oficinas entende. São diversas outras formas de fazer o trabalho de campo que não se limita só ao tempo que você fica em campo mas é um documento que você faz, é uma assistência que você dá, certo, você ta proporcionando ao UD que ele vá, que ele participe de cursos, entendeu. Tirando ele de um ciclo que ele está acostumado. Colocando ele pra trabalhar com pessoas diversas não só com o UD, mas, também com outras pessoas para que ele se sinta não só um UD mas um cidadão comum.

M- frisando no que ele tá falando também você tem que primeiramente fazer uma visita e diariamente fazer de tudo para conquistar a sua amizade e a confiança dele nunca mais já era. Você entra e sai na hora que você quiser, e por ai em diante

E- O trabalho é feito como os colegas falaram. Na verdade agente tenta passar para eles a nossa experiência em si. O que e a nossa experiência? É passar que eles podem ter uma vida normal como a nossa trabalhar ter uma família e tá reduzindo mesmo o uso. Porque muitos usuários que a gente acessa eles não tão nem ai pra vida, não chega, tá usando mesmo algum. Falam que já estão fugindo mesmo. Ai que agente entra com nosso trabalho, tentando mostras pra eles que não é bem assim. Porque chegar e falar pra eles que não cara, nos

também somos e tal. Não é bem assim, nós temos que fazer um trabalho de auto estima como a Edna disse e isso não é um dois dias as vezes demora até anos né.

C- Sei você passa também a trabalhar como psicológico do usuário. Você não trabalha só a questão de saúde mas você passa a trabalhar na questão psicológica do usuário pra ele poder sair. Pra ele poder tomar o controle do uso dele entendeu. Ele tem que se sentir no controle, então ele tem que estar preparado para aquilo você tem que fazer um acompanhamento psicológico. Por isso então em alguns projetos o psicólogo tem que estar atuando junto com os redutores. Você tem que dar o embasamento psicológico para que o usuário não só capte essas informações e ai não saiba trabalhar com elas.

SILÊNCIO

A- eu quero saber qual é a pergunta? Eu perdi a pergunta.

P- Como vocês atuam na RD em campo

A- Como nós atuamos na RD em Campo? Em princípio a gente sai na comunidade distribuindo preservativos e nos identificando como redutores. Nós somos redutores e estamos aqui fazendo trabalho de prevenção de AIDS, de uso de trabalho específico como usuário de drogas, queremos a participação de toda a comunidade. Não é assim e estamos aqui disponibilizando preservativos e quando encontramos algum usuários de drogas injetáveis também disponibilizamos seringas. Disponibilizamos uma vírgula. Nós trocamos. Ma a princípio nos disponibilizamos. Pra nós aqui como redutores não adianta mentir. A princípio a gente disponibiliza mesmo. E almeja ter um retorno. Quando tem é ótimo. Quando não tem tomara que tenha usado da maneira correta. Assim como preservativo a gente disponibiliza o que ai... Vamos jogar por parte, ai uns 1000 preservativo por mês. ai a gente tem a ilusão de que se usa o que.. A ilusão de que se usa 300 preservativo. To errada Marcio. To errada...

M- Não!

A- A gente distribui mil e tem a ilusão que 200 são usados, bem usados da forma como tem que ser. Não é assim...

E- Por isso é um trabalho que não é de imediato..

A- Não é imediato. Não é e não pode ser interrompido. O grande problema da RD e que ela vai, vai, vai, vai e para. A gente vai a gente acessa, a gente caminha, a gente acarinha o usuário e a gente faz uma porção de coisas e ai quanto a gente consegue o vínculo, ai o projeto quebra e ai nos vamos tudo pru...! Desculpe a palavra eu não vou falar. Ma ai quando volta o projeto ou a gente... Ou a gente tem levar o usuário pra voltar o projeto nessa hora que quebra e a Edna sabe do que eu to falando e o Paulo também sabe. Até a hora que voltar nos redutores temos levado no peito e na raça por um tempo. Só que é muito pouco. Ai quando volta a gente pensa que volta com força total ... Volta com força total nada a gente recomeça o negócio. Tem quatro anos que a gente recomeça de meio em meio ano. Desculpa eu to falando demais.

M- Ai e Freud (Froid no sentido de foda) eu vou ter que falar isso: é freud pra não ter que falar foda.

F- Então nesse sentido o trabalho da RD a gente busca realmente vincular o usuário. Ma a gente começa o nosso trabalho mapeando certas áreas pra que agente possa encontrar quem são os usuários de drogas. Pra que a gente possa tá encontrando quem são os usuários de drogas. E nesse sentido a gente vai tá habilitando esses campos e dando nomes a eles. E vamos tá tentando conquistar o destino desses usuários. Pra que a gente possa tá apresentando pra ele o PRD e que a gente possa depositar na pessoa dele o respeito e a confiança. Ajavista que muitas pessoas que usam drogas não gostam de se apresentar de se colocar como sua identidade, então o Redutor de danos, nesse sentido, ele vai ter que conquistar primeiro esse respeito na pessoa dele como usuário, pra que ele possa primeiramente sensibilizar o usuário e que ele possa realizar o trabalho de RD e conscientizar

ele acerca de seu uso, pelo seu uso muitas das vezes extrapolado, muitas vezes que ele tem vontade de almejar progressos para sua vida. Que nem na nossa área tem muitos usuários que não tem acesso a escola, nesse sentido, a redução de danos pode e deve buscar pra que ele possa conquistar a sua cidadania e exercer seus direitos como pessoa como cidadão.

C- Acho que o grande passo da RD não é você impor limites para... que é o que vem sendo feito a muito tempo. Não é você impor limites a pessoa, é você instigar ela a impor seus próprios limites. Essa é a diferença da RD para outros trabalhos que já existem.

P- E o que vocês aprenderam durante a sua formação para redutores de danos?

A- Nós aprendemos, nós todos fomos capacitados. O que que nos aprendemos nas capacitações é isso...

V- A primeira coisa que a gente aprende é que e gente é um cidadão que a gente tem direito como qualquer um. Aprende sobre a discriminação que todo mundo tem um olhar diferente a ver as vezes, só porque você faz algum tipo de uso, só porque é uma droga ilícita, porque se fosse uma cervejinha tava ai sentado ninguém ia falar nada de mim. Eu ia ta de boa. Agora vou passá fumando um cigarrinho de maconha ali, vou ver o que vão falar de mim.

A- O papo me lembra você a 4 anos atrás. Desculpa tá gravando mas me lembra você a 4 anos atrás. Nós... desculpa eu falar assim, nós, o Paulo, a Edna fazem parte disso não sei os outro, Mas nós somos muito caras de pau. O país sabe, botar a cara e dizer nós somos usuários de drogas, é preciso muita coragem, Eu acho que isso já é um avanço sem tamanho. Nos aprendemos. N'os Aprendemos a botar a cara.

S- que mesmo sendo usuário, me desculpe mas eu também fui, com muito pouca frequência também sou, que a gente tem a capacidade normal de dar e receber informações de ter ajudado e ajudar os outros e que é assim, de tudo a gente tem que se respeitar né e tá se respeitando também. Como o Marcio falou que por a ente ser usuário o ex usuária a gente sofre preconceito mas na capacitação a gente aprendeu que isso fica pra trás. A gente tem que sabre lidar em ser usuário lidar com os usuários

M- Essas capacitações são boas...

E- Elas são boas mas é assim que funciona...

A- Na vida real eu não aceito esse preconceito. Desculpa eu estava pra viajar a umas 3 semanas atrás e ouvi do meu vizinho ai a gente é discriminado porque a gente é pobre e ainda por cima a gente é usuário. Então a gente é discriminado. Sabe aquilo, as 7 horas da manhã, bateu na minha cabeça como um sino de catedral. Péra ai eu não aceito isso...

E- Eu to colocando o seguinte que embora nos somos usuários mas nos temos a capacidade sim de sermos cidadãos, de exercer, de fazer, colocar a cara lá de dizer: eu posso isso, eu faço isso. Porque acima de tudo nos temos responsabilidade nos temos filhos nos temos família. Não é isso que a gente aprende.

M – A capacitação ajudou o que, agente colocar pra fora não ficar reprimido...

E- É colocar pra fora...

M- Colocar o que a gente pensa mesmo tem o direito tem o dever...

E- Como todo mundo...

M- tem o direito também...

S- Mas a droga não. A capacitação ajuda a gente falar assim?, não pocha nos estamos errado e eles são só bambambam pra lá e a capacitação ensina que não e isso que todo mundo é ser humano e que tem o direito de opinar aquilo que ele quer.

C- Nas capacitações o que agente aprende de maneira técnica é o que a gente leva para o campo de maneira pratica, quando você fala em redutor de danos que foram ou que são usuários, que começa bem antes que qualquer outra pessoa que esteja trabalhando com RD e nunca foi, ou nunca convivei, ou não é um usuário. Quando eu conheci a RD eu

não era usuário, mas eu convivía com usuários de drogas. Então eu senti junto com aquele grupo de usuários de drogas, eu senti o peso da RD. Tedeu. Que foi quando, eu gostei da idéia e comecei a procurar mais informações. Quando você fala em capacitação em RD acho que as capacitações como ele elogiou são muito proveitosas. Tedeu. São quando você não vai lá participar de um treinamento fechado, você participa de uma capacitação de RD. Que já é uma coisa além, quando você fala de capacitação de RD você não tá falando de treinamento. Ai...

F- Mas na verdade o que agente aprende, aprendeu, e aprende até hoje na RD e justamente isso. É quebrar esse paradigma, esse preconceito que nós trazemos como usuário. Infelizmente nós temos na nossa cabecinha que nós fazemos coisa errada e que portanto a gente não deve ser ouvido Então dentro da RD, o que a gente consegue no primeiro momento absorver é isso. Que nós podemos sim ser ouvidos, que nos podemos falar e principalmente que nos podemos contribuir com a nossa experiência de usuários de drogas. Eu acho...

A- Me desculpa Edna. Quando eu conheci a RD eu já tinha praticamente parado com as drogas. Porque como eu dei meu depoimento no Correio do Estado⁹¹ no último evento na verdade eu troquei as drogas pelos meus filhos. Quando eu conheci a RD eu já tinha conscientemente feito essa troca só que o que eu ganhei com essa troca foi muito maior. Muito maior. Eu ganhei os meus filhos eu ganhei conhecimento. Sabe o que gente ganha com esses treinamentos. Tão perguntando o que a gente ganha com os treinamentos, se a gente conseguir absorver a experiência, saber parar para escutar a experiência de cada uma, que vai ser muito grande pra gravar numa fita pequena dessa. Tedeu. É muito grande e a gente que vem acompanhando isso a 4 nos....

F- mas o que gente aprende com a RD é justamente isso, é ver que o usuário é uma pessoa como qualquer um de nós, que estamos aqui, independente da sua opção de uso de droga ilícita ou não...

A- Ilícita ou não!

E- Exatamente, então a primeira coisa que a RD trás é essa oportunidade que temos de repensar a pessoa do usuário...

M- Posso retribuir. Bem simples bem prático. Vou colocar dois tipos de usuários de álcool e de maconha e pasta base. Lícita e Ilícita né. Se sabe que o usuário de álcool as vezes, que só faz aquele tipo de uso, e discrimina o usuário (COM RELAÇÃO ÀS ILÍCITAS). É a discriminação de usuário por usuário, porque ele não tem coragem de fazer porque ele vai gostar sabe porque.? Porque o negócio é bom!

A- E ele vai achar legal e vai se ferrar!

(SILÊNCIO)

P- Como vocês atuam junto aos grupos de usuários de drogas.

M- O que a gente faz junto, geralmente quando a gente está no campo, é trocar um idéia perguntar como foi a semana dele, como tá a saúde dela, como a redução tá agindo na vida dele. Se ele tá conseguindo algum bem, como assim, trabalhando, estudando, pelo menos jogando um futebol. Aquilo que ele não fazia há muito tempo, porque tava envolvido só numa coisa, só no uso. Então ele jogando futebol numa tarde naquele final de tarde. Já...

A- Já é uma vitória!

M-Já trabalhando, o pulmão dele tá oxigenando o ar, ai RD é isso, ai a gente chega e troca uma idéia e ele vai falar o que tá acontecendo na vida dele, eu tenho certeza, em uma semana ele vai sentir a diferença, os nosso redutores trabalhando com eles direto. Ele vai sentir o impacto. E vai ...

⁹¹ Jornal diário mais vendido no Estado de Mato Grosso do Sul.

E- Ele não vê a hora né Marcio, num vê a hora de chegar o nosso horário. Porque nas Moreninhas nós dividimos nossos campos por dias. Terça num lugar, quarta no outro, então a satisfação deles...

S- Eles já ficam esperando a gente chegar e tal. Se acontece de chover eles perguntam: “Pô! mas vocês não vieram aquele dia tal, nós ficamos aqui esperando”. Porque a gente chega neles a gente conversa com eles, porque os outros ficam assim mais recuado, não conversa não chega não cumprimenta, não dá um aperto de mão...

E- Auto estima né...

S- Porque é muito bom você sentir um calor humano, isso eles precisam...

E- Isso ai não tem dinheiro que pague não. Fazer campo é a melhor coisa que existe. E num é? Pra gente que faz não tem melhor. É muita Satisfação. Trabalho conjunto.

A- A pergunta é ...

P- Como são os usuários de drogas que vocês atendem?

C- Olha quando você atende, dependendo do campo que você atende, tem uma variedade de usuário. Tem campo que é só roqueiro, tem campo que é só skeitista. Tem então, você tem um variedade muito grande. Quando você trabalha numa área mais ampla, você enfrenta situações, tedeu, que varia de usuário pra usuário. Pega um campo múltiplo, tedeu. Você encontra pessoas de vários tipos. Tem o comportamento também, aquele cara que é quieto.

A- Péra ai gente! Desculpa.

V- Perfil dos usuários...

A- Perfil dos usuários. Em 4 anos de trabalho você me pergunta agora sobre o perfil dos usuários. Eu tenho usuário, já disse isso em outras oportunidades, de 70 anos, e tenho, infelizmente, quando comecei, de 15 anos, Hoje eu tenho usuário de 13. Infelizmente eu tenho cada dia uma faixa etária menor. Me desculpe, o perfil do usuário é muito difícil...

S- de tratar!

A- de tratar em poucas palavras...

M- Tem o atirado né...

A- tem o cara que chega e cheira de vez em quando. O cara que usa na veia que tem conhecimento do uso do problema todo e tem o que não tem também...

M – Tem o que nem sabe porque tá usando...

A- Tem aquela criança que foi gerada a base de pasta base, foi amamentada a base de pasta base, foi criada com pasta base, quando o pai agredia na mãe e enfim... Nós sabemos que acontece isso. Nós estamos na fronteira gente.

P- Que conhecimento vocês acreditam que ensinaram para os usuários de drogas atendidos?

A- Eu ensinei uma porção de coisas, já que ninguém quis falar, eu ensinei uma porção de coisas, eu ensinei ver filme, ir na escola, eu ensinei lê livro,

M- Jogar bola...

A- ...joga bola, eu ensinei uma porção de coisa. Eu ensinei a ser feliz. Se é que isso tem alguma descrição...

M- Uma coisa muito importante também é que tem uma pessoa que chegou e disse “olha eu queria parar de usar, mas eu não consigo eu fico na roda com os cara e vou no embalo. Então pra não tesourar seus colegas, sai sozinho.

A- Tá então eu vou pular uma pergunta agora da próxima pergunta, vou te contar uma outra história. Eu consegui fazer de usuário... eu consegui fazer o inverso. Eu consegui fazer com que o usuário que usava só em casa isolado cheio de “nóia” e consegui fazer ele integrar um grupo e fazer isso ser uma coisa light. Pra mim Márcio, a RD não tem regra definida. Se tivesse uma faculdade de RD por mais que ela durasse 15 anos ela não ia ensinar ninguém fazer RD. Cada cabeça é uma sentença.

C- Quando você vai a campo, pra dizer de uma maneira mais prática, você começa ensinando a questão da saúde e a questão da auto-estima. Mas por conta do vínculo, você acaba tornando-se um amigo dele e passando a ser um pouco mais que um redutor. Saindo desse círculo fechado que é saúde e drogas e passa pra outras coisas que foi o que os companheiros disseram e leva ele pra assistir um filme leva ele pra jogar bola. Esse é o ensinamento de reanimar a vontade de vida dele. Nem todo mundo que usa drogas é triste, mas, você encontra bastante casos assim, tedeu, Quando você vai a campo você passa os ensinamentos técnicos que aprendeu, da maneira mais prática possível para que eles entendam, disso e no mais você passa muito disso e aprende muito em campo também, tedeu. Você tenta ensinar e sem querer eles te ensinam. Fazer campo é isso, você levar uma coisa nova pra eles toda vez que você chega a campo. Você pode fazer campo 15 vezes que sempre vai ser diferente.

E- Na verdade toda vez que agente vai aprende uma coisa nova.

C- Sim e bons aprendimentos também com eles. Acaba sendo uma troca de experiência, tedeu.

E- Nos tivemos um usuário de pasta, né Marcio, que não tomava nem banho o cara. Não tomava banho não comia, só na fissura e ele não tinha casa pra dormir nada. Morava no campinho debaixo de uma lona. Hoje ele toma banho vem aqui muitas vezes até aqui no PRD a gente deixava ele usar o banheiro, tomava banho. Hó! Uma pessoa não tomar banho por causa do uso? Que loco o cara vem ai e até unha a gente fez ele cortar. É muita coisa que eles aprendem com a gente.

S- Que eles tem um direito também, que eles são ser humanos, eles podem lutar trabalhar e sair de cabeça erguida. Porque o preconceito tem, mas, eles tem que aprender que vamos encarar a vida.

C- E o que é importante que você ensina, que a pessoa tem direitos, mas, que também tem deveres. Essa é uma coisa muito importante que não tem um redutor que não ensine. Que não passe isso pros usuários que atendem. É um coisa paralela que não pode, uma coisa não vive sem a outra. Se você não cumpre seus deveres, os deveres que a sociedade impõe. Você pode ser um bom pai, ser uma pessoa respeitável, de respeitar os direitos das outras, se você não respeita o seu próximo então você não pode querer que respeitem o seu.

F- Nós redutores ensinamos muito mais que reduzir os danos, ensinamos que as pessoas têm direito a cidadania como cidadão como pessoa humana.

P- Quais materiais didáticos você utiliza nesse processo?

M- Na saída nos sempre carregamos uma pasta que é o kit de RD, que é água destilada, copos para diluição da drogas, seringas, até mesmo pra aquele usuário que se interessar, até mesmo pra aquele material que tá na sua mão, que ta perguntando o que é pra ter uma argumento pra ele. Preservativo que é essencial pra ta carregando. Um material sobre DST caderno pra informar esse usuário para depois de um uso de drogas fazer um sexo protegido e a pastas pra carregar.

C- Isso varia de um caso para outro aqui no Águia morena tem bastante material informativo. Mas no projeto que nós trabalhamos a questão do material informativo é uma questão muito crítica pois você tem falta de material informativo, ou é um material informativo ultrapassado. Certo, as vezes o que você tem lá disponível é um material informativo que fala exclusivamente para UDIs e você não vai entregar um material que fala onde aplicar para um usuário de pasta base. Na minha opinião assim sim você estaria incentivando ele a utilizar droga injetável. Então você tem uma escassez de material, você tem material ultrapassado o material tem que ser revisto, um texto muito melhor, um texto direto...

E- para cada tipo de caso um material diferente...

S tem os que não pegam nem o folder, só pega o preservativo e o outro que a gene fala sobre doença é variado...

C- é esse o problema do maluco só pegar o preservativo e não pegar o informativo que vai ensinar ele como usar camisinha. Isso se ele for em qualquer campanha ele recebe esse folder. As vezes ele está sedento por mais informações que lhe faltam. Se ele tivesse um folder que falasse de pasta base, que ele faz uso, ele ia ficar muito mais interessado em pegar aquele folder com certeza...

E- o usuário em si gosta mais de ouvir o redutor do que ler o folder...

A- Desculpe a intromissão...

E- Pode falar.

A- ...mas eu acho que. Desculpe, mas, eu vou bater duro nessa questão do material informativo. Nós não temos material informativo. O que tem nessa mesa aqui é muito rico, mas é muito pouco. Cadê aqui o folder que fala de pasta base, cada aqui alguma coisa bem real na linguagem de uso. Não tem. O que tá valendo me parece, pelo menos eu sinto isso, se tiver errada me corrija. Mas os meus campos eu estou o seguinte: eu ganho a confiança eu ganho o vínculo com o usuário. Ai eu começo falar em AIDS, em DSTs, em Hepatite e tudo mais. Mas eu não tenho um informativo que diga tudo isso que digo. E ai o indivíduo que poderia ter recebido mais informações nessa audiência, que é o tempo que eu estou com ele, na semana que vem ao invés de avançar na conversa eu tenho que repetir uma porção de coisas.

M- Então, nesse caso, pra complementar o que você falou, a gente tem que estar articulando todos os PRD e bater de frente com os órgão competentes como estado município e falar pra eles que não tem só o pessoal com HIV, com AIDS, tem usuário de álcool, de drogas, de tabaco. Pra fazer os folder, esses específico pra tá trabalhando.

A- Eu ate acho que a RD e uma espécie de prevenção também. Se tivéssemos folder adequado nos vamos fazer também a prevenção.

P- O que foi ensinado aos usuário sobre AIDS e outras DST?

C- A princípio informações bem técnicas bem diretas. Como você pega como você não pega. A questão do uso do preservativo ser uma questão indispensável, Como a Alice colocou nem todos são usados. Mas se nem todos são usados, mas quando você entregam um preservativo para uma pessoa, você tenta fazer com que ele se sinta responsável de usar aquele preservativo na hora do ato sexual.

M- Dá pra você voltar a fita ai... (dirigindo-se ao entrevistador)

P- O que foi ensinado aos usuários sobre aids e outras DST?

M- Primeiramente é que até mesmo a forma que ele pode contrair se ele não usar preservativo...

S- não compartilhar seringa...

M- aparelhos cortantes como gilete, quando for cortar o cabelo pedir para o cabelereiro pra trocar a gilete. No caso também de manicuri, as alicates de unha, porque tem também muitas mulheres usuárias de drogas. O que mais... Tatuagem usar material descartável, aplicação de silicone usar também material descartável...

A- A pergunta é: que que os usuários aprenderam sobre AIDS e outras DST?

P- O que foi ensinado aos usuários sobre AIDS e outras DST?

A- Eu acho que uma das coisa que Foi ensinado a eles, porque uma das nossas funções é encaminhá-los a testagem, já chegaram vários, com certeza, como a mim já chegaram, casos positivos. Uma das nossas funções é encaminhá-los ao tratamento.

E- Mas o que você tá falando é sobre informações a gente passa informação para não contrair a doença...

A- Mas se tiver contraído nos ensinamos a aderir ao tratamento não é isso...

C- É o antes e o depois...

A- O antes o durante e o depois. Nos pegamos gente que nunca usou e pegamos gente que já parou de usar e gente que está usando.

C- Porque se a gente encaminha para testagem e quando dá positivo não falamos nada sobre isso, ele vai dizer agora me lasquei, agora não tem mais jeito para mim. Mas se a gente faz um acompanhamento mesmo após o exame positivo, aí a preocupação é que ele continue e fazer a adesão ao tratamento e que ele se cuide mais ainda, não pode se recontaminar com o vírus HIV porque é um vírus mutante e ele tem que ter responsabilidade de não transmitir o vírus para outra pessoa. Ele tem uma responsabilidade ainda maior agora de usar o preservativo. Eu acho que em questão da AIDS é isso.

P- E o eu foi ensinado aos usuários de drogas sobre o uso de drogas na sociedade?

C- Desde uma questão histórica que você chega a campo você tenta passar alguma coisa que você sabe de onde vem essa drogas, onde foi produzida, ou ma questão política porque o fulano vem aqui e porque ele faz isso, faz aquilo, quando se trata de política sobre drogas. E você tenta situar, tenta passar pra ele o maior número de informações possíveis. Porque a partir do momento que você quer ensinar eles a lutarem pelos seus direitos, você tem que ensinar a eles o que a substância que ele usa, que impacto ela causa na sociedade. Então você tem que ensinar para ele para ele ter esse manejo tanto uma questão histórica e uma questão contemporânea. Você tem que ensinar o antes e o agora.

A- Pêra ai como é a pergunta...

E- mas o usuário em si ele se reserva da sociedade... Pelo menos quando você trabalha com o usuário eu acho que eles se prendem, eles não se soltam para a sociedade, na verdade como você falou tem pessoa que usa, mas eles não demonstram. O usuário nosso, por exemplo, eles usam lá no cantinho dele, lá, tem pessoa que nem sabe porque, não é fácil o usuário se inserir na sociedade falar o que eu uso e tal. Não é de boa isso...

M- as vezes tem muito usuário também. A gente não pode passar a mão na cabeça de todo mundo porque eu já fui usuário tem usuário que roba, tem usuário que mata, e ele tá sob efeito de algum tipo de substância que que a sociedade vai fazer vai julgar. Porque ele tá fazendo isso, porque tá fumando maconha, por isso que ele foi roubar, por isso que ele foi matar, então a sociedade já joga nas drogas, mas aquilo poder ser uma coisa dele mesmo, que ele já queria fazer, então ele só fumou aquilo...

C- exatamente, ele passa a responsabilidade do ato dele para as drogas (MUITAS PESSOAS FALANDO AO MESMO TEMPO) e as vezes ele acaba se livrando...

M- E a população esquece que uma cervEja pode causar isso também, dez centavos pode causar isso também (TODOS AO MESMO TEMPO)...

A- Você pode voltar a pergunta por favor...

P- O que foi ensinado aos usuários sobre sobre o uso de drogas ns sociedade?

A- Acho que a galera já falou tudo, mas, acima de tudo, acho que foi ensinado a ele, primeiro de tudo, que você não é um criminoso, você é um usuário de drogas. Vamos separar o crime...

M- o delito...

A- do uso. Vamos separa o tráfico...

M- do uso...

A- vamos separar e cada um assuma o seu controle. Você tá fazendo o que cê tá usando. Cê tá vendendo, beleza também, cada um assuma responsabilidade sobe o seu ato. Eu acho que é isso que a gente ta procurando ensinar.

C- E outra coisa a gente tem que ta preparado, eu falo isso por mim, você fala pro cara que ele tem o direito de usar drogas e ele fala você fala isso pra mim embasado em que. E ai você tem que ter na mão, isso já é uma coisa mais didática. O artigo que diz isso e não seu que patati pattata. Então é importante para o redutor ter uma formação nesse sentido. Ter uma formação a respeito de leis...

P- E o que foi ensina do aos usuário de drogas sobre programas de atendimento em saúde, educação, assistência social , trabalho e outros serviços públicos.

C- Uma das coisas que o usuário quer, quando você começa a trabalhar com ele é que você resolva todos os problemas dele. O que você tenta passar para ele é que ele é um cidadão comum ou se ele ficar doente ele tem que procurar um agente de saúde e procurar um posto. Da primeira vez você acompanha, da segunda você aconselha e da terceira vez ele vai sozinho.

E- Ate' mesmo porque ele tem direito como qualquer outro cidadão então ele tem que ir atrás...

M- Ele tem que respeitar até mesmo... Chegou uma pessoa no posto de saúde, uma pessoa que é usuária e tem o direito de ser atendido.

E- Nos acessamos uma pessoa em campo um usuário que estava com sífilis avançado. Por vergonha de ser usuário e precisar do serviço de usar o serviço porque até então ele não sabia que independente do uso dele ele tinha direito. Avançado o caso dele porque? por vergonha e por medo de ir até o atendimento. Muitas vezes até mesmo a gente marca a consulta entendeu. A gente vai de dia e marca a consulta. Isso a gente faz aqui noPRD.

C- E uma coisa que marcou bastante na fala do Marcio você tem que ensinar, esse é um dos ensinamentos que você tem que passar para o usuário, você tem que ensinar que ele tem direito porque ele é um cidadão e não porque ele é um usuários de drogas...

E- cidadão com certeza.

P- O que vocês ensinaram aos usuários de drogas sobre os direitos dos usuários de drogas e como defendê-los?

A- Posso falar. Eu acho que o caminho é a organização. É a organização. Tudo isso que vocês falaram eu concordo plena e absolutamente e quando me perguntaram na pergunta anterior: como é que se aproxima o usuário de drogas dos meios do governo, da máquina. É aproximando ele da escola, da assistência social, da saúde do trabalho. Ensinar ele que ele tem que trabalhar.

S- Ele tem que saber que ele tem hora prá fumar e pra trabalhar e cumprir os deveres deles...

A- exatamente. Mas eu acho que o grande caminho ai é a organização. Basta a gente olhar como começo a redução de danos e hoje é um movimento nacional de RD, a ABORDA. Acho que nos da RD temos por obrigação levar esse movimento adiante. E ensinar isso aos usuários de drogas até que ponto eles chegaram e onde vai dar na seqüência, mas acho que a nossa obrigação é chegar a isso a organização.

C- Seriam dois parâmetros que eu acho que eu procuro passar pros os usuários que eu atendo. Nos entendemos que o campo tem que ser feito em dois. Se ele tem direitos e se ele tem deveres. A partir do momento que ele cumpre seus deveres o próximo passo é a organização. Transformar não o uso de drogas, num movimento social, mas, a classe dos usuários de drogas ser transformada num movimento social pra que eles tenham formação para defender os seus próprios direitos.

P- O que vocês acreditam ter ensinado aos usuários de drogas sobre algum conhecimento específico ou sobre hábitos de vida?

M- Se alimentar bem é o primordial...

C- hábitos de vida é quando você chama o seu usuário, é uma forma carinhosa de chamar, prá bater uma bola, uma pelada no fim do dia. A uma roda de amigos já é uma coisa bem diferente daquele círculo que ele vivia, em que ele fumava a zuca dele e ficava no canto dele queitinho...

M- Se alimentar bem, ter um horário pra ele descansar e dormir bem pra ele pelo menos beber uma água quando ele faz um uso de qualquer tipo de drogas.

E- E se ele passar uma noite inteira em claro fazendo uso...

A- eu posso falar que em 4 anos eu tive duas experiências maravilhosas. Eu consegui reunir alguns usuários que assim hó! Vamos usar como exemplo aqui. O meu amigo ali o Savinho é usuário de drogas, a mulher maravilha, e usuária de droga, a mulher invisível é usuário de drogas. Eu sou usuária de droga e chega Edna e conversa, nós todos usamos drogas individualmente, principalmente a pasta base. Ai a Edna conseguiu conversar com o Savinho, com a mulher maravilha, com a mulher invisível e com outros. Ai a gente deixa de usar aquela droga individual, que é a pura paranóia e fazer um grupo de uma conversa mais light, isso é um experiência que tive no meu campo. Transformar o uso numa coisa mais light. Sabe, num mundo mais light, sem tanta paranóia sem tanta coisa triste e outra coisa quando você consegue reunir um grupo e ganhar a confiança desse grupo pra ver um filme, ler um livro, acho que isso é sociabilidade é afetividade, isso é melhorar a qualidade de vida do usuário e esse é....

C- uma das técnicas que eu uso, entendeu, e acredito que muitos usam é o uso da maconha trocado pro usuários de pasta base quando o cara fuma muito pasta base, ai ele fuma e dá um tempinho como vai dormir. E ai os efeitos da pasta base não vai ser tão grave quanto era antigamente. Isso é uma mudança de hábito que ocorre nos campos que eu faço.

P- E o que você acredita que os usuários de drogas que vocês atendem aprenderam através do trabalho de vocês?

C- Uma das coisas é isso que eu acabei de falar. O fato da mudança de habito já e uma grande vitória, já mostra que o seu trabalho já serviu para alguma coisa. Outra maneira é que quando você vê que o usuário que você atende já vem atendendo outra pessoa...

S- vira um multiplicador né...

C- Isso, ela acaba virando multiplicador. Então ai você tem certeza que você passou para ele e ele entendeu porque não é só você falar, falar, falar, sem que ele não entenda nada do que você disse. E uma das maneiras de ver que ele entendeu...

E- No nosso caso muitos usuários já estão estudando coisa que a três anos atrás não tinha nem a menor possibilidade. E exercendo melhor os seus direitos. Na questão da saúde, na família melhorou muito. Pouco a pouco eles vão integrando. Tem usuário fazendo teatro... E estão se integrando cada vez mais, isso pra gente é uma satisfação.

P- Que novos hábitos foram adquiridos pelos usuários de drogas através do trabalho de RD que vocês fizeram?

A- Um dos hábitos que eu posso registrar e trocar o uso de drogas pelo uso da internet. Enquanto ele está conversando com o pessoal da ABORDA ele não está usando drogas. Essa é uma mudança de habito...

M- a roda de tereré...

C- e a questão da sociabilização, essa é a principal mudança de habito que você nota no pessoal atendido pelo PRD. De uma pessoa em si que ele era o terror do bairro, ninguém gostava do fulano e hoje não se torna uma decisão no bairro sem que se escute o fulano...

A- Mas esse usuário se tornou uma liderança no bairro...

C- Não. Não, ele se tornou um cidadão respeitado e responsável no bairro. Porque ele mudou as suas atitudes. Antes ele tinha uma atitude violenta e agressiva e hoje, mesmo não tendo interrompido o uso, ele toma outras atitudes, no lugar da agressividade, ele tem sociabilidade, amabilidade, ele adquire o respeito. Ele começa a se respeitar e a respeitar os outros. Então ele passa a ser uma pessoa respeitada e bem quista pelas pessoas.

P- Como e porque os usuá'rio aprenderam o que você relatam

M- Como?

V- Como eles aprenderam?

E- Como? Mas através do nosso trabalho...

S- Com Vínculo...

C- Com vínculo. As vezes você passar e dar bom dia. Você tá vindo de uma festa com seus colegas e você para e cumprimenta ele. Isso é um valor...

A- Você tá levantando 6 horas da manhã, porque eu me levante 5:30, 6 horas da manhã, pra trampá, pra fazer alguma coisa, pra ir no dentista, e ele tá travadão e você passa e fala e ai companheiro vamo embora vamo trabalhar, o dia já começou. Isso pra ele é um carinho tão grande...

E- é um incentivo né...

A- É um carinho...

C- Você pode ter certeza eu você vai fazer isso umas 4, 5 vezes só. Porque ai, daqui uma semana, se você passa ali ele vai passar te chamando na sua casa “e ai companheiro vamo lá”

E- Exatamente...

A- Você como redutor tem que se levantar cedo, tem que trabalhar, tem que se virar , tem que dar o exemplo...

E- tem que dar o exemplo, pegá no colo mesmo...

C- você não pode tratá ele como um cliente, como você coloca no relatório. Você têm que tratar ele como um amigo. As vezes como um irmão. Tem um usuário que me procurou e disse você é um irmão prá mim. E no dia que se estrepou, ele foi em casa altas horas da madrugada e disse: “pelo amor de deus me socorre”. Isso é uma atitude que ele só tomaria com quem ele tem confiança. Esse é o grande Q da RD, o Bingo é a confiança que o usuário deposita em você e que você deposita no usuário.

V- Vai lá, manda outra.

S- Aqui é igual truço...

P- O que os usuários de drogas aprenderam pode melhorar a qualidade das suas vidas? Das vidas deles?

F- Com certeza. Tudo não tem o que falar dessa pergunta...

C- Com certeza.

M- Não vou nem responder vou dar o exemplo: eu mesmo que era um lixo e hoje virei um luxo. (TODOS RIEM)

C- Quando você trabalha com o usuário você tenta não ensinar ele mais você reaviva o que ele já tem. Então você reaviva o que ele tem. Um dia ele estudou então ele tem essa vontade dentro dele só falta a gente reabrir. Certo. E esse é o porque que ele é isolado. Porque a partir de que ele faz uma coisa, eu a sociedade não aceita ele muito bem, ele passa a ser isolado. Ele passa a ser um filho mal amado.

V- Já foi. Manda outra.

P- O que os usuários de drogas aprenderam e o que mudou na sua relação com os outros usuários de drogas?

C- Eu volto a questão da sociabilidade.

F- É uma noção de respeito entre eles, porque ele conseguiu, nos passamos pra ele e ele passou para os outros.

C- Exatamente

E- Então isso é uma questão de respeito

C- Então a gente não é apenas o que o trabalho de RD atinge todos os usuários. Mas o que você procura fazer e que eles passam pra frente, essas informações, mas a partir do momento ele mora na casa dele e o vizinho dele não gosta dele porque ele mudou as atitudes, porque ele passou a respeitar o vizinho o vizinho vem na casa dele, toma tereré com ele, senta conversa com ele. Ai você vê que é fruto do seu trabalho e do esforço dele...

A- Meu querido. O meu vizinho é usuário de drogas. Eu moro nessa casa a dois anos. E eu só vim descobri que o meu vizinho era usuário de drogas a dois meses. Sabe porque? Porque eu inventei, imbecilmente ou inteligentemente, são coisas da vida. Eu

derrepente eu fumei um baseado na porta de casa e ele sentiu o cheiro. Hoje ele não tem mais vergonha defumar a hora que ele chega. Ele trabalha é um menino de respeito, por favor, é uma maravilha aquela família. Ele ajuda a mãe dele. Mas ele só quebrou o tabu na hora que eu tive a coragem de sentar na porta da minha casa e fumar um baseado. Hoje ele me assanha com o cheiro de baseado na casa dele mas isso não muda o comportamento dele ele continua gente fina e isso é o mais importante. O UD não muda o comportamento porque ele usa uma determinada droga.

C- Eu abri um campo assim. Eu sabia que os meninos usavam e como eu ia chegar. Acendi um baseado e passei perto deles. Assim que eu abri o campo.

S- Eu penso assim que agente abriu um espaço pra eles e eles estão gostando. Nós tamos mostrando que não é bem assim né, pra eles, que eles podem. A relação deles com outros usuários melhoraram. Antes era aquela briga, uma rivalidade, as vezes brigavam como já aconteceu muitas vezes ai na rua, que eles brigavam por causa por causa do pó e tal né. Ai eles caíram na real que não é bem assim. Ai a gente chegou um tempo que eles caíram na real, que eles tem que se respeitar...

F- Respeitar o usuário né. O usuário não pode ser aquela pessoa brigado com o outro, com outro ne, então a gente estabeleceu essa amizade, né Marcio. Então hoje aqui pra nos a gente vê que não tem mais aquela rivalidade dos usuários de maconha com o de pasta. Não tem mais isso. Um até faz correria pro outro. É ou não é

M- É.

E- É de boa hoje.

C- Usuários que pararam de usar pasta base e hoje usam maconha e nem por isso deixaram de se relacionar com as pessoas que se relacionavam antes.

E- Porque antes não tinha essa laço de amizade...

C- que hoje, depois de muito trabalho, nós conseguimos pregar. Que é o respeito comum. Eu te respeito e você me respeita...

E- Independente da droga que você usa, pode sentar e tal...

P- E o que mais os usuários poderiam ter aprendido?

C- Acho que mais informações técnicas, não só sobre o assunto de DST/AIDS e drogas, mas, de assuntos como hanseníase, dengue, doenças, entendeu, como nós já conversamos aqui nós temos um problema no SUS. Porque alguns agentes de saúde não vão na casa dos usuários de drogas porque falta essa informações pra ele e muitas vezes falta pra gente também e por isso não podemos passar pra eles.

E- Teve um usuário, uma vez, um usuário conversou com a gente sobre o mosquito da dengue né, e perguntou: porque então a gente não pega aids do mosquito? Então falta muito mais informação para o nosso trabalho ficar mais rico. Eu acho que isso é uma falha até da gente porque falta uma informação para que eles possam distinguir uma coisa da outra. Porque o usuário, si eles tem assim a capacidade de entender mais, é um pouco mais lenta. Então uma coisa é o mosquito da dengue e com HIV pra gente que teve as capacitações, a gente sabe que não tem nada a ver, mas, pro usuário ainda falta muito isso: informação. Pra gente, redutor, levar.

A- Na real Eliane, se você me permite acho que muita informação nós poderíamos ter passado para eles, o que falta no nosso trabalho, é essa a pergunta? Muita informação nós poderíamos ter passado para eles se nós tivéssemos recebido. Acho que nós redutores temos uma carência de informações sobre saúde em geral. Porque o redutores de danos é muito mais do que um defensor, a gente nã tá ai só pra que você não se infecte com AIDS ou hepatite. Agente no final da história se torna muito mais...

E- mais ai a falha é nossa...

A- é nossa...

E- Eu sei de outra ONG... Acho que a gente uma vez por mês ou a cada dois meses se reunir e ver o que que ta faltando pra gente poder pedir informações pra nós levarmos ao campo...

C- procurar junto a Secretaria de Saúde, de ta participando de capacitação...

E- porque nós redutores... Nós...

C- Nós...

A- E o poder público também os redutores também. Eles deveriam dar mais coisas para os redutores.

E- Porque nós somos convidados para capacitação só da nossa área e nada na área da saúde. Na área da dengue coisa e tal a gente não é convidada. Programas que falem de doenças seja qual for...

C- E outra coisa que eu acho que falta é que você tem que se preocupar muito com saúde, mas, tem que se preocupar com outra coisa, se você tem um usuário que é estudante que tem que fazer um vestibular ou coisa assim,entendeu, você não tem..

E- por isso a redução não pode ficar preocupado só com o folder. Acho que o redutor tem que assistir um Jornal Nacional, a gente faz isso. Até uma hora da manha a gente ta assistindo. A gente tem que passar além dos fôlderes o nosso conhecimento, o nosso conhecimento...

C-Exatamente.

E- Mas para isso a gente tem que se educar porque nem tudo tá nos fôlderes tem muito reportgem boa ai...

C- quer vê outra coisa que ficou bem claro...

A- se for falar exclusivamente de drogas o usuário não precisa disso. Drogas o usuário conhece de cabo a rabo...

E- Ainda mais porque você já tem o usuário acessado, vai lá uma vez ou outra e passa outras informações também...

A- uma vez ou outra não! Toda semana. É de semana em semana pra mostrar pra ele. Ou então vai cair na rotina e ai não vira.

C- uma novidade prá apresentar.

E- Informação variada, Alice. Eu to falando ai fora o folder. Temos que ter outras informações Nós é que temos que nos unir, nós redutores poder buscar isso em outras fontes...

A- Devemos! Devemos! E o poder publico tem a obrigação de nos apoiar e proporcionar.

E- tem que engolir porque eles não gostam de nós.

A- Não, não. Desculpe eu não concordo como isso.

E- Você tá lutando porque? Por salário de redutor contratado não é?

A- Sim querida. Sim querida. RD é um apolítica estabelecia pra saúde...

E- mas eles estão rindo da nossa cara não é Alice...

A- Minha querida, nós queremos chegar ao ponto de que a RD seja reconhecida e respeitada nos temos que nos capacitar, desculpa Paulo de estar gastando a sua fita, mas a minha opinião é essa nós também falhamos, o poder público falha quando nos deixa 3 a 4 meses sem salário, quando suspende uma maravilha de uma projete nos deixa a ver navios. Mas nós também temos a obrigação de esta nos capacitando.

F- De ira atrás ne...

A- Olha eu sou a mais nova candidata a agente de saúde. E eu vou ser a melhor agente de saúde dessa cidade cara te juro por deus. Que Deus me abençoe...

C- Quer ver um exemplo...

A- Porque eu vou fazer a redução de danos fazer parte dos agentes de saúde. Porque RD não se faz uma hora por dia se faz 24 horas por dia cara ou então não se faz. Ou veste a camisa ou tira ela duma vez.

P- Porque eles, os usuários, não aprenderam esses conhecimentos que deveriam ter aprendido?

C- Acho que por falta de informações nossa e deles também...

S- É porque nunca teve ninguém que foi atrás deles.

E- Eu acho que assim como nós tivemos pessoas que nos capacitaram, que acreditar na gente, porque nós, por mais que a gente tenha força de vontade pra fazer o que nós fazemos, falta muita ajuda ainda. Como a pergunta anterior bate na mesma tecla a gente precisa de mais profissionais atrás da gente pra gente poder tá a frente com os usuários...

A- Eu acho que não. A posição ta certa a colocação ta errada...

E- então me corrija...

A- Na minha opinião pessoal. Nós somos os precursores dessa história. Nós somos quem sabe dizer. Nós somos os porta-vozes dos usuários gente.

E- mas como você disse tem que partir de nós Alice.

A- O que ta faltando é que nós tamos dando murro em ponta de faca. O que o poder público tem que fazer. Tem que capacitar as pessoas que tão lá esmurrando a gente e tem que e tem que dar mais condições prá gente tá fazendo o nosso trabalho...

C- que foi o caso do fórum.

A- Falha nossa tem. Hô! Nos somos falhos como todo ser humano como todo profissional. Nos somos falhos. Aqui eu possa falar do Márcio, do César, da Eliane, você eu conheço pouco mas a Edna conheço um montão e Paulo Paes eu conheço de montão. A gente tem levado isso no peito e na raça...

C- A muito tempo...

A- Eu acho que a gente merece ter condições de fazer esse trabalho com condições de fazer esse trabalho bem feito, porque vontade e capacidade a gente tem.

C- Eu acho que a Eliane esta querendo colocar é aquela questão da equipe multidisciplinar. Pelo que você ta indo a campo pelo menos uma vez por mês, você vai a campo com um médico, mas pode não ser só um médico, mas também um redutor médico, um enfermeiro, um psicólogo, prá tá indo...

A- É maravilhoso...

F- O que a gente tem que colocar é tá fazendo a ponte direto com os profissionais de saúde nos campos. Evidentemente seria até uma utopia colocar isso num primeiro momento. Mas desde que nós começamos o trabalho aqui na Moreninha a gente percebeu que muito poucos profissionais têm sensibilidade para olhar assim para o usuário de drogas, que muitos identificam e tem a aparência e a gente percebe que aquela pessoa faz uso de drogas, e não consegui ter a sensibilidade de dar um olhar de dentro. É isso que eu acho que falta, essa deficiência, é fazer com que esse profissional de saúde consiga ter essa sensibilidade quebrar um pouco esse paradigma e fazer com que esse profissional vá ate o campo dele, chagar lá e ver aquele profissional.

A- Esse é o grande ponto e essa experiência eu faço questão de mostrar prá vocês. Como redutora de danos faço questão de contar. Eu vivi no Forum Mundial agora em janeiro era 25 mil barracas espalhadas e agente tinha lá o espaço cheio com enfermeiras, médicos, etc. Eu tenho duas experiência prá contar prá vocês, A primeira equipe multidisciplinar. Equipes multidisciplinares era o quê? a gente fazia de 6 a 8 campos por dia. Equipe era o quê? saia um redutor, um enfermeiro, um médico, um psicólogo, tal saia quem tivesse ai voluntário. Essa é a experiência boa maravilhosa cara eu como redutor chegava. Cansei de chegar e achei usuário de drogas injetáveis e essa é a experiência ruim, a experiência boa leva a experiência ruim, eu cheguei no meio do campo por uma equipe

multidisciplinar achei um usuário que tinha usado drogas na noite anterior e tinha estourado a veia dele. Essa parte do braço dele tava deste tamanho. (GESTO) Ai eu ainda fui, tive a discricão de ir lá no espaço com uma enfermeira que estava de plantão e ela não, pode trazer ele aqui, que remédio que você tomou e ele falou que não tinha: “eu não usei remédio eu usei droga mesmo, só que droga mesmo eu não consegui usar eu arrombei a minha veia”. Que que ela fez, deixou ele numa cadeira e falou espera um pouquinho que eu já vou te atender. E saiu chamando o fulano vem cá, esse fulano é usuário de droga injetável. O cara se sentiu como um passarinho numa gaiola. Que que elê fez quando ele viu abertura: Vapt. Mas 3 dias de trabalho e eu nunca mais achei ele. Então são as duas facetas do mesmo trabalho. Maravilhoso por a gente conseguir passar uma porção de informações mas ao mesmo horrível porque na hora que achou o problema que agente pretende resolver, que eu levo ao SUS, ai eu encontro um preconceito desse tamanho que espanta o meu cliente que em 3 dias de trabalho no fórum eu nunca mais achei ele. Desculpa. (SILÊNCIO)

P- Então eu agradeço a atenção...

ANEXO 02

GRUPO FOCAL COM USUÁRIOS

Sede do PRD Águia Morena, Moreninha, Campo Grande, 27 de abril de 2005.

Participaram 10 usuários de drogas no início, 2 se retiraram durante a entrevista. Um estava visivelmente sob efeito de substâncias psicoativas e era novo no PRD. Não havia como mandá-lo embora, mas ele não podia contribuir tendo em vista que ainda não conhecia a redução de danos. Suas falas não foram transcritas porque ele em nenhum momento falou algo que importasse para a pesquisa. Isso prejudicou um pouco o resultado do trabalho. Também o tempo prejudicou pois os usuários da Moreninha (7) esperaram de 19 horas até as 20:30, quando chegaram 3 usuários do bairro Canguru, e o grupo foi iniciado. Mesmo antes de começar muitos demonstraram que tinham pressa de sair logo.

Todos os participantes foram usuários de pasta base e álcool. Alguns deles pararam com a pasta mas continuam usar maconha. Na realidade a maconha foi utilizada para conseguir suprir a dependência da pasta sob a orientação dos redutores. Alguns somente usam a pasta ocasionalmente.

Os participantes podem ser considerados de uma única categoria social, de baixíssima renda, quase todos desempregados, e originários de famílias com as mesmas características sócio-econômicas.

O nível de escolaridade dos usuários atendidos pelos redutores de danos nesta região também é muito baixo. Quase todos os usuários atendidos pelo PRD Águia Morena não terminaram o Ensino Fundamental.

P- O que é redução de danos?

- O que tá dando prá entender é que os usuários que trabalham lá vê onde eles estão para conscientizar eles como se deve ... Como se usa.

- O negócio é a qualidade das drogas, ai, porque ultimamente o que as pessoas tão vendendo em qualquer esquina e ninguém toma providência de nada. O mundo velho tá virado, ai, de cabeça prá baixo é prostituição.

- É a AIDS, ai, principalmente a AIDS ai...

- e a televisão mostrando que ninguém toma atitude. Se tiver uma pessoa, coloca na rua essa campanha ai, prá incentivar.

P- E como vocês conheceram os trabalhos de redução de danos?

- Pelo mundo das moreninha, ai. Pelas feira, nas escola...

- Nós tamo nas esquina e eles passam lá perguntando como tá nois.

- No Brasil inteiro né, são pessoas do bem né. O bem nosso dos viciado, eu to gostando né.

- Na frente de escola, na rua, eles tá tendo muita visão, ai através das campanha que eles fazem, ai. De preferência eles coloca em cada esquina, em cada rua da vila, eles coloca um papel explicando, ai.

- Eu conheci através do Cesar (REDUTOR). Nois conhecemos ele na... ne. Depois do show na casa do amigo lá e conhecemos a RD. Até nos conhecermos ele lá, nós não sabia o que era a RD.

P- Como são os redutores de danos que vocês conhecem?

- Eu tenho uma pergunta pra você, você vai lembrar de mim: Aluízio dos Santos e tal to contando uma história . Vivi aqui de 998 a dois mil e pouco.

- Ai vamos terminar ai pô.

- Tive uma família deu erado. Tive uma esposa e tive uma filha ...

- É pra responder a pergunta e não a vida dele

- Eu to contando pra vocês enterder como é a realidade da vida. Eu vou contar vocês vão entender ou não. Então faz as perguntas tá.

P- Como são os redutores de danos que vocês conhecem?

- eles ajudam nós muito né.

- Se não fossem eles nos não tava aqui né.

- É eles ajuda: a Edna o Marcio eles chama atenção prá não misturar as drogas, chama a gente prá conversar. Pra ver como é, como não é...

- Pra não misturar droga com bebida. Se usar um não usa o outro. Ou se usa só a droga ou só a bebida. Eles explica muito isso pra gente só que a gente não faz isso.

- Eu vou contar a minha história. Eu vim pra cá sabe que ano 1989 minha mãe comprou uma casa na Moreninha. Dona Sevilha minha mãe cantineira, tá ligado..... Só viciado uso tudo. To aqui na moreninha.... Cada um é cada um... Ninguém é viciado sabe porque? porque cada um sabe se controlar. Porque cada um é cada um Maconha é maconha, crack é crak. Zuca é zuca...

P- E o que mudou na vida de vocês com a RD?

- Pra mim mudou porque eu diminui muito né . Antes eu fumava prá caralho, fumava e ficava meio dia internado. Hoje raramente eu fumo então hoje pra mim eu falo que eu mudei né. Só fumava Zuca...

- Eu sô o contrário eu fumava menos e depois me separei da minha esposa. Ele é testemunha disso, ai. Posso explicar porque quando era no passado e porque eu to naquele tempo pra não fazer uma coisa mais grave no futuro. Não posso julgar e você não pode me julgar.

- Acho que eles (os Redutores) tem que ir mais assim conversar com os pais, ir nas casas... não conversar só com viciados, conversar com os pais...

- nós tem uma família, tem, nós tem irmão mais velho tem eu entendo assim...

P- Que novos conhecimentos vocês aprenderam com os redutores de danos?

- Meio difícil. São pessoas meu, caretas que já curtiu muito e que parou e tenta ajudar outras pessoas. Vê o Marcio, ele parou e tenta ajudar os irmãozinhos que tá no fundo do poço. Conheço muita gente assim, o mundo gira e a gente conhece pessoas diferentes...

- Poso falar pro senhor...

- A gente tá falando e você tá marcando aí

_ eu sou mais que... (corte)

- Como foi sua pergunta aí?

P- Que novos conhecimentos vocês aprenderam com os redutores?

- Não dividi seringas. Seringa só pra você não dividi com outra pessoa.

- Cada um deve ter sua piteira pra fumar...

- Na alta não dividi a lata.

- ... (SOLÊNCIAO)

- Vocês já leram ouviram ou assistiram alguma coisa sobre a RD?

- ... (SILÊNCIO)

- O policiamento, a segurança, não quero nem saber de polícia...

- Veio um cara aqui, como era o nome do cara...

- Marcelo.

- (SILÊNCIO)

- Eu já li livros sobre RD e folhetos.

- Direto a gente tá andando e tem gente distribuindo aí até nos portão das escolas na feira.

- Na televisão também, passa na televisão rádio. Só nos jornais que eu não vi ainda.

- Eu vi.

P- O que você aprenderem sobre AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis com a RD?

- Eu se falar você vai fiar de cara

- Eu aprendi o que? (RISADAS...)

- Pega AIDS por aí só por relação, aí, mesmo negócio de sangue, da pessoa injetar, e não deve chamar a pessoa de aidético, não é certo.

- Chama a pessoa de aidético...

- Todos ao mesmo tempo

- Não precisa se preocupar com o copo que a pessoa usa a colher essas coisa, que não passa, fala que tem AIDS tem o vírus e...

- Num bebe no mesmo copo se você tá bebendo um goro na esquina aí o cara fala que vai pegar, mas não pega.

- E o que vocês aprenderam sobre o uso de drogas e a suas conseqüências?

- Não pode exagerar muito no uso de drogas. A maconha até que vai, mas a pasta base a cocaína, crack, aí, a merla, fica ruim.

(TODOS FALAM SO ESMO TEMPO)

- Misturar a pasta base com cachaça você usa. Se colocar os dois a maior cabeça você faz coisas...

- Se tiver só usando a base, você fica naquela dependência química do caralho né meu, aí, porra se fuma base você tem que fumar um brau prá dá uma desbaratinada pra abrir o apetite (...) Porque só a base...

- Aí dá sono e ameniza. Da uma amenizada todo mundo gosta até o presidente gosta de da um tapinha.

P- O que vocês aprenderam com os redutores de danos sobre os direitos dos usuários de drogas?

- O usuário nunca depende de ninguém.

- Presta atenção na pergunta que o cara fala meu...
- O usuário pode andar tranqüilo de cabeça erguida e uma hora ele pode sarar e dar uma volta pro mundo, aí meu...
- Cê tem que usar mas não roubar. Tem que trabalhar para sustentar.

(SILÊNCIO)

P- O que vocês aprenderam com os redutores de danos sobre os direitos dos usuários de drogas?

- A nois já não pode... Quando nois tá fumando uma maconha ou coisa assim os home passa e quer levar e nos temos nosso direito e nos somos viciado e os home não podem nos levar mais.

- Depende do lugar do local e da hora né meu. Eu aprendi a usas .

- (...)

- Eu aprndi a usar a droga e não a droga me usar. Eu aprendi que os usuários tem alguns direitos perante a lei. Por exemplo que eu não posso ser preso por tráfico se eu tiver só usando.

- Porque não pode? Depende do quanto você tiver no bolso.

- Se tiver fumando um gerê e a polícia passa eles não pode fazer nada. O direito é meu. Sô usuário e não traficante.

- E se os home põe dois oitão na sua testa, dois tiro, cê vai fazer o que?

- Dois oitão no seu ouvido!

- Tamo fazendo uma pergunta cês já tão em arma ai!

-(RISOS E PALAVRAS TODOS AOMESMO TEMPO)

- Te explico, não to brigando com você. O Locão péra ai...

P- O que vocês aprenderam com os redutores de danos sobre os programas de atendimento em saúde?

- Trabalho, educação assistência social algum serviço publico?

- Encaminhamento de saúde eu não tive más fui encaminhado ao 5º Encontro da Aborda de RD, foi o que eu tive um trabalho de RD.

- A única coisa que eu tive uma vez foi...

- Eles me encaminharam para o exame de sangue. Se é positivo se é negativo. É pra ver se a gente tem AIDS e outras doenças assim. Ai a gente vem aqui e faz tudo. E as vezes tem essas palestra também se der a gente vem se não der a gente não vem...

- É que nem a Edna que fica pegando o pessoal levando pro posto. Eu não fiz isso.

P- Você acredita que ensinou alguma coisa que aprendeu com os redutores de danos para outro usuário de drogas? Vocês passaram pra outros usuários alguma coisa que aprenderam com os Redutores?

- Com certeza né, assim como foi explicado aqui e que o outro não tá prestando atenção. Depois a gente vai falar pra ele entende né.

- E é tantas coisa né. Mas muitas vezes as pessoas não acredita e ai vai ver já é tarde. Que nem eu, graças a deus já mudei muito do que eles tinha falado. Que nem hoje se falar assim eu não vou tomar eu não tomo. Ma se eu quiser eu tomo.

P- Que novos hábitos vocês incorporaram, aprenderam, através do contato com os redutores de danos?

- Claro. Claro. Ele chega e não fala que você tem que parar. Eles explica o mal que pode fazer pra sua própria saúde. Você fica ciente de que isso é verdade se é verdade se vai economizando o seu bolso, trabalhando mais. Isso que eles ensinaram pra nós. Pra mim. Pelo menos pra, mim.

- Mudou porque eu fumava bastante e hoje eu to economizando o negócio.

_ Nòs mudou muito num ponto porque eu era brigado com a minha família. E eles conversaram muito comigo e agora eu converso com minha família. E sempre que eu chagava meio picado brigava um monte. É isso e eles sempre conversava muito comigo, falava comigo, larga mão disso e eu fui mudando esse habito de chegar em casa e brigar, hoje tô de boa em casa agora eu me controlo em casa. Acho que isso eu aprendi com eles.

- Eu aprendi não sobre droga, porque sobre droga eu aprendi no... Eu aprendi sobre aids. Tem uma amiga minha que tem aids e uma vez ela tomou um café em casa e o copo eu até joguei no lixo.

- Receio né.

- Hoje tomo até tereré com a mesma pessoa. Eu aprendi isso com os redutores.

P-Vocês têm algum cuidado o para prevenir doenças sexualmente transmissíveis? Que tipo de cuidado?

- Camisinha. E outra coisa saber o parceiro ou a parceira. (...)

- Uma usa seringa não compartilhar seringas com outras. Que nem doação de sangue fazer o exame primeiro.

- Tatuagem também né. Esse negócio de tatuagem é um risco fazer uma agulhinha aqui. Fazendo um gibi no corpo.

- Tem que ser tudo esterilizado entendeu.

P- Vocês acreditam que a RD melhorou sua capacidade de você defender melhor os seus direitos?

- É melhorar o tratamento no posto de saúde. Não discriminar você por causa de uma roupa...

- (..)

- Mas antes de eu conhecer a entidade eu também não tinha medo de chegar em qualquer lugar. Eu ia entrava no banco eu tava de ar ou não e não pesava minha cabeça.

- Então a pessoa recrimina e o cara começa se esconder. A pessoa tem que ser de qualquer jeito, se tomar um goró, se fuma uma zuca. Independente de qualquer coisa que ela faz...

- Se o cara fuma uma zuca ele não sai na rua. Se ele der uma pipada ele vai ficar em casa bonitinho. Como que o cara vai sair pra algum lugar. Que nem se tivesse entre nós algum que tivesse fumado uma zuca ele tava aqui falando alguma coisa. Tava nada. Tava quietinho.

- (...)

- Se o cara fumar um melado não tem essa mesmo atravessa mesmo é o dobro de droga mesma coisa o crack no cachimbo. O dobro de loucura. (SILÊNCIO)

P- Eu vou voltar lá no começo. Pra vocês o que é redução de anos?

- Todos falam ao mesmo tempo (...)

- RD se você falar de danos tem muita coisa tem danos moral, tem danos específico, é quando você bebe demais . Quando você bebe muito pode fazer um dano na gente. Então redução de danos é qualquer coisa que em excesso pode fazer mal pra você. Então é reduzir tudo aquilo que está fazendo mal pra você. Sem precisar parar.

- Depois que eu conheci, eu dei uma parada no negócio. Só que eu não consigo parar de uma vez da noite pro dia num piscar de olhos.

- No meu caso eu consegui ficar 110 dias sem tomar nada, Fiquei 6 meses sem fumar maconha. Maconha eu raramente uso. Eu fumo quando é assim um melado um melado eu fumo, ou só a zuca mesmo, eu fumo. Bebida hoje eu penso eu penso, quanto mais eu poder evitar ela mais...

- Uma vez me colocaram uma mesa assim e me falaram para ai. Ai o meu cunhado que trabalhava na Federal falou você para se quiser, eu que sou eu não vou te obrigar. Eu continuei indo mas cheguei num certo ponto que fui parando um pouco.

- Quem usa demais tem que ter o controle né.
 - Eu sou o contrário quanto mais eu tenho mais eu quero. Eu sou usuário. Eu invisto no que eu quero. O sentimento fala mais alto do que eu. Se eu quero beber se eu quero fumar. (...)

P- como são os redutores de danos que vocês conhecem?

- Não tem o que falar se olhar nas pessoas aqui você vê alegria eles trabalham não por dinheiro por nada mas por coração. Eles já passaram por essa experiência na vida. Conseguiram sair e querem ajudar também os outros, o próximo.

- É que nem eles chegam assim conversam com a gente se a gente precisa de alguma coisa. Encaminha gente pra algum lugar um médico. Ou só pra desabafar mesmo ai a gente vem aqui.

- Gente boa cara, gente boa são super legais mesmo. São daquele jeito

- É mas faz tempo que eles não passam lá na rua pra dar uma palavrinha com a gente.

- É que quando eles passaram lá o cês não tavam.

- É que todo mundo quando vê os redutores por lá, eles... Indo pessoas diferentes com mais experiência todo mundo vai entender.

- Que eles podem chegar e desabafar legal né. Vai trocar uma idéia com a polícia pro ce ver o tapa.

Agradeço a atenção

ANEXO 03

**Entrevista com redutorES de danos
(R.A.A) (01)**

*** A quanto tempo você é redutora, Alice?**

A quatro anos. Não é isso? É.

*** Que tipo de capacitação você já fez?**

Vixi! já fiz capacitação de tudo que é jeito. Já fiz com você, com Domiciano, já participamos do latis, já participamos de audiências públicas que eu considero uma tremenda capacitação.

*** Quais são as informações técnicas que você aprendeu nas capacitações para redutor de danos.**

Ah... Paulão, um monte de informações técnica, de informação sobre doença, sobre informação de como funciona a discriminação, informação o processo legal da própria constituição brasileira, para você ter uma idéia por onde você pode começar, é uma infinidade de informações que é impossível passar em dez minutos de conversa, mas tem um monte de informação, nós poderíamos montar um material e aí ter uma noção mais real de tudo.

E quais são essas informações técnicas que você ensinou para os usuários de drogas?

Para os usuários de drogas, você ensinava principalmente a utilização dos Sus, tem vários sentidos, no sentido de saúde, de inclusive aposentadoria tal.

Você gravou grande coisa que a gente passa para o usuário é a forma menos agressiva do uso da droga, não vou dizer que faça menos mal, mas pelo menos agressiva pra si, pra com as pessoas que o cercam. A princípio, as primeiras informações que a gente passa

sempre são essas; a importância da escola, do estudo que a gente procura passar para os usuários.

***Quais as informações que você deveria Ter aprendido nas capacitações, mas não aprendeu?**

Na minha opinião faltou mais informações sobre por exemplo:

socorros, na minha opinião faltou informação, como você socorrer uma pessoa que está sofrendo de uma orvedose ali. A gente não recebeu esse tipo de informação e eu acho que seria extremamente importante e um monte de outras informações principalmente a respeito de saúde, que a gente muitas vezes é questionada pelo próprio usuário ou pelo meio, pelas pessoas que o circulam que vivem em volta dele sobre vários assuntos de saúde que a gente como redutor de danos não recebe, que o agente de saúde recebe mais informações a esse respeito e eu acho que o redutor precisava começar a receber esse tipo de informação

***Por exemplo como é que você identifica uma pessoa que tem tuberculose? Como é que você orienta uma pessoa que é hipertensa?**

A gente faz isso meio aos trancos e barrancos com o que aprendeu mais, acho esse tipo de capacitação ainda está faltando.

***O que você ensinou ao usuário sobre Aids?**

Explica isso em detalhes?

Sobre Aids...

O que você ensinou ao usuário sobre a Aids

O princípio da conversa sempre é como pega e como não pega e acima de tudo a gente procura desmistificar a Aids, que a Aids é um bicho de 7 cabeças.

Pra começar, a Aids é problema do vizinho, nunca é problema meu, essa é a idéia normal e isso a gente procura mudar desmistificar isso, mostrar as pessoas que a Aids é uma epidemia que está caminhando a passos largos e que a única forma que a gente tem de trabalhar com isso é a prevenção e aí a gente procura se informar quais são por exemplo os sintomas da Aids. As pessoas quando tem sintoma é porque já está avançadíssimo. Basicamente é isso.

***E o que você ensinou aos usuários sobre hepatite?**

Sobre hepatite muito pouco, confesso que muito pouco, até porque muito pouco a gente sabe a esse respeito. A gente mal sabe, sabe sobre hepatite é transmissível sexualmente ou através do sangue e que existem vacinas, mas eu tomei conhecimento para poder tomar essa vacina.

Agora, quais são esses requisitos na verdade não sei até agora. Então eu acho que sobre hepatite eu ensinei muito pouco.

***O que você ensinou sobre tuberculose?**

Tuberculose é uma coisa que eu sei um pouco melhor porque eu convivi com uma pessoa que tinha tuberculose. Eu sou capaz de encaminhar a pessoa orientar a pessoa a respeito por exemplo da necessidade de se terminar o tratamento que é o grande problema da tuberculose é esse. As pessoas começam o tratamento e não termina porque com um mês, um mês e pouco a pessoa já se sente bem e acha que tá curada e não é nada disso. A gente sabe e isso a gente tem procurado passar para eles.

***E você ensinou algum procedimento para evitar a doença infectocontagiosa para os usuários de drogas?**

Uái, o primeiro passo é ensinar a usar o preservativo que o começo é sempre por aí, quando você entrega o preservativo, quando você ensina como usar, quando você questiona se sabe usar.

O primeiro passo é que esse daí, porque acredito que não é necessário falar sobre transfusão de sangue porque acredito no sistema de saúde que nós temos e eu acredito que se uma pessoa for tomar um sangue, fazer uma transfusão de sangue, eu creio que o nosso

sistema de saúde tem um controle sobre isso, claro que a gente comenta que essa é uma das possíveis forma de contaminação, mas não creio que a gente corra esse risco no nosso sistema de saúde.

Ah! aí a gente já passa para um campo bem maior, a gente já procura ensinar:

Tem algumas doenças que a gente conhece e que são transmissíveis pelo ar, a gente não tem muita informação, mas usa recursos.

***Que tipo de recursos?**

Ah!, sim lógico, isso a gente já ensina, desculpa eu achei que já tinha respondido lá em cima quando você me perguntou, o que era que a gente ensinava para os usuários: é a forma menos agressiva de usar as drogas.

Principalmente com relação a doença infecto contagiosa?

O fato de usar para pasta base, o fato de fazer uma fiteira para a própria maconha a não utilização de material perfurocortante por pessoas, o não compartilhamento.

A gente procura fazer isso sim, não sei se de uma maneira suficiente, mas a gente procura fazer isso sim.

***O que você ensinou sobre o meio, direitos humanos, direitos dos usuários de drogas para os usuários?**

Isso é uma coisa que mais se discute nas rodas, porque eles querem saber como funciona as leis, há que acredite que a lei brasileira já libera, já não, por exemplo, já não prende por uso e não é bem assim, esse é, fato mais discutido, é isso, os direitos, direitos humanos, várias pessoas eu levei inclusive lá no CDDH, encaminhei no CDDH para serem atendidas, para terem acompanhamento de um advogado. Isso é o que mais tempo toma das reuniões. Porque na realidade é o que mais interessa a eles, na realidade esse assunto interessa muito mais do que o assunto saúde, mas eles querem saber isso, o que exatamente você ensina?

***Detalhadamente, o que você ensinou no detalhe sobre direitos humanos, leis, direitos do usuário de drogas.**

No primeiro direito que a gente procura ensinar e que pelo menos eu aprendi assim, é que toda pessoa tem o direito de fazer do corpo dela o que ela quiser, se ele quiser usar a droga dele, ele tem o direito de usar, desde que ele não comprometa as pessoas que estão em volta dele.

Co relação a direitos humanos, discute-se muito a ação da polícia e aí, procura se orientar a respeito por exemplo do uso de uma corregedoria, de polícia se caso seja necessário.

Fala-se muito das instituições que podem ajudar nessa defesa, se a gente não consegue defender os direitos deles pelo menos procura orientá-los, para que eles saibam aonde eles podem procurar esse tipo de ajuda.

Tipo: CDDH

Tipo: As Ongs

Tipo: PRDs, isso a gente discute muito.

***E o que você ensinou sobre questões econômicas e históricas, como determinantes dos usos de droga, como determinantes das conseqüências desse uso nas pessoas da sociedade e como determinantes das políticas públicas sobre drogas, como que a economia e história influencia nessas três coisas: no uso de drogas, nas conseqüências do uso das políticas públicas sobre drogas.**

Olha, historicamente falando, a droga é utilizada desde que mundo é mundo, assim como prostituição existe desde que mundo é mundo. Essas mudanças que sofreram, que no decorrer dos anos, inclusive na legislação, isso é influenciado pelo poder econômico acima de tudo pelo poder econômico americano que vem entrando e vem tomando conta da principalmente América do Sul. Esse é um outro assunto que a gente discute muito. Certo. A

conseqüência do uso dessa droga, a conseqüência do uso também é discutida constantemente porque é uma coisa que é real, que está na cara da gente e as pessoas muitas vezes até atribui ao uso de drogas coisas que não tem nada vê, coisas que são influência do meio, que são em função da deficiência econômica das pessoas e que acontecem em função da periferia onde mora, porque eu gosto de trabalhar na periferia, meu negócio não é muito o centro, não. Esses assuntos são normalmente discutidos e há uma grande confusão, as pessoas atribuírem ao uso de drogas, problemas que elas tem que de repente que não tem nada a ver com drogas. Então a gente nas conversas a gente discute muito isso procurando inclusive saber se os que as pessoas estão, se os problemas que elas estão enfrentando tem algo a ver com as drogas, e historicamente, Paulo, não sei se a gente conseguiu ensinar muito história para esse povo.

Em relação a legislação, fala-se muito da legislação Federal, da nossa lei estadual, fala-se, discuti-se, a respeito da necessidade de se fazer a lei municipal, a gente fala sobre isso sim.

***Que prática, não. Quais as informações técnicas que você deveria ter ensinado aos usuários, mas não ensinou?**

Que eu deveria ter ensinado e não ensinei. Bom, uma das coisas que eu não consegui fazer como deveria fazer é aproximar mais o usuário do PRD, fala-se muito disso, dizer que a gente não falou, a gente falou, mas não conseguiu a prática disso, disso, dizer que a gente não conseguiu a prática, foi das associações, a gente precisa fazer com que o usuário de drogas se reúna, se junte, se agrupe e se associe e isso a gente não conseguiu fazer, a gente conversa sobre isso até conversa mas na prática não tá conseguindo realizar.

Se você me perguntar porque, eu também não vou saber responder porque, mas a gente não tá conseguindo fazer.

***Que informações você deveria, informações técnicas, deveria Ter ensinado e não ensinou?**

Deveria Ter ensinado e não ensinei... ué... talvez, uma das que não tenha ensinado, que eu não tenha conseguido passar seja o, por exemplo, do que se compõe o determinado produto de que a pessoa usa.

Pra algumas pessoas a gente até consegue falar sobre isso, mas na grande maioria não consegue falar sobre isso. Essa é uma das informações em que eu acredito em que o usuário deveria ter e que ele não tem.

*** O que na prática de sociabilização vocês ensinaram aos usuários de drogas?**

Olha, isso eu acho que a gente caminhou um pouquinho mais pelo menos em alguns campos, a gente conseguiu fazer com que por exemplo, a pessoa deixasse de se isolar e passasse a se reunir até mesmo pra fazer o uso de determinado tipo de droga, mas, passasse a se reunir e que aí esse usuário, ele passa a ser menos discriminante, ele é mais sociabilizado, ele virá uma coisa mais light, digamos assim. Outra coisa que a gente tem conseguido fazer é de vez em quando é reunir uma parte deles para assistir um filme, pra assistir esse filme, isso a gente tem conseguido fazer. Não é regra, não é com todos também, mas, com uma boa parte um bom grupo deles, a gente tem conseguido fazer isso.

***Que prática de controle sobre o uso de drogas, quais práticas eleitam umas aí, que controle de usos de drogas vocês ensinaram para os usuários?**

Usuários da pasta base, primeiro passo é você ensinar ele depois de um determinado horário, depois de um determinado tempo usando pasta base, ele use a maconha, porque aí ele come, ele dorme e no dia seguinte ele está apto a trabalhar e boa parte deles já começaram a trabalhar. Com relação ao uso de drogas injetáveis, eu não sei falar grande coisa, porque o campo que eu acompanhei, onde tinha droga injetável acabou ficando meio, ele acabou se perdendo no meio do caminho em função dos problemas que a gente teve.

O trabalho mais é em cima da pasta base que é o controle exatamente é aí. E

você sabe, usa até um determinado ponto e depois você coloca numa posição e no dia seguinte você tá apto a agir alguma coisa e a partir do momento em que ele percebe que no dia seguinte ele consegue agir alguma coisa, ele por si só vai assumindo o controle e nós temos um ou dois casos por exemplo, de pessoas que deixaram de usar pasta base e tão só na maconha.

***E que prática de mobilização de organização você ensinou aos usuários de drogas?**

Ah!, pois é, aí uma grande deficiência do trabalho que eu vejo, a gente fala muito sobre isso, a gente fala muito em fazer reuniões, sobre fazer oficinas sobre, sabe reunir para fazer alguma coisa diferente, mas, a gente consegue associar essa turma, entendeu? não consegue reunir um grupo grande, se consegue reunir, mas tipo assim, nas Moreninhas, você reúne na Moreninha, no Canguru, você reuni o grupo do Canguru, mas você não consegue reunir esses grupos, entendeu, que essa é a grande deficiência do nosso trabalho.

Fica tudo muito isolado, fulano que tá lá, os outros que estão aqui, estão aqui, entendeu?

Essa são as que você não conseguiu, né? Mas que prática de mobilização e organização que você conseguiu? Que você ensinou aos usuários?

Que eu consegui...

Olha de mobilização eu não sei não, que a gente conseguiu foi encaminhar, tem gente que está estudando, tem gente que está trabalhando, entendeu? Agora as associações, isso aí, não funcionou, estou dizendo pra você que se for colocar, sabe, em claro, não funcionou as associações e mobilizações, não virou.

***Quais os principais problemas vividos pelos usuários de drogas desses que você atende?**

Ah!... o primeiro via de regra é a nível de vida mesmo que é baixíssimo, certo, como eu disse antes, tem até problemas que são, que dizem que são problemas em função das drogas, mas que não. É em função do próprio meio em que vive, certo.

É, uê... as pessoas vivem numa situação muito deficiente financeiramente, culturalmente, você entendeu? Então elas tem uma porção de problemas. O outro, o problema enorme é, as pessoas tem também, com a utilização do Sus, não tem confiança, pessoas são descrente do Sus.

Pra conseguir mostrar para essas pessoas que não é assim que o Sus funciona você tem que acompanhar, você tem que mostrar, você tem que levar, não basta você encaminhar uma pessoa para fazer, por exemplo, um teste anti-HIV, não adianta você encaminhar, você dizer, vai em tal lugar, você tem que ir junto, entendeu, porque, as pessoas não acreditam não. Sabe, as pessoas acham que tudo é muito mais difícil do que na realidade é, então, em função disso, elas tem uma porção de problemas de saúde, Paulo, tem tuberculose por aí, eu não sou médico para atestar, dizer que é tuberculose, mas o que tem de tuberculose por aí, que a gente mais ou menos consegue atirar por sendo leiga, não é brincado. E as pessoas não procuram o centro de saúde.

***Você está me dizendo o seguinte:**

Que você encontrou dois problemas principais:

Sim.

Pois quais são os outros que você também encontrou?

Ah! Os problemas da discriminação, as pessoas são altamente discriminadas.

Porque?

Pelo uso de drogas e pelo lugar onde vive, principalmente pela polícia, a maioria dessas pessoas tem problemas com a polícia, não chega a ser muitas vezes com a justiça e sim com a polícia, e aí, porque às vezes, as pessoas, não é dizer que elas tem problemas com a justiça, oficialmente elas não devem nada, só que elas são tão perseguidas

pela polícia que acabam ficando sem condições de viver.

Eu conheço gente que teve que ir embora daqui de tamanha o persergruição, sendo que tudo bem, a pessoa comete um erro aqui, a polícia pega, descobre que ela tem esse problema e que ela é usuária de drogas. Tudo que acontece nas imediações onde ela mora acaba caindo, sabe essa pessoa sendo pressionada, entendeu? Infelizmente isso acontece muito com menores, entendeu, muito isso acontece nessa periferia.

***E não seria o grande papel, então da redução de danos mobilizar essas pessoas pra que elas juntas lutassem contra essas formas de opressão?**

É uma das coisas que eu tenho procurado fazer, eu queria inclusive, tentei usar o CDVH, como base, como ponto. Pra que eles acreditem, porque a primeira coisa, primeiro de tudo, você tem que fazer eles acreditarem que tem alguém que pode batalhar junto, que pode ajudar ele e eu tentei usar o CDVH pra isso, inclusive, no caso de um usuário, que eu tenho, tá preso aqui por uma grama e meia de pasta base do ano de 1998. E o cara tá preso até agora e a gente não consegue tirá-lo. Entendeu...a gente não consegue fazer nada por esse rapaz, sendo que a pessoa que está pedindo teria um motivo a mais para esse processo ser julgado mais rápido, ser julgado na frente dos outros, porque a pessoa que tá pedindo é a mãe dele que tem mais de 65 anos, só que a gente não consegue mexer nisso, Paulo.

***E como a redução de danos pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos usuários de drogas em geral?**

Ah!...o primeiro passo, eu acho que é exatamente isso, é ensinando a essa pessoa que tem pessoas que podem estar caminhando junto com ele, usando de novo como exemplo CDVH e os PRDs, certo?

O segundo passo, eu acho que a gente está ajudando na melhora da qualidade devida a partir do momento que a gente ensina ele a ter um controle sobre o uso da droga e ele consegue trabalhar. Tudo bem, trabalho está difícil, mas ele consegue pelo menos um terreno para carpir, um bico pra fazer, que ele consegue angariar algum para viver. E a qualidade de vida melhora no momento em que ele tem um controle sobre o uso da droga dele e por tanto o problema, o emocional e psicológico se não resolve, mas dá uma manerada legal com a família, com os vizinhos, enfim, no meio onde ele vive. Isso dá uma manerada legal, isso a gente já tem feito só que eu acho que a gente poderia fazer mais, a gente poderia estar mais atento, sabe, agindo mais. Principalmente se as instituições começarem a interagirem com PRB.

Os direitos humanos e com outros ou o próprio posto de saúde, a gente teria que achar uma forma da redução de danos estar interagindo com o posto de saúde.

Pra que a gente pudesse melhorar até a saúde dessas pessoas, porque é muito difícil você pegar um usuário e levá-lo ao posto de saúde e esperar que esse usuário espere 2 ou 3 horas para ser atendido, ele não vai esperar, ele vai sair fora e isso daí eu acho que os postos de saúde, usando como ponto de referência o posto de saúde teriam que também estar interagindo com a gente pra isso acontecer.

Pô! Alice, valeu...

Entrevista com o Redutor de Danos. (R.C.O.) - (02)

Redutor de danos.

***César, quais as informações técnicas que você aprendeu nas capacitações de redução de danos? Explique isso detalhadamente.**

Informações técnicas, bom, é... de primeira, né, nós aprendemos as capacitações primárias foram para aprender o trabalho propriamente dito. Certo, como você chega ao campo, como abordar, o usuário de drogas, entendeu. É aí nos foram passado mais algumas informações técnicas do tipo: o percentual que a Aids tem em determinados países,

inclusive no Brasil, principalmente no Brasil, claro, entendeu. Nos passaram informações técnicas sobre drogas e o que elas causam. Drogas, a gente pode dizer que é quase a maioria que tá na rua, a gente tem se não um conhecimento profundo, mas pelo menos um pouco de conhecimento superficial a gente tem um conhecimento um pouco mais aprofundado a gente tem, certo.

E nos passaram informações históricas como a origem das drogas, interior de cada droga. Porque se a gente for lembrar bem a gente vê que não foi assim onde colocaram uma coisa que nos foi ensinado por alto mas foi, certo, então as informações a mais que a gente conseguiu adquirir, graças a Deus, foi o tempo e com estudos, né.

***Quais as informações técnicas que você ensinou para o usuário de drogas, explica também em detalhes.**

Informações técnicas em detalhes, bom, primeiro, nos campos em que trabalho a gente encontra muitos casos de pasta base, certo. As informações técnicas que a gente passa para os usuário em questão da pasta base é como ela entra em parada que nós tivemos que , isso nós aprendemos com um livro, tá legal, né, que mostrou o trabalho de Corumbá e Campo Grande, mais em Corumbá; como ela é feita, certo. De que maneira se tira a pasta base da cocaína e a gente procurou passar principalmente as questões históricas da droga. entendeu, que lugar que a droga ocupa hoje na sociedade, entendeu porque isso é importante lembrar, certo, era o que, estávamos comentando antes de começar a entrevista, você, hoje o que acontece é na maioria dos casos, em inúmeros casos, sabe em que drogas entendeu e a família tem aquele impacto tremendo, entendeu, aí, mandam ele pra um centro de tratamento , sabe, muitas das vezes até clínicas psiquiátrica, né, são usadas ainda hoje; parece uma coisa meio do passado mas, não é, ainda hoje se usa esses métodos, os males que, o que a gente procura passa em geral , é o que é a droga, certo, informações, tipo: seus direitos e deveres, certo, o usuário de drogas, ele, via de regra ele se exclui do próprio, do convívio com outras pessoas, porque ela acha que ele tá errado e que ele é a ovelha negra da sociedade e que ele não merece estar com ninguém, certo.

Coisas que nós sabemos que não é verdade, certo, nós sabemos que a pessoa, ela pode sim, bom, já que não vamos citar que é que tá falando, ele pode sim usar o que ele quiser, desde que ele tenha controle sobre aquilo que está fazendo, que saiba o que está fazendo. Que grande problema hoje, você anda na rua, entende, o grande problema é que, se você pega um jovem que não conhece drogas, certo, que não viu drogas na rua ainda, certo, você pode perguntar pra ele sobre qualquer tipo de droga, ele não sabe responder nada, certo. Por isso que aí esse jovem, ele experimenta algum tipo de droga, aí ele já tem na cabeça dele aquilo que o pai e mãe ensinou, que usa a droga é errado, que droga é ilícito, que droga não presta, que droga é isso, que droga é aquilo.

***De informações técnicas é que estamos falando...**

Bom, informações técnica...

O monopólio americano em cima da América do Sul, certo, da onde vem essa droga, como ela chega aqui, o número de pessoas por onde ela passa, se de intermediário, certo, que vai cada vez mais misturando, né, essa droga que ele está usando, e os direitos, né, que a constituição diz que a pessoa tem direito de fazer o que ela quiser dentro da sua privacidade, né, a constituição nos dá o direito a privacidade, certo, então seria nesse ponto que você encaixa o uso de drogas, certo, se a pessoa, ela usa e não faz mal a outras pessoas, então não tá interferindo na vida social dela. Então ele não tá trazendo malefícios do ponto de vista social, né, aí.

Próximo

***Quais as informações que você deveria ter aprendido nas capacitações, mas não aprendeu?**

O que nós temos hoje, o que nos falta nas capacitações, é, você ter acesso a

esse tipo de informações, esses tipos de informações técnicas que a constituição diz, mas em que artigo ela diz isso, entendeu, as leis, certo, o que nos falta é essa parte mais técnica, certo, o que nós temos hoje, capacitação da redução de danos é: no começo, quando você não sabe nada, você aprende o que é redução de danos e quando você já sabe o pessoal só chega pra te parabenizar e muito dificilmente alguém te traz alguma coisa nova, entendeu. Eu posso mostrar pra você alguns estudos que tem, certo. A gente tem, que recebeu em capacitações, né, claro, não são todos, certo, mas a maioria de encontros que poderia tá servindo para capacitar as pessoas, hoje o que se fala é, a redução de danos é uma política de saúde pública voltada para trabalhar com o usuário de drogas, certo.

Isso aí, você escuta em toda a capacitação, mas você não tem um segmento, certo, você escuta sempre a mesma coisa.

Mas a parte prática, nós sabemos bem, certo, a parte teórica nos falta, isso, eu acho que nos falta e muito, informações técnicas que nós temos são bem poucas entendeu, tipo assim, eles te jogam a informações e você tem que procurar saber, onde ela está, entende, localiza ela.

***O que você ensinou para os usuários sobre a Aids?**

Sobre Aids...

É.

Como se pega, como não se pega, os direitos das pessoas que vivem com o vírus HIV, certo, porque no meio do usuário de drogas, você encontra pessoas vivendo com HIV, certo, a importância dessas pessoas persistirem no tratamento, entendeu, tomarem o coquetel, da onde vem esse coquetel.

Porque esse coquetel, porque um remédio serve para uma pessoa e pra outra não. Não é o mesmo coquetel?

Esse tipo de informações é que a gente procura passar, essas perguntas nos chegam e nós procuramos saná-lo. Pra cada tipo, o vírus do HIV é um vírus mutante, então pra cada tipo de caso do vírus HIV, você tem um tratamento específico, certo. Aí, pra quem não tem, mas conhece uma pessoa que tem o vírus HIV, entendeu, uma informação bem prática que a gente procura passar pra muitas pessoas, entendeu, o tema aidético que não é mais usado. É um tema que na minha opinião, não, não só na minha opinião, mas a lei diz, não deve ser mais usado.

Soro positivo e não aidético. As informações técnicas sobre com se pega, como não se pega e os direitos de pessoas vivendo com vírus HIV; os deveres das pessoas que vivem com os vírus HIV. E esse tipo de coisa, como por exemplo, a maioria das pessoas ainda acha que se você tem o vírus HIV, você que sabe disso é obrigado a falar isso numa entrevista de trabalho, certo.

Esse tipo de questão que a gente procura sanar quando vai a campo.

***E que você ensinou sobre hepatite?**

Sobre hepatite, o que nós aprendemos foi bem escasso, quando nos ensinaram, procuram ensinar bastante sobre Aids, fala sobre... muito sobre Aids, DSTs e as hepatite ficou meio de fora. As informações que nos temos sobre hepatite são bem escassa, são bem.

Eu acho que nesse ponto a gente tinha que se aprofundar melhor.

***O que você ensinou sobre tuberculose?**

Sobre tuberculose, bom... como você disse, a tuberculose a gente tem que ensinar para as pessoas que usam a pasta base, procurar alertar, certo.

Falando bem sinceramente eu, sobre esse assunto eu nunca fui abordado no campo.

***Você sabe que tem surto de hepatite, entre os usuários da pasta base lá em Corumbá, não. É de tuberculose.**

Sim, aqui também tem vários casos.

***E o que você ensinou sobre procedimento pra evitar doenças infectocontagiosa em geral?**

Aqui também teve casos, se tem algum procedimento.

As doenças infectocontagiosas... tomar cuidado com material cortante, certo. Quando você se droga no que eles chamam de mocó, certo, procura se livrar de maneira correta, colocando no lixo, entendeu, materiais como prego que pode estar enferrujado, materiais cortantes, entendeu, que o usuário de drogas pode vir a se cortar, não só o usuário, qualquer pessoa pode vir a se cortar. Esse tipo de cuidado básico que muitas vezes para eles faltam, pessoal da pasta base tem alguns descuido.

***Sobre a doença infectocontagiosa?**

Sim tem, você usar por exemplo, cada um ter o seu cachimbo, por exemplo ou se não tiver o cachimbo, fazer um bucal, certo, o pessoal tem o costume aqui de chamar de bucal, eu não sei como o pessoal chamam isso em outros lugares que você envolve num papel ou enrolar plástico quando é aquelas pipa de alumínio, entendeu, você enrola plástico pra não queimar a boca, porque se o usuário pega aquele cachimbo que eles chamam de pipa, aquele material de ferro coloca na boca aquilo vai esquentar e machucar a boca dele, certo. Aí ele passa pra outro usuário, sendo que qualquer coisa que ele tenha no corpo dele, qualquer doença infectocontagiosa que tiver no corpo dele, vai poder vir passar pro próximo, por isso a importância de se usar o bucal. Pra não machucar a boca, os dedos, entendeu?

***E o que você ensinou sobre leis, direitos humanos e direitos para esses usuários de drogas?**

Leis, o que você encontra muito nesses campos em que eu faço principalmente, são primeiro artigo do Código Penal, certo, você procura enumerar aqueles que você sabe e procura descobrir, né, procura se informar sobre o que você não sabe pra poder passar. Artigo 12 do Código Penal. Tráfico de drogas.

Hoje quem é preso com uma determinada quantidade de drogas, ele é considerado, usuário, então ele tem por direito, cumprir pena alternativa, certo e não cumprir mais a cadeia, certo, o pessoal chama isso, não pode mais ser acusado de buso do artigo 12, outra coisa, quando há uma batida policial, normalmente além da batida policial tem mais os policiais, infelizmente ainda hoje abusam da autoridade que tem pra bater em usuários de drogas, que é mais uma das coisas que pra eles o usuário de drogas é bicho, claro, não pra todos, certo. Mas hoje, infelizmente a maioria das vezes acontece isso, certo, como você se defende, você procura um centro de defesa dos direitos humanos, entendeu, você procura seus direitos através de organizações ou através de si mesmo. Se um policial te bate, certo, sem Ter razão, a primeira coisa que você tem de fazer é denunciar, porque do mesmo jeito que ele bateu em você, se você não denunciar ele sabe que não é assim, que ele vai bater em todo mundo e todo mundo vai ficar de boca calada, entendeu, ou o artigo do Código Penal, tem o 12, você tem o 180, certo, que no meio do usuário de drogas, infelizmente, hoje ainda é um problema que é receptação de material roubado do tipo 1, é crime constituído por lei, é uma coisa que a gente procura passar pro usuário de drogas, certo, o próprio roubo, o artigo 155. O artigo 157 do Código Penal que o artigo 155 é furto, 157 é roubo. Não posso afirmar pra você que o roubo a mão armada também seja o artigo 157, então, esse tipo de conhecimento que você é pouco, a gente sabe que é pouco mas, é o que a gente tem no momento é o que a gente tem condições de passar para ele. Como ele se defender, porque ele sendo usuário de drogas, infelizmente hoje tem discriminalização. Tem a discriminação que é um crime civil, né.

***E o que você ensinou aos usuários sobre questões econômicas e históricas, como que essas questões e históricas são determinantes do usuário de drogas, das conseqüências desse uso pra pessoa que usa e para a sociedade e das políticas públicas sobre uso?**

Se eu entendi a pergunta, certo, quando você fala em questões históricas e

econômicas, por exemplo, que muito dificilmente você vai encontrar um usuário de cocaína inalada na rua, certo, num mocó desses. Porque cocaína inalada já é uma coisa mais cara, entendeu, e questões históricas sobre a droga a gente procura ensinar aquilo que a gente sabe, tipo, existem drogas que são tão velhas quanto as civilizações mais antigas, certo, o ópio já era usado no antigo Egito.

Eu não sei, eu acho que não entendi bem essa pergunta sua. Eu estou tentando explicar mas não entendi direito essa pergunta.

***O que você passou para os usuários?**

Certo...

***Sobre questões econômicas, é complicada mesmo,**

É...

***Sobre como as questões econômicas e históricas influenciam no uso de drogas, nas conseqüência desse uso e nas políticas com pessoas que usam drogas?**

Bom, agora eu entendi uma outra fala. Quando você fala em questões econômicas, principalmente nos campos onde eu trabalho, a grana é bem curta, o pessoal não tem dinheiro, o que muitas vezes acabava também levando ao uso, porque o cara não tem dinheiro, tá numa dureza da pega, entendeu. Eu, infelizmente não estou entendendo essa pergunta. Estou tentando responder, mas, não estou entendendo.

***Você acha que não tem nenhuma relação entre as questões econômicas e uso de drogas?**

Sim...

E as conseqüências desse uso e políticas públicas sobre drogas?

Sim...

***Então vai ou você não conversa sobre isso com os usuários?**

O que a gente conversa, entendeu, sobre questões econômicas é uma coisa bem prática, difícil você colocar isso em poucas palavras, a questão econômica e histórica, o menor na sociedade, infelizmente, quem é pobre, isso já é uma questão histórica já, quem é pobre é discriminado, usando drogas é mais discriminado ainda, infelizmente hoje pra sociedade o usuário de droga é só pobre. É só o cara que não tem dinheiro, e aí, você fala sobre políticas públicas é onde entra as políticas públicas que são; as pessoas que trabalham pela camisa, pela graça como a gente diz, trabalham pela camisa, pela garra, essas políticas são voltados pra essas pessoas com poder menor, certo, eu não sei se a pergunta ficou bem respondida.

***Que práticas de sociabilização vocês ensinaram aos usuários de drogas?**

Prática de sociabilização, por exemplo, o que não fazia antes, por preconceito próprio, que ele acha que ele não tinha direito de fazer. Que bater uma bolinha com os amigos num fim de semana, fim de tarde, que é uma maneira de sociabilização, você tá chamando ele, você tá levando ele para lugares, entendeu, você está levando ele pra conhecer pessoas, não só do meio deles, não só de usuários de drogas. Pessoas com outros assuntos você está incentivando ele a ir à escola, também é uma maneira de sociabilização, você incentivando ele a trabalhar é uma maneira de sociabilização, já houve casos em que a gente teve que arrumar serviço par o usuário, porque ele nunca arrumava, porque ele achava que ele não tinha o direito de trabalhar junto com outras pessoas. Ele fazia a correria dele e ficava por isso mesmo. Eu na minha opinião, essas são maneiras de sociabilização, são as maneiras mais diretas que a gente pode usar.

***E que práticas de controle sobre o uso de drogas você ensinou ao usuário de drogas?**

Volto a repetir, quando no meu caso, a gente encontra muito, nos campos que eu vou, se encontra muito pouco a pasta base. Um dos ensinamentos básicos que você passa pra ele, apesar de lá, não é bem dentro da lei, o cara que, ele, usa muito a pasta base, ele

inverno na pasta base, ele passa a noite inteira fumando a pasta base, chega a certo ponto em que a pasta base corta o sono, a fome.

A pessoa vira quase um zumbi, se ela inverte na pasta base, aí a gente aconselha que eles usem, façam uso da maconha, entendeu, fumem nem que seja um baseado só, que aí vai dar fome nele, ele vai comer, vai dar sono nele e ele vai dormir, aí desvincula ele do uso de droga, partindo daí, é uma questão mais de conscientização, de você estar junto, de você estar apoiando. Os usuários de pasta base, eles em si são pessoas como é que eu posso dizer, são pessoas bem, nem todo caso, claro, mas, no caso da pasta base, exatamente pela discriminação que há em cima disso, o usuário acaba ficando com medo e você tem que estar junto com ele, você tem que tá, isso nem desde o princípio, desde você ensinar pra ele que ele pode tá fazendo esse uso com, de maneira que não vá fazer tanto mal a ele; você apresenta a ele o que é uso pode causar a ele, malefícios que ele pode vir trazer e se for o caso alguns benefícios também que é no caso da maconha, pro usuário da pasta base ela vem a trazer até benefícios.

***E que práticas de mobilização e organização você ensinou aos usuários de drogas?**

Bom, partindo do princípio que você ensina a ele que ele tem direitos, você sempre encontra no meio dele pessoas que são mais bem entrosadas, certo, você vai estimulando aquela pessoa, você vai procurando ensinar pra ela, é, mais aprofundadamente, não só pra ela mais também a todos, entendeu, mais aprofundadamente quais são os direitos que ela tem, entendeu, como defender esses direitos, os deveres que ela tem, certo e aí você acaba incitando dentro deles um movimento de mudança, certo, que essa mudança passa desde mudança de seus próprios hábitos até em escala maior, isso a gente ainda não conseguiu, mais a gente vai conseguir, que é o usuário de drogas, ele se organiza com associação, se organiza como uma rede, certo, e pode ele mesmo lutar pelo seus direitos, certo, esse é o nosso objetivo.

***E quais os principais problemas, na sua opinião, quais os principais problemas vividos pelos usuários de drogas?**

Olha com certeza, de longe é a discriminação, o usuário de drogas hoje, infelizmente, mesmo com todo o trabalho que a gente tá fazendo ele é muito discriminado, entendeu, existem casos que nem um campo que eu faço, em quando eu cheguei lá, as pessoas passavam pela casa do fulano e falava: aqui só tem emoiado, entendeu, hoje já não é mais assim, entendeu, então, as pessoas, às vezes por falta de informações discriminam outras não só pelo uso de drogas; mas, pela opção sexual, pela cor, pela religião, certo. No caso de usuários de drogas é discriminação por parte da sociedade, polícia, porque às vezes eles sofrem algum tipo de agressão, batem uma revista nele, entendeu, se ele tiver sorte e não tiver nada em cima, eles saem tomando uns, dois, três pé na orelha só pra largá de se besta, entendeu, mas se encontrarem, eles descem o pau mesmo. Pois isso eu já vi não; tô falando isso não é nenhuma utopia. É só você andar na rua que você vê, no centro, na periferia; em qualquer lugar você vê isso, certo. Eu na minha opinião, a discriminação do usuário de drogas, minha opinião, é o maior problemas enfrentado por eles de longe é a discriminação. Que dentro do serviço da saúde pública, dentro de uma escola em qualquer lugar em que ele vá, difícil ele ir num lugar que...

***Além da discriminação que outro problema o usuário de drogas vive?**

Bom, em via de regra eles tem muitos problemas de saúde exatamente por não ir ao posto de saúde, por não procurar se cuidar, ele acaba tendo muitos problemas de saúde, certo, ele tem problemas financeiros, porque via de regra quando você tem casos graves que não que não é raro, certo, o usuário de drogas não tem emprego, não tem o que comer; isso acaba influenciando não só ele mas, todo mundo que está ao seu redor; a família, os amigos, muitas vezes ele não tem uma casa pra ele morar, então, problemas de cunho social, a

violência que ele sofre. Muitas vezes, causa problema também pra eles a falta de conhecimento. A bíblia tem uma parte que diz assim; meu povo peca por ignorância a gente pensa que isso é brincadeira mas não é não. As vezes, eles fazem alguma coisa; eles nem sabem o que estão fazendo errado, mas, eles acabam fazendo.

***Você falou quatro coisas; discriminação, questão econômica, saúde e falta de acesso à cultura.**

Sim... e por aí vai...

***Tá, quatro coisas. Tenta escaloná o que pra você é seria mais importante nesse processo, o que seja mais importante não, o que pra você viria pior pra eles, o que que é pior no geral, nesse ponto.**

O pior, por questões diretas; são os problemas de saúde, com certeza, segunda coisa é a discriminação; o usuário de drogas hoje infelizmente ele ainda é muito discriminado.

***Se ele tivesse grana ele não iria sofrer com problema de saúde**

Exatamente...

***Ou seja, então, quer dizer a grana é determinante na saúde? A grana é mais importante...**

Sim, e é uma questão de cunho econômico, porque quem tem dinheiro não precisa de posto de saúde, quem tem dinheiro vai se tratar em clínica cara.

***Como que a redução de danos pode contribuir para melhoria da qualidade de vida dos usuários de drogas?**

Exatamente fazendo o trabalho dela porque redução de danos é você, desde você levar saúde pra esse povo, você leva informação pra ele, instiga ele a procurar culturalização, ele vai começar a trabalhar, ele vai começar estudar; a redução de danos incita nele, digamos assim, a vontade de viver, mas, eu não posso dizer isso também porque não são todos os casos, mas, a redução de danos mostra pra ele um mundo novo, que pra ele é como se fosse um jardim proibido, pra ele aquilo era proibido.

***Toda hora você fala, mostra pra ele, incita pra ele; a redução de danos é voltada só pra pessoa usuário de drogas ou pra sociedade?**

Não, não, não a redução de danos é voltada não só pro usuário de droga, mas pro meio em que vive, certo, e pra sociedade, porque oh, se você trabalha com redução de danos, redução de danos não é só você é, como eu bato muito em cima disso, não é só você trabalhar com usuário, certo, é trabalhar com a família dele. É ensinar, ensiná não né, mas, você acordar na família dele coisas que... você dizer que vai ensinar: isso não é real, certo, mas, você incita nas pessoas que o cercam. Se o usuário de drogas tem uma boa convivência familiar ele vai como consequência, usar, pode vir a usar menos drogas, entendeu; porque se ele usava drogas por uma questão emocional; porque ele era mal tratado, porque, então ele passa a usar menos drogas e aí, fica mais fácil a controlar o uso de drogas se tem o apoio familiar, se ele tem o apoio das pessoas que o cercam e a redução de danos é importante numa questão da sociedade porque a redução de danos tem aberto os olhos de muitas pessoas que antigamente viam os usuários de drogas como um bicho de 7 cabeças tem abertos os olhos dessas pessoas e tem mostrado que não é bem assim não é bem aí que o bicho pega não.

*Valeu, César... valeu cara, obrigado.

Entrevista com o redutor de danos. (R.M.O) - (03)

***Que informações técnicas você aprendeu nas capacitações para redutores de danos, explica detalhadamente isso aí?**

Informação técnica, a gente, eu mesmo aprendi que na informação técnica né, você tem que saber tanto dos direitos do usuários quanto as leis também. Pra poder tá passando pra eles e carregar consigo mesmo né e até mesmo uma intervenção você sabe explicar o porque tá, existe a redução de danos né pra que serve, isso sim autoridades, como polícia, às vezes uma batida até mesmo aqui tem polícia Federal, Militar, então, pra você estar esclarecendo, então a informação técnica que a gente fala né é o porque da redução, porque foi implantado, com que trabalha, né com o público que a gente trabalha porque a gente não sair também em cima também de informação técnica fica difícil também esclarecer como autoridade né, então é um pouco do que aprendi, né.

Mas é só com autoridade a informação técnica?

Não, é a informação técnica não fale só para autoridade, mas sim na apresentação que você vai fazer com alguém ou no trabalho que você vai fazer numa escola, vai falar assim com o educador

***E no campo com o usuário?**

Também a gente passa essas informações pra eles, pra eles às vezes numa batida com eles mesmo, que a gente não estar com eles a vida inteira. Pra ele mesmo saber conversar com as pessoas né, que o uso de drogas deixa a pessoa às vezes meio ultrapassado, né então tem informação assim atual, atualizada, então às vezes quando é alguma batida ou até mesmo conversar com o educador ou até mesmo procurar uma melhor qualidade de vida num posto de saúde ele não vai saber se expressar então nessas informações técnicas que a gente tenta passar pra eles, pra eles chegar saber conversar, expor o problema que ele tem né pra um órgão mais competente, como um enfermeiro, ele já se acha excluído e então se ele não sabe conversar até mesmo explicar o que que ele tem, o porque que está ali, aí vai ficar corrido, então...

***E quais informações que você ensinou para o usuário de drogas?**

Primeiramente, a gente sempre fala que o usuário de drogas não é bicho né, que eles tem os direitos também, tanto direito como deveres né, a gente tem que saber até onde vai nossos limites né, até onde a gente pode chegar e até onde a gente tem que parar também, porque às vezes o usuário de droga sem querer ele acaba prejudicando né outras pessoas terceiros ou vizinho, alguma coisa com o uso da droga, então às vezes ele acha que fazer o uso como eu tenho direito posso tudo, tem uns que acha assim, mas ele esquece que tem dever também né, ele tem que respeitar os outros, ele não pode sair aí fumando o bagulho no meio da rua, se mostrando pra outras pessoas, ele pelo menos fazer o uso reservado, até mesmo pra sociedade não estar discriminando ele e não esquecer também dos deveres que ele tem que trabalhar, ele tem que estudar e ele tem ter um dia de lazer, uma tarde de futebol com os colegas, conversar com os amigos e não esquecer também que o uso de droga ele tem que fazer num intervalo né, como um robô não como um objetivo de vida pra ele; aí vai complicar a ele mesmo.

***Que informação você acha que deveria ter aprendido nas capacitações mas não aprendeu?**

Que tá faltando nas capacitações pra gente aprender mais, é assim falar mais, vamos dizer assim, uma capacitação com usuário mesmo né que às vezes vem é bom, ter o técnico pra tirar algumas dúvidas, esclarecer algumas dúvidas né, só que às vezes, a gente que só trabalha na redução, que é redutor e não trazer às vezes o usuário de droga pra tá participando, pra tá expondo a sua idéia né, esclarece, a gente vai estar aprendendo mais com ele ainda, porque assim a gente que está na redução com o tempo tem uma certa postura né, então a sua postura já não vai ser quem às vezes aquele usuário de droga, porque ele se espelha em você e você tem que ser cada vez melhor pra ele espelhar em você e ter confiança em você.

Melhor em que sentido, o que você, em termos de conteúdo o que falta?

De conteúdo assim, bom no momento assim tudo que foi passado pra gente de redução é foram muito básico as coisas né, então, assim na maioria da capacitação que nós vamos sempre estão falando de DST, HIV, Aids tá certo é um complemento né, que tem que ter, mas, da redução que eu fui mesmo, a capacitação jóia mesmo foi no Acre, que fiquei 2 meses lá praticamente no Acre né, então tá fácil, que eu aprendi, é difícil dizer que eu aprendi, que eu aprendi muito na rua entendeu, com os usuários de drogas, mesmo então, eu não posso falar que aprendi isso em técnico, porque às vezes o técnico é uma coisa e lá fora não posso falar do jeito que falo às vezes com uma pessoa na técnica, na forma, formalização que o cara não vai entender e vai achar que estou tirando ele, como às vezes já aconteceu de eu brigar também na rua, por causa de isso você tá me tirando, você quer ser melhor que eu, então às vezes a gente fala na gíria mesmo, na linguagem do malandro mesmo na rua pro cara entender, entendeu, você usa pouca técnica no campo, campo é malandragem mesmo, gíria o modo que o cara vai entender sua linguagem, e aí o que acontece na capacitação tem que ter uma forma técnica, até no esclarecimento pra ele também pro usuário né, pra ele estar entendendo essa prática técnica também, pra ele tá sabendo esclarecer também, expor as idéias, as dúvidas dele.

***Que informação técnica que você acha que deveria ter ensinado para os usuários e não ensinou?**

A informação técnica, eu acho que assim, acho que não dever ter nenhuma que assim, que eu aprendi e que não tenha passado.

***Que você não sabe, por isso não ensinou?**

Informação técnica, assim...

***Você não sabe e por isso não ensinou?**

De outras doenças, assim, sem ser o HIV, DST, a gente passou de tuberculose né, foram raras vezes porque no treinamento que eu tive no Acre até mesmo lá tem muitos casos de tuberculose e hepatite, então aqui, agora que na discussão, reunião que tá participando, está se expondo muito esse caso de tuberculose, hepatite e de outras doenças infecto que pode pegar pelo beijo, como Herpes, né que é, às vezes você vê só no cartaz mesmo, mas, hoje está se falado, mais discutido, então, eu tento passar pra eles né, que nem eu estava lendo um livro mesmo até no globo repórter que eu tenho assistido casos de hepatite, lá no Acre, o lado contaminado né, por falta de higiene, então, a gente tenta passar pro próprio usuário de drogas não tem seu próprio higiene com ele mesmo, então é muito fácil tá pegando a hepatite, né. Disque quando a gente nasce já tem hepatite, que é a A que fala, que é só um caso que aparece mais automaticamente some né. E aí a gente tenta passar pra eles.

***O que você ensinou sobre Aids para os usuários, várias coisas?**

Sobre Aids, ele tem que primeiramente se manter a relação, uma relação entre amigos e ali ele for compartilhar a seringa, que que ele tem que fazer né, que cada um tem que ter sua seringa, nem que tenha a mesma droga, mas a seringa tem que ser diferente, uma pra cada um, com uso específico, para o usuário de maconha se só tem um baseadinho ali básico, pra todo mundo ali, fazer uma piterinha de papel pra não estar encostando, ter contato do lábio com até mesmo a ponta do braum , né, cada um fazer sua piterinha, mesmo que fume do Braum só

***Só sobre a Aids.**

Só sobre a Aids né... fazer o sexo seguro, com camisinha, sexo com barreira, também com preservativo, sexo oral que fala, né, sempre tá, a gente aprendeu uma forma aí, tá fazendo sexo oral, que você abre a camisinha masculina e coloca sobre a boca, e sobre o órgãos genitais pra não ter o contato da boca, da mucosa da boca com o líquido vaginal que mesmo se tiver alguma ferida na boca ou cárie, doença da gengiva, você pode tá pegando que tem o sangramento, contato de dois sangues, você pode tá pegando, sexo anal, então, a gente

tá passando, isso também serve pra mim também, né, serve pros redutores, não só pros usuários, mas, pro redutor também que todo mundo corre o risco de contrair, então a todo momento tem que tá se vigiando.

***E sobre hepatite? Que você ensinou pro usuários?**

Bom, sobre hepatite, no caso aqui, é falta de higiene na alimentação, sempre tá, lavar as mãos antes de comer qualquer coisa ou quando for pegar no órgão genital, lavar as mãos também, porque todo momento você está pegando em alguma coisa, tem sujeira, tem bactérias no ar, então, sempre tá lavando a mão, for comer algum alimento lavar, ferver a água, tomar principalmente que nem a gente tem o costume de tomar água com cloro, né é o que mata a doença de hepatite, então, a água clorada ela é básico aqui na região, né, então tem que ter se não fosse uma água clorada, que não fosse água tratada estava correndo o risco de pega e hepatite, e outra coisa também, do álcool, de higiene mesmo, higiene fecal que fala né, e por medicamento, medicamentos, anabolizantes e até bebidas.

***E a imunização?**

Sobre a imunização, é... eu estava mesmo lendo um livro, um livrinho que tem que eu trouxe do Acre que a forma do hepatite, dependendo do grau que ela esteja a A, que é uma manifestação que ela aparece e já some no corpo ou a B, C, D e a E, tem outros casos mas, só que aqui não tem na região, o tipo da região aqui, vacina, só que dependendo do caso aqui que eu fiquei sabendo pelo menos em Campo Grande que você paga pela vacina, ela não é especificamente gratuita

***A vacina é disponibilizado de graça para menores de idade, também tendo um conversa na secretaria Municipal de saúde, qualquer pessoa que seja atendida pelo PRD, pode ser encaminhado também**

Isso mesmo, só pra menores, mas...

Passou dos 18 anos é paga, senão for encaminhado pelo PRD.

Agora se a pessoa não for encaminhada pelo PRD e for mais de 18 anos, ela tem que disponibilizar 50.00 pra pagar essa vacina, né,

***porque o usuário de pasta seria bom que fizesse também...**

É, seria legal...

***E o que você ensinou sobre tuberculose?**

Bom, tuberculose é a tosse por geralmente é pra usuário de tabaco né, que ela ocorre né, é muito difícil você ter ou por resfriado muito forte ou uma pneumonia, mas o usuário de tabaco ele corre mais o risco por causa das químicas do cigarro

***E os usuários de pasta base?**

Também, a maioria porque ele pode pegar pelo contato ou pela troca até mesmo pipa ou da lata e ter o contato pela saliva ou escarro ou catarro né, então pelo cigarro é aquela tosse que dá até mesmo do fumo edas químicas que ela tem

***E você estudou algum procedimento, quais procedimentos pra evitar essas doenças todas infecto contagiosas?**

Tá, em primeiro lugar sempre não compartilhar o recipiente que ele vai usar, nunca compartilhar, o uso é específico né, se tivé um pouco da droga sempre dividir um com o outro se for na lata mesmo não compartilhar, porque na lata não tem como fazer um método de prevenção, na pipa ainda vai que você pode colocar uma pitera ou embola alguma coisa ali em volta né, mas na lata ou até mesmo na colher dependendo da droga não tem como né, porque na colher dependendo da droga não tem como porque na colher geralmente é injetável, injetável ele pode até pegar uma seringa nova, né, e até mesmo o cigarro, às vezes você vê o cigarro é nocivo, mas essa história também um cara fumar fala assim dá a segunda aí pra mim, isso é super errado porque às vezes no cigarro ele coloca, tá fumando então vai ficar molhado o filtro com a saliva dele, na saliva dele pode ter alguma coisa né, como vai ter

contato de saliva com saliva no cigarro mesmo, você vê é nocivo, você não tem a noção às vezes...

Isso com relação a hepatite?

É, também é forma também de estar prevenindo, essas doenças infecto

***E muito mais complicado, você ensinou alguma coisa aos usuários que diz respeito a questões econômicas e históricas, como sendo determinante do uso de drogas e das conseqüências do uso de drogas com as políticas de drogas, então são três coisas: do uso, das conseqüências do uso e das políticas públicas sobre o uso e que as questões econômicas e históricas estão ligadas a isso**

A gente tenta, entra em debate com os usuários que a questão econômica que assim, vamos dizer: que está muito ligado a questão do uso de droga, porque hoje em dia quem não tem trabalho com certeza, tem usuário que rouba, que... e tem também muito usuário que trabalha também, pra sustentar o vício

***A maioria de usuário que tem é de pasta também**

De pasta também, porque a pasta é o que dá mais dinheiro, entendeu, uma para de deve estar 10 contos mais ou menos, com esse 181 que saiu agora, que está estourando milhares de boca aí, estoura 10, abre 20, por causa que pra dominar a área

***Pressão**

Isso mesmo, então a questão econômica está ligado nisso porque a pasta base aqui hoje está custando uma droga muito cara e às vezes né, a cocaína já não chega porque quando chega chega um lixo aqui nunca passa uma coisa boa e a pasta base é feita aqui mesmo até em fundo de quintal, então, relacionada a economia é que o cara vai pro tráfico por causa até mesmo da questão econômica, porque já não arranja um trabalho porque ele é discriminado pela sociedade ou às vezes ele não arranja porque as pessoas não tem conhecimento de que ele é um usuário mas ele é um es-presidiário, já não arruma também, então, o que acontece ele vai pro um lado mais fácil às vezes até mesmo a questão da família que ele tem né, vendo seus filhos passando fome então tem várias maneiras do cara ir pro tráfico. É a questão econômica que a gente coloca que ele vai fazer mesmo pra sua alto sobrevivência dele, porque você nunca vê um traficante hoje pelo menos de pasta base que fale assim tenho bens e patrimônio, às vezes só pra comer, você vai abrir a geladeira dele você vai ver o que: um leite, um pão, um lanche pra ele comer a noite. É mais um meio de sobrevivência hoje o tráfico é, não é pra você viver bem não: viver bem é quem vende a heroína, quem vende cocaína lá pro exterior, lá fora quem vende essas coisa sintética, isso sim dá dinheiro, agora pasta base e maconha é mais um modo de sobrevivência e é maneira que...

***E é quem vende aqui no bairro**

É, quem vende aqui e às vezes até relacionada a nível de Estado também, você pode ver que a maioria dos Estados tem boca, tem tráfico e isso não vai acabar, nem com 81, nem com

***Você acha que...**

Não vai ter nenhum órgão competente que vai conseguir acabar com isso, porque o uso de drogas e o tráfico vem dos grandes pra baixo, né; quem tá pra baixo, então quem está em baixo já é só conseqüência dos grandes que estão lá em cima. É um meio de sobrevivência que hoje em dia aqui é que nem, diz o velho ditado, você quer deixar pessoa enfezada e braba é só insiltá-la na hora da comida e ele não tiver ainda almoçado ainda, ele vai manifestar a raiva, então é mesma coisa o usuário de droga ou traficante: você vai unsultá-lo se você... se ele não tiver dinheiro, se ele não tiver uma comida no prato, o cara vai ficar irritado né, então...

***Agora isso tudo que você falou aí agora, você consegue passar para o usuário?**

A gente passa sim de uma maneira que eles compreendam, tipo assim, a gente chega no campo fala assim pô! às vezes a gente tem campo que é ponto de venda de drogas que o cara aceitou nosso trabalho e ele está bem consciente também que e até os usuários que vai lá a gente reúne na banca, tá conversando né, que o uso de droga, a droga veio de lá de cima né, que nem deputado, senador... pra que um cara mais grande do que esse; quem que vai querer derrubar ele... ninguém, por que ninguém tem poder pra derrubar ele, então a consequência vai pra quem? Pra população que está desempregado, o salário mínimo está uma merda vai pra 300,00 reais e sobe 200 a inflação de arroz, feijão, gás e tudo: sobe tudo né... o governo querendo tapear, Deputado e Senador os e cambau, recebendo aí, eles e que promovem o salário dele né, ganha 9.000 hoje o menorzinho e o maior mais de 18.000 fora os outros encargos que eles devem ganhar, que a gente tá vendo aí nas notícias aí, até mesmo os colegas que tá na área da política também que sabe quem vem encargos de fora ele no mínimo está ganhando uns 40.000, 50.000 e ainda não tá dando, né, agora imagina um cara que ganha 300 contos por mês pra pagar água, luz, telefone e às vezes um cara que mora de aluguel. O cara é um artista pra viver com 300.00 contos, né, por mês; é muito difícil, entendeu, e o que acontece a população fica revoltado, não é a questão do uso de droga: uso de droga é uma consequência às vezes pra relaxar porque se ele for pensar em tudo e se você colocar uma basuca na mão dele, vai sair destruindo tudo, porque não tem às vezes a gente se injuria, né

***Você falou várias vezes da relação: a questão econômica o uso de drogas e com relação a política de drogas? As políticas que existe, tem haver com as políticas de drogas?**

Ah!, sim as políticas né, de droga a gente tem que tá fazendo o movimento, que nem , pra que um movimento mais organizado do que o MST? E a parada Gay, eles são super organizado por que? Porque, eles querem que respeitem eles né do jeito que eles são, e se não tivesse uma manifestação, se não tivesse também, né, a população ir pra rua e dizer assim que tem que ser, não tô falando que isso é certo, mas, vocês tem que respeitar o jeito que a gente e então é a mesma coisa que os usuários de drogas eles tem se reunirem e tem que falar assim de hoje em diante vocês tem que também a autoridade tem que ver que o usuário é usuário, e traficante é traficante, tem uma grande diferença o usuário pode ser também prejudicado por causa outras que faz o tráfico e senão tivesse o tráfico não tinha o usuário

***E você consegue dialogar tudo isso com o usuário, participar você disse que faz**

É, eu consigo dialogar, a gente dialoga assim, mais assim de uma forma que eles entendem, numa boa, quando alguém não entende eu tenho que falar o mais simples possível pra eles entenderem porque se falar de uma forma complicada ele não vai entender isso

***Márcio, e você aprendeu isso, essa relação droga e economia e história econômica?**

Cara, isso daí a gente sempre tá escutando e falando...

ANEXO 04

ENTREVISTA UD 01

***Você já usou pasta base?**

Já

***Você parou?**

Parei...

***Totalmente ou de vez em quando?**

Totalmente...

***Por que e o que você fez, como você fez pra parar?**

Pra parar... deu início de overdose em e fui parar no hospital lá e é ruim né,

***Que informações técnicas você aprendeu com os redutores de danos?**

Em geral, informações técnicas é que reduzir o uso né, de drogas e pessoas de doenças contagiosas que não se pega fácil e não precisa se ter medo, preconceito né, essas coisas na área de droga

***E o que você aprendeu sobre Aids com os redutores de danos?**

Aids, que não precisa se ter medo, né, da pessoa que tem Aids, tratá-la com preconceito, que a Aids só pega por relação né, no sangue, essas coisas aí

***E sobre hepatite?**

Ahn! Ahn!

***E sobre tuberculose?**

Também não aprendi

***E você aprendeu procedimento, alguma forma de evitar essas doenças infecto contagiosas com os redutores de danos, eles te ensinaram alguma coisa assim de evitar, um procedimento de como evitar essas doenças?**

Só da Aids mesmo, que usando o preservativo, é... não usando seringa, se tive mais gente não usar com ele não usar seringa junto com ele a mesma, é só da Aids mesmo

Você aprendeu alguma coisa sobre leis, sobre direitos humanos e direitos dos usuários de drogas com o redutores de danos, eles ensinaram alguma coisa sobre leis e direitos humanos e direitos do usuários de drogas pra você?

Assim né, se a pessoa tiver fumando e tiver uma quantidade muita né, ele não pode te atua você como doze, a polícia por exemplo, se tiver usando pode usar de boa

***Não atua como doze, mas atua de uma outra forma?**

É, atua, atua né, mas como dezesseis, como usuário, não chega ser tão ruim né

***E você aprendeu alguma coisa assim sobre, o que tem a ver a economia, a história em geral com a relação do uso de drogas e as conseqüência desse uso, o que tem a ver a política pública de atendimento com, uso de drogas, conseqüências com a questão econômica?**

Agora eu fiquei perdido

Você aprendeu alguma maneira de viver melhor com os redutores de danos?

Ah!! Sim né,

***Por exemplo?**

A gente passa a conhecer mais coisas né, sobre viver melhor assim que você aprende a controlar , você sabe que vai fazer, sabe o tanto que deixa de usar e aprende mais conhecimento sobre leis também essas coisas assim

***Que lei, você lembra de alguma lei?**

Passa na cabeça que tá usando, antes eu tinha medo

***E tem alguma prática de controle, eles te ensinaram algum macete pra você controlar o seu uso de droga, a sua pasta base?**

Uhm!, Uhm! Se você usar um montão de pasta base né, uma quantidade meio que muito , eu acho pra não ficar que a pasta acaba com a pessoa, aí você fuma um braumzinho assim, uma maconha pra dar o apetite, pra dá sono também

***Você chegou a usar esse procedimento?**

Não cheguei a usar porque quando já conheci já não tava mais usando usando a base, estava só na maconha mesmo, mas aprendi com eles isso né

***E depois que você aprendeu a controlar o uso de drogas, isso mudou alguma coisa na sua vida?**

Acho que mudou

***O que?**

Mudou que, assim de forma geral né... pô gasto menos, entendeu, paro mais em casa também, durmo mais à noite pra dormir, pra relaxar e não diretamente

***E pra relaxar você não usa pasta?**

Não, só um braum

Hum! Hum!...

***O fato de você ter parado de fumar a pasta, ficar só num braum te trouxe algum benefício?**

Trouxe, muita, muito, muito

Por exemplo?

E quando tava na base tava mesmo viciado, não parava em casa, só vivia na rua, gastava dinheiro, fumava as coisas que tinha e passava mal, não se alimentava, ficava ruim mesmo, então melhorou...

***E hoje você consegue fumar e parar, por exemplo, final de semana deu uma loucura, passa e vai e tal na sucada e aí chega Segunda-feira você volta, como você trabalha isso?**

Tranquilo, porque num fim de semana fumei três né, tava lá na casa de um camarada e fumei três e aí vi que tava de boa que já deu aquele toque e parei, eles continuaram e eu não

***E se fosse antigamente você continuaria?**

Ah! Ia,

***Você parou ou fumou um bek?**

Não, tava fumando bek junto

***Então você tava fumando junto já? Tava já meladinho?**

Tava fumando melado

***Você aprendeu uma prática de mobilização, organização Social com os redutores de danos? Se mobilizar pra fazer coisa, os redutores de danos te trouxeram esse aprendizado, de se mobilizarem, fazerem alguma coisa em grupo?**

Em campo que você fala...

***Qualquer lugar, pra qualquer coisa, juntá a uma galera pra fazer qualquer coisa se os redutores te ajudaram nesse ponto?**

Ainda não participei, só daquele 5º encontro lá

***5º encontro?**

É, nacional de redutores de danos que teve na Mace né, dia 08 e 09, aquele lá eu fui, foi por eles

***E você acha que os usuários de drogas tinha que ter mais seus direitos garantidos no sentido de lutar mais pelos seus direitos?**

Acho que tinha

***Mas você mesmo não faz parte de nenhuma organização assim?**

Não

***Mas gostaria de fazer?**

Ahm!,

Eu gostaria...

***Assim, sem ser você as pessoas que você conhece, você deve conhecer muitas pessoas, eu falo de pasta base, que usa pasta base**

Problemas assim particular deles né, que a pessoa que usa não souber controlar, se não souber se sustentar vai começar a roubar, se é viciada, vai vender tudo que tem em casa, pelo menos as pessoas que eu conheço é assim, faz isso pra sustentar o vício né, lógico tem umas três pessoas só que trabalham pra sustentar, que não mexe, do suor dele que tira de mais ninguém, mas isso é problema e também a saúde né, só que o cara tá bem acabado, minha mulher é uma, Mary, tá com o olho fundo, acabada mesmo, magra hein! De fumar o troço

***E isso tem alguma coisa a ver com a questão financeira, econômica da pessoa, como você vê isso?**

Acho que não hein, tem nade a a ver a questão de grana, tanto faz porque se ela tiver grana ela vai se sustentar e se não tiver ela vai partir pro ilícito né, pra conseguir

***E com que você acha que o movimento de redução de danos, a redução de dano pode contribuir pra melhorar a qualidade de vida dos usuário em geral?**

Uê!, tirá o povo da discriminação, né, meu, pra ele fumar sossegado, entendeu, acho que é mais por aí, pra ele fumar sossegado de boa, sem ter medo da polícia, sem ter medo de ninguém. Aí seria massa, tirá o preconceito, que os outro geralmente vê as pessoas que e vai falar que é ladrão né, geralmente não presta pra quem usa, pra quem é careta é isso mas não é, alguns né, porque tem uns que, nossa, é por aí que eu sei...

***Então falô, obrigado**

Entrevista com usuários do PRD Águia Morena 31 de maio

ENTREVISTA UD 02

***Que tipo de informação que você aprendeu com a reduções de danos?**

Ah! Aprendi muitas coisas, aprendi o jeito de usar a camisinha ,pra não usar do lado errado, agulha para for fazer tatuagem, trocar a agulha pra não entrar em contato com o vírus da Aids, e também é bom a distribuição de camisinha, porque muitas vezes, no posto é longe se buscar e, às vezes não usava a camisinha porque não tinha. Agora tá mais melhor, com eles vindo, explicando como usá. Dependendo de quando fumar uma pipa, na lata, porque, tirá só o seu sozinho porque então é perigoso pegar uma doença, aí várias outras coisas.

***O que você aprendeu sobre Aids, especificamente sobre a Aids com os redutores?**

Isso mesmo, infecção anal sem camisinha, que tem usar a camisinha pra não pegar a Aids, isso aí né,

***E sobre hepatite você aprendeu alguma coisa?**

Aprendi mas, não aprendi poucas coisas, assim porque eu não vinha direto, sempre que eu vinha mais eles falavam a Aids, sobre a droga

***E sobre tuberculose?**

Tuberculose, aprendi que eles me ensinaram é, foi não comer com a mesmo talheres, na mesma colher, isso aí tudo pegá

***Você conhece alguém que tem tuberculose?**

Conheço

***É colega?**

É

***Tem mais de um?**

Não, só um que eu conheço

***E esse colega andava com você e saía junto?**

Andava, andava agora que ele parou um pouco, mas sempre vem

***Mas ele tá fazendo tratamento?**

Tratamento, não sei não. Já fez já

Que o tratamento da tuberculose é longo e não pode parar. Isso é uma coisa que a gente tem que aprender.

***E o que você aprendeu sobre como evitar essas doenças que são contagiosas com os redutores? O que eles ensinaram, pra evitar essas doenças contagiosas?**

É isso que eu falei agora, usá sempre a camisinha, não fazer sexo anal, não usa se você injeta não pode usar a mesma seringa, no caso que injeta e isso que eu aprendi

***E as leis sobre direitos humanos, direitos de usuários de drogas você aprendeu alguma coisa sobre essas coisas com os redutores?**

Ah!, aprendi, foi a discriminação que a gente é muito discriminado e quem é homossexual, a discriminação é demais né e com eles a gente que aprende e incentiva mais né, a você fazer alguma coisa né.

***Sobre leis alguma coisa assim? E você aprendeu alguma coisa relacionada assim a questão econômica, por exemplo a relação do uso de drogas com a questão de dinheiro, com a questão econômica, com a questão de classe social?**

Como assim não entendi direito...

***Se eles falaram sobre isso se você conversou sobre essa coisa com os redutores, sobre essa questão de classe social, de questões econômicas mesmo, posição econômica com o uso de drogas?**

O que eu tô lembrado de mim assim que eu aprendi é usar menos né, sobre usar menos e assim ficar bem né porque antes né, usava demais e agora eu estou convivendo com pessoas deles assim né falando.

***E você aprendeu alguma forma assim de viver melhor, uma forma de integração social com os redutores de danos?**

Não, o que foi é uma experiência né assim, quando fumasse não ia fumar de qualquer um né num negócio que eles tão fumando, já vinha aqui e já fumava, fica mais ligado né, porque antes eu nem ligava não, com esse negócio de tuberculose eu não sabia que passava não, comer assim na mesma colher, agora a gente presta mais atenção né.

***Se você andou falando alguma coisa sobre controle sobre o uso de drogas, eu queria que você me descrevesse algumas práticas assim que leva a pessoa ao controle de uso de drogas, a pessoa aprende a controlar que os redutores ensinaram:**

Aprende a controlar...

Ah!... pra fazer um controle a mais, é não ir em roda assim, ficar mais em casa ou se interter com outra coisa ou mesmo trabalhar, você esquece um pouco, mais mesmo é não ir em roda que um fala aqui o outro ali que você e já fica com vontade aqui e já faz a correria ali e quando você deu a primeiro já era..

Bastante... eu usava direto.

***E esse controle representou alguma coisa na sua vida?**

Ah! Bastante coisa né porque antes eu acordava já pensando nela, agora não já acordo pensando num futuro né, que eu vou fazer, tudo isso né, porque antes não tava nem aí, agora estou mais controlado, estou estudando, estou sossegado né.

***Então esse controle de alguma coisa te ajudou a que?**

Ah!... me ajudou né porque não pensava em estudar, nem pensava em serviço nada. Fazia coisa errada pra conseguir, agora não, agora fico sossegado o dia inteiro, né.

***Você está trabalhando agora?**

Faço bico, estou fazendo uns bicos né, que nem antes nem fazia né, faço bico de tarde, estudo de noite

***Que prática de mobilização ou organização você aprendeu com os redutores ou seja você participa de alguma forma de organização em defesa dos direitos do usuário de drogas, vocês participaram de alguma reunião pra discutir isso? Vocês, de alguma forma com os redutores aprenderam algum jeito de defender os direitos dos usuários?**

Aprendo todas às vezes que venho aqui né, sempre falavam né, que os usuários de drogas também é humano né, é discriminação que tem contra eles. Muita gente não ajuda, nem explica como é assim né, porque tem muita gente que entra sem saber né, entra de cabeça assim e não vê solução pra parar e com isso eu aprendi.

***Quais os principais problemas que você acha que os usuários de drogas vive hoje? Pior coisa que tem?**

Pior coisa é a discriminação mesmo, que só porque ele usa e não pode trabalhar aqui, não pode trabalhar aí, porque ele é usuário não dá uma oportunidades pro viciado, porque só por ser viciado é bicho de sete cabeça; que o viciado vai sair matando todo mundo. Isso é porque ele não vive isso, é discriminação mesmo.

E como você acha que o movimento da redução de danos o pessoal da redução de danos, como você acha que eles podem contribuir pra melhorar a qualidade de vida dos usuários em geral assim?

Eu acho bonito o que eles fazem né, saí no bairros entregando camisinha, até incetiva a população também, né, a fazer algo mais com menos discriminação né, é isso que eu acho.

***Legal, é isso, falou, obrigado, heim.**

ENTREVISTA UD 03

***Que tipo de informação técnica que você aprendeu com os redutores de danos?**

Com eles, aprendi muita coisa né, Paulinho, tipo assim, evitar de você tá fumando com o mesmo baseado, com a mesma pessoa, fuma você sozinho

***Como assim?**

você fazer o seu, eles explicaram pra nós sobre isso, é que nem eu falei pra você aquele dia

***Mas, por que tem que fazer cada um um ?**

Ah!... porque muitas vezes, né Paulinho, cada um fuma diferente um do outro, que nem eu fumo só melado, tem quem fuma só maconha, então, tem vezes que fumo, tem vezes que só fumo melado mesmo então, tem vezes que fumo sozinho, sossegado daí, os outro só fuma maconha e cada um fuma o seu.

***Não tem nenhum motivo pra isso?**

Não, não, não... assim de vez em quando fuma dois, fuma em rodas também, mas quase que...

***E que você aprendeu sobre Aids, com os redutores de danos?**

Aprendi que tem que usar camisinha, não poder compartilhar seringa com ninguém então eles foram explicando muita coisa sobre isso, sobre que nem eles falaram no baseado mesmo, não ter preconceito de que tem Aids, que tem medo daquela pessoa né.

*E sobre hepatite você aprendeu alguma coisa sobre hepatite?

Isso não, eu não vou responder porque isso eu não sei

*E tuberculose?

Também não.

*E você aprendeu algum procedimento, algum jeito de evitar essas doenças infecto contagiosas que eu falei aí com os redutores?

Ah! aquilo que você falou?

***A hepatite, a tuberculose...**

Olha o pessoal explicou aqui, só que não entrou muito na minha cabeça, não entrou muito na minha cabeça e eu me cuido muito né, mas sempre eles estão explicando para o pessoal aí.

***E você aprendeu sobre leis, direitos humanos e direitos dos usuários de drogas junto com a redução de danos?**

E, eu aprendi, e como você mesmo explicou aquele dia aqui, que você tem direito de chegar no posto, em qualquer lugar e eles podem encaminhar você também, daí nisso aí né que nem eu vou no posto direto e sempre tá certo né nunca foi uma coisa difícil. Mais ou menos foi isso aí.

***Sobre lei, conhece alguma lei, algum artigo, o artigo 12, 16, 155?**

Conheço o 12 por 16, o 126, 121,155 conheço sim, mas não pelo redutor de danos

***Então você conhece? Sim...**

***E que maneira de viver é melhor, que vocês aprenderam com o redutor, você aprendeu uma maneira de viver melhor?**

Aprendi muita coisa em Paulinho, que nem eu disse, que nem eu era, muitas vezes eu vim aqui pedia pra falar com eles, que eu era um cara que ficava 24 horas na rua aí, usando droga pra lá, pra cá e sempre eles chegavam, conversavam comigo, falavam, assim não e alguma hora eu vou parar e depois fui parando, diminuindo, parar não né que parar é muito difícil. Diminui muito, depois assim consciência, quando tô com problemas desabafo com eles, sempre venho aqui, converso com o Edson, converso com o Márcio, fico aqui conversando aqui com eles, desabafando né, sempre eles vão me explicando, me orientando; que que eu tenho que fazer, o que não tenho.

***Você traz outros usuários também?**

Trago... sempre venho aqui, eu ajudo os outros também, eu falo pros outros sobre isso aí, né Paulinho

*E tem os cara que fica na pipa muito direto aí assim

Fica, tem uns que fica principalmente na lata assim né, só que vai conversando, falando não é assim né, a gente vai falando, falando aí o cara vai diminuindo e que nem eu né, o meu caso, se o cara tiver na talha, eu vou dizer, lá não tem lugar não se quiser a gente fuma melado e aí o cara sossega aí, nisso o cara entra no ritmo de fumar o melado, quando vai ver ele vai saindo da lata, da pipá que nem eu né, fui aprendendo assim né, dava pipada na cara ficava várias, ficava três dias internada na pipa e aí fui colocando na minha cabeça, fui tirando, tirando, hoje fumo de vez em quando um melado

***Melado pra você é uma prática de controle sobre o uso, certo?**

É

***Que outras formas de controle sobre uso de drogas você aprendeu com a redutores, além desta, o melado?**

Além do melado? É da cachaça também né, que quanto mais você toma mais dá vontade de fumar e falando disso aí, tomava todas e já invernava também com as outras e em vez de você, tinha vez que invernava na cachaça, que ficava com tanta vontade de fumar que ia lá em casa não pra roubar mas pra chamar meus pais pra pedir dinheiro emprestado pra poder fumar, chegava 3,4 horas da manhã, chegava lá e pá, pá, pá na porta e falava assim me arruma 5.00, 10.00, pelo amor de Deus, é, e daí fui colocando na minha cabeça que não é assim, por isso que eu falei, agora só um melado de vez em quando, aí hoje não faço mais a minha trapalhada.

*E esse controle que você aprendeu a exercer sobre seu próprio uso de drogas, que você controla, isso mudou a sua vida? Como é que mudou, se é que mudou?

Ah! Mudou muito hen! Mudou muito né Paulinho, porque eu não andava assim como estou agora, andava só agitado, não parava pra conversar assim muito, eu falava só olha lá e já saía atrás dela. Porque tá dentro da cabeça, queria fumar, podia tá chovendo, podia tá sol, qualquer hora, depois que você fumava a primeira você vai embora. Se você começar de manhã, você vai parar só outro dia de manhã. Única coisa que eu não consegui fazer até hoje foi é roubar.

***Você com os redutores aqui, você aprendeu alguma prática de mobilização, organização. Uma forma de organização pra defesa dos direitos dos usuários de drogas?**

Paulinho, falar que aprendi, eu aprendi né, também, direto na banca do pessoal assim o pessoal fica brigando sobre isso de drogas, essas coisa e eu vou lá converso com eles tudo e aí fica tudo em paz, depois daí aprendi muita coisa aqui dentro também né, não é assim, você por causa de uma droga você fica brigando, por causa de pouca coisa, e muitas vezes, falo assim, não fica brigando por pouca coisa, por porcaria.

***Você chegou a ir a algum encontro de redução de danos fora daqui das Moreninha, ir pro Centro, lá pra Universidade?**

Não, o único lugar, que já saí, foi lá onde tinha um encontro Ong e Aids lá, só fui naquele encontro lá. Aquela vez foi eu, Márcio, a Edna e o Renato foi lá perto do Gás, como é que lá, Gás.

***Duas coisas, se agente fizer uma reunião agora que estamos querendo fazer, no final do mês de julho e começo de agosto lá na Universidade, nós vamos chamar usuários, ex-usuários, simpatizantes da cidade inteira pra gente fazer uma reunião para discutir os direitos do usuários, os direitos, inclusive se o cara quiser usar e não precisa ser, porque hoje pelo código, pela lei né, é Penal e você participaria?**

E eu vou né Paulinho

***Duas últimas, quais principais problemas vividos pelos usuários de drogas, na sua opinião hoje, que são os três principais problemas vividos pelos usuários de drogas?**

Eu acho que, é quem é viciado né, andar roubando por aí, né Paulo, esse é um né. Oh! Ver as pessoas como eu né, tem jeito de usar e também fica sem usar né. Não ficar direto, que eu vejo os cara que fica direto jogado. Em toda a minha vida que eu usei nunca fiquei jogado assim, tipo assim, só andar sujo, anda mulambo. Pra mim isso não existe não. O cara quer usar droga, usa mas usa também...

***Mas, em todos os usuários em geral qual o principal problema que diriam hoje?**

Eu acho que é eles andarem roubando

***Isso você já falou**

Mas, o principal, eu acho que é roubando pra pode fuma

***Qual outros?**

Eu acho que o cara tinha que trabalhar, pra pode sustentá o vício dele né,

***Ma, ele arruma o trabalho?**

Arruma sim, eu trabalho. É só querer né, Paulinho, porque aquela rapaziada todinho que estavam aqui antes também é desse mundo, hoje a maioria trabalham, hoje a maioria fuma do suor dele né, por isso, que a maioria foi controlando também.

***A última, como é que o movimento da redução de danos pode contribuir pra melhorar a qualidade de vida dos usuários em geral? Você acha que nós aqui da redução danos como que podemos contribuir para melhorar a qualidade de vida dos usuários?**

Eu acho que é como você falou, ninguém como fala assim segurar ninguém na hora que fumar né, que ninguém segura ninguém. Que nem esses dias a mãe de um guri de 12 anos veio falar comigo, pra dá conselho pro guri, porque ela estava com medo do filho estar fumando droga. Mas, não é assim, quanto mais pegá no pé da pessoa, a pessoa revolta e daí que ela entra na droga, então o certo é deixar ele ir, deixar ele solto, porque se tenta segurá, daí que ele vai enchendo a cabeça e fala pôxa! eu não faço isso, daí que ele sai e vai fazer... e o que aconteceu comigo, comigo foi assim, eu fiquei, falava uma coisa e falava que não e duvidavam na minha cabeça e agora falava vou fazer e fazia. Depois fui colocando na minha cabeça e nunca mais assim que nada, olha eu brigava em casa direto, por causa dessa porcaria, hoje fumo aí, chego lá em casa, ficava de madrugada todinha na rua, hoje não.

***Falou, obrigado.**

ANEXO 05

ROTEIROS DOS GRUPOS, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÃO

ROTEIRO PARA O GRUP FOCAL COM REDUTORES DE DANOS

(Pré teste)

Boa noite, meu nome é Paulo Cesar Duarte Paes eu sou professor. Estou fazendo doutorado em Metodologia de Ensino na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos e meu estudo é sobre a relação de ensino e aprendizagem entre redutores de danos e usuários de drogas. Meu trabalho poderá contribuir para melhorar a qualidade dos PRD que atuam diretamente junto a usuários de drogas.

Nossa reunião deve durar aproximadamente uma hora. Tudo o que se falar aqui é estritamente confidencial e somente será utilizado para a elaboração da minha tese. Será guardado total sigilo quanto aos nomes e a identidade dos participantes. Gostaria que vocês me permitissem gravar, pois tudo o que vocês falam é muito importante e é difícil escrever tão rápido.

I – Percepção dos participantes sobre a prática da redução de danos:

1. O que é redução de danos?
2. Como vocês atuam na RD em campo?
3. O que vocês aprenderam durante sua formação para redutor de danos?
4. O que vocês fazem junto aos grupos de usuários de drogas?
5. Como são os usuários de drogas que vocês atendem?

II – Percepção dos participantes sobre o ensino proporcionado pela prática da redução de danos:

6. Que conhecimentos vocês acreditam que ensinaram para os usuários de drogas atendidos?
7. Que materiais didáticos e de comunicação vocês utilizaram no trabalho de campo?
8. O que vocês ensinaram aos usuários sobre a AIDS e outras DST?
9. O que vocês ensinaram aos usuários sobre o uso de drogas na sociedade?
10. O que vocês ensinaram aos usuários sobre os programas de atendimento em saúde, assistência social, trabalho, educação e outros serviços públicos?
11. O que vocês ensinaram aos usuários sobre os seus direitos e como defendê-los?
12. Como vocês acreditam ter ensinado conhecimentos e procedimentos aos usuários?

III – Percepção dos participantes sobre a aprendizagem dos usuários

13. O que vocês acreditam que os usuários de drogas que vocês atendem aprenderam através do trabalho de redução de danos?
14. Que novos hábitos foram adquiridos pelos usuários de drogas através do trabalho de redução de danos?
15. Como e porque os usuários de drogas aprenderam o que vocês relataram?
16. O que os usuários de drogas aprenderam pode melhorar a qualidade de suas vidas? COMO?
17. O que os usuários aprenderam e que mudou sua relação com outros usuários de droga?
18. O que mais os usuários poderiam ter aprendido, MAS NÃO APRENDERAM?
19. Porque eles não aprenderam esses conhecimentos e hábitos?

AGRADEÇO A ATENÇÃO E O APOIO DE TODOS

ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL COM USUÁRIOS DE DROGAS

Boa tarde, meu nome é Paulo Cesar Duarte Paes eu sou professor e meu assistente psicólogo e coordenador do PRD “Ta Legal” chama-se Evandro Mascarenhas de Moraes. Estou fazendo doutorado em Metodologia de Ensino na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos e meu estudo é sobre a relação de ensino e aprendizagem entre redutores de danos e usuários de drogas. Meu trabalho poderá contribuir para melhorar a qualidade dos PRD que atuam diretamente junto a usuários de drogas.

Nossa reunião deve durar aproximadamente uma hora. Tudo o que se falar aqui é estritamente confidencial e somente será utilizado para a elaboração da minha tese. Será Guardado total sigilo quanto aos nomes e a identidade dos participantes. Gostaria que vocês me permitissem gravar, pois tudo o que vocês falam é muito importante e é difícil escrever tão rápido.

I – Percepção dos participantes sobre a prática da redução de danos:

20. O que é redução de danos?
21. Como vocês conheceram os trabalhos da redução de danos?
22. Como são os redutores de danos que vocês conhecem?
23. O que mudou na sua vida com a redução de danos?

II – Percepção dos participantes sobre o aprendizado feito através do contato com os redutores de danos

24. Que novos conhecimentos vocês aprenderam com os redutores de danos?
25. Vocês já leram, assistiram ou ouviram algum material de estudo ou propaganda sobre a redução de danos? Quais?
26. O que você aprenderam sobre a AIDS e outras DST?
27. O que você aprenderam sobre o uso de drogas e suas conseqüências através dos redutores de danos?
28. O que vocês aprenderam com os redutores de danos sobre os direitos dos usuários de drogas?
29. O que vocês aprenderam, com os redutores de danos, sobre os programas de atendimento em saúde, assistência social, trabalho, educação e outros serviços públicos?

30. Como vocês acreditam ter aprendido algum novo conhecimento com os redutores de danos? Explique?
31. Você acredita que ensinou alguma coisa que aprendeu com os redutores de danos para outros usuários de drogas que não tiveram contato com os Programas de Redução de Danos?

III – Percepção dos participantes sobre a mudança de hábitos referentes à saúde e às relações sociais

32. Que novos hábitos vocês incorporaram através do contato com os redutores?
33. Vocês têm algum cuidado para prevenir doenças sexualmente transmissíveis? Quais?
34. Houve alguma mudança na sua relação com os programas de saúde pública?
35. Você acredita que a redução de danos melhorou sua capacidade de defender seus direitos junto às instituições públicas? Como?
36. O que você acredita que poderia ainda fazer para melhorar sua vida através do que você aprendeu com os redutores de danos?
37. Você acha que os novos hábitos que você aprendeu com os redutores de danos ajudaram também a modificar os hábitos de outros amigos usuários de drogas, que nunca tiveram contato com redutores de danos?

AGRADEÇO A ATENÇÃO E O APOIO DE TODOS!

3. ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM REDUTORES DE DANOS

(1º Bloco) Conteúdo educativo: conceitos científicos e conceitos cotidianos;

38- Quais informações técnicas você aprendeu nas capacitações para redutores de danos? Explique em detalhes.

39- Quais informações técnicas você ensinou para os usuários de drogas? Explique em detalhes.

40- Quais informações você deveria ter aprendido nas capacitações, mas não aprendeu?

41- Quais informações técnicas você deveria ter ensinado aos usuários, mas não ensinou? Porque?

42- O que você ensinou sobre AIDS? (Explique detalhadamente)

43- O que você ensinou sobre hepatite? (Explique detalhadamente)

44- O que você ensinou sobre tuberculose? (Explique detalhadamente)

45- O que você ensinou sobre procedimentos para evitar doenças infecto-contagiosas?

46- O que você ensinou sobre Leis, direitos humanos e direitos dos usuários de drogas? (Explique detalhadamente)

47- O que você ensinou sobre as questões econômicas e históricas como determinantes do uso de drogas, das consequências deste uso e das Políticas Públicas sobre drogas? (relembrar as particularidades da questão)

(2º Bloco) Redução de danos enquanto práxis histórica:

48- Que práticas de sociabilização vocês ensinaram aos usuários de drogas?

49- Que práticas de controle sobre o uso de drogas vocês ensinaram para os usuários?

50- Que práticas de mobilização e organização você ensinou aos usuários de drogas?

(3º Bloco) Práxis histórica e alienação na prática da redução de danos.

51- Quais os principais problemas vividos pelos usuários de drogas?

52- Como a redução de danos pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários de drogas em geral?

4. ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM USUÁRIOS DE DROGAS

1º Bloco) Conteúdo educativo: conceitos científicos e conceitos cotidianos;

53- Quais informações técnicas você aprendeu com os redutores de danos? Explique em detalhes.

53- O que você aprendeu sobre AIDS com os redutores de danos? Explique detalhadamente.

54- O que você aprendeu sobre hepatite com os redutores de danos? Explique detalhadamente.

55- O que você aprendeu sobre tuberculose com os redutores de danos? Explique detalhadamente.

56- O que você aprendeu sobre procedimentos para evitar doenças infecto-contagiosas com os redutores de danos?

57- O que você aprendeu sobre Leis, direitos humanos e direitos dos usuários de drogas, com os redutores de danos? Explique detalhadamente.

58- O que você aprendeu sobre as questões econômicas e históricas como determinantes do uso de drogas, das consequências deste uso e das Políticas Públicas sobre drogas? (relembrar as particularidades da questão sempre que necessário)

(2º Bloco) Redução de danos enquanto práxis histórica:

59- Que “maneiras de viver melhor” (sociabilização ou integração social) vocês aprenderam com os redutores de danos?

60- Que práticas de controle sobre o uso de drogas vocês aprenderam com os redutores?

61- O que representou o controle sobre o uso de drogas na sua vida?

62- Que práticas de mobilização e organização você aprendeu com os redutores? Ou você participa de alguma forma de organização em defesa dos direitos dos usuários de drogas?

(3º Bloco) Práxis histórica e alienação na prática da redução de danos.

63- Quais os principais problemas vividos pelos usuários de drogas?

64- Como o movimento de redução de danos pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários de drogas em geral?